

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO

GUSTAVO RODRIGUES MESQUITA

**O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da
crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora
das disparidades regionais do Brasil**

Goiânia

2012

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Gustavo Rodrigues Mesquita		
E-mail:	gustavormesquita@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:	Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento	Sigla:	CICEF
País:	Brasil	UF: RJ	CNPJ: 07.854.762/0001-02
Título:	O projeto regionalista de G. Freyre e o Estado Novo: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil		
Palavras-chave:	Projeto regionalista-tradicionista; Projeto centralista-modernizador; Negociação política; Construção e desenvolvimento nacional; Disparidades regionais		
Título em outra língua:	Gilberto Freyre's regionalist project and the New State: from the crisis of the oligarchic pact to the conciliatory modernization of Brazilian regional disparities		
Palavras-chave em outra língua:	Regionalist-traditionalist project; Centralist-modernizing project; Political negotiation; National construction and development; Regional disparities		
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	30/08/2012		
Programa de Pós-Graduação:	História		
Orientador (a):	Dr. Noé Freire Sandes		
E-mail:	noefsandes@uol.com		
Co-orientador (a):*			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação. O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: ____ / ____ / ____
Assinatura do(a) autor(a)

GUSTAVO RODRIGUES MESQUITA

**O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da
crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora
das disparidades regionais do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes

Goiânia

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

Mesquita, Gustavo Rodrigues.

M582p O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil [manuscrito] / Gustavo Rodrigues Mesquita – 2012.

xv, 286 f.: il., figs.

Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas e siglas.

1. Revolução – História – Brasil. 2. Gilberto Freyre. 3. Estado Novo. I. Título.

CDU: 94(81).081

GUSTAVO RODRIGUES MESQUITA

O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, para obtenção do título de Mestre em História, aprovada em ____ de _____ de 2012, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Noé Freire Sandes (UFG)

(Presidente)

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (UFG)

(Membro)

Prof^a. Dr^a. Lucília de Almeida Neves Delgado (UnB)

(Membro)

Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais (UFG)

(Suplente)

*Para meus pais,
João e Elza, com amor,
e para minha sobrinha, Ana Clara,
pelo sentimento de esperança que a nova vida nos traz.*

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Noé Freire Sandes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo concedida no primeiro ano do curso de mestrado.

Ao Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF) e ao seu comitê científico, pela bolsa de estudo concedida no período restante do curso.

Aos membros da banca examinadora dessa dissertação, Lucília Neves e João Alberto da Costa Pinto, e a Marlon Salomon, pela participação no exame de qualificação.

À Prof.^a Simone Meucci, da UFPR, pelo diálogo profícuo realizado por e-mail. Todas as conversas foram muito importantes por terem contribuído para a pesquisa. Agradeço-lhe por ter indicado instrumentos e arquivos fundamentais para o embasamento da análise.

À Jamille Cabral, gerente de acervos da Fundação Gilberto Freyre, pela seriedade e empenho com que me recebeu durante a pesquisa no centro de documentação da FGF.

À Rita de Cássia Araújo, diretora de documentação da Fundação Joaquim Nabuco, que dedicou parte de seu tempo no dia em que me recebeu para informar sobre os melhores meios possíveis de busca no acervo da instituição. Fico grato pela recepção acolhedora.

A todos os outros funcionários da FUNDAJ que eu cruzei o caminho durante a pesquisa nos diferentes acervos da instituição e que colaboraram da melhor forma possível e com a maior sem-cerimônia e cordialidade que só se pode encontrar no Nordeste do Brasil.

A todos os trabalhadores de acervos do país em que passei durante o curso e que colaboraram de alguma forma com a longa pesquisa documental nos acervos.

Aos meus amigos da universidade e aos colegas do mestrado: Nara, Gabriel, Rejane, José Roberto, Ana Paula, Wildes, Patrik, Priscilla, André, Ulisses e Jales.

Ao Fernando Garcia, por ter atendido ao indispensável pedido de favor que lhe fiz inesperadamente, sem o qual parte da pesquisa ficaria comprometida. Agradeço imensamente a prontidão do ato amigo que me concedeste. A gentileza está guardada na memória.

À minha família.

“A memória dos pobres já é por natureza menos alimentada que a dos ricos, tem menos pontos de referência no espaço, considerando que eles raramente saem do lugar onde vivem, e tem também menos pontos de referência no tempo de uma vida uniforme e sem cor. Só os ricos podem reencontrar o tempo perdido. Para os pobres, o tempo marca apenas os vagos vestígios do caminho da morte”.

Albert Camus, *O primeiro homem*, 1994.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é reconstruir um conjunto de aspectos do processo de negociação de interesses entre dois projetos políticos consolidados nos anos 30: o projeto regionalista-tradicionista de Gilberto Freyre e o projeto centralista-modernizador de Getúlio Vargas. Deve-se considerar diferencialmente os projetos políticos em questão para se compreender a dinâmica do objeto especificamente dessa pesquisa, sendo o primeiro um projeto ou pensamento pertencente ao movimento intelectual do regionalismo composto desde os anos 20 no Nordeste, ao passo que o segundo é um projeto pertencente ao movimento intelectual do positivismo introduzido no Brasil pelo castilhismo gaúcho no fim do século 19. A diferenciação permite compreender que as características centrais constitutivas dos projetos políticos tornaram-se um componente fundamental do processo de negociação dos interesses resultantes dos problemas surgidos logo depois da Revolução de 1930, como instrumento de conciliação de interesses materiais e imateriais que, à primeira vista, poderiam ser tratados tão-somente como divergentes ou conflitantes. A análise centra-se, em primeiro lugar, nos dados intelectuais do movimento regionalista durante os anos 20, vale dizer, busca-se introduzir o debate acerca da dissociação, realizada por esforços de Gilberto Freyre ao assumir a liderança do movimento intelectual, entre o regionalismo e o estadualismo no contexto de crise do pacto oligárquico. Foi nesse contexto, a crise da República Velha, que ele começou o projeto de repensar o conceito de região mediante a produção de ideias sociológicas, modernizando-o. Logo em seguida a análise centra-se nos dados empíricos acerca do processo de negociação de interesses que permitiu a celebração do pacto político em 37, abordados durante o período posterior ao exílio de 1930, isto é, inicialmente a partir de 1933 com a publicação de *Casa-grande & senzala* e, fundamentalmente, após 1937 com a deflagração do golpe que originou o Estado Novo, o regime político que permitia a apropriação das principais ideias que estavam na base do conceito de região desenvolvido pelo projeto regionalista. Verificou-se que na Era Vargas houve intensas disputas de poder que eram o substrato social da produção do pensamento de Gilberto Freyre e que ele buscou intervir nessas disputas com o interesse de orientar a mudança social causada pela modernização autoritária, explicando sociologicamente a mudança no Brasil como processo dependente dos valores culturais da tradição e suscetível da construção da modernidade pelo Estado Novo.

Palavras-chave: Projeto regionalista-tradicionista; Projeto centralista-modernizador; Negociação política; Construção e desenvolvimento nacional; Disparidades regionais

ABSTRACT

This research aims at reconstructing some aspects of the process of negotiation between two political projects that were consolidated in the 1930's: Gilberto Freyre's regionalist-traditionalist project and Getúlio Vargas's centralist-modernizer project. It is important to consider differently each project in question so that be able to understand the dynamics of the object specifically of this research, being the first a project or a thought belonging to the intellectual movement of regionalism composed in the 20's in Northeast, and the second being a project belonging to the intellectual movement of positivism that was introduced in Brazil by the castilhismo gaúcho in the last quarter of the 19th century. This differentiation permits to comprehend that the main characteristics constitutive of each political project turned into a fundamental component of the process of negotiation of interests resulting from problems aroused just after the Revolution of 1930, as an instrument of conciliation of material and immaterial interests that, at first sight, could be treated merely as divergent or conflicting. The analysis is focused, firstly, on the intellectual data produced by regionalism during the 20's, that is to say, it is intended to introduce the debate around the dissociation, done by Gilberto Freyre's efforts at assuming the leadership of the intellectual movement, between regionalism and "estadualism" in the context of the crisis of the oligarchic pact. It was in this context, the Old Republic crisis, that he started the effort of rethinking the concept of region through the production of his sociological ideas, and modernizing it. Soon after the analysis focuses on the empiric data concerning the negotiation of interests that permitted the celebration of the political pact in 1937, approached during the period posterior of the exile of 1930, that is, initially from 1933 with *The masters and the slaves* publication and, fundamentally, from 1937 with the deflagration of the coup that originated the New State, political regime that permitted the appropriation of the main ideas which were into the basis of the concept of region developed by the regionalist project. It was verified that during the Vargas Era there were intense power disputes which were the social substratum of production of Gilberto Freyre's thought and that he aimed at intervening in these disputes with the interest of orienting the social change caused by the authoritarian modernization, explaining sociologically change in Brazil as process dependent on cultural values of tradition and susceptible of construction of modernity by the New State.

Keywords: Regionalist-traditionalist project; Centralist-modernizer project; Political negotiation; National construction and development; Regional disparities

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC – Assembleia Nacional Constituinte
BB – Banco do Brasil
CCN – Comissão Censitária Nacional
CGS – *Casa-grande & senzala*
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNE – Conselho Nacional de Estatística
CNG – Conselho Nacional de Geografia
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS/PE – Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco
ELC – Estatuto da Lavoura Canavieira
EPB – *Evolução do povo brasileiro*
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
LSCM – Liga Social Contra o Mocambo
MES – Ministério da Educação e Saúde Pública
MN – *Mucambos do Nordeste*
NOR – *Nordeste*
OIC – *O idealismo da Constituição*
ONB – *O Nordeste brasileiro*
RBE – Revista Brasileira de Estatística
RGB – Revista Brasileira de Geografia
RT – *Região e tradição*
SGRJ – Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
SM – *Sobrados e mucambos*
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UB – Universidade do Brasil
UDF – Universidade do Distrito Federal

SUMÁRIO

Introdução.....	14
-----------------	----

PRIMEIRA PARTE

Federalismo, regionalismo e modernidade

Capítulo 1 – O regime federativo e a crítica ao regionalismo pelo pensamento antiliberal.....	22
---	----

1.1. O pacto oligárquico e a crítica antiliberal ao regime federativo.....	24
--	----

1.2. O “novo” regionalismo: de federalismo oligárquico a movimento revitalizador.....	36
---	----

SEGUNDA PARTE

Ambiguidade na relação política entre o projeto regionalista de Gilberto Freyre e o projeto centralista do Estado Novo (1937-1945)

Capítulo 2 – Mudança nos nexos entre região e nação no Brasil contemporâneo.....	44
--	----

2.1. A Revolução de 1930 e a ressignificação do regionalismo: da assimetria na estrutura de governabilidade federalista à demarcação das áreas de identidade regional constitutivas da “cultura brasileira” (<i>Casa-grande & senzala</i> – 1933).....	47
---	----

2.2. A contemporização das disparidades regionais existentes no Brasil moderno como síntese da ideologia do projeto político (<i>Sobrados e mucambos</i> – 1936).....	64
--	----

2.3. Relações centro-periferia na ordem nacional: a decadência da civilização do açúcar e o restabelecimento da classe agroexportadora nordestina (<i>Nordeste</i> – 1937).....	74
--	----

2.4. O enxerto da memória consuetudinária referente às tradições regionais no imaginário coletivo da nação na forma de cultura histórica (<i>Região e tradição</i> – 1941).....	89
--	----

2.5. A contenda com o poder local: conflitos contra o interventor federal de Pernambuco e o encarceramento de Gilberto Freyre em 1942.....	110
--	-----

Capítulo 3 – A perspectiva empírica: a participação de Gilberto Freyre no programa de ações das instituições políticas, culturais e técnicas do Estado Novo.....	129
--	-----

3.1. “Recuperando o passado colonial”: a colaboração de Gilberto Freyre para o programa de restauração do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).....	131
---	-----

3.2. O impacto de <i>Nordeste</i> na criação e desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a nova divisão regional do Brasil.....	149
3.3. Rede de sociabilidade entre Gilberto Freyre e a elite intelectual do Estado Novo:	
3.3.1. José Olympio, a empresa editorial e a <i>Coleção Documentos Brasileiros</i>	186
3.3.2. Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN e <i>Mucambos do Nordeste</i>	190
3.3.3. Almir de Andrade, <i>Aspectos da cultura brasileira</i> e a legitimação do projeto regionalista negociada diretamente na revista <i>Cultura Política</i>	198
3.3.4. Gustavo Capanema, o Ministério da Educação e Saúde Pública e as missões diplomáticas no exterior.....	215
3.3.5. Diogo de Melo Meneses, Monteiro Lobato e a biografia consagradora.....	237
3.4. O sentido da ambiguidade: oposição e adesão à centralização política na Era Vargas.....	243
Considerações Finais – A função do conceito sociológico de região para a racionalidade burocrática: em busca da modernidade alternativa, endógena e não-mimética.....	268
Referências.....	276
Acervos Pesquisados.....	286

Introdução

Essa pesquisa dedica-se a compreensão dos efeitos político-institucionais resultantes do processo de negociação de interesses entre dois projetos políticos distintos porém complementares: o projeto regionalista de G. Freyre e o projeto centralista de Getúlio Vargas. O objeto privilegiado de análise é, portanto, o processo histórico e os efeitos empíricos dele resultantes. Esse processo ocorreu no curso dos anos 30 e 40, logo após a publicação da primeira obra constitutiva do projeto regionalista, singular no conjunto do pensamento de seu autor: *Casa-grande & senzala*, em 1933. O processo permaneceu ativo nos diferentes contextos que marcaram a ascensão de Vargas e do projeto centralista ao poder, em 1936 com a publicação de *Sobrados e mucambos*, em 1937 com a publicação de *Nordeste* e em 1941 com a publicação de *Região e tradição*. Trata-se do curso da constituição do projeto regionalista que, para realizar os interesses manifestos implícita ou explicitamente no léxico dos textos produzidos por seu líder intelectual, deveria dialogar e estabelecer relações de proximidade, estas entendidas no plano de análise como puramente políticas e objetivas, com os novos “donos do poder”, a elite dirigente do poder central cuja estrutura de governo estava, no contexto posterior ao golpe de Estado de 1937, em processo de reconstrução e ainda comportava diferentes porosidades (entre demandas e problemas) que foram gradualmente equacionadas pelo ente da União.

A principal dessas porosidades, para o aspecto que importa a essa pesquisa, era as divergências e problemas do modo de pensar o fenômeno da diversidade regional que influía na forma de governo da sociedade desde a invenção da nação no século 19, com cada governo, diante das dificuldades de se adaptar às implicações originadas pelo fenômeno, entendendo-o de modos distintos, ora positivando-o como regra para a separação de poderes entre os estados da federação, como no caso da “Política dos Governadores” estabelecida por Campo Sales para funcionar como pacto político oligárquico, ora negando-o como causa da desordem do sistema político formado pelos procedimentos do pacto oligárquico, que estavam em crise, como no caso da interpretação jurídico-política de Alberto Torres e Oliveira Vianna produzida no contexto de crise da República Velha.

Em 1930, o entendimento das características do fenômeno continuava poroso e bastante problemático do ponto de vista de sua conciliação com a forma política da República, em que não havia consenso efetivo acerca de sob qual o método de administração o governo da sociedade deveria ser gerido, se federativo e liberal ou centralizador e forte. Todavia, nos anos 20 emerge o primeiro registro de que havia em Pernambuco um

movimento intelectual algo desconhecido que definiu como objetivo repensar o fenômeno da diversidade regional a partir da perspectiva mais moderna do que as anteriormente introduzidas no Brasil, isto é, pela perspectiva do conhecimento em ciências sociais. Esse movimento intelectual era o “novo” regionalismo e seu objetivo desde os anos 20 era a busca pela inflexão ou mudança do entendimento da função primordial da regionalidade para a elaboração da nacionalidade, sobretudo do ponto de vista político e cultural. A rigor, dessa diretriz do movimento regionalista decorreu o conflito de interpretações sobre as propriedades do regionalismo com o estilo de pensamento dominante nos anos 20 defendido pela escola jurídica fluminense, cujo maior expoente era Oliveira Vianna. No contexto da crise do pacto oligárquico houve, assim, o início da disputa entre diferentes interpretações sobre o regionalismo. Enquanto Oliveira Vianna afirmava que o regionalismo orientava o modelo político fundador do estadualismo, G. Freyre apresentava uma significação correspondente à semântica sociológica do conceito de região, como critério novo sob o qual a construção do Estado nacional moderno deveria ser conduzida.

Quando, em 1933, G. Freyre publicou *Casa-grande & senzala* – que era o livro definitivamente iniciador do projeto regionalista, a despeito da produção intelectual dos anos 20 – o entendimento do fenômeno regional ainda apresentava porosidades e muitos problemas, identificáveis, por exemplo, pelo texto da Constituição de 1934. Com o livro ele esperava constituir as bases para a compreensão mais precisa, tanto moderna quanto cientificamente, das características do fenômeno que permanecia sem interpretação adequada em todo o campo intelectual brasileiro. Nota-se que esse objetivo foi seguido nas outras produções do sociólogo, inseridas e inspiradas no curso do processo revolucionário dos anos 30. Desse ponto de vista, pode-se “ler” G. Freyre como sociólogo cujo pensamento também era revolucionário, posto que conseguiu introduzir no debate político e social decorrente da revolução a reinterpretção do conceito de região produzida e apresentada pelo método da semântica das ideias sociológicas acerca do novo acordo entre o Estado e a Sociedade, explicitando a modernidade revolucionária de seu pensamento.

Esse pensamento – o ideário do projeto regionalista –, apesar de diferir do pensamento de Vargas e, nesse registro, do pensamento dos intelectuais estadonovistas em certos aspectos, como o autoritarismo e a ordem capitalista, também guardava pontos de contato consideráveis com o varguismo, logo ora revolucionários ora conservadores, sobre o peso da tradição nas reformas viabilizadas pela ascensão do varguismo ao poder e que visavam a reconstruir a sociedade mas conservando-lhe determinados valores culturais. O ponto de contato de base era o interesse na conservação do patriarcalismo nas relações sociais rurais e, por extensão, de alguns valores da tradição patriarcal nas cidades

em desenvolvimento como forma de equilibrar ou neutralizar os excessos causados pela modernização autoritária. Essa é uma evidência da negociação de interesses que foi processada sob a égide da conciliação ou do equilíbrio entre blocos de poder. Mais ainda, o ideário do projeto regionalista, ao ser usado politicamente, fecundou a política social do Estado Novo formalizada na produção legislativa, como se poderá entender pelo desenvolvimento da pesquisa que aborda a legislação como dados evidentes do pacto político.

A porosidade do conceito de região tornou-se, entre 1933 e 1945, o eixo central em torno do qual G. Freyre e a elite dirigente do poder central agiram em busca de soluções que se apresentavam como pertinentes, na conjuntura, aos problemas sociais que o conceito revelava, negociadas dentro do recente âmbito estatal entre grupos dominantes. Com a pesquisa, deseja-se sim contribuir para o entendimento de aspectos importantes e até então pouco conhecidos sobre o processo de negociação política que conduziu toda a relação entre o regionalismo e o centralismo na conjuntura do Estado Novo, regime político que permitia a introdução de parte considerável do pensamento freyriano em iniciativas que dependiam da interpretação moderna que G. Freyre proporcionou na sua produção intelectual, não apenas nos livros-base, mas igualmente nos artigos publicados na grande imprensa do Rio de Janeiro e Recife, publicados regularmente entre 1937 e 1945 e lidos e debatidos com grande interesse pela nova elite dirigente do regime autoritário.

O processo caracterizou-se pela ambiguidade representada pela dominância das teses centralizadoras que estabeleceram novos ideais de modernidade como a estruturação do governo da sociedade com base no poder regulatório da União. Essa ambiguidade se manifesta desde as primeiras formulações do movimento regionalista como o contraponto ao modernismo dos anos 20. À primeira vista, essa característica poderia ocultar a percepção mais clara da celebração de acordos de largo alcance social entre G. Freyre e o Estado Novo, como se a centralização fosse um processo jurídico-político que anulava qualquer proposta de regionalização. Ocorre que esse é um equívoco que se buscará desconstruir no desenvolvimento da pesquisa. Ao contrário da busca cega por conflitos e distanciamentos entre os dois projetos políticos, visa-se a identificar os procedimentos e as vias de acesso que conduziram à negociação viabilizadora da celebração do pacto político entre tradição e modernidade nos anos 1930, e com a contemporização do problema das disparidades regionais do Brasil no centro dos interesses políticos. Afinal, a sociedade brasileira expressa combinações entre aspectos da tradição e da modernidade, e esse fato tem suas razões. A ambiguidade característica da relação política entre G. Freyre e o Estado Novo, entre múltiplos contatos e atritos, expressa, pois, o conjunto de ambiguidades e contradições que permeiam os fundamentos do Brasil moderno.

O estudo do objeto de pesquisa parte de dois princípios básicos:

1) A ciência histórica, para existir, exige rigor no uso do método da objetividade científica. O uso do método objetivo tem como pressuposto a regra de que não se pode nem subestimar nem superestimar a importância do objeto de pesquisa – no caso desse estudo, o pacto celebrado entre intelectuais e aparelho de Estado nos anos 1930 – mas produzir a explicação mais plausível possível pela perspectiva interdisciplinar da História Social ligada à História dos Conceitos, e perscrutar o objeto de pesquisa na condição de coisa e dentro de seu valor correto, com o recurso da exegese crítica das fontes documentais mediante o método alternado entre a diacronia e a sincronia aplicado na seleção de aspectos considerados pertinentes ao escopo analítico, quais sejam, as bases do estilo de pensamento na sua *complexidade*, na sua *racionalidade*, na sua *intencionalidade político-ideológica* em relação à conformação da ordem social no Brasil contemporâneo.¹

2) Essa pesquisa situa-se na oposição da abordagem intelectualista e internalista e recorre às categorias elementares da Sociologia para concluir acerca do objeto delimitado, a saber: “*intelligentsia*”, “ideias sociológicas”, “uso político das ideias”, “negociação de interesses” e “contemporização”. A regulação da metodologia assim constituída justifica-se ao se perceber que G. Freyre era sociólogo pertencente à matriz funcionalista e em cujo pensamento desenvolve um projeto político fundamentalmente por meio do conhecimento das Ciências Sociais aplicado ao caso concreto do sentido do Brasil. A substância do projeto regionalista reside na prescrição das formas modernas de intermediação e estreitamento do acordo entre o Estado e a Sociedade, sendo que disso pode-se identificar a especificidade do tempo histórico dentro do qual o projeto foi originalmente gestado: o processo revolucionário de 1930 seguido pela implantação da ditadura que acelerou a transformação da sociedade pelos influxos da modernização que estavam em curso desde meados do século 19, embora cada qual tendo temporalidades diferentes.

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. O problema da objetividade do conhecimento histórico merece consideração precisa. Deve-se considerar que, para efeito desse estudo, orienta-se a aplicação do método de acordo com o paradigma weberiano de pesquisa científica, segundo o qual há leis gerais que condicionam o significado da ação social para os indivíduos, mas que não são iguais às regularidades da razão científica restrita à nomologia da comprovação empírica, como é o caso das ciências exatas e da natureza. O recurso do tipo ideal (a interpretação da ação racional em relação aos fins) garante a objetividade do método de análise porque permite explicar os fenômenos mediante o estabelecimento de sequências causais, o que atesta a cientificidade ou a racionalidade do conhecimento produzido pela pesquisa. Mais ainda, o método do tipo ideal inclui o reconhecimento de que todo estudo objetivo implica a particularização ou redução da realidade empírica, e isso implica considerar que, estendendo o raciocínio a Koselleck, “as fontes tem poder de veto”. No caso da pesquisa histórica essa regra se aplica basicamente à fase documental como prova/testemunho: deve-se problematizar o documento. Portanto, a objetividade desta análise deriva da lógica do método compreensivo aplicado às fontes em recusa da abordagem subjetivista que privilegia a retórica e a alegoria do discurso narrativo.

É, portanto, inadequada a essa metodologia a discussão sobre a estrutura narrativa dos textos freyrianos, tais como as técnicas formais empregadas na exposição, a sua coerência ou incoerência interna e a influência das matrizes que conformaram suas perspectivas teóricas. Apenas à primeira vista é que esse procedimento pareceria inteiramente negligente e contraproducente em se tratando da natureza discursiva do objeto delimitado, o projeto de poder que emanou do campo sociológico. No entanto, o objetivo com esse procedimento é afastar a tradição da História Intelectual que, de modo geral, desde o momento de sua refundação por Arthur Lovejoy em 1936 por meio do *The great chain of being*, insiste com a desconsideração retórica e inadequada a essa pesquisa do vínculo de dependência entre a produção das ideias e das ideologias e a dimensão mundana da existência coletiva no tempo e no espaço, ou seja, o mundo dos interesses dos agentes coletivos. Transportada gradativamente para a historiografia brasileira, essa tradição têm conseguido se tornar dominante ao proceder com a valorização do quadro filosófico (seja epistemológico ou ontológico) interno ao pensamento em detrimento de seu exame sob o ponto de vista das ideologias que se liguem às classes sociais, prescindindo da inquirição acerca dos possíveis acordos estabelecidos com os atores do poder político interessados na conformação da uma ordem pública em escala nacional e internacional.

O caso em questão, isto é, a redefinição do regionalismo por G. Freyre apresentando-o como “novo”, é sintomático da relação complexa existente entre a racionalidade e a função das ideias no interior do processo social. O ano de 1933 pode ser lido como o marco da mudança conceitual de estadualismo para interdependência, ou o início efetivo da redefinição do regionalismo como projeto político, posto que *Casa-grande & senzala* é o texto que apresentou o novo conceito de região de forma compatível com a situação do presente, vale dizer, um conceito cuja significação social, como ideário, era compatível com a situação revolucionária dos anos 30. A mudança foi realizada no léxico desse texto com a redefinição da semântica do conceito e foi continuada, com maior ou menor intensidade/regularidade, nos textos que se seguiram ao primeiro, em 1936 com *Sobrados e mucambos*, 1937 com *Nordeste*, até 1941 em que a mudança conceitual tornou-se ainda mais acessível para a comunidade de leitores, com as ideias de *Região e tradição*. Com efeito, o pensamento de G. Freyre emergiu nos anos 30 com o objetivo de apresentar projeto novo, o projeto do regionalismo, como válido para o presente no sentido de o movimento intelectual abrir-se para negociações políticas que até então, 1933, não haviam sido realizadas com a elite dirigente, referentes aos problemas do presente ligados ao fenômeno ou questão regional. E pode-se perceber, por conseguinte, que a instrumentação do negócio era a escrita da história da sociedade patriarcal dos séculos 16, 17 e 18.

Segundo Koselleck, “toda história revela que o seu ponto de partida, seus grandes momentos, suas peripécias, suas crises e o seu fim são inteligíveis também para os atores participantes”.² No caso da revolução brasileira, essa regra indica que os contemporâneos, ao interpretarem os acontecimentos, produziram um entendimento sobre suas causas e seus efeitos que é distinto do entendimento dos historiadores atuais. Mas o que importa saber é que a revolução deixou marcas na interpretação da formação nacional operada por G. Freyre, que participou do evento na condição de exilado político de 1930. Assim, a exigência metodológica mínima para que se consiga compreender o sentido específico das marcas do evento revolucionário no projeto regionalista é situá-las no quadro da perspectiva histórica em que os acontecimentos e interpretações se interpenetram reciprocamente, e em seguida examiná-las na perspectiva sincrônica por meio da qual se poderá explicar a implicação claramente política, com características de projeto político consolidado, do conceito com que o sociólogo passou a atuar no campo intelectual e no campo político, com base na série documental que se considera sintomática da sua atuação: *Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos, Nordeste e Região e tradição*.³

A pesquisa situa-se numa área que se pode chamar de História Social das Ideias. No esforço de interpretação histórica das ideias sociológicas de G. Freyre explora-se dois níveis de leitura ou análise: a leitura *dialógica*, que exige a compreensão das possibilidades semânticas de cada autor dentro do debate intelectual compartilhado por redes, donde se “lê” as obras “por dentro”, em termos de sua estrutura lógica, se consensual ou concorrente naquele debate, e a leitura *contextual*, que confronta a produção do autor ao processo histórico-social de que ela é produto, donde se procura ler textos e ideias “por fora”, em termos das condicionantes político-sociais de determinado tempo histórico.⁴

O estudo encontra-se dividido em duas partes decorrentes dos níveis de leitura. A primeira parte contém um capítulo que introduz o debate acerca do significado do regionalismo para o projeto de modernidade nacional. Procura-se discutir a atribuição dos diferentes significados por estilos ou correntes de pensamento divergentes nesse aspecto e como, nos anos 20, G. Freyre assumiu a liderança do movimento regionalista definindo-o como novo, dando início à produção de ideias que tinham por objetivo distinguir o conceito de região do velho significado estadualista. A primeira parte, composta por um capítulo apenas, foi pensada de acordo com a perspectiva/leitura de caráter mais teórico

² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC – Rio; Contraponto, 2006, p. 135.

³ Cabe observar que a seleção dos textos que compõem o quadro desta investigação decorre do parâmetro da magnitude do impacto causado na sociedade nacional que foi atribuída aos mesmos tanto pela literatura produzida na conjuntura do Estado Novo quanto pela literatura técnica produzida posteriormente.

⁴ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ou dialógico e serve para introduzir o debate acerca da mudança conceitual operada, como *start*, no contexto da crise do pacto oligárquico dos anos 20. Compara-se a estrutura lógica de textos clássicos do pensamento social brasileiro, de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, com a estrutura dos primeiros textos publicados por G. Freyre no momento assinalado, procurando destacar as novas possibilidades semânticas discutidas pelo sociólogo ao repensar, com uso do repertório científico, os sentidos de região.

A segunda parte da dissertação é composta por dois capítulos e dedica-se a reconstruir (ou seja, descrever e analisar) os aspectos gerais e particulares da ambiguidade que marcou a relação política entre G. Freyre e a elite dirigente do Estado Novo. Entende-se que a relação política foi construída fundamentalmente para a negociação de interesses dentro do âmbito oficial do Estado, logo depois da publicação de *Casa-grande & senzala* em 1933, passando pelas circunstâncias do governo constitucional e pela agitação do Estado Novo, sendo suspensa na nova conjuntura política decorrente da crise do regime varguista, em que a atuação claramente partidária de G. Freyre pela redemocratização revelou sua transição radical: da participação na construção das instituições interventoras à defesa do ideário liberal da elite conservadora reunida em torno da UDN.

O capítulo dois compreende o esforço de leitura contextual acerca da produção das principais ideias sociológicas que constituem o projeto regionalista, seguindo a produção no curso do tempo a partir das interações entre os textos e o contexto ou processo histórico-social que condicionaram sua escrita, como marcas deixadas no léxico pela negociação de interesses com a elite dirigente que o golpe de 1937 empossou no poder, do que se tornou possível, incluindo o apoio recebido imediatamente dos representantes da elite intelectual mineira, carioca e gaúcha, ampliar a circulação do ideário do projeto regionalista no meio político, intelectual e artístico da época, ensejando o seu uso político.

No capítulo três reconstrói-se a experiência da participação de G. Freyre na criação e consolidação das instituições “do” e “pelo” Estado Novo. Procura-se demonstrar como a celebração de acordos políticos com a elite estadonovista permitiu-lhe o acesso ao escalão médio da organização burocrática do regime autoritário, participando e trabalhando, de forma mais ou menos estável, na construção das instituições políticas, culturais e técnico-científicas. Trata-se de reconstruir sua participação na construção da burocracia federal demonstrando que houve, entre 1937 e 1945, a celebração do pacto político viabilizador da confluência entre as teses centralizadoras e a regionalização da administração pública federal. Finalmente, o capítulo três se encerra com a análise do sentido da ambiguidade da relação entre os projetos políticos com base no processo de transição político-ideológica de G. Freyre do antiliberalismo rumo ao liberalismo conservador.

PRIMEIRA PARTE

Federalismo, regionalismo e modernidade

Capítulo 1 – O regime federativo e a crítica ao regionalismo pelo pensamento antiliberal

Tornou-se lugar comum em quase todas as tradições do pensamento social brasileiro a associação mecânica, efetuada tanto ao nível semântico quanto ao nível pragmático, da concepção regionalista de sociedade com a concepção federalista de regime político, cuja primeira figuração ocorre explicitamente nos textos produzidos pelos críticos políticos da Primeira República. Seu maior expoente: Oliveira Vianna, que declarou ter recebido inspiração teórica do pensamento de orientação antiliberal, nacionalista e autoritário de Alberto Torres e de Sílvio Romero.

Certamente, a tendência para a produção de interpretações dualistas acerca das características de natureza institucional da sociedade brasileira – identificando na prática jurídico-política tradicional, bem como na diversidade de culturas regionais existentes no país, uma perene disjunção entre a “realidade concreta” do mundo rural e a “legalidade artificial” do mundo urbano –, indica o traço característico dos diagnósticos histórico-sociológicos que foram produzidos pelos críticos políticos pertencentes, na grande maioria, à geração intelectual dos anos 1920.

Sendo assim, desde a publicação de *A organização nacional*, por Alberto Torres em 1914, à publicação de *O idealismo da Constituição*, por Oliveira Vianna em 1927, formou-se a tradição ligada ao pensamento antiliberal que se identificava com as determinações da ideologia autoritária de Estado, em cujo princípio fundamental, isto é, o ordenamento jurídico da sociedade brasileira visando à estruturação da racionalidade burocrática, operava-se uma crítica contra o efeito desagregador gerado pela introdução do liberalismo na nova forma de governo da sociedade, que foi definida pela elite paulista de “Estados Unidos do Brasil” sob a legenda do Partido Republicano Paulista após a instabilidade do governo de Prudente de Moraes. Assim, pode-se observar que a variante política do federalismo, praticada durante todo o curso da República Velha, e comumente designada de “estadualismo oligárquico” pela historiografia mais recente, foi interpretada por essa tradição antiliberal do pensamento social brasileiro como a ideologia equivalente de “regionalismo”, precisamente porque permitia a manutenção da organização político-social da nação sob o ideário da democracia liberal e sob o processo de concentração assimétrica de poder, renda e desenvolvimento entre as “regiões” (quer dizer, entre as unidades da federação) constitutivas da totalidade do território brasileiro.

De modo geral, o regionalismo figura na interpretação desses intelectuais como indicador inequívoco do “atraso” estrutural da nação. O regionalismo, portanto, encon-

trava-se interpretado nos textos do seguinte modo: a) uma causa geradora da desagregação ou desintegração das elites dirigentes estaduais; b) a ideologia estimuladora do clima de ideias separatistas; c) o responsável pelo recrudescimento da crise econômica que abrangeu as principais *commodities* de exportação destinadas ao mercado internacional; d) o sistema de exclusão da participação da maioria (o povo) em proveito da manutenção dos privilégios da minoria (os oligarcas) por meio dos ataques contra a cidadania.

Como se observa, os críticos políticos consideraram o regionalismo como causa da “desordem” e, por conseguinte, da “ruína” da Primeira República, porque o associavam, na sua interpretação e representação, com os princípios fundamentais do sistema político então vigente. Ou seja, a partir dos anos 20 a palavra “regionalismo” é compreendida como a representação lexical da ideologia política que viabilizava a hegemonia do estadualismo sob os condicionamentos teóricos e práticos do liberalismo, que foi implantado mediante a instituição do pacto oligárquico e que se tornou exequível após a implementação da “Política dos Governadores” por Campos Sales.

Cabe observar que a partir desse contexto o léxico comporta tão-somente a significação pejorativa do vocabulário político que estava disponível aos quadros mentais dessa geração intelectual. Sendo assim, o significado total da ideologia foi definido pelos membros da tradição autoritária como a continuidade, ratificada pela Constituição de 1891, dos vícios habituais da política brasileira, vale dizer, como o principal agente corruptor da cultura política republicana e, por conseguinte, como a “causa” do desvirtuamento do ideal republicano de governo visando à consolidação da unidade nacional.

Aprofundar a compreensão do significado semântico e prático que foi adquirido pelo regionalismo durante a vigência do pacto oligárquico contribuirá positivamente para a própria compreensão do sentido da mudança conceitual operada por G. Freyre no contexto de crise do sistema político dominante no país, considerando que desde 1924, quando retornou ao Recife após sua morada de cinco anos nos Estados Unidos e na Europa para o estudo de graduação e mestrado em Ciências Sociais, o intelectual pernambucano iniciou os esforços de ressignificação do regionalismo pretendendo desenvolver um novo e diferente projeto político que partisse da dialética entre o ponto de vista do sociólogo moderno e a experiência histórico-tradicional de seu meio social originário.

O objetivo é estabelecer a comparação entre o significado tradicional do regionalismo e os novos significados que a ideologia política assume após o movimento intelectual nordestino começar a congregiar maior volume de correligionários, cujo início ocorreu simultaneamente à postulação da crítica antiliberal ao regime federativo.

1.1. O pacto oligárquico e a crítica antiliberal ao regime federativo

Ora, dentro da nossa realidade social, só existe um meio de pô-lo [o magistrado] à altura desta missão [julgar de modo independente]: é colocá-lo sob a égide da União. Tendo, pelo regime federativo, entregue a Polícia Civil e a Polícia Militar aos governos estaduais – o que equivaleu, na prática, a entregá-las aos chefes de aldeia – o poder central, isto é, o Estado nacional está logicamente obrigado a acudir as nossas populações do interior contra as possibilidades de arbítrio desta força imensa, que é o poder público, colocado, em virtude do sistema federativo dominante, imprudentemente, nas mãos das autoridades locais. Este é um drama seu, dever político – porque concernente à missão essencial do Estado, que é realizar e assegurar o direito.⁵

O debate acerca da forma de governo mais adequada do ponto de vista da estabilidade da ordem republicana depois das sucessivas intervenções militares na sociedade civil encontrou na escolha do federalismo sua solução imediata, que se tornou consubstanciada após a promulgação da Constituição Federal de 1891, quando se realizou uma nova divisão política do território nacional e buscou-se a consecução do equilíbrio entre o poder regulatório da União e o poder executório dos Estados Federados. Entretanto, a ruptura com o regime monárquico do século 19 não implicou ruptura com a cultura oligárquica das elites dirigentes no que concerne ao efetivo processo de inclusão das classes populares na democracia representativa, o que certamente não configura a ocorrência de uma revolução na estrutura institucional do país após o instante da Proclamação.

O fator precípua da mudança política ocorrida com o advento da República reside no argumento de que a extensão territorial da nação deveria ser oficialmente considerada em matéria das finalidades práticas do novo modelo de administração pública, o que induziu o entendimento de que a descentralização do poder público realizada mediante os procedimentos de liberalização em direção aos governos estaduais geraria o esperado efeito estabilizador consoante a vastidão do território. Trata-se, efetivamente, da única mudança ocorrida em toda a política nacional, embora houvesse a ação de intelectuais no sentido de propugnar pela implementação de um pacote de reformas cujo objetivo era a consolidação do Estado liberal após a abolição do sistema escravista em 1888, o qual foi realizado apenas parcialmente por decorrência de um conjunto de causas.

De qualquer maneira, o que importa assinalar é que a implantação do regime federativo dependeu da conservação do liberalismo no interior das instituições republicanas, e isto é suficiente para verificar que, apesar da exponenciação de posições contrá-

⁵ VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939, p. 295.

rias à hegemonia do pacto oligárquico por diversos atores, a ordem repressiva dos movimentos sociais que lutavam por participação foi conservada de modo fortalecido.⁶

Oliveira Vianna, quem foi referido como o paradigma do argumento antiliberal contraposto ao federalismo, valeu-se da corrupção da magistratura rural no momento em que escreve para fortalecer sua argumentação crítica. Segundo seu entendimento, a realidade social do Brasil era totalmente incompatível com o modelo de “federação centrífuga”, basicamente porque o tipo de organização político-social descentralizada e liberalizante dependia da preexistência de um arranjo institucional composto por uma pluralidade de forças autônomas que equilibrassem a tensão existente entre a ordem legal e a liberdade do indivíduo. Se a experiência histórica demonstra que a sociedade brasileira foi formada com base no insolidarismo patrimonial das elites latifundiárias, e cuja ação coletiva não atendeu à demanda pela construção do poder público em bases democráticas e participativas, portanto a introdução do modelo de “federação centrífuga” é inadequada à nossa realidade por decorrência de seus condicionamentos técnicos e objetivos.

Essa consideração integra o diagnóstico comum entre os intelectuais pertencentes à matriz nacionalista, adquirindo características próprias a partir dos anos 10. Desde então, as críticas dirigidas contra a “mentalidade” das elites dirigentes estaduais, porque insistiam em prosseguir com a transplantação de ideias e instituições políticas consideradas como “exógenas” e/ou “exóticas” com relação às especificidades do “Brasil real” porque “rural”, recebe progressivamente maior volume de adesões após a publicação de *A organização nacional* por Alberto Torres, o que resultou na formação de uma unidade de crítica por meio de um padrão consensual que foi disseminado dentre o corpo de intelectuais de orientação antiliberal e nacionalista oriundos da Primeira República.

A unidade desta crítica centrou-se na vigência do regime federativo, bem como nos fenômenos congêneres que dele resultaram, quais sejam, o estadualismo, o coronelismo e o oligarquismo. Ao se conjugarem em torno de um mesmo pacto político, os fenômenos ensejavam o predomínio do poder das oligarquias estaduais aliadas aos coronéis locais perante a “autoridade pública nacional”, isto é, o Poder Executivo Federal.⁷

O diagnóstico histórico-sociológico acerca da impossibilidade da construção do Estado nacional moderno no Brasil a partir do paradigma liberal convergia com a visão de mundo dos intelectuais que não transigiam com o legado da dupla orientação transmitida pelo presidente da República Campos Sales. Isso significa que a concepção dos

⁶ LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

intelectuais de orientação antiliberal, ao ser explicitada, constituiu uma contraposição à continuidade do sistema político dominante, cujo funcionamento dependia dos valores e procedimentos do pacto oligárquico, fossem constitucionais ou inconstitucionais.⁸ Não obstante, o diagnóstico dos técnico-intelectuais alojados no aparelho de Estado refutava e buscava reorientar toda a construção jurídica dos artigos que compõem a Constituição Federal de 1891, como é o caso da obra de Alberto Torres. Trata-se, pois, de uma característica fundamental das ações dessa geração intelectual, a qual se nutria por meio da publicação de textos constitutivos de uma ideologia inteiramente diferente, uma vez que após a Primeira Guerra Mundial havia a demanda social, especialmente no caso brasileiro – nação situada na periferia do capitalismo –, pela reconstrução total do paradigma liberal e do conceito de parlamentarismo e de cidadão liberal.

É esse referencial maior que sofrerá impactos profundos após o término da Primeira Guerra [Mundial], permitindo uma melhor compreensão das novas orientações que passarão a marcar o pensamento social brasileiro nas décadas de 20, 30 e 40. Correndo muitos riscos, pode-se assinalar que, grosso modo, para uma grande maioria de intelectuais, agora se tratava de apontar não a existência de condições adversas à vigência do modelo de Estado liberal, mas a sua real impossibilidade e indesejabilidade de adaptação ao Brasil.⁹

Cumpre assinalar que os anos 20 demarcam no Brasil a emergência de um novo sistema ideológico, que se apoiava no pensamento político autoritário cuja formação resultou da observação direta da situação de descompasso entre a vigência da ordem liberal e os ideais de sociedade moderna que existiam na forma de expectativa a partir do início do século 20. Sendo assim, o objetivo elementar desse pensamento político autoritário consistia no empreendimento da conceituação e da legitimação da autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade, o que revela a ocorrência, a partir de 1914, de uma profunda inflexão no substrato das análises e prescrições dos pensadores sociais brasileiros em sua generalidade: do antigo substrato juricista e legalista que pretendia introduzir no país os princípios estruturantes da modernidade política, na qual predominasse as regras universais do Estado liberal, de caráter impessoal e racional-legal e fundadas em uma estrutura institucional com partidos políticos e parlamento, que incentivasse a participação do cidadão no poder – cujo maior expoente certamente foi o jurista

⁸ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 9).

⁹ GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Coordenação geral de Fernando Novais. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 504.

Rui Barbosa¹⁰ – ao novo substrato da “moderna jurisprudência sociológica”, isto é, o sistema ideológico de orientação antiliberal e autoritária no qual eram repelidas todas as representações conducentes à noção de um “mercado político”,¹¹ definido como o resultado indesejável do paradigma liberal que, no caso brasileiro, permitiu a competição das forças econômicas oriundas do livre mercado com o poder regulatório do Estado-nação. Portanto, a característica fundamental deste ponto de inflexão ocorrido no pensamento social brasileiro a partir de 1914 é o projeto explícito de reestruturar a fronteira entre a esfera pública e a esfera privada mediante o predomínio e controle da regulação do Executivo sobre os interesses do mercado, fossem industriais, fossem parlamentares.¹²

A partir desta síntese acerca das características do pensamento social brasileiro, bem como das causas determinantes das renovações em sua estrutura, e tendo em vista a pertinência do processo histórico de nacionalização do poder público no Brasil, torna-se oportuno a seguinte indagação: qual é o sentido da relação existente entre o pensamento comum entre A. Torres e O. Vianna, a revisão jurídica dos artigos formativos da Constituição Federal de 1891 e as críticas ao estadualismo oligárquico vigente durante a estabilidade do regime federativo e comumente designado de “regionalismo”?

A rigor, considera-se a questão como elementar para pensar o modo pelo qual o modelo regionalista adquiriu a significação pejorativa referente à experiência estadualista do regime federativo, posto que o que se visa a compreender é a dinâmica do contexto definidor da estrutura de significados que o modelo regionalista de ordem institucional adquiriu entre os anos 10 e 20. Para tanto, a técnica da alternância entre a sincronia e a diacronia na comparação da interpretação e representação dos intelectuais de orientação antiliberal com a moderna concepção de diversidade regional, o que passa pela produção do conceito moderno de região por G. Freyre, revela-se como o recurso investigativo mais adequado e será, portanto, o caminho trilhado por essa pesquisa.

A questão efetuada indagou pelo sentido da relação entre a revisão jurídica da Constituição de 1891 e a crítica antiliberal ao regionalismo. Não obstante, a pertinência e utilidade dessa indagação são reveladas na medida em que se compreende que o meio escolhido pelos intelectuais brasileiros, sobretudo por aqueles que se vincularam à tradição autoritária do pensamento social, para desenvolverem sua argumentação crítica foi, precisamente e acima de tudo, a dialética operada entre três procedimentos elementares: a crítica, a contestação e a proposição prática realizadas no mesmo texto. Isso pressupõe

¹⁰ *Idem*, 1998.

¹¹ LAMOUNIER, Bolívar. *Op. cit.*

¹² MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978.

que à argumentação crítica do regime federativo se seguiu a revisão jurídica dos artigos constitucionais, a qual contestava a forma de governo vigente, sendo que todos os procedimentos foram efetuados de modo idêntico em certo conjunto de textos cuja natureza é, indubitavelmente, jurídica e política. Assim é que a função crítica e a função prática direcionadas respectivamente ao passado e ao presente foram desempenhadas em *A organização nacional*, de Alberto Torres, bem como no *Evolução do povo brasileiro* e no *Idealismo da Constituição*, ambos publicados por Oliveira Vianna nos anos 20.

Sendo assim, os procedimentos efetuados de modo idêntico resultaram na formação dum consenso valorativo que foi introduzido na argumentação crítica acerca dos eventos contemporâneos por ambos os intelectuais. A função prática desse consenso na argumentação consistiu em consolidar o sistema ideológico com o qual se tornou possível construir o campo simbólico de representação da estrutura de significados do regionalismo, recebendo inspiração do curso dos eventos ocorridos na Primeira República.¹³

O modo de utilização do consenso nos procedimentos de crítica, contestação e revisão condicionou as formas de interpretar os efeitos considerados “predatórios”, porque “desagregadores”, da política oligárquica que vigorou durante todo o período republicano de acordo com a autorização explícita da Constituição Federal para ser praticada, tendo sido redefinida pelo presidente Campos Sales mediante a bipartição, com as partes substantiva e procedural, da “Política dos Governadores”.¹⁴ É, portanto, por meio dessa representação – que sintetiza todos os procedimentos efetuados pelos intelectuais em questão –, que a significação pejorativa do regionalismo pôde ser construída. Trata-se do campo simbólico por meio do qual se tornou possível efetuar a associação, constitutiva do significado pejorativo, entre a conjuntura recente da política oligárquica praticada em bases legalizadas e liberalizantes e sob a eclosão de conflitos de interesses comerciais e territoriais e o modelo regionalista de ordem institucional.

Desse modo, pode-se concluir que o mecanismo por meio do qual Alberto Torres e Oliveira Vianna produziram a crítica ao regionalismo foi a construção de um campo simbólico de representação de significados ideológicos. Dessa representação resultou o argumento – que passará a ser contestado e retificado por Gilberto Freyre a partir de 1924 – segundo o qual o modelo regionalista era a principal causa da “ruína” do projeto republicano de consolidação da unidade nacional, cujo efeito foi a real inviabilidade do ideário liberal no país. Adicionalmente, desse mesmo campo simbólico de representação derivou outro argumento, correlacionado ao primeiro, afirmativo que o regionalismo da

¹³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

¹⁴ LESSA, Renato. *Op. cit.*

Primeira República estimulava a ocorrência de conflitos entre grupos de interesses antagônicos, de natureza territorial, comercial ou classista e com distribuição no âmbito local e regional da vida política. Ou seja, de acordo com a representação, o modelo seria a causa dos acontecimentos que resultaram no “caos” do sistema político republicano, no sentido de que o modelo teria ensejado a ocorrência de conflitos entre classes sociais e grupos de interesses antagônicos, os quais, por permissão do preceito jurídico de que o art. 6º da Constituição trata, disputavam as posses territoriais de cada unidade da federação de modo livre, portanto sem coibição proveniente do poder público, sendo que a “ideologia dos potentados locais” (a visão de O. Vianna) estaria se consolidando na prática política como processo de caráter nocivo à soberania e à coesão do grupo nacional.

Certamente, é a esta situação histórica na qual se verifica o conflito pela extensão e pela produtividade das propriedades latifundiárias na esfera privada, bem como pelas fronteiras limítrofes entre as unidades da federação – como ocorreu, por exemplo, com a Guerra do Contestado entre Paraná e Santa Catarina –, que os críticos da Primeira República designavam consensualmente de “regionalismo”. Isso significa que o contexto do regionalismo equivaleria, na representação, à conjuntura de desintegração da sociedade brasileira algo retardadora da construção efetiva da comunidade nacional.

Assim, no contexto em que predominava o modelo regionalista nos interesses e nas ações dos partidos políticos, o projeto nacional tornou-se irrealizável. Não obstante, cumpre acrescentar que a disputa por hegemonia na sucessão presidencial entre os dois governos estaduais mais desenvolvidos do ponto de vista de sua economia agrícola (notadamente, São Paulo e Minas Gerais) e os demais governos que disputavam o pleito ao cargo de presidente da República, também foi considerada pelos críticos como fenômeno político resultante do modelo regionalista constituído em bases propensas à fomentação do conflito interestadual. Nesse particular, a representação lexical do modelo adquiriu o significado equivalente de “provincialismo” e de “localismo” como fonte de poder político arregimentado pelo clima de ideias (ou ideologia) que ensejava o progresso dos interesses e o esforço de coordenação autônoma apenas ao nível do poder local, portanto de modo “antinacional”.¹⁵ No que tange a construção desse significado ideológico, observe-se o argumento de O. Vianna representando-o no ensaio de 22 do seguinte modo:

Os elaboradores do novo regime, limitando cuidadosamente os poderes da intervenção do centro na vida política e administrativa dos estados, dão a estes a plena liberdade de se organizarem como entender, com a restrição apenas de respeitarem “os princípios constitucionais

¹⁵ VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

da União”. Cada estado elege, assim, as suas autoridades executivas e as suas assembleias legislativas; organiza, ao seu jeito, a sua administração; forma a sua burocracia; institui a sua magistratura; perfaz o serviço policial com autoridades suas; têm as suas brigadas policiais, os seus xadrezes, os seus serviços públicos, as suas escolas e o seu magistério, os seus prefeitos ou intendentos municipais, o seu código administrativo, a sua legislação processual: em suma, uma Constituição sua, um Poder Executivo seu, um Poder Legislativo seu, um Poder Judiciário seu, uma estrutura administrativa inteiramente sua [...] Como o regime é de separação de poderes, ele [o presidente da República] não tem, por exemplo, o recurso da dissolução da Câmara, na hipótese de um conflito entre esta e ele. Não pode fabricar Congressos Nacionais seus, ao seu jeito e gosto, ao contrário: está sujeito aos Congressos manipulados pelas situações dominantes nos estados.¹⁶

Cumpra entender o significado da relação existente entre o exercício de revisão jurídica do texto constitucional e o campo simbólico de representação ideológica, que a partir de 1914 centrou-se nos efeitos políticos do federalismo, e que apresenta evidentes desdobramentos na linha de argumentação presente nos anos 20. Trata-se de outra parte constitutiva da presente análise documental, que busca identificar os principais meios de construção do significado ideológico que o “regionalismo brasileiro” adquiriu durante o referido contexto (a República oligárquica), bem como distinguir com mais clareza entre o significado tradicionalmente estadualista do “velho” modelo e os “novos” significados decorrentes do processo de mudança conceitual operada por G. Freyre durante os dois períodos de tempo essenciais: 1º) entre 1924 e 1930; 2º) entre 1930 e 1945.

A função do exercício de revisão jurídica dos artigos formativos da Constituição é prática e agia de modo integrado à função crítica direcionada simultaneamente ao passado colonial e ao passado imperial da sociedade. Desse modo, a função prática tornou-se outro desdobramento do campo de representações desenvolvido pelos autores.

Essa função prática consistia em propor a modificação substantiva na letra e no espírito da lei buscando a inibição das forças centrífugas que, segundo a representação, comprometiam todo o processo de organização das instituições jurídicas e políticas que serviriam para a construção da ordem corporativa com tipo padronizador da sociedade. Assim, percebe-se que a revisão jurídica do texto constitucional guardava relação direta com a intenção de ambos pensadores autoritários, porque constituía outro meio de conclamar a extinção do modelo regionalista no contexto de crise do pacto oligárquico, um momento em que havia vários outros projetos políticos em gestação, mas que receberam importantes contribuições e se consolidaram nos anos 30 a partir da publicação das outras obras integrantes do pensamento de O. Vianna e dos intelectuais antiliberais.

¹⁶ *Idem*, p. 315-316 (grifo do autor).

Na realidade, a intenção explícita de modificar o texto constitucional – de modo a alterar, acrescentar ou excluir seus artigos – revela a preocupação central de Alberto Torres e Oliveira Vianna em construir as bases formais de sustentação do projeto político que prescrevia reformas amplas na estrutura de poder por meio da “ascensão soberana do poder federal”¹⁷, ou melhor, por meio da implantação do Estado forte.

Mais ainda, verifica-se que o mecanismo por meio do qual os intelectuais construíram a crítica dirigida à política oligárquica e, por conseguinte, representaram o significado pejorativamente estadualista do regionalismo brasileiro foi, com efeito, a revisão jurídica dos artigos da Constituição, o que implica que os autores efetuaram a crítica ora de modo implícito ora de modo explícito por meio do empreendimento da revisão, todavia de maneira completamente articulada ao entendimento comum entre ambos acerca das condições de estruturação formal do regime centralizador. Trata-se de outra característica em comum na produção do diagnóstico histórico-sociológico acerca da formação nacional, que correlacionou passado, presente e futuro com objetivos claramente utilitários, consistindo em alterar o sentido do preceito constitucional vigente na situação política para viabilizar a fundação do autoritarismo de Estado, e visando, sobretudo, a inibição da continuidade do regime federativo que impedia o pleno funcionamento da União.

É claramente perceptível que a crise do pacto oligárquico durante todo o curso dos anos 20 incentivou a consolidação da ideologia autoritária de Estado; fato que pode ser interpretado como o processo de preparação intelectual da Revolução de 1930 e do Estado Novo.¹⁸ Nesse particular, o novo preceito constitucional de Oliveira Vianna, que passou a vigorar em 1937, está sintetizado no seguinte postulado: “Nenhum estado, como nenhum cidadão e nenhuma classe, tem direitos contra a coletividade nacional. Não há direitos contra a nação – e é a concordância com o interesse desta que dá legitimidade ao interesse do estado, da classe ou do cidadão. Este é que parece dever ser o postulado fundamental, que nos deve inspirar na elaboração da nova Carta Constitucional”.¹⁹

O ponto de vista centralista e unionista de Oliveira Vianna não emergiu como inédito na duração do período republicano, porque desde 1914 Alberto Torres já havia se consagrado como o arauto do pensamento centralizador após publicar *A organização nacional*. Há, entretanto, uma unidade que entrecruza o pensamento de Oliveira Vianna com o pensamento de Alberto Torres: os procedimentos de crítica, contestação e revisão jurídica efetuados em determinado conjunto de textos. Sendo assim, além da formação

¹⁷ *Ibid.*, p. 346 (EPB).

¹⁸ LAMOUNIER, Bolívar. *Op. cit.*

¹⁹ VIANNA, Oliveira. *Op. cit.*, p. 286-287 (OIC).

do ponto de vista centralista em comum, ocorre a efetuação explícita da revisão do texto constitucional em suas obras, o que as uniu em torno de um mesmo objetivo, que é, como já foi assinalado, a representação do significado ideológico do regionalismo forçando sua eliminação da política e a consequente reestruturação da ordem jurídico-político-social mediante o trabalho intelectual e o trabalho técnico de seus autores.

Não por acaso, dois foram os artigos constitucionais que receberam o volume maior de críticas e cuja revisão apontava-se como necessidade perene que exigia do governo da situação uma solução imediata, sendo eles: o art. 6 (“Da organização federal”) e o art. 65 (“Dos estados”) registrados em duas seções da Constituição Federal.

O art. 6 dispunha que:

O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos estados, salvo:

§1º. Para repelir invasão estrangeira, ou de um estado em outro;

§2º. Para manter a forma republicana federativa;

§3º. Para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos estados, à requisição dos respectivos Governos;

§4º. Para assegurar a execução das leis e sentenças federais.²⁰

O artigo 65 dispunha que:

É facultado aos estados:

§1º. Celebrar entre si ajustes e convenções sem caráter político;

§2º. Em geral, todo e qualquer poder ou direito que lhes não for negado por cláusula expressa, ou implicitamente contido nas cláusulas expressas da Constituição.²¹

Referindo-se ao elevado grau de liberalismo político contido no art. 6, Torres interpretou como a causa geradora da improbidade administrativa que estava sendo praticada no interior de cada governo estadual. Ou seja, para Torres, o art. 6, ao integrar a sistematização do regime de descentralização do poder público, terminava por legalizar o pacto oligárquico resultante da “Política dos Governadores”, o que inviabilizava todo o projeto de construção do sistema político tutelar. Nesse sentido o autor argumentou:

O artigo VI é uma das grandes molas da política e da vida institucional do país. Sua interpretação, dada com a tendência estadualista e o critério de exegese jurídica, dominantes no espírito dos homens públicos, é causa da consolidação desse estado de coisas que fez dos nossos vinte estados os vinte eixos da política do país, assim desmembrada

²⁰ CONSTITUIÇÃO VIGENTE. In: TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 437.

²¹ *Idem*, p. 455.

em outras tantas tendências, opostas e em conflito. Sendo os grupos políticos estaduais, ou melhor, seus grupos partidários, mais fortes que a autoridade nacional, a *política* – nome que se dá à luta em que se agitam – gravita inteira em torno das posições locais. As transitórias organizações federais não são mais que combinações de tais tendências e interesses divergentes, e a atividade pública nacional é feita do amálgama de suas concentrações passageiras em torno dos governos locais, atadas, por conchavos pessoais, em partidos nacionais.²²

A solução pensada pelo intelectual para a extinção do “vício” do estadualismo consistia no equacionamento do problema pela via constitucionalista: segundo o autor, fazia-se necessário a conversão da lógica do paradigma liberal expresso na Constituição para a lógica do paradigma antiliberal de caráter intervencionista, cuja consubstanciação ocorreria somente por meio da promulgação de uma nova Constituição Federal, a qual deveria necessariamente realizar a referida conversão de modo que consolidasse a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade. Com efeito, a União se tornaria a entidade jurídica responsável pela intervenção regulatória do Estado em nível nacional, isto é, interviria em todas as unidades da federação constitutivas do território brasileiro.

Igualmente ao modo de crítica política e revisão constitucional de A. Torres, O. Vianna também pugnou pela aplicação imediata de seu projeto político. Não obstante, o regionalismo que fora identificado nas ações dos governos republicanos figurou como o alvo privilegiado do campo simbólico de representação ideológica, integrando ao projeto comum entre ambos o significado pejorativo resultante da associação mecânica entre a experiência estadualista e territorialista da Primeira República e o modelo regionalista. Da função prática direcionada à revisão do texto constitucional também derivou a possibilidade concreta da construção do significado estadualista e territorialista que foi atribuído unicamente ao regionalismo, que finalmente passa a ser compreendido pelos contemporâneos como o léxico da ideologia política causadora do desvirtuamento do ideal de governo descentralizado expresso na “Política dos Governadores” de Campos Sales.

Desde que o aceitamos [o postulado do direito inalienável da nação], não creio que possamos conservar a organização federativa, tal como a exprime o art. 65, § 2.º, da Constituição, quando declara caber aos estados todo e qualquer poder ou direito que não lhe for negado por cláusula da Constituição. Este dispositivo constitucional exprime uma concepção do Estado Federal que me parece incompatível com as nossas realidades e necessidades presentes e, mesmo, com o sentido superior da Revolução de 30, que é de integração nacional. Os fundamentos da nova estrutura federal, que vamos organizar, deviam assentar sobre o princípio oposto: o da reserva, a favor da União, de todo poder

²² TORRES, Alberto. A União e as províncias: princípios fundamentais. In: _____. *A organização nacional*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 321-322 (grifo do autor).

ou direito não conferido expressamente aos estados [...] Essa orientação moderna não pode deixar de inspirar a elaboração de um anteprojeto de revisão constitucional. Ela se impõe pelas razões acima aduzidas e poderíamos realizá-la, modificando, em favor da União, a prescrição do art. 65 da Constituição e estabelecendo, ao contrário do que ali se estatue, que caberá à União todo e qualquer direito ou poder que não for expressamente ou implicitamente conferidos aos estados.²³

Pode-se inferir que a revisão jurídica da Constituição de 1891 efetuada no conjunto de textos referidos, não obstante o ato reivindicatório de sua aplicação imediata, se tornou outro mecanismo por meio do qual ambos os intelectuais terminaram por fixar o significado pejorativo do regionalismo brasileiro. Nesse sentido, percebe-se que uma há uma relação direta entre o contexto em que o pacto oligárquico começou a declinar, ou seja, a crise do sistema político e econômico ocorrida na década de 1920 por decorrência de determinações internas e externas, e a elaboração e subsequente fixação do significado estadualista/territorialista atribuído aos resultados da ação política orientada pelo modelo regionalista no curso da Primeira República, o que explica o porquê de os resultados empíricos dessa ação ter sido considerados como “nocivos” para o projeto de consolidação da unidade nacional e, portanto, considerados como indesejáveis para a projeção do futuro da nação, do qual se esperava a realização acelerada de mudanças estruturais na organização de todos os níveis de poder no interior da sociedade brasileira. Essa constatação decorre da observação atenta aos argumentos de O. Vianna. Vale a citação:

Só os cegos não verão que o desenvolvimento deste tecido conjuntivo [a organização da classe trabalhadora em torno da instituição sindical sob o comando do poder central], a sua rápida e crescente anastomose, implicará na morte, por asfixia lenta, do nosso velho espírito regionalista, com o seu territorialismo mal compreendido [...] Há quinze anos, quando escrevemos este livro, ao sintetizar as tendências da nossa evolução política, dizíamos, concluindo, que tudo estava indicando que o poder central acabaria tendo sobre as forças centrífugas do localismo e do provincialismo o triunfo definitivo. Os acontecimentos estão mostrando que esta conclusão – induzida da observação dos fatos da nossa realidade política e social – não continha uma profecia vã. O direito da Nação à sua unidade e, como expressão desta unidade, à sua supremacia sobre todos os centros regionais e locais de vida política, é hoje, com efeito e tudo o está demonstrando – um direito definitivamente adquirido, para sempre incorporado ao patrimônio constitucional do país. Nenhum brasileiro, dotado de um grão de senso político, por menor que seja, admitirá mais a possibilidade de um retorno à dissociação e à desintegração anteriores.²⁴

²³ VIANNA, Oliveira. *Op. cit.*, p. 287 (OIC).

²⁴ VIANNA, Oliveira. *Op. cit.*, p. 17-18 (EPB).

Foi especificamente sobre o significado estadualista e territorialista produzidos no contexto de crise do pacto oligárquico que G. Freyre centrou o alvo de seus contra-argumentos, os quais tinham o claro objetivo de se estenderem funcionalisticamente em direção à reconstrução teórica do conceito de região de modo simultâneo à efetuação dos procedimentos de crítica, contestação e revisão jurídica que permitiram a fixação do significado pejorativo do regionalismo brasileiro por ambos os intelectuais referidos.

A postulação de contra-argumentos por Gilberto Freyre nos anos 20 configurou o que Pierre Bourdieu designa de “lutas simbólicas de divisão regional”²⁵, que tiveram desfecho do ponto de vista empírico apenas na conjuntura do Estado Novo. Entretanto, pode-se argumentar que a simultaneidade entre os argumentos críticos que foram dirigidos ao regionalismo pelos intelectuais da tradição autoritária e a postulação de contra-argumentos de natureza social, cultural e estética por Gilberto Freyre durante o referido contexto – visando à redefinição da ideologia política –, configurou o início da disputa pela indicação do sentido contemporâneo da identidade nacional em meio aos condicionamentos políticos da crise do pacto oligárquico. Certamente, a conclusão, por conciliação de interesses, desta disputa simbólica aconteceu somente na duração da ditadura do Estado Novo, embora os anos 20 configurem o início da tensão existente entre as distintas concepções acerca da função das regiões para a concreção da nacionalidade.

O movimento intelectual que assumiu a consciência da mudança de paradigma político no tempo histórico, bem como da mudança conceitual no contexto de crise político-econômica, permaneceu sob a denominação de “regionalismo”, o que significa que, naturalmente, seu léxico não foi alterado nem mesmo sob a pressão dos acontecimentos políticos recentes, posto que é da natureza da linguagem dos conceitos a conservação de sua estrutura semântica no curso dos eventos.²⁶ No entanto, o conteúdo sociológico do moderno conceito de região divergirá diametralmente da experiência estadualista e territorialista que foi identificada na prática jurídico-política do período pré-Revolução de 1930 por efeito das operações intelectuais realizadas pelo grupo ascendente nordestino.

Rigorosamente, de 1924 a 1930 ocorreu o início da gestação do “novo regionalismo” no compasso do movimento duplo: subsumindo seu conteúdo político-partidário, bem como seu conteúdo predatório da soberania, da organicidade e da coesão do grupo nacional, para reivindicar a propriedade de moderno movimento intelectual pertencente à elite pensante do Nordeste agrário: o regionalismo nordestino.

²⁵ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. Social history and conceptual history. In: _____. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

1.2. O “novo” regionalismo: de federalismo oligárquico a movimento revitalizador

O objetivo desta parte da pesquisa não é desenvolver uma análise aprofundada das relações tensas entre a concepção do regionalismo nordestino e a concepção do modernismo paulista e carioca acerca da literatura brasileira, as quais foram marcadas pela produção de críticas em regime de reciprocidade, o que gerou uma polêmica duradoura. O objetivo tampouco é acompanhar minuciosamente os marcos na sequência da produção intelectual de Gilberto Freyre durante o curso dos anos 1920; pesquisa que, aliás, já foi realizada por Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci²⁷ ao escreverem a biografia cultural do sociólogo pernambucano durante o período de 1900 a 1936.

O objetivo desta parte consiste, sobretudo, em situar o regionalismo nordestino no exato momento em que a ideologia sofre a primeira inflexão em suas estruturas retórica e lógica, de forma a assinalar amplas diferenças existentes entre o significado estadualista e territorialista que foi construído discursivamente por Alberto Torres e Oliveira Vianna e os novos significados que o modelo adquiriu mediante o primeiro exercício de teorização efetuado pela elite pensante do Nordeste agrário, o que ocorreu simultaneamente à construção do significado pejorativo pelos intelectuais estudados.

Com isso, espera-se preparar a elevação do grau de entendimento da problemática central abordada por essa pesquisa, porque situar o regionalismo na disputa entre as distintas representações e compreender o modo pelo qual G. Freyre inovou ao transformar a sua estrutura de significados implicará a elevação no resultado final da análise do objeto, que é o pacto político celebrado entre o Estado Novo e o projeto regionalista.

Duas foram as principais atividades de Gilberto Freyre desde o seu retorno ao Recife até sua partida ao exílio por decorrência da revolução política de 1930: jornalista e organizador de coletâneas de ensaios.²⁸ Sendo assim, pode-se considerar que o autor estava de fato consciente do significado pejorativo que o regionalismo assumiu no contexto da Primeira República, precisamente porque era conhecedor das obras produzidas por intelectuais das diferentes partes do país, além de ter se aproximado de literatos, artistas e jornalistas de Pernambuco e de outros estados, tal como o excerto alocado abaixo pode provar. Nele, Freyre refere-se ao fenômeno da formação do pensamento crítico integrado à consciência da contemporaneidade dos anos 20, reunindo a intelectualidade brasileira em torno do movimento renovador com características específicas de geração.

²⁷ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁸ *Idem*.

Felizmente, da nova geração brasileira surgem esboços de "leaders" e sombras de profetas: Agrippino Grieco, Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo, Antônio Torres, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Tristão de Athayde, Perillo Gomes, Andrade Muricy e Tasso da Silveira. Em recentíssimo trabalho sobre "O Pensamento Filosófico no Brasil" destaca o sr. Renato Almeida, na geração que se forma, "pendores para a crítica, a analyse e a indagação", ausentes nas gerações predecessoras. Nós precisamos pôr ao serviço de um grande esforço de introspecção nacional esses plásticos recursos do espírito crítico. Paralelo a um esforço de reação contra os falsos valores de vida, economia e cultura que nos impuseram uma filosofia e um liberalismo sem raízes nos nossos antecedentes e nas nossas atualidades, semelhante inquérito está a impor-se como o programa da nossa geração. Quase se pode dizer que "tout se joue sur nos têtes" [tudo depende de nossas cabeças].²⁹

A atuação de G. Freyre no contexto de formação da geração intelectual de 1920 consistia em estimular de modo crítico o ambiente de renovação cultural (ou renovação do pensamento crítico) que foi instaurado na cidade do Recife, recebendo gradativamente maior adesão de diversos outros intelectuais, sobretudo nordestinos, que tinham por intenção partilhar o desenvolvimento da reinterpretação acerca das múltiplas dinâmicas implicadas nas tradições regionais e históricas, praticadas tanto no meio rural quanto no meio urbano, tendo sido interpretadas como as expressões materiais e simbólicas da vida social das regiões. Nesse sentido, o objetivo primário do movimento intelectual que começou a congregar seus correligionários após o retorno de G. Freyre era conferir inteligibilidade narrativa aos fenômenos socioculturais ocorridos nos espaços regionais que, segundo a nova interpretação, fundam o sentido contemporâneo da identidade nacional.

Assim se pode concluir que durante os anos 20 os intelectuais nordestinos não utilizavam argumentos de natureza estritamente jurídica para contestar a representação ideológica que foi projetada sobre o regionalismo. A estratégia privilegiada por Gilberto Freyre para exponenciar sua posição no debate sobre o problema da relação entre a diversidade e a unidade do Estado nacional moderno consistiu na produção de argumentos que eram expostos sobretudo por meio de sua cultura literária e de sua cultura artística.

No seu entendimento, a valorização da diversidade brasileira – regional, cultural e étnica – pode prescindir definitivamente do sentimento sectário que o estadualismo oligárquico impôs ao regime federativo da República. Nesse sentido, os anos 20 demarcam o princípio da gestação do projeto regionalista que, mesmo estando situado em sua fase inicial, já orientava sociologicamente o sentido de unidade que era exigido pela formação do Estado nacional moderno. Unidade que deveria ser fixada com base na expe-

²⁹ FREYRE, Gilberto. *Apologia pro generatione sua*. Paraíba: Imprensa Oficial, 1924 (grifos do autor). Disponível em: <<http://www.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/discursos>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

riência histórica da sociedade patriarcal, sobretudo a de formação colonial, de modo a conformar no presente uma unidade patriarcal suscetível de unificar todas as identidades regionais existentes no país em torno de uma única identidade nacional: a mestiça.

A modernidade do pensamento de Gilberto Freyre resulta do modo crítico com que interpretou a realidade nacional, do passado e do presente. Essa é uma característica elementar do “novo” regionalismo que já se manifestava nos anos 20, mas que será bastante intensificada ao ser convertida em participação política durante a vigência do Estado Novo. De qualquer maneira, o modo crítico incidiu sobre as representações conducentes à noção de “tradição regional” como símbolo dos vícios historicamente mantidos pelo poder privado da nação, tais como o estadualismo, o coronelismo e o oligarquismo – experiência política da Primeira República que, não obstante a permissividade do poder público por decorrência da orientação liberal da Constituição, permitiu o crescimento do sentimento separatista e territorialista dentre o corpo de unidades federadas.

Na posição de Gilberto Freyre referente ao debate sobre a adequação da forma de governo não se vislumbra um projeto de equacionamento rigidamente técnico, apenas o princípio da fundamentação do regionalismo como movimento intelectual moderno, porque revitalizador das tradições regionais, de modo que as reinterpreta do ponto de vista do conhecimento científico de natureza multidisciplinar (histórico, antropológico, sociológico e ecológico), produzindo um sistema de pensamento (ou filosofia social) cujo pressuposto residia em sua legitimação no campo político mediante o inter-relacionamento comunicativo com os representantes máximos do poder político, principalmente com os presidentes e com os ministros do Executivo Federal.

O horizonte de cognoscibilidade desse sistema de pensamento indagava, a partir de 1924, pelas possibilidades reais de consolidação de formas avançadas de civilização que possuísse como característica a harmonia com os dados da realidade cultural e geográfica (basicamente, a rusticidade) do trópico. Trata-se, pois, da formação do que se define por “modelo regionalista de ordem institucional”, que é intrínseco ao pensamento freyriano e cuja formação ocorreu já mesmo nos anos 20 por meio do compartilhamento de ações com outros intelectuais nordestinos. Assim, a cunhagem do conceito sociológico de região tornou-se o método mais eficaz de efetuar a crítica contra as representações degenerativas do valor pragmático do regionalismo para a nacionalidade brasileira.

Entretanto, a forma de contestação do “velho” significado pejorativo atribuído ao regionalismo e à noção de identidade regional como círculo vicioso já se afirmou que foi a produção literária (sobretudo o ensaio) e a produção artística (pintura e poesia) de seus integrantes nordestinos. Nesse momento não há a forma jurídico-política de crítica

e contestação do significado estadualista, tampouco o exercício empírico de revisão do texto constitucional, como ocorreu com o discurso apresentado em *Sobrados e mucambos*, publicado apenas em 1936, embora de modo um tanto implícito na argumentação.

A ênfase na produção cultural pode ser explicada em função das incertezas que acometeram a ação do regionalismo nordestino nos anos 20, quando o movimento ainda não havia se consagrado nacionalmente, o que aconteceu somente após a publicação de *Casa-grande & senzala* em 1933, produzindo um impacto social de largo alcance, o que possibilitou novas e importantes audiências para o discurso regionalista freyriano.³⁰

De qualquer maneira, pode-se considerar que a produção cultural do regionalismo nordestino foi suficiente para a ideologização de seu fundamento teórico, o qual foi inteiramente direcionado ao senso crítico da classe dirigente e da elite intelectual em meio às circunstâncias políticas da crise do pacto oligárquico. A estratégia estabelecida por G. Freyre consistiu em distinguir com clareza entre o “novo” e o “velho” fundamento do regionalismo mediante a erradicação de todo e qualquer significado retroativo que implicasse apologia ao regime federativo da Primeira República. Toda a argumentação regionalista foi pensada no sentido de se afirmar a diferença teórica e empírica existente entre o novo fundamento positivamente integrador do regionalismo nordestino e o velho fundamento negativamente separatista do “estadualismo oligárquico”, sendo que o peso valorativo do fundamento teórico – dado que é imprescindível para a ideologização da *mudança de paradigma*³¹ – foi atribuído ao imperativo de definição da identidade nacional brasileira pela perspectiva de integração das culturas regionais que a constituem e que, ao serem valorizadas, evitariam o mimetismo da cultura de massas advindo do projeto imperialista. Nesse aspecto vale observar o argumento do próprio autor. Ele diz:

Não me parece que seja mau o regionalismo ou o patriotismo regional cuja ânsia é a defesa das tradições e dos valores locais, contra o furor imitativo. Não me parece que semelhante corrente de sentimento ponha em perigo a unidade brasileira nas suas raízes ou nas suas fontes de vida. Cuido para que as diferenciações regionais, harmonizadas, serão no Brasil a condição para uma pátria independente na suficiência econômica e moral do seu todo.³²

Consciente da crítica ao regime federativo por A. Torres e por O. Vianna, o sociólogo pernambucano, além do mais por convicções próprias, adequou o projeto político à mudança de paradigma em direção ao antiliberalismo no contexto de crise no sis-

³⁰ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Op. cit.*

³¹ KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*

³² FREYRE, Gilberto. Do bom e do mau regionalismo. *Revista do Norte*, Recife: nº 2, p. 5, 1924. Disponível em: <http://www.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_cientificos>. Acesso em: 19 jun 2011.

tema político e econômico, o que provocou o desejo coletivo de transformação social e econômica mediante o modelo industrial de modernização da estrutura institucional e da estrutura produtiva do país. A formação do projeto regionalista, neste contexto de início, dependia da aceitação de determinadas mudanças, embora o seu discurso privilegiasse a reivindicação da política de conservação de determinadas estruturas que foram definidas como sendo historicamente estabilizadoras do regime de trabalho ainda escravo mantido no eito das zonas agrícolas. Cumpre realçar as alusões de um poema escrito em 1926 em que o autor resume sua compreensão acerca da expectativa comum em torno da modernidade do Estado nacional, erradicando-lhe os entraves do federalismo e do liberalismo.

Eu ouço as vozes
eu vejo as cores
eu sinto os passos
de outro Brasil que vem aí
mais tropical
mais fraternal
mais brasileiro.
O mapa desse Brasil em vez das cores do estados
terá as cores das produções e dos trabalhos.
Os homens desse Brasil em vez das cores das três raças
terão as cores das profissões e das regiões.
As mulheres do Brasil em vez de cores boreais
terão as cores variamente tropicais.
Todo brasileiro poderá dizer: é assim que eu quero o Brasil,
todo brasileiro e não apenas o bacharel ou o doutor:
o preto, o pardo, o roxo e não apenas o branco e o semibranco[...] ³³

Não cabe aqui a discussão sobre o caráter realista ou utópico do ideal tropicalista assinalado pelo poema. O que importa reside na constatação de que o poema “O outro Brasil que vem aí” segue o mesmo objetivo do movimento regionalista nos anos 20, que foi o estabelecimento de estratégias e diretrizes de combate ao modernismo, ao liberalismo e ao estadualismo, o que certamente representou a oportunidade de afirmar a diferença entre os interesses do novo movimento intelectual e a experiência política da Primeira República. Portanto, as diretrizes de Gilberto Freyre – parcialmente estabelecidas nos anos 20, e totalmente executadas nos anos 30 – podem ser assim sintetizadas: erradicação de todo o referencial de desintegração do sistema político republicano, bem como do referencial de degeneração do tecido econômico interestadual, para introduzir no fundamento teórico um componente totalmente diferente, porque moderna e utilitariamente científico, vale dizer, a finalidade da elucidação dos nexos de interdependência

³³ FREYRE, Gilberto. O outro Brasil que vem aí. In: _____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006, p. 7.

entre as regiões e a nação contemporaneamente por meio da produção do moderno conceito de região, de culturas regionais ou regionalidades, introduzindo-lhe a função social de definir a nacionalidade com o emprego de valores tropicais, mestiços e ruralistas.

Certamente, o discurso regionalista conferiu proeminência à cultura nordestina no desempenho da função social do conceito ao representá-la fundamentalmente como a matriz cultural de toda a civilização brasileira.³⁴ A representação da identidade nordestina de tipo tradicionalista como a matriz fundante da identidade nacional constituirá um dos interesses que foram negociados por G. Freyre nos anos 30 a partir de suas obras.

Pernambuco ou, antes, o Nordeste, deve trazer à cultura brasileira uma nota distinta, um impulso original, uma criação sua. Aqui, é a própria paisagem, nos seus valores naturais, que é decorativo ao seu jeito, e a arquitetura portuguesa adquiriu entre nós, nas "Casas-Grandes" e nas "Casas Fortes" dos engenhos, com a necessidade de defesa e a complexidade do domínio semi-feudal, um ar próprio e inconfundível [...] O Recife mesmo está ainda cheio de sugestões dessa ordem, ainda que os arcos, sua melhor nota identificadora, tenham desaparecido para satisfazer caprichos de simetria e de modernismo.³⁵

Do ponto de vista da ação tanto na perspectiva individual quanto na perspectiva coletiva, há alguns dados que são significativos para a interpretação acerca do raio de incidência do ideário regionalista nos anos 20, e que corroboram a tese segundo a qual parte desse conjunto maior de ações servia ao imperativo de restabelecimento da classe produtora do açúcar no contexto de decadência da economia canavieira situada na Zona da Mata nordestina, cujo apogeu acontecia exatamente nesse momento.³⁶ Nesse sentido, verifica-se que a publicação do *Livro do Nordeste* como ato de comemoração do centenário do *Diário de Pernambuco*, a criação do Centro Regionalista do Nordeste, a realização do I Congresso Regionalista na cidade do Recife e a direção do jornal *A Província* sob o consentimento do governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, conformava a consciência de classe da elite regional no sentido de estabilizar a aliança política que pressionava o Governo Federal para o problema das secas no interior sertanejo e para o problema da depreciação do açúcar perante o *superávit* das usinas sucroalcooleiras.

Assim interpreta Durval Muniz acerca do processo de reterritorialização da elite econômica que controlava a ordem social da região, em que a reacomodação dos interesses e privilégios específicos da classe tornou-se o objetivo das ações políticas de inte-

³⁴ D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 5.

³⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

lectuais e parlamentares perante o Congresso Nacional do início do século 20: “Os discursos políticos dos representantes dos estados do Norte, antes dispersos, começam a se agrupar em torno de temas que sensibilizavam a opinião pública nacional e podiam carrear recursos e abrir *locus* institucionais no Estado [nacional].”³⁷

A promoção do I Congresso no Recife entre os dias 7 e 15 de fevereiro de 1926 resultou do cumprimento de um dos objetivos primários que foram estabelecidos pelo Centro Regionalista do Nordeste, cuja comissão deliberativa era composta por Aníbal Fernandes, Odilon Nestor, Moraes Coutinho, Gilberto Freyre, entre outros. O Congresso foi dividido em duas partes: 1ª) “Problemas econômicos da região”; 2ª) “Vida artística e intelectual”. Os membros participantes do evento aventaram a necessidade da redação e da leitura pública de um manifesto político que estabelecesse as diretrizes de atuação do Centro Regionalista do Nordeste como movimento coletivo, o que não aconteceu nesse primeiro momento, porque sua atuação obteve repercussão pouco significativa do ponto de vista do debate intelectual público, o que obstou a disseminação do fundamento do “novo” regionalismo (a interpretação das culturas regionais) no curso dos anos 1920.³⁸

Portanto, pode-se afirmar que a formação do projeto regionalista, inclusive sua ideologia política e fundamento teórico, iniciou-se antes mesmo da Revolução de 1930, quando os procedimentos da “Política dos Governadores” enfrentaram o prenúncio de sua crise inevitável e totalmente desestabilizadora.³⁹ No entanto, é igualmente conclusivo que o processo revolucionário liderado por Getúlio Vargas de 1930 a 1937 acelerou o desenvolvimento do novo conceito de região e de culturas regionais, porque implicou a mudança abrupta das elites dirigentes no poder e isso abriu novas fendas no horizonte dos ideais políticos e sociais no sentido de ensejar novos acordos referentes a velhos interesses, públicos e privados/sociais e econômicos (intangibilidade da questão fundiária, equilíbrio na balança comercial entre a produção agrícola e industrial dos estados da federação, valorização da diversidade cultural brasileira expressa pelas tradições regionais e populares, acordo sociológico entre Estado e sociedade civil etc.) de modo que representou oportunidade concreta para o restabelecimento da classe agroexportadora nordestina à qual o projeto político de G. Freyre estava estreitamente vinculado, apesar de que o cientista social não atuasse unicamente sob o ponto de vista da economia de interesses defendidos pela dominação latifundiária no Nordeste do Brasil: produziu um pensamento ou projeto político mais complexo do que o economicismo simplificador.

³⁷ *Idem*, p. 35 (grifo do autor).

³⁸ Cf. LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Op. cit.*

³⁹ LESSA, Renato. *Op. cit.*

SEGUNDA PARTE

Ambiguidade na relação política entre o projeto regionalista de Gilberto Freyre e o projeto centralista do Estado

Novo (1937-1945)

Capítulo 2 – Mudança nos nexos entre região e nação no Brasil contemporâneo

Essa investigação está orientada por quatro questionamentos correspondentes a um mesmo problema histórico concreto: quais foram os efeitos da modernização autoritária implementada por Getúlio Vargas e pelo grupo de correligionários do Estado Novo sobre a estrutura institucional federal do país? Mais especificamente, qual é o sentido da relação existente entre o processo revolucionário sucedido na conjuntura dos anos 30 e a transformação do entendimento quanto à função pragmática das tradições regionais para a elaboração da identidade nacional brasileira? Continuando, o que a documentação pesquisada revela em relação à mudança da semântica do conceito de região, especialmente quando é problematizada com a pergunta sobre se houve impacto causado pelo regionalismo na configuração nova dos nexos interregionais e do território judiciário? E, por último, quais foram os meios para a materialização dos interesses defendidos pelo projeto político de G. Freyre na realidade social da nação durante o regime do Estado Novo?

Daqui em diante não se pretende mais comparar a diferença existente entre a representação pejorativa que foi produzida pelos intelectuais da Primeira República e a nova estrutura de significados do regionalismo produzida por Gilberto Freyre a partir de 1924 mediante uma série de operações intelectuais e estéticas, posto que essa análise de tipo comparativo integra somente a perspectiva dialógica da presente pesquisa historiográfica. Desse modo, o que se constitui como base do escrutínio de análise desta parte é a perspectiva de caráter mais empírico do objeto de pesquisa, que consiste na compreensão de quais os meios práticos, se foram institucionais, constitucionais, interpessoais ou autoritários, e quando, no tempo, o Estado Novo celebrou o pacto político com o projeto regionalista nordestino, bem como identificar quais foram os resultados político-institucionais deste pacto político – a conformação da ordem social no Brasil contemporâneo – mediante a aferição de sua efetividade imediata bem como de seus limites cerceadores.

É plausível afirmar que o contexto de formação do projeto regionalista está inserido no quadro mais amplo referente à *modernização* do país, tanto no sentido do acelerado desenvolvimento industrial com o conseqüente crescimento do mercado consumidor interno, tanto no sentido da efervescência das teses centralizadoras com a implantação do Executivo Forte, do governo da sociedade com base no poder da União (legislando por meio da promulgação de decretos), da organização corporativa da cidadania e da reforma da questão social pela legislação trabalhista. Observe-se que a mudança operada nos nexos entre as regiões e a nação durante a conjuntura do Estado Novo integra o

processo de modernização da sociedade. O que importa entender é o sentido dessa mudança. A categoria de “contemporização” será válida, portanto, para a explicação sobre os procedimentos pelos quais G. Freyre orientou, mediante o conceito que fundamenta o projeto político, o equacionamento do problema social que se expressava duplamente:

1) Ao nível *conceitual* com o problema da incompletude da unidade nacional, o qual, segundo o projeto regionalista, só poderia ser de fato equacionado mediante o reconhecimento e valorização, pelas instituições estatais, das energias e manifestações espontâneas das tradições híbridas que legitimariam a genuinidade da “cultura nacional”;

2) Ao nível *estrutural* com o problema das disparidades regionais no que se refere ao desequilíbrio da balança comercial entre as classes produtoras, fundamentalmente a classe agroexportadora do açúcar, a classe sulcoalcooleira nordestina e o empresariado industrial paulista, situadas nos estados do Nordeste e do Leste do país, causando a estagnação do desenvolvimento comercial e exportador da primeira região.

O processo histórico-social desencadeado pela modernização autoritária como mudança social, e especialmente as expressões do problema aludido, ensejou condições favoráveis à mudança lógico-semântica do conceito de região operada por G. Freyre no léxico dos textos que constituem o projeto regionalista, nos marcos de 1933, 1936, 1937 e 1941. Essas condições eram os novos interesses ou exigências impostos pela modernização em curso nessa conjuntura: orientar a construção do Estado nacional moderno e a um só tempo apontar os meios de se equacionar problemas sociais, basicamente aqueles dois acima assinalados, que foram formados no passado e que continuavam influenciando no tempo presente, desordenando-o e, por isso, exigindo nova fase de *contemporização*.

Rigorosamente, o espectro de interesses a que o projeto regionalista se deteve é de escala ampliada: percebe-se na conjuntura o esforço coletivo pela implementação do projeto de reinvenção das tradições e identidades do povo brasileiro, em que ocorre uma parte significativa da legitimação do pensamento social regionalista “no” e “pelo” Estado Novo, precisamente porque havia o interesse em comum acordo quanto à fixação da autorrepresentação da nacionalidade (basicamente, a identificação da mestiçagem étnica com o símbolo das tradições populares), de modo que fossem neutralizados os excessos gerados pela modernização autoritária por meio da industrialização dos espaços urbanos do país, que estava em instrumentação e execução no curso dos anos 30 e 40. Foi desse contexto que resultou a moderna concepção de diversidade cultural brasileira, cujo reconhecimento imediato foi diagnosticado pelos sociólogos da época como outro meio importante de se reduzir os problemas causados pelo desenvolvimento industrial do país.⁴⁰

⁴⁰ SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

Através do pacto celebrado com o Estado Novo a semântica atingiu finalmente um *denominador comum*, mudando de estadualismo ou de federalismo oligárquico para cultura ligada à região, ou seja, para cultura regional. O novo significado lexical do conceito foi difundido e popularizado pela política cultural do Estado Novo porque era interessante para efeito da estabilidade do regime e, desse modo, tornou-se apto de ser fixado no imaginário coletivo, excetuando-se o significado de disparidades econômicas entre as classes produtoras agrárias e industriais da nação, para cuja solução G. Freyre produziu a doutrina teórico-política do pacto interregional. Esse significado ficou restrito às elites dirigentes que trataram de por em execução a doutrina mediante estatutos e decretos-lei. Do ponto de vista do imaginário, o projeto regionalista, em acordo com o projeto centralista, estabeleceu o sentido da mudança lógico-semântica como a conexão das partes das culturas regionais ao todo da cultura nacional. O contexto político-social da mudança teve sua importância, era a modernização, e que para poder avançar o velho pacto oligárquico foi substituído pela elite política pela celebração do novo pacto trabalhista.

Esse quadro serve para evidenciar o contexto de produção do regionalismo como projeto político cujo líder estabeleceu acordos e provocou conflitos com o grupo dirigente do Estado Novo. De modo geral, pode-se argumentar que o regime permitiu a G. Freyre participar do processo decisório em diferentes âmbitos da iniciativa governamental: na política cultural, mediante sua colaboração com o programa de restauração do patrimônio histórico e artístico nacional; na política social, mediante a sua busca por aproximação entre “tradição regional” e “legislação social”, com a conservação da habitação rural; na política econômica, com sua pressão pela promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira; na produção do território com sua participação nas reuniões deliberativas do IBGE e mediante o impacto do conceito de região na lei de divisão regional.

O exame que se segue centra-se em três elementos inseridos no quadro da modernização contemporizadora realizada durante o Estado Novo: a) a posição de Gilberto Freyre no debate sobre a adequação da forma de governo (que após o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 desloca-se da federação centrífuga para a centralização do poder político); b) a correlação entre o desenvolvimento do novo conceito de região nos textos fundamentais e a mudança de paradigma quanto à sua função para a consolidação da identidade nacional brasileira; c) os pontos de contato e os acordos, de ordem cultural e econômica e de caráter nacionalista, que foram celebrados por deliberação do projeto centralista-modernizador de Getúlio Vargas para a apropriação de componentes do projeto regionalista-tradicionalista de Gilberto Freyre que interessavam ao Estado Novo.

2.1. A Revolução de 1930 e a ressignificação do regionalismo: da assimetria na estrutura de governabilidade federalista à demarcação das áreas de identidade regional constitutivas da “cultura brasileira” (*Casa-grande & senzala* – 1933)

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade [...], um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade vertical peculiares ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, a acessibilidade a cargos e a elevadas posições políticas e sociais a mestiços e a filhos naturais, o cristianismo lírico, à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país. Esta, menos por facilidades técnicas do que pelas físicas: a ausência de um sistema de montanhas ou de rios verdadeiramente perturbador da unidade brasileira ou da reciprocidade cultural e econômica entre os extremos geográficos.⁴¹

Em 1º de dezembro de 1933, *Casa-grande & senzala* veio a público para atestar, como ato de linguagem irrepetível, o conhecimento técnico que a sociologia adquiriu na modernidade anglo-saxônica para responder a determinadas demandas sociais que foram suscitadas pela especificidade do tempo no qual o plano do ensaio foi concebido, necessitando, para a consecução desse objetivo, contestar antigas opiniões que estavam consagradas mas que eram infundadas do ponto de vista da comprovação empírica. Resultado da combinação de esforços entre o autor, o editor e o redator do contrato de edição,⁴² o ensaio tinha por objetivo central o convencimento da consciência das elites dirigentes quanto ao caráter a um só tempo heterogêneo e equilibrado da “cultura brasileira”, quer dizer, visava a revelar a amplitude em que as formas de expressão cultural na sociedade brasileira tornaram-se híbridas por decorrência do contínuo processo de miscigenação entre elementos cultural e etnicamente extremados e cujo ponto de equilíbrio consistia na habilidade preexistente de se adaptarem às condições naturais da área geográfica na qual se situavam, notadamente, a região tropical do continente americano.

⁴¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933, p. 83-84.

⁴² Para detalhes acerca da relação entre o autor, o editor (Augusto Schmidt) e o redator do contrato (Rodrigo Melo Franco de Andrade), cf. LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Op. cit.*

O que se coloca como fundamental em *Casa-grande & senzala* é o desafio de provar, usando ora o método objetivo-dedutivo, ora o método subjetivo-intuitivo, que o *hibridismo* da civilização brasileira (com o seu padrão de comportamento sendo diferente do modelo anglo-saxão e com unidade em meio às diversidades regionais e étnicas do país) pode representar uma *vantagem* para a nação – por antítese à *desvantagem*, como supunham os críticos políticos da Primeira República –, caso o dado da realidade social fosse reconhecido e aproveitado na condição de valor plástico que deveria ser preservado, por exemplo, como patrimônio material das culturas regionais. Trata-se de um componente ideal do pensamento social regionalista. Após a publicação do ensaio, a aplicação desse ideal tornou-se disponível para interpretação dos leitores e para a consequente realização das políticas culturais tanto interna quanto externamente. Entretanto, deve-se observar que essa é uma compreensão que conscientemente ocultou/edulcorou a memória do conflito entre as classes sociais por insubordinação, prevalecendo o ponto de vista benevolente no tratamento da questão existencial da diferença pelo patriarcado rural.

Atualmente estão disponíveis muitas (re)leituras críticas acerca da tese do equilíbrio de antagonismos associada à tese do patriarcado rural no Brasil. Sendo assim, não se trata de construir outra (re)leitura. O que interessa nesse momento é interpretar a interação texto-contexto para descobrir de que modo o conteúdo de *Casa-grande & senzala* contribuiu significativamente para a inflexão do regionalismo no curso dos eventos dos anos 30 – mudança conceitual que se tornou um imperativo para o sociólogo porque seu tempo não permitia a associação do regionalismo com a prática estadualista que vigorou na República Velha, considerando que o processo revolucionário instaurou o novo substrato social rumo ao qual todo e qualquer projeto político deveria convergir caso visasse à negociação de interesses com a nova elite dirigente: a dominância das teses centralizadoras associada ao fortalecimento do nacionalismo, que foi gestado sob a designação de “República Nova”.⁴³ O objetivo é compreender os meios pelos quais Freyre orientou um conjunto de reformas modernizadoras da interpretação acerca dos problemas nacionais, delimitando o escopo da investigação ao componente antropológico de seu projeto.

Foi por meio da articulação entre as três perspectivas que caracterizam o plano de análise social constante do ensaio, isto é, o estudo do processo da interpenetração de etnias e culturas, da adaptação da raça ao meio físico e o legado do patriarcado rural que continuou influente na modernidade ibérica,⁴⁴ que se constituiu o escrutínio do diagnós-

⁴³ SANDES, Noé Freire. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 23, nº. 43, janeiro-julho, 2009, p. 125-140.

⁴⁴ BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu*: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.

tico histórico-sociológico produzido por G. Freyre em relação ao processo de formação nacional. A produção deste diagnóstico teve o efeito de atualizar sua relação com a classe política no presente revolucionário, atribuindo-lhe o valor de legítimo cientista social que compreende a necessidade de contemporizar as disparidades regionais existentes no país e notadamente designada de “questão regional”. Não obstante, esta questão sintetizava seu projeto político e constituía o objeto central das negociações, que culminaram com a celebração do pacto de poder, sendo a demarcação das áreas de identidade regional formadas no curso da história do Brasil o primeiro resultado do pacto e da legitimação recíproca entre os projetos de ambos os celebrantes (regionalismo e centralismo).

Para o processo de publicação do livro, “tudo deveria estar pronto – o texto datilografado – no início de fevereiro [de 1933]. De modo que em abril, antes da Constituinte [em novembro de 33], ‘pode estar na rua *Casa-grande & senzala*’”⁴⁵: assim registra o sociólogo pernambucano em carta dirigida a Rodrigo M. F. de Andrade a intenção de publicar seu primeiro livro num momento que coincidissem com o decurso dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte conduzidos no período compreendido entre maio de 1933 e novembro do mesmo ano, resultando na promulgação de uma nova Constituição Federal em julho de 1934 pelos representantes federais eleitos e com a consequente eleição por via indireta do novo presidente da República, Getúlio Vargas, de modo que o ato constitucional encerraria a vigência do Governo Provisório.

Certamente, a principal mudança trazida pela reconstitucionalização do país residiu na reabertura democrática expressa pela vigência do preceito das liberdades civis e econômicas que garantiam a viabilidade da celebração de acordos suprapartidários. Para além da introdução de direitos inovadores do ponto de vista judiciário, regulamentando as condições pelas quais a ordem social e a ordem econômica poderiam vigorar, inclusive no tangente ao direito de propriedade e de família, o advento da reconstitucionalização implicou, sobretudo, a garantia de as forças político-sociais se realinharem em torno de temas que consideravam como sendo estratégicos para aquela conjuntura, bem como da liberdade de expressão e de mobilização, fosse para endossar, fosse para contestar os atos de exceção do regime discricionário, pelos integrantes da opinião pública nacional (garantia que foi anulada após a promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1935).⁴⁶

É essa conjuntura de 33 e 34 que demarca o princípio da negociação de interesses entre o projeto político de G. Freyre e o governo Vargas, porque a reabertura demo-

⁴⁵ FREYRE, Gilberto. 1933 *apud* LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Op. cit.*, p. 420.

⁴⁶ POLETTI, Ronaldo. A Constituição de 1934. In: BALEEIRO, Aliomar (Org.). *Constituições Brasileiras*. 2ª ed. Brasília: Ed. do Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

crática viabilizou a celebração de acordos até mesmo com o presidente eleito. Sendo assim, pode-se observar que o substrato social no qual a ideologia do regionalismo sofreu inflexões referia-se ao rumo seguido pelos acontecimentos no campo político. A publicação de *Casa-grande & senzala* em 33 representou a oportunidade de o sociólogo intervir no rumo das decisões políticas dos anos seguintes, que se relacionavam aos temas identificados com a ideologia do nacionalismo e do protecionismo ao mercado interno.

Há um indício documentado que prova que Vargas conheceu G. Freyre ainda antes da promulgação da Constituição de 1934. Trata-se de uma mensagem dirigida ao pernambucano para cumprimentá-lo pelo dia de seu aniversário: “Receba vivas congratulações [pela] passagem [de] seu aniversário”.⁴⁷ O envio deste breve telegrama revela, no mínimo, que o presidente da República passou a conhecer o intelectual logo após a publicação de seu primeiro livro, aproveitando o ensejo de seu aniversário para abrir um canal de comunicação. Após esse primeiro contato, a comunicação de G. Freyre com os representantes do Estado Novo evoluirá numa linha crescente, mas nem sempre numa linha constante, isto é, a relação do sociólogo com as ações políticas do regime autoritário constituirá uma ambiguidade que significava a oscilação entre os pontos de contato e os pontos de atrito no interesse pragmático que estava estabelecido entre as partes.

No período de 1934 a 1937 a atuação mais proativa de Gilberto Freyre limitou-se à organização do I Congresso Afro-Brasileiro do Recife, à regência de aulas na cadeira de Sociologia da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro e ao proferimento de conferências para públicos especializados na disciplina sociológica, donde se pode destacar a conferência realizada na Faculdade de Direito da USP por ocasião do convite feito pelos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, cujo tema salientava a “insuficiência do método histórico na formação nacional e a necessidade de empregar-se o método da antropologia social no estudo das origens brasileiras”.⁴⁸

Essas considerações servem para perceber o elevado impacto que a publicação de seu livro causou no meio intelectual e político da época. Efetivamente, o diagnóstico sociológico de Freyre foi imediatamente reconhecido como o responsável pelo “redescobrimento da nação”⁴⁹ pelo grupo de leitores pertencentes, majoritariamente, à classe dirigente e à *intelligentsia* que sobressaiu dos enfrentamentos políticos durante os anos 30. Para exemplificar, convém observar o comentário de Gondin da Fonseca referindo-

⁴⁷ VARGAS, Getúlio. [Telegrama] 16 mar. 1934, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Telegrama cumprimentando pela passagem de seu 34º aniversário. CEDOC/FGF.

⁴⁸ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Op. cit.*, p. 555.

⁴⁹ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

se elogiosamente à recente publicação do livro de G. Freyre em carta dirigida ao então embaixador do Brasil em Nova York, Oswaldo Aranha, no ano de 1936. Vale a citação:

Antes de eu partir para a Europa o Bouças tinha voado para Nova York. Eu poderia ter-lhe mandado por ele uma obra muito curiosa que saiu no ano passado, “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre (ora preso como comunista, creio eu) [...] Esse livro de Gilberto foi o melhor que se publicou no Brasil ultimamente.⁵⁰

Se o objetivo do livro é diagnosticar as características do *ethos* nacional, registrando, não por acaso, o subtítulo como “formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal”, em que se percebe o predomínio da identidade nordestina como objeto a ser estudado e como um valor a ser defendido, e se mesmo nessa condição todas as primeiras apreciações lhes reconheceram o mérito pela eficácia singular do diagnóstico social que contém – Prudente de Moraes Neto disse que o livro revela “a perfeita intuição do fenômeno brasileiro”⁵¹ –, portanto a legitimação imediata do “novo” regionalismo derivou mesmo das circunstâncias políticas que influíam no modo de interpretar e de pensar a situação dos nexos entre as regiões e a nação na contemporaneidade, em que se podia verificar o indício das transformações operadas aos níveis semântico e pragmático do conceito de região. Mais ainda, a questão da legitimação imediata do diagnóstico de G. Freyre ultrapassa a mera formação de afinidades/sociabilidade intelectual entre o autor e os outros integrantes da *intelligentsia* brasileira contemporânea ao Estado Novo.

Nessa questão, a análise criteriosa do texto de *Casa-grande & senzala* não deixa dúvidas: seu diagnóstico foi imediatamente legitimado porque contém um claro plano de desenvolvimento social que é bastante útil do ponto de vista racional-científico e cujo raio de incidência cobria não somente os problemas nordestinos, mas os problemas brasileiros como um todo. Por essa razão, esse livro contém parte importante do projeto político de Gilberto Freyre, sendo essa uma das causas de ter sido considerado pelo grupo vinculado ao poder central como um “redescobrimento da nação”. O rastreamento da trajetória da recepção do livro no curso do Estado Novo revela que lhe foi atribuído um lugar privilegiado nas instituições republicanas sob a justificação de ter desenvolvido concomitantemente um diagnóstico científico acerca da formação nacional e um prognóstico esclarecedor acerca do futuro das principais instituições político-sociais da nação. Trata-se de um ponto de contato indubitável com os interesses dos estadistas brasi-

⁵⁰ FONSECA, Gondin da. [Carta] 24 mar. 1936, Paris [para] ARANHA, Oswaldo. Nova York. 3f. Carta elogiando a publicação de *Casa-grande e senzala*, comentando sua missão na Europa e criticando a atuação do delegado do Brasil junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. CPDOC/FGV.

⁵¹ *Apud* LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Op. cit.*, p. 439.

leiros, em que se inscreve a complementaridade entre o conhecimento produzido pelos cientistas sociais e o aperfeiçoamento da esfera pública no Brasil republicano.

Deve-se agora investigar a inter-relação entre o processo de ressignificação do regionalismo nordestino e a política de demarcação das áreas de cultura regional a partir de 1934 até 1945. A tese que se procura provar é que o novo regionalismo interveio significativamente nas ações de política cultural do período compreendido entre o regime constitucional e o regime autoritário de Getúlio Vargas.

Já se constatou que as teses defendidas em *Casa-grande & senzala*, além de visarem o esclarecimento científico da formação do hibridismo da cultura brasileira, colocando a questão racial em outro patamar de compreensão, estendem-se à busca constante por sua realização no sentido instrumental mediante a intervenção nas discussões políticas que estavam inseridas na conjuntura na qual foram originalmente concebidas.⁵² O que significa que, no caso da produção do diagnóstico sociológico, a observação dos rumos dos enfrentamentos políticos suprapartidários tornou-se um imperativo para o critério de sua performatividade imediata como um discurso de poder. A inter-relação entre a ressignificação do regionalismo e a demarcação das áreas de cultura regional no Brasil ocorreu, portanto, em decorrência da estreita relação de complementaridade entre o projeto de Gilberto Freyre e a ideologia antiliberal de governo, vigente após 1930.

Segundo Koselleck, “a história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas”.⁵³ Portanto, “difícilmente pode-se pressupor que numa situação revolucionária haja possibilidade de formulação de conceitos absolutamente novos em termos de semântica”.⁵⁴ A premissa teórica com a qual a história dos conceitos investiga as fontes documentais textuais consiste na seguinte constatação: a diacronia está contida na sincronia. Ou seja, porque o elemento do novo sempre conserva partes do elemento do velho, os conceitos não fogem à regra e incorporam um coeficiente de variação temporal, que pode ser definido como o resultado do uso pragmático da linguagem mediante a estrutura sincrônica – buscando demonstração e convencimento –, somado às estruturas formais de continuidade que estão ocultas na semântica do conceito.⁵⁵

“Portanto, o que a semântica indica é que ela é repetível. Trata-se de estruturas linguísticas que se repetem e cuja repetição é necessária para que o conteúdo seja com-

⁵² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*: “Casa-grande & senzala” e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 5, nº 10, 1992, p. 140.

⁵⁴ *Idem*, p. 141.

⁵⁵ *Ibidem*.

preensível, ainda que uma única vez. Eu só posso ser compreendido se um mínimo de semântica estiver pressuposto [...] [Assim] toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar.”⁵⁶

A formulação conceitual é o resultado de um complexo processo de teorização inserido numa situação histórica empírica que tende a estimular a atividade da formulação. Assim, para se tornarem conceitos, as palavras devem passar por esse processo, dependendo de uma construção abstrata que consubstancia o conceito como modelo cognitivo com elevado grau de generalização. Trata-se da complementaridade entre conceitualização e processo histórico, em que se pode constatar que o conceito forjado é sempre concomitantemente ‘fato’ e ‘indicador’. ‘Fato’, porque é efetivo enquanto fenômeno linguístico (o processo de teorização). ‘Indicador’, porque indica algo que se situa além da língua (o substrato social no qual foi forjado).⁵⁷

Ora, este conjunto de pressupostos não se aplica ao caso de que estamos tratando? Na situação revolucionária entre 1930 e 1937 tornou-se possível verificar que ‘região’ é o conceito-fato, ‘regiões’ é o conceito-indicador e ‘regionalismo’ é o pensamento/projeto que sustenta a mudança de paradigma quanto à compreensão do problema. A semântica do conceito foi mantida parcialmente, porque se fazia necessário que os leitores de *Casa-grande & senzala* compreendessem o modo pelo qual o problema da desintegração foi equacionado mediante o uso pragmático da linguagem sociológica.

Deve-se observar que o plano de análise do livro uniu a completa ressignificação do regionalismo à construção de um plano de desenvolvimento social para o Brasil, cuja inspiração adveio da observação dos vícios cometidos pela interação dominadores-dominados no curso da experiência histórica dos séculos 16, 17 e 18. Por isso, pode-se concluir que a mudança conceitual ocorreu no próprio léxico de suas teses.

Não por acaso, o autor fornece a explicação sincrônica sobre o sentido da formação nacional por meio da perspectiva da regionalização da sociedade brasileira em seus quadrantes cultural e geográfico. Concomitantemente, Freyre aproveita a situação revolucionária para provar que o regionalismo nordestino não fazia apologia à experiência separatista/territorialista da Primeira República – que passou a ser designada de “velha” e identificada como “ruína” por uma série de operações –, e atesta que o movimento intelectual estava se consolidando como ideologia revitalizadora das tradições regionais e fomentadora da integração nacional, rejeitando o significado do sectarismo político implícito no federalismo para a construção do Estado-nação na contemporaneidade.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 141.

⁵⁷ *Ibid.*

As condições físicas no Brasil, que poderiam ter concorrido para aprofundar a extremos perigosos as divergências regionais, não só toleradas como até extensa a relativa saúde política de que sempre gozou, – as condições físicas não agiram senão fracamente no sentido separatista, através de diferenças, consideráveis porém não dominadoras, de clima e de qualidade física e química do solo, de sistema de alimentação e de forma de cultura agrícola. Pode-se antes afirmar que tais condições concorreram no Brasil para que as colônias se conservassem unidas e dentro do parentesco, da solidariedade assegurada pelas tendências e pelos processos da colonização portuguesa – regionalista, mas não separatista – unionista no melhor sentido, no que justamente coincidia com o interesse da catequese católica.⁵⁸

A assimilação da diferença existente entre regionalismo e federalismo tornou-se uma condição *sine qua non* para o reconhecimento do projeto de Gilberto Freyre, e o recurso à observação da experiência histórica apresentou-se como o método mais eficaz para provar a diferença entre um e outro. Daí a utilidade da afirmação de que “os portugueses não trouxeram para o Brasil os separatismos políticos, como os espanhóis ao seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para suas colônias”.⁵⁹ E assim a razão de identificar que é “tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade”.⁶⁰

Associada ao imperativo da prova de caráter historiográfico estava o projeto etnográfico de mapeamento das áreas de identidade regional constitutivas da “cultura brasileira”, de cuja associação entre historiografia e antropologia resulta a conformação dos ideais de brasilidade como valores intrínsecos ao “novo” regionalismo, e para os quais o plano de desenvolvimento social prestou contribuição para que, finalmente, o projeto regionalista estivesse, com a publicação de *Casa-grande & senzala*,⁶¹ suscetível de aplicação/fundamentação num conjunto de ações já iniciadas que visavam o fortalecimento da ideologia do nacionalismo integrador, expressa sobretudo na política moderna de nacionalização do território, do povo e do poder. Foi mediante essa série de operações que o projeto regionalista adquiriu importância do ponto de vista instrumental para o Estado.

O princípio fundamental do projeto regionalista como um sistema ideológico é a orientação científica do sentido da nacionalização no Brasil contemporâneo, de 1933 até a atualidade. Exemplificando: Freyre identificou em meio ao processo expansionista

⁵⁸ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 45 (CGS).

⁵⁹ *Idem*, p. 41.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 43.

⁶¹ Observe-se que o plano de desenvolvimento a que se refere consiste na prescrição científica de mudanças no trato público da sociedade brasileira do século 20, especialmente na relação ‘cidade-campo’. *Casa-grande & senzala* orienta os leitores para o problema do desenvolvimento disgênico da população mestiça resultante da dieta alimentar deficiente do ponto de vista nutricional. Esse conteúdo científico foi mantido na elaboração de seus outros livros, por isso se constata que a prescrição sociológica é uma base do projeto regionalista. Contudo, a explicação acerca deste plano será desenvolvida na conclusão deste estudo.

das fronteiras no período colonial a reação cautelar dos administradores aos possíveis efeitos de dispersão/desagregação, e concluiu isto sobre o sentido da ação administrativa:

Se é certo que o furor expansionista dos bandeirantes conquistou-nos verdadeiros luxos de terras, é também exato que nesse desadorno de expansão comprometeu-se a nossa saúde [integração] econômica e quase que se comprometia a nossa unidade política. Felizmente aos impulsos de dispersão e aos perigos, deles decorrentes, de diferenciação e de separatismo, opuseram-se desde o início da nossa vida colonial forças que eram quase da mesma agressividade, neutralizando-os ou pelo menos amolecendo-os.⁶²

Os ideais de brasilidade integram as diretrizes de interpretação das tradições regionais e históricas da sociedade brasileira, e constam com evidência do primeiro capítulo de *Casa-grande & senzala*: “Tendências gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”. Trata-se das três características que o autor avalia como sendo constitutivas do *ethos* nacional, ao qual permanecem associados determinados vícios e virtudes que se formaram no curso do processo histórico. Nesse sentido, segundo o autor, é em função do dado do agrarismo, do escravismo e do hibridismo que se deve pensar o conceito de região na sociedade brasileira, isto para torná-lo um modelo válido para a interpretação da realidade nacional. Ou seja, G. Freyre está afirmando que a realidade nacional só pode ser interpretada pelo parâmetro básico das “especializações regionais de cultura humana”,⁶³ o que inclui a técnica de produção, a interação natureza e cultura e o amálgama interétnico para formar modos de sociabilidade que, no território nacional, são mais ou menos regionalmente diferentes.⁶⁴

⁶² *Ibid.*, p. 39.

⁶³ *Ibid.*, p. 46.

⁶⁴ Simone Meucci (2006) encontrou fragmentos dos manuscritos das aulas de Sociologia Regional que foram ministradas por G. Freyre na Universidade do Distrito Federal entre 1935 e 1937. Vale reproduzir o excerto que sinaliza para sua divergência em relação ao postulado do determinismo geográfico quanto aos parâmetros de conceitualização de uma ‘cultura regional’: “O critério ecológico aplicado aos agrupamentos humanos não se limita à adaptação do homem ao meio físico, às condições climático-botânicas, aos animais e às condições de subsistência. O ‘*socius*’ tem outro solo, além do chão que pisa, em que planta, em que cria, onde levanta a sua casa; outro ar além do que respira; outro clima. Esse solo, esse ar, esse outro clima são os constituídos pelos valores culturais acumulados antes dele e em torno dele por uma elaboração humana mais longa ou mais breve quanto ao tempo, mais extensa ou mais limitada quanto ao espaço. As culturas regionais são condicionadas por esses dois fatores – tempo e espaço; condicionadas também pelo maior ou menor contato com outras culturas, que as enriquecem e desenvolvem, pelo maior ou menor isolamento que permita as suas formas se diferenciarem e seus vários elementos se integrarem. São as barreiras e os meios naturais de comunicação – as montanhas, os rios, a proximidade do mar – que regulam – mas não de modo absoluto, é bem de ver – esse contato maior ou menor de uma cultura com as outras, esse isolamento mais profundo ou menos profundo, essa diferenciação mais pálida ou mais nítida, essa integração mais completa ou menos completa de uma cultura regional”. O que se deve salientar dessa tese é o indício evidente da preocupação de Freyre em formular o conceito de região pelo parâmetro antropológico, o que, segundo S. Meucci, foi realizado quando estava lecionando na UDF entre 35 e 37. Percebe-se a recorrência do sociólogo na questão regional, para a qual elaborou uma explicação que define o caráter dinâmico e difusionista da cultura. Assim, essa descoberta antropológica possivelmente serviu como aporte teórico aplicado na demarcação das áreas de cultura regional do Brasil.

Na medida em que a revolução construía a nova ordem da sociedade brasileira, instituindo o governo da União, centralizando o poder político, induzindo a industrialização do espaço urbano, mas conservando os setores tradicionais da economia agrária – enfim, na medida em que a revolução construía a modernidade capitalista nacional –, o projeto de mapeamento antropológico e geográfico das regiões do país tornava-se algo interessante do ponto de vista político para a nova classe dirigente dos anos 30, porque representava o surgimento da oportunidade de fortalecer o vínculo dos grupos sociais atingidos pela agressividade das mudanças operadas no presente revolucionário com a representação do passado histórico, de modo a reinventar o vínculo, a um só tempo político e afetivo, com a tradição agropatriarcal e com os “fundamentos da cultura nacional”.

É nesse contexto que o projeto regionalista tornou-se interessante, considerando que um dos postulados com os quais G. Freyre buscava negociação era o diagnóstico que abordou os seguintes objetos entrecruzados: etnicidade, região e nação. Ademais, é nesse contexto que parte de seu projeto passou a interessar à ideologização da mudança de paradigma em relação à governabilidade da nação – prática que, não obstante o processo de transformação social do século 20, também sofreu mudanças para forjar os laços de afetividade entre o povo e o presidente da República (raça e classe em que negros e mulatos constituíam a ampla maioria). Daí a necessidade da tese de que “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo a sombra, ou ao menos a pinta, do negro. Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos todos a marca inconfundível da influência negra”.⁶⁵ Assim estava identificada a característica do *ethos* nacional.

O conceito de região é fundamental nesse processo de negociação. Através dele, o diagnóstico sociológico adquire sua força argumentativa máxima e impele a classe dirigente para a observação imediata dos problemas sociais que descreve. Portanto, após o processo de inflexão em sua estrutura semântica (em que há continuidade na descontinuidade, mas que foi capaz de adaptá-lo à nova realidade de mudanças político-sociais aceleradas, erradicando-lhe todo o significado alusivo ao federalismo oligárquico), estava preparada a etapa preliminar da fundamentação ideológica para legitimar o processo de integração nacional que agia em três frentes complementares: 1ª) No reconhecimento da existência da diversidade regional do Brasil, que passou a ser entendida como vantagem; 2ª) Na demarcação dessas áreas de cultura/identidade regional; 3ª) Na política de expansão da fronteira agrícola em direção aos “sertões” expressa na Marcha para Oeste.

⁶⁵ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 303 (CGS).

A Constituição de 1934 restaurou a forma de governo como República Federativa sob o regime democrático e representativo (art. 1º), durando somente três anos. Tal restauração foi importante para G. Freyre porque significou a reabertura necessária para que seu projeto pudesse intervir nas decisões políticas não apenas do futuro, mas do presente também, especialmente nas ações de política cultural e de política econômica pelo governo. Assim, a promulgação da nova Carta proporcionou a confluência de interesses.

No interior da Assembleia Constituinte havia a discussão sobre matérias constitucionais adequadas da tradição jurídica brasileira (o direito privado) e matérias não-constitucionais em relação a essa tradição, sendo consideradas inovadoras para a época (o direito de família, por exemplo).⁶⁶ De qualquer modo, o que importa analisar é o tema do reconhecimento da diversidade regional, porque é nesse tema que o projeto regionalista interveio significativamente ao mapear o fenômeno do ponto de vista antropológico.

Em *Casa-grande & senzala* Gilberto Freyre mapeia as regiões brasileiras a partir da categoria de “áreas de cultura”, que não são equivalentes à categoria de “macrorregiões” definida pela geografia física. Isso significa que o critério de mapeamento das regiões consiste nos condicionamentos simbólicos da dinâmica cultural que sirvam para a observação de sua disseminação/adaptação para formar um “complexo cultural”. Em seu projeto há a divisão espacial em termos de zonas e de subzonas no sentido econômico, por isso havia identidade entre o critério antropológico e o critério da geografia humana. Enfim, as áreas de cultura regional do Brasil figuram em seu projeto a partir da seguinte hierarquia de prioridades (da mais frequente a menos frequente no estudo):

- | |
|---|
| (1ª) Pernambuco; (2ª) Bahia; (3ª) Maranhão, Sergipe e Ceará = Nordeste |
| (4ª) Minas Gerais; (5ª) São Paulo; (6ª) Rio de Janeiro = Sudeste |
| (7ª) Brasil Central/“sertões centrais” (Goiás e Mato Grosso) = Centro-Oeste |
| (8ª) Brasil Setentrional (Amazonas e territórios federais) = Norte |
| (9ª) Rio Grande do Sul; (10ª) Paraná e Santa Catarina = Sul |

Observe-se que a demarcação das áreas de cultura regional no curso do processo histórico implicou também a identificação do ponto de equilíbrio da complexa interação ‘cidade-campo’, que, segundo o sociólogo, foi rompido no século 19 com o advento da urbanização. Ao proceder assim, Freyre identificou o sentido da formação da divisão regional do trabalho no elemento da *contemporização* proporcionada pela continuidade do trabalho escravo. Por meio do objetivo de identificar o ponto de equilíbrio ou de i-

⁶⁶ POLETTI, Ronaldo. *Op. cit.*

igualdade dos interesses regionais no Brasil colonial do ponto de vista econômico, conseguiu avançar no projeto de mapeamento das regiões brasileiras pela perspectiva da relação entre a técnica de produção, o fenômeno do expansionismo e a miscigenação, de modo que concluiu que o equilíbrio interregional desenvolveu-se no processo de formação do país mediante a especialização do processo produtivo seguida pelo fenômeno da expansão da fronteira agrícola nos estados de colonização tardia. Desse modo, o projeto regionalista apresentou sua primeira contribuição para a reforma da questão regional.

Primeiro, demarcando a zona de expansão da fronteira agrícola rumo ao sertão:

A cana-de-açúcar começou a ser cultivada igualmente em São Vicente e em Pernambuco, estendendo-se depois à Bahia e ao Maranhão e a sua cultura, que onde logrou êxito – medíocre em São Vicente ou máximo como em Pernambuco, no Recôncavo [Baiano] e no Maranhão – trouxe em consequência uma sociedade e um gênero de vida de tendências mais ou menos aristocráticas e escravocratas. Por conseguinte de interesses econômicos semelhantes. O antagonismo econômico se esboçaria mais tarde entre os homens de maior capital, que podiam suportar os custos da agricultura da cana e da indústria do açúcar, e os menos favorecidos de recursos, obrigados a se espalharem pelos sertões em busca de escravos – espécie de capital vivo – ou a ficarem por lá, como criadores de gado. Antagonismo que a terra vasta pôde suportar sem quebra do equilíbrio econômico. Dele resultaria entretanto o Brasil antiescravocrata ou indiferente aos interesses da escravidão representado pelo Ceará em particular, e de modo geral pelo sertanejo ou vaqueiro.⁶⁷

Depois, indicando a contemporização das grandes propriedades rurais do país:

A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como à primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo. Mesmo porque a divergência de interesses que se definiu, a diferença de técnica de exploração econômica entre o Nordeste persistentemente açucareiro e a capitania de Minas Gerais, e entre estes e São Paulo cafeeiro, de algum modo compensou-se nos seus efeitos separatistas pela migração humana que o próprio fenômeno econômico provocou, dividindo entre a zona açucareira do Nordeste e a mineira e a cafeeira ao sul um elemento étnico – o escravo de origem africana – que conservado em bloco pelo Nordeste – até então a região mais escravocrata das três, por ser a terra por excelência da cana-de-açúcar – teria resultado em profunda diferença regional de cultura humana.⁶⁸

⁶⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 45-46 (grifos meus) (CGS).

⁶⁸ *Idem*, p. 46 (grifo meu) (CGS).

O texto da Constituição é uma fonte segura para se verificar o reconhecimento da diversidade regional do país, do novo conceito de região seu diagnosticador e do problema da disparidade regional que o advento da República em 1889 recrudescceu, porque esse documento prova que a Comissão Constitucional foi capaz de assimilar, ainda que parcialmente, os mecanismos políticos para a regulação do problema que foi denunciado pela comunidade de sociólogos, historiadores, literatos e folcloristas com atuação desde a crise do Império, com a chamada geração 1870, à nova geração de 30. Vale a citação:

Título IV (Da ordem econômica e social) [...]

Art. 115: A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica.

§ único: Os poderes públicos verificarão, periodicamente, o padrão de vida nas várias regiões do País [...].

Art. 121: A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§1º: A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador [...]:

b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador.⁶⁹

Ora, se até 1940 a divisão regional do país vigorava dualisticamente, sob a configuração do território judiciário basicamente entre Norte e Sul, a afirmação da existência de “várias regiões do País” ou de “condições de cada região” revela o reconhecimento imediato do fenômeno da diversidade regional brasileira, que se tornou acessível por meio da linguagem do novo conceito de região, mesmo que esse reconhecimento acontecesse de forma vaga como está expressa no texto; revela, por conseguinte, a atenção conferida ao problema das disparidades entre o Nordeste e o Sudeste do ponto de vista da dinâmica produtiva e entre o Leste (o litoral) e o Oeste (o sertão) do ponto de vista civilizacional – recrudescido pela experiência republicana, de modo a causar o desequilíbrio na interação ‘cidade-campo’ e na qualidade de vida das regiões – denunciado pelo conteúdo semântico do novo conceito sociológico que foi formulado pelo regionalismo.

No entanto, a reforma na divisão regional do trabalho visando à desconcentração do processo produtivo no país não apresentou resultados significativos do ponto de vista da efetiva redução das desigualdades sociais e regionais no curso do século 20.⁷⁰

⁶⁹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934. In: BALEEIRO, Aliomar (Org.). *Constituições Brasileiras: 1934*. 2ª ed. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001, p. 162 (grifos meus).

⁷⁰ MARTIN, André Roberto. Dilemas do federalismo: entre o “estadualismo oligárquico” e o “regionalismo burocrático”. *Perspectivas*, Araraquara: Vol. 27, 2005, p. 55-68.

A política de legitimação do projeto regionalista ainda não está completa. Falta a verificação do dado semântico na inflexão do conceito sociológico. E falta, também, a identificação da aliança efetuada por Gilberto Freyre com o grupo de correligionários do Estado Novo em regime de reciprocidade, daí resultando a prática da seleção e apropriação de partes de seu pensamento/projeto político para o curso da construção nacional.

A comparação lexicográfica de dois documentos preciosos permite a conclusão acerca do meio pelo qual o novo regionalismo foi representado na linguagem (a princípio na língua portuguesa), durante um período de tempo de onze anos, estando praticamente concluída a legitimação do projeto político no contexto de redemocratização com a queda do Estado Novo em 1945. Trata-se da comparação entre o léxico de dois dicionários da Língua Portuguesa que foram produzidos em contextos históricos diametralmente distintos. Na primeira fonte cumpre recuperar o significado atribuído pelo autor do *Novo dicionário da língua portuguesa* ao conceito de região, à ideologia regionalista e a seus partidários no contexto de revigoração do pacto oligárquico, com o propósito de compará-lo com o significado atribuído pelo autor do *Grande dicionário da língua portuguesa* aos mesmos referentes selecionados, entretanto no contexto de recomposição dos partidos políticos visando o enfrentamento do processo eleitoral em 1945.

O conceito de região (1), a ideologia regionalista (2) e o indivíduo regionalista (3) são definidos da seguinte forma na entrada dos vocábulos do dicionário de 1913:

(1). Grande extensão de território. Território *ou* porção de território que, por seu clima, produções *ou* por outros caracteres, se distingue dos territórios contíguos. Cada uma das ramificações da administração pública, das ciências, das artes etc. Cada uma das divisões que se imaginam na atmosfera. Cada uma das seções em que, convencionalmente, se divide o corpo humano [...] *Fig.* Cada uma das esferas da atividade humana. (Lat. *regio*).

(2). Partido *ou* sistema dos que pugnam vigorosamente pelos interesses de uma região. (De *regional*).

(3). Defensor de interesses regionais.⁷¹

O conceito de região (4), a ideologia regionalista (5) e o indivíduo regionalista (6) são definidos da seguinte forma na entrada dos vocábulos do dicionário de 1945:

(4). Grande extensão de terra do país, extensa parte da superfície terrestre: “[...] fervura de sol que sempre reina naquele período solstício do trópico de Cancro que passa por cima daquela região”, J. de Barros, *Décadas*, p. 38. [...] “Aproveitemos a oportunidade para dizer alguma coisa acerca dos outros perlustradores da região”, Gastão Cruis,

⁷¹ FIGUEIREDO, Candido. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Clássica Ed. de A. M. Teixeira, 1913, 2 v., p. 528 e passim. SR/FBN (grifos do autor).

A Amazônia que eu vi, p. 76. [...] “Mas produzem ainda enormes prejuízos na economia da região pauperizando o solo”, Ramalho Ortigão, *Farpas*, p. 59.

(5). Opinião, tendência para considerar unicamente ou para fazer prevalecer os interesses da região em que se vive. ||Doutrina política e social, cujo princípio consiste em favorecer, no próprio seio da nação, os agrupamentos regionais, de harmonia com as divisões impostas pela geografia e pela história das regiões. ||Vocábulo regional; dialetismo, provincialismo.

(6). (de regional) 1. Relativo ao regionalismo: “[...] bem pode tornar-se de uma política de cultura interamericana que seja ao mesmo tempo um movimento unionista e pluralista, ecologista e universalista, continentalista e regionalista”. Gilberto Freyre, *Problemas brasileiros de antropologia*, p. 195-196. 2. Pessoa que defende os interesses regionais, que é partidária do regionalismo.⁷²

Da comparação entre o significado do conceito 1 e o significado do conceito 4 depreende-se que a estrutura linguística sofreu uma mudança de caráter inter-relacional, isto é, ao introduzir no léxico novas unidades de sentido articuladas linguisticamente, e que foram extraídas da literatura regionalista mais recente, a estrutura sincrônica do ato de linguagem imediatamente redefiniu seu nexos com a ideologia do nacionalismo. À essa mudança na semântica se seguiu a repetição do principal significado do conceito inserido na profundidade temporal da diacronia, que é dedutível da perspectiva geográfica decorrente da expressão “grande extensão de terra”, o que o conservou na qualidade de categoria do espaço físico e social. É plausível concluir, portanto, que a situação revolucionária não mudou totalmente a semântica do conceito, considerando que a diacronia (a questão regional) permaneceu contida na sincronia, tornando viável sua compreensão.

Da comparação entre o significado da ideologia 2 e o significado da ideologia 5 depreende-se que a mudança de paradigma ocorreu em função do reconhecimento da inovação resultante do sistema de pensamento do novo regionalismo. Porque o contexto linguístico regula o alcance do conteúdo semântico do conceito, percebe-se que o novo sentido de “agrupamentos regionais” pôde generalizar-se com a introdução do conhecimento a seu respeito, ou seja, pôde se transformar em modelo cognitivo, complexificando-se na sistemática de sua semântica mediante a articulação entre forma e conteúdo.

Da comparação entre o significado do indivíduo 3 e o significado do indivíduo 6 depreende-se que o índice de adesão individual ao regionalismo cresceu rapidamente. No intervalo médio entre a publicação de *Casa-grande & senzala* em 1933 e *Problemas brasileiros de antropologia* em 1943 o conceito de região foi ratificado no campo intelectual e no campo político, o que viabilizou a defesa da mudança de paradigma prévia.

⁷² SILVA, Antônio Moraes. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Confluência, 1945, p. 344 e passim. SR/FBN (grifos do autor).

Concluindo, verifica-se que o texto mais recente introduziu outro vocábulo, de caráter ainda mais generalizante, qual seja, a *regionalidade*, definida como a “qualidade de regional”.⁷³ Trata-se da evidência linguística de toda a mudança conceitual, realizada mediante o ato de linguagem que conferiu inteligibilidade à correlação entre o discurso e a ação, admitindo que “uma palavra geralmente aciona consequências irrevogáveis”.⁷⁴

O Estado Novo apropriou-se do componente antropológico do novo conceito de região para atribuir racionalidade a seu programa de políticas culturais e econômicas, vinculando-as ao projeto hegemônico de modernização autoritária que causou a mudança no nexos entre região e nação para consolidar a unidade política e social do território.

Em 1938, a Marcha para Oeste, empreendimento do Governo Federal para ocupação das regiões semicolonizadas do território nacional e para a expansão da fronteira agrícola em benefício das classes produtoras dos estados sob ocupação – preparando, com a ação política, sua integração econômica com o mercado nacional⁷⁵ – contou com o projeto regionalista para a caracterização etnológica dos tipos humanos formadores da sociedade sertaneja situada no Brasil Central. Nessa caracterização, optou-se por esconjur qualquer significado que fosse alusivo à experiência social mais recente – indubitavelmente, à República Velha – para recuperar no bandeirismo paulista do século 18 a fonte de orientação para a realização do empreendimento expansionista do século 20.

A suposta imunidade absoluta do sertanejo do sangue ou da influência africana não resiste a exame demorado. Se são numerosos os brancos puros em certas zonas sertanejas, noutras se fazem notar resíduos africanos. Um estudo interessantíssimo a fazer seria a localização de redutos de antigos escravos que teriam borrado de preto, hoje empalidecido, muita região central do Brasil. Essas concentrações de negros puros correspondem necessariamente a manchas negróides no seio de populações afastadas dos centros de escravaria. Escasseavam entre os escravos fugidos as mulheres de sua cor, recorrendo eles, para suprir a falta, “ao rapto de índias” ou caboclas de povoados e aldeamentos próximos: teriam assim espalhado o seu sangue por muita zona considerada depois virgem de influência negra. Aliás, os movimentos, sertões a dentro ou rio Amazonas acima, de negros fugidos representam quase arrojo igual ao dos bandeirantes paulistas ou dos povoadores cearenses.⁷⁶

⁷³ *Idem*, p. 348. SR/FBN.

⁷⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, p. 26.

⁷⁵ FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁷⁶ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 72. Convém observar o apoio político de G. Freyre ao empreendimento expansionista do Estado Novo, salientando seu sentido americanista: “O próprio programa do sr. Getúlio Vargas de ‘marcha para o Oeste’ representa uma adesão significativa ao espírito bandeirante da parte do político que, durante o período republicano, melhor tem compreendido o Brasil como América portuguesa ou, mais vernaculamente, brasileira. Uma das Américas e não apenas uma república americana. Um bloco de cultura que exige dos brasileiros um sentido não só nacional como quase continental do seu destino e de sua atividade. Pois o Brasil é quase um continente e não apenas uma colônia atlântica. É teluricamente americano e não simples rebento português às margens da América” (FREYRE, 1943, p. 84).

Como se observa, é bastante plausível identificar no mapeamento das áreas de identidade regional desenvolvido em *Casa-grande & senzala* o primeiro ponto de contato que resultou na celebração de um pacto entre o projeto regionalista e o projeto centralista logo após a promulgação da Constituição de 1934. Nesse sentido, verifica-se que o foco de interesse que passou pelo processo de negociação referia-se à ideologia da integração nacional sobretudo no sentido cultural, que se tornou exequível após a produção do diagnóstico indutor dos ideais de brasilidade nos anos 30 e 40. Cabe lembrar que, a despeito das disputas simbólicas pela representação/imposição da matriz para a “cultura brasileira”, o diagnóstico da formação nacional operado por G. Freyre obteve o êxito do ponto de vista empírico ao representá-la com base na visão da “história social da família patriarcal brasileira”, em que a identidade do agrarismo, do escravismo e do hibridismo popular expandiu-se do litoral civilizado rumo ao sertão em nova fase de colonização.

Não por acaso, o componente antropológico de seu projeto estava inteiramente relacionado às manifestações simbólicas do regime autoritário. Sendo assim, seu projeto interveio na modernização da sociedade brasileira como um processo equivalente de hierarquização das classes sociais sob a dominância da nova ordem que exigia unidade e coesão; interveio, portanto, para atribuir sentido ao curso da Revolução de 1930 e para a fundamentação ideológica do projeto de modernização da estrutura institucional federal desenvolvida pelo Estado Novo, o que não significa que as manifestações simbólicas do regime tenham implicado o predomínio da ideia de branqueamento da população negra brasileira, considerando que o princípio fundante do pacto de poder residia na valorização do invento da identidade nacional sob a representação das práticas culturais mantidas pelas tradições híbridas – invento do qual o novo sistema de governo foi tributário.

Enfim, pode-se afirmar que a transformação dos nexos entre região e nação nos anos 1930 – processo conduzido pela revolução, mas para o qual o projeto regionalista contribuiu decisivamente – derivou da reestruturação do sistema político brasileiro, deslocando-se do modelo de federação centrífuga para o modelo de centralização política. Sendo assim, o que estava em tensão era a redefinição do nexo entre passado e presente, em que a escrita da história em perspectiva sincrônica constante de *Casa-grande & senzala* funcionou como fonte de orientação para a ação da elite dirigente do poder central. Afirmar que a tendência para a disponibilidade para o uso político de seu pensamento era algo que não integrava os objetivos práticos de G. Freyre em relação à representação do passado é incorrer num erro interpretativo sem fundamento. Porque no plano da política o sociólogo restringiu-se conscientemente ao ideário antiliberal de governo, para o qual direcionou a totalidade do funcionalismo intrínseco ao seu pensamento social.

2.2. A contemporização das disparidades regionais existentes no Brasil moderno como síntese da ideologia do projeto político (*Sobrados e mucambos* – 1936)

A publicação de *Sobrados e mucambos* está inserida no contexto do debate político sobre a questão social na modernidade brasileira, cuja efervescência se estende da Assembleia Constituinte de 1933 à promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Do ponto de vista interno e geral, pode-se afirmar que sua problemática reside na compreensão dos fatos sociais resultantes do processo de transformação da sociedade patriarcal concomitantemente à modernização do Império no século 19, tornando-se realizável mediante a simultaneidade dos processos de centralização do poder monárquico e de urbanização das principais cidades brasileiras, fundamentalmente do Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e de Ouro Preto (quer dizer, essas são as cidades a que o autor conferiu profundidade analítica para operacionalizar seu diagnóstico).

Certamente, G. Freyre está interessado em compreender o sentido da mudança social operada na estrutura de poder das classes dominantes de determinados estados da federação, dedutível da decadência do patriarcado rural (cujo esteio é a casa-grande patriarcal) e no subsequente desenvolvimento do patriarcado urbano (cujo esteio é o sobrado burguês). Na primeira perspectiva, visa a esclarecer o caráter conciliador de conflitos da instituição tradicional do patriarcalismo por meio da decifração da linha de continuidade dos valores do agrarismo, escravismo e hibridismo. Para tanto, estuda “os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, os de acomodação, de uma raça a outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural e, a partir dos fins do século XVIII, o seu declínio e o desenvolvimento das cidades; a formação do Império; ia quase dizendo, a formação do povo brasileiro”.⁷⁷ Nesse sentido, a função de seu projeto estende-se à orientação das elites quanto ao dado da conservação do privatismo patriarcal em meio às transformações da sociedade brasileira nas cidades, e infere que na maioria das regiões do país ainda se prefere o conforto do ambiente privado ao associativismo do espaço público. Logo, “o privatismo patriarcal ou semipatriarcal ainda nos domina. Mesmo que a casa seja mucambo – o aliás tão caluniado mucambo”.⁷⁸ E não negligencia os aspectos da situação social em que a prática do privatismo tende a resvalar para a corrupção do patrimonialismo familista na atualidade e que a Justiça torna-se incapaz de coibir os crimes de compadrio e de nepotismo.

⁷⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 11.

⁷⁸ *Idem*, p. 37.

Na segunda perspectiva, visa a perscrutar os processos pelos quais a sociedade brasileira se diferenciou nas suas estruturas de dominação material e simbólica, identificando no movimento de transferência da Corte Portuguesa em 1808 e no movimento de emancipação política em 1822 a origem histórica do processo de modernização que viabilizou o êxito da revolução burguesa, introduzindo o ideário liberal da ordem competitiva em meio às cidades em desenvolvimento; identifica nessa conjuntura o fenômeno social da supervalorização do individualismo moderno (com seu conceito de contrato) e a conseqüente proscricção da tradição familista (com seu conceito de comunidade) por efeito da mudança operada no inconsciente coletivo em seus níveis cultural (introduzindo o eurocentrismo discriminador da cultura afro-brasileira) e político (diminuindo o poder político dos senhores). Enfim, nesta perspectiva G. Freyre se interessa por pensar o processo de formação da sociedade industrial de classes, e explica as causas e os efeitos do surgimento dos desequilíbrios na interação cidade-campo pela urbanização irregular das cidades e da desigualdade em três parâmetros conjugados: de raça, de classe e de região.

Em síntese, com a perspectiva da modernidade, G. Freyre pretendeu orientar a classe dirigente para os prejuízos da supervalorização da sociedade e cultura de massas urbanas em detrimento da instituição do patriarcado rural, indicando que “o período de história social do Brasil que procuramos estudar nestas páginas, por um lado, continuou um período de integração: durante esse é que se consolidou a sociedade brasileira, em torno de um Governo mais forte, de uma Justiça mais livre da pressão dos indivíduos poderosos, de uma Igreja também mais independente das oligarquias regionais e mais pura na vida dos seus padres [...] Por outro, foi um período de diferenciação profunda – menos patriarcalismo, menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário, e mais individualismo, da mulher, do menino, do negro, ao mesmo tempo que mais prostituição, mais miséria e mais doença. Mais velhice desamparada. Período terrível de transição”.⁷⁹

Essa introdução ao conteúdo do livro permite que se constate que há uma evidente relação de intertextualidade entre seu primeiro livro e o atual quanto ao diagnóstico/prognóstico de um conjunto importante de problemas sociais causados pela modernização das áreas urbanas nos séculos 18 e 19, como é o caso da controvérsia estabelecida em torno da salubridade da habitação popular rural designada de *mucambo* no Nordeste. Em *Sobrados e mucambos*, entretanto, o diagnóstico histórico-sociológico está centrado fundamentalmente na gênese do problema da disparidade entre a produtividade da economia cafeeira de São Paulo e a produtividade da economia canavieira de Pernambuco.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 54.

Trata-se do interesse econômico defendido pelo projeto regionalista a partir de 1936, mas prolongando-se no tempo até sua efetivação, que consiste na convergência de forças sociais para lutarem pela contemporização da disparidade regional causada pelo processo de modernização industrial iniciada de modo incipiente na duração do Segundo Reinado do Império, em que houve o deslocamento do centro dinâmico da economia do Norte (liderado por Pernambuco canavieiro) em direção à economia do Sul (liderado por São Paulo cafeeiro), porque a mudança na ordem econômica implicou a concentração distintiva de benefícios comerciais para a classe produtora do café em comparação com a situação decadente dos produtores do açúcar – situação que é interpretada pelo grupo de regionalistas como a origem histórica da desigualdade de renda, de desenvolvimento e de produtividade do ponto de vista da equidade na balança comercial regional. É nesse sentido que a reivindicação pelo aprimoramento do sistema de crédito agrícola torna-se inteligível em *Sobrados e mucambos*. Nesse particular, G. Freyre valeu-se da situação de crise de hegemonia da classe agroexportadora nordestina no século 19 para reivindicar o reajustamento na concessão de crédito à produção do gênero agrícola.

O Banco do Brasil – estabelecido por Dom João VI – emprestando ao agricultor do século XIX a 9%, com 8% de amortização e com hipoteca no valor duplo da quantia emprestada, reformáveis as letras de seis em seis meses improrrogavelmente, alegavam os agricultores que não se tornara nenhum apoio para a lavoura. Ao contrário: impunha-lhe “prazos fatais” para suas dívidas, enquanto o comércio, descansado de seu compromisso, gozava “o favor das moratórias”. E entretanto era um comércio – dizia um apologista da agricultura – que ainda por cima “recorria ao contrabando e à fraude”. Bons tinham sido, para a lavoura, os primeiros tempos coloniais, com os privilégios concedidos aos senhores de engenho, privilégios – deve-se acentuar – que iam ao ponto de favorecer o calote, quando praticado por um senhor graúdo.⁸⁰

Por conseguinte, G. Freyre percebe na ascensão concentrada do setor cafeeiro, concomitantemente ao incipiente empresariado industrial – atribuindo força à revolução burguesa na sociedade brasileira –, a causa de dois problemas contemporâneos relativos, em primeiro lugar, à plutocracia dominante do estado de São Paulo, estrutura que inviabilizou, na experiência do século 19 e início do 20, a realização do projeto de consolidação da unidade nacional no sentido do congraçamento de forças pelas entidades da federação, o que configurou o interesse de S. Paulo pela defesa da hegemonia do federalismo oligárquico na organização do sistema político brasileiro. Em segundo lugar, o problema da descaracterização da “cultura brasileira” em sua dimensão material (como pa-

⁸⁰ *Ibid.*, p. 48-49 (grifos do autor).

trimônio histórico) e em sua dimensão imaterial (como valores e tradições) por decorrência da ocidentalização/industrialização das cidades brasileiras, implicando o extermínio gradual de alguns valores tradicionalmente rurais que seriam imbuídos da capacidade de se contemporizarem com a natureza *sui generis* dos trópicos. Ou seja, por meio de toda essa perspectiva crítica o sociólogo pretendeu advertir a classe dirigente contemporânea para a questão da desvantagem, no futuro, da descaracterização da “cultura brasileira” causada pela excessiva industrialização da sociedade no passado e no presente.

Basta desta revisão de literatura. O que se pretende analisar daqui em diante é o patamar mais avançado do ponto de vista da teorização do conceito de região que o projeto regionalista logrou com a publicação de *Sobrados e mucambos*, instituindo no sistema político uma espécie de doutrina teórica sobre a matéria do pacto interregional e relacionando-a com a mudança dos nexos entre região e nação no presente estadonovista.

A leitura exegética do documento revela que foi por meio da concatenação entre a perspectiva da estrutura do sistema patriarcal rural e a perspectiva da industrialização regionalmente concentrada que a publicação de *Sobrados e mucambos* logrou efetivar alguns interesses do projeto regionalista no sistema política nacional, por conseguinte, exerceu poder performativo de intervenção nas decisões políticas do Governo Federal acerca do problema da disparidade regional que foi diagnosticado por G. Freyre.

Com a publicação de *Sobrados e mucambos* em 1936, o projeto regionalista logrou êxito ao transcender o objetivo de construir uma técnica rígida de equacionamento da questão regional – dedutível fundamentalmente do problema da guerra fiscal entre os estados da federação resultante da disparidade na dinâmica produtiva⁸¹ – para formular uma doutrina política referente aos meios de concreção da nacionalidade no sentido do equilíbrio entre diversidade (regional) e unidade (nacional) na modernidade brasileira.

⁸¹ O que não significa que G. Freyre não tenha se preocupado com o problema da guerra fiscal entre Pernambuco, S. Paulo e Rio Grande do Sul em sua obra dos anos 30, como é o caso de *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Nordeste*. No primeiro livro, por exemplo, o sociólogo começou a questionar o entrave fiscal imposto pelos governos estaduais para a compra e venda de carne bovina, sendo que, caso fosse solucionado, poderia resolver parte do problema da desnutrição da população pernambucana por decorrência da dominação da monocultura latifundiária na produção agrícola da região. Segue o excerto que critica a omissão do poder público ao problema da guerra fiscal: “Segundo estatísticas oficiais [...] a zona sacrificada em Pernambuco à monocultura abrange uma área de 1.200.000 hectares com apenas 138.000 cobertas com lavoura. Em palestra realizada no Rotary Club do Recife o Sr. André Bezerra, da empresa arrendatária do Matadouro da capital pernambucana, salientou o fato de que 8,5% da referida zona se acham completamente incultas, enquanto 20% do total da zona, ou 240.000 hectares, ‘transformados em campos de pastagem com gramíneas selecionadas, convenientemente divididos em cercados, com bebedouros adequados, banheiros carrapaticidas, etc., dão para manter um rebanho de 240.000 rezes, que na base de 10% utilizável para o corte, forneceria 24.000 rezes para o açougue [...]’. Do assunto pretendo me ocupar com mais detalhes em trabalho próximo. De passagem direi que não se compreendem os obstáculos criados, em Pernambuco, à importação de carnes congeladas do Rio Grande do Sul e de São Paulo que viriam melhorar a qualidade da alimentação e baratear-lhe o preço, enquanto não se dá melhor destino, do ponto de vista do bem estar geral, às terras sacrificadas à monocultura latifundiária. A não ser que os governos assim procedam, sob a influência de interesses inconfessáveis”. (FREYRE, 1933, p. XL).

Com a publicação de *Sobrados e mucambos*, o projeto regionalista atinge o estágio elevado e atualizado quanto ao processo de desenvolvimento do conceito de região para modernizar a ideia de unidade nacional do ponto de vista sociológico; o projeto do cientista social atingiu o patamar máximo quanto ao conteúdo racional-científico de seu discurso prescritivo, que foi centrado na relação de equilíbrio entre cidade-campo e entre o conteúdo legal do Estado e a realidade da sociedade no Brasil contemporâneo.

Nesse sentido, formula-se uma doutrina teórica e política acerca dos meios institucionais formais para o estreitamento do pacto entre a diversidade regional e a unidade nacional pelo princípio da contemporização no sentido econômico e cultural, que deveria ser levado a efeito pelo poder central vigente. Trata-se da orientação quanto à observância da interdependência existente entre ‘tradição regional’ e ‘realidade nacional’, que se tornou inteligível mediante o estágio elevado da teorização do novo conceito de região em *Sobrados e mucambos* também. Este se inscreve como o estágio final da conciliação entre tradição e modernidade no Estado Novo, em que houve a orientação quanto à demanda pela conservação dos estilos de vida, padrões culturais e expressões psicossociológicas do “povo brasileiro” para garantir a inviolabilidade dos fundamentos da unidade de cultura e de sociedade pertencentes ao Estado-nação, por conseguinte, para corrigir os excessos na “alteração da paisagem brasileira em todos os seus valores”.⁸²

Convertendo o plano teórico da doutrina política em termos materiais e ideológicos, pode-se concluir que este componente do projeto regionalista advertia para a real necessidade de se estreitar o nexos básico sociológico dos tipos de legislação social com o programa de políticas públicas que fosse desenvolvido pelo Poder Legislativo, o qual deve fazer sentido e ser útil para cada contexto social específico. Pode-se concluir, complementarmente, que a elevação máxima na teorização do conceito de região em *Sobrados e mucambos* implicou o reatamento, a partir do Estado Novo, com a representação da tradição agropatriarcal, cuja substância consistia na contínua estabilidade da hierarquia social em meio ao desenvolvimento da organização do patriarcalismo tutelar (hierarquia e autoridade nas relações desiguais de gênero, raciais e de trabalho), que logrou êxito ao incidir sobretudo nas áreas de interior do Nordeste agrário e pastoril, nas áreas de interior da região central (Goiás e Mato Grosso) e nas áreas de interior das regiões Sul e Sudeste do país (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul).

No entanto, deve-se considerar que esta formulação do pacto interregional pela perspectiva da forma cultural da sociedade brasileira como sendo patriarcalista e tutelar relacionou-se difícil e incompletamente com a construção social das cidades modernas.

⁸² *Ibid.*, p. 260.

Em um artigo publicado em 1937, em pleno contexto de campanha eleitoral para a sucessão presidencial em disputa entre Getúlio Vargas e José Américo de Almeida – este último sendo a preferência imediata do grupo de regionalistas nordestinos – Freyre utiliza o princípio da contemporização – que é aqui designado de “reajustamento” – para construir a síntese do projeto regionalista, orientando o leitor quanto ao sentido que considera correto para a modernização da ideia de unidade nacional. Vale a citação:

Seria um absurdo que num país vasto como o Brasil procurássemos abafar as expressões regionais de vida, as diferenças de Norte para Sul, de litoral para centro, visando uma temperatura única para a nação inteira, uma cor exclusiva de paisagem e de homem [...] O problema de relações entre as regiões do Brasil é um tanto diverso do problema norte-americano, sem que deixem de haver pontos de semelhança. Também aqui a transição da economia escravocrata para a livre concorreu, junto com outras influências, para acentuar condições de clima desfavoráveis ao desenvolvimento industrial, em particular, e social, em geral, da nação. Concorreu para estagnações que uma política, nem sempre de equilíbrio nacional, deixou que se prolongassem tristemente a extremos de decadência [...] [Por isso,] no Brasil, um reajustamento semelhante se impõe. Reajustamento mas não estandarização. Reajustamento de umas regiões a outras e de todas ao ritmo nacional de economia e de cultura. Mas de modo nenhum a sacrifício das diferenças regionais a um ideal esterilizante de unitarismo. Considerado o regionalismo como a variedade de climas que dentro de um país permite que a vida se exprima e a cultura se afirme dentro das mesmas oportunidades econômicas e políticas, mas de modo sempre diverso e correspondente a aspirações e a necessidades e tradições diferentes de região, não há motivo para o clima regional no Brasil ser um clima caluniado.⁸³

O uso da documentação externa à fonte primária justifica-se na medida em que se percebe que a atividade jornalística de G. Freyre também contribuiu para a sintetização do conteúdo racional do projeto regionalista, porque os temas abordados nos artigos de jornal correlacionavam-se aos temas de sua obra sociológica. Nesse sentido, a especificidade informativa desse tipo de fonte refere-se à situação concreta em que a escrita do texto obedece a um determinado contexto. Não por acaso, uma parte significativa de sua produção jornalística na duração do Estado Novo estava centrada no contexto dominante de construção nacional que enfrentava o impasse político resultante da questão social que ainda não havia sido solucionada pela classe dirigente do regime autoritário. Por isso, G. Freyre começa a diagnosticar o problema quando salienta o fato de que, no Brasil moderno, ainda ocorre a “supremacia da economia privada sobre a pública; dos interesses particulares, sobre os gerais. Supremacia tão ostensiva na formação brasileira”.⁸⁴

⁸³ FREYRE, Gilberto. Um clima caluniado. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 4, 26 mai. 1937. SR/FBN.

⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 178 (SM).

Em 1939 – dois anos após o golpe de Estado que originou o Estado Novo –, G. Freyre insiste com a denúncia no *Correio da Manhã* segundo a qual o trabalhador rural teria sido subitamente abandonado pelo poder público ainda na vigência do regime monárquico por decorrência da reestruturação da ordem socioeconômica, que passou a privilegiar o aceleramento da produção com base no desenvolvimento industrial concentrado nos estados do Sul do país, sendo que a economia agrária do Norte, com sua massa de trabalhadores escravos, teria sido negligenciada do ponto de vista das condições materiais e morais necessárias a sua subsistência. Assim, em meio ao curso da mudança social percebe a “necessidade de valorização do homem rural como ‘resgate de um desvio histórico’ [...] Realmente, é curioso notar como o homem rural – refiro-me ao trabalhador – tem sido uma vítima do progresso – no Norte, da indústria do açúcar, no Sul, da cultura do café – do ponto de vista de sua saúde, de sua alimentação, de seu vigor físico, de suas condições de vida material e moral”.⁸⁵ Aqui o autor alude ao trabalho agrícola.

Ao publicar esse diagnóstico no jornal de circulação nacional, Freyre converge a doutrina política constante de *Sobrados e mucambos* com a série da produção jornalística que focaliza a mesma ordem de problemas sociais contemporâneos, aproveitando de fato o contexto reformista da política nacional para dirigir uma mensagem a Vargas.

A valorização do homem no Brasil – principalmente nas zonas onde a paisagem, e com a paisagem, o elemento humano e os valores de cultura foram mais deformados, pervertidos e desprestigiados por uma economia parasitária não só da natureza como do trabalhador – está a se impor como uma das tarefas mais sérias da nossa geração. O sr. Maragilano Júnior tem razão quando diz que a política do Império não correspondeu, neste ponto – da assistência sanitária à gente rural – às necessidades brasileiras, nem a do Império nem da Primeira República. Ao contrário: o progresso republicano baseou-se, em grande parte, naquela desvalorização. Vejam o que vai fazer pelo homem e pela paisagem rural do Brasil a Segunda República [o Estado Novo], voltada, muito mais que a primeira, para os problemas sociais que, aliás, já iniciou na baixada fluminense uma obra de verdadeira retificação da paisagem.⁸⁶

Primeiramente, aqui se deve questionar: qual é o interesse pragmático com este diagnóstico do fato social referente à desvalorização do homem e da paisagem rural nos séculos 19 e 20? Ora, esse diagnóstico nada tem de ingênuo. Por meio dele, a formação do projeto regionalista está praticamente completa, sendo que a doutrinação política sobre a matéria do pacto interregional adquiriu o nível máximo quanto à materialidade socioeconômica do ponto de vista do discurso prescritivo ou performativo que encerra.

⁸⁵ FREYRE, Gilberto. O homem e as paisagens rurais. *Correio da Manhã*, RJ. p. 4, 5 jul. 1939. SR/FBN.

⁸⁶ *Idem*, p. 4. SR/FBN (grifo meu).

Sabe-se que a fundação do Estado Novo representou a oportunidade particular e concreta para a negociação de interesses entre distintos projetos políticos que visavam seu uso no processo de reconfiguração do poder nos anos 1930.⁸⁷ Esta é uma evidência clara da possibilidade de participação ativa do projeto regionalista no regime autoritário, garantindo a G. Freyre sua acomodação num lugar significativo no arranjo institucional resultante do novo pacto político que foi parcialmente celebrado em 1934 e que foi reafirmado em 1937, sendo que em 1941 foi completamente realizado mediante a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira previsto pelo decreto-lei nº 3.855 de 21/11/41.

O que está em negociação política entre 1934 e 1941 é a reforma da divisão regional do trabalho que, se fosse conservada do modo como se encontrava, recrudesceria ainda mais os problemas gerados nas cidades, mas principalmente no campo, pela questão social, porque se referia às regiões onde o regime de trabalho predominante, além do fato de ser ex/neo-escravo, degradava-se do ponto de vista das condições objetivas para a lavoura, ao passo que a população de trabalhadores rurais estava sendo desvirtuada de sua função. Em síntese, pode-se argumentar que a reforma na divisão regional do trabalho tornou-se um imperativo tanto para a elite nordestina quanto para a classe dirigente do Estado Novo porque a região produtora do açúcar enfrentava desde o final do século 19 grave crise de natureza comercial assim como na estrutura das relações de trabalho.

O efeito imediato de *Sobrados e mucambos*, ao confluir com a produção jornalística de G. Freyre, foi avançar na ideologização da doutrina teórica sobre o pacto inter-regional visando a orientação do projeto revolucionário dominante no processo político, vale dizer, com a estruturação trabalhista do proletariado brasileiro pelo Estado Novo.

O interesse pragmático estabelecido entre as partes consistia na tentativa de reversão do processo de decadência do valor social do trabalho rural no sentido manual do termo, isto é, do trabalho com a lavoura ou com a terra nas áreas de cultivo regular, cujo valor material tanto para o mercado quanto para a sociedade foi, segundo Freyre, desvirtuado por efeito da crescente hegemonia conquistada pelas técnicas de produção que estavam sendo utilizadas pelo empresariado cafeicultor e industrial de São Paulo.

O ponto de contato entre o projeto regionalista e o projeto centralista na matéria da decadência consistiu, portanto, na produção de uma fórmula conciliatória de interesses que potencializou a reforma na divisão regional do trabalho por via da liberalização regulada da integração capitalista no estado de S. Paulo e da revalorização da classe agroexportadora nordestina, de modo que o corporativismo trabalhista pudesse avançar.

⁸⁷ GOMES, Angela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lucia L.; VELLOSO, Mônica; GOMES, Angela de Castro (Orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Do ponto de vista institucional, pode-se inferir que o efeito de *Sobrados e mucambos* sobre o processo de estruturação do trabalhismo no Brasil residiu na orientação sociológica quanto aos métodos de reformar a questão social no campo, na qual se privilegiou a recordação dos valores constitutivos da paisagem rural dos séculos 16, 17 e 18 para argumentar acerca do caráter de “autorregulação confraternizadora” das relações de trabalho entre os proprietários rurais e a classe de trabalhadores escravos, isto para justificar a impertinência às zonas rurais do Brasil de qualquer tipo de legislação que atribuísse direitos sociais à classe trabalhadora do eito durante o regime do Estado Novo.

Com efeito, da negociação de interesses entre classes e intelectuais dominantes no regime (mediante as instâncias decisórias do poder⁸⁸) resultou a exclusão do meio rural do todo país na área de abrangência prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, de modo que o estatuto de cidadania não se estendeu à classe trabalhadora das zonas rurais porque estabelecia o corporativismo do setor industrial e do setor comercial nas cidades como o direito normativo para a observância imediata pela sociedade civil.

O reformismo “valorizador” da paisagem rural no Estado Novo implicou, realmente, a conservação do trabalhador rural sob a identidade jurídica de mero agregado da família patriarcal brasileira, portanto de modo desprovido/sem titularidade de direitos, e lembrava, por contraste ao processo acelerado de modernização autoritária, antigas práticas escravistas remissíveis à formação do patriarcado rural interpretada por Freyre. O passado, no caso da Justiça do Trabalho, foi usado politicamente visando à consecução do “equilíbrio interregional” de modo a não causar rupturas ou sedições na sociedade.⁸⁹

Não obstante o debate político sobre a relação entre ‘cidade-campo’ e entre diversidade e unidade para a construção do Estado nacional moderno, a doutrina teórica desenvolvida por *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e por parte majoritária dos artigos de jornal – sobre o pacto interregional como imediata superação do estaduismo e como o meio de programação da contemporização das disparidades regionais do país –, passou pelo processo de legitimação de modo simultâneo a seu desenvolvimento, para logo em seguida receber apoio político de parte significativa da elite intelectual sua contemporânea. A explicitação da compreensão da doutrina política por Afonso Arinos de Melo Franco, mesmo tendo sido um opositor do varguismo durante o período ditatorial,⁹⁰ serve de fato como parâmetro para a prova documental. Num texto de 1939 Afonso Arinos salientava a ideia moderna de *unidade como contemporização*, ao dizer:

⁸⁸ DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (HGCB).

⁸⁹ BASTOS, Elide Rugai. *Op. cit.*

⁹⁰ POLLETI, Ronaldo. *Op. cit.*

Hoje a unidade da pátria é principalmente isto: inteligência e sentimento. O federalismo é, no Brasil, uma realidade; o regionalismo, bem compreendido, uma verdadeira condição de vida. Erram crassamente os que pretendem combater, às cegas, o bom regionalismo. E este erro repercutirá dolorosamente contra a unidade nacional. Porque o Brasil se forma como um organismo da junção harmoniosa de entidades que, além da vida nacional, possuem a sua vida própria. Da mesma maneira, um meio social não se pode formar solidamente, se seus componentes, além da vida da relação social, não possuem uma vida íntima, uma vida de mesa e lareira, em que se opinem as virtudes privadas que deverão ser empregadas na obra comum. Eu vos digo, paulistas, que o meu maior receio está precisamente na ação brutalizadora dos que pretendem suprimir a cooperação dos sentimentos regionais, na formação da ideia nacional. Pois isto é não compreender que esta só existe, só se forma, porque aqueles se integram e convergem para a formação [...] Quando penso em Brasil, elaboro um complexo esforço intelectual em que se fundem ideias de Pernambuco, de Minas [Gerais], de São Paulo, do Rio Grande [do Sul] e de todos os outros estados. Brasil é uma síntese orgânica dessa diversidade básica. É a reunião superior dessas forças particularistas. Elas não existem sem ele, mas ele não é nada sem elas.⁹¹

As ideias de A. Arinos contribuíram para o reconhecimento do nexos básico entre a doutrina do pacto interregional e a ideologia nacionalista, que, como já se deduziu, constituía o núcleo do debate e da ação política nos anos 30. Nesse sentido, seu discurso plasmou o conteúdo racional-científico de *Casa-grande & senzala* com o conteúdo de igual teor de *Sobrados e mucambos* com a intenção objetiva de legitimar a doutrina teórica para intervir no processo de modernização institucional que estava em curso.

Ora, o interesse mais amplo que mobilizava Afonso Arinos juntamente com os outros intelectuais participantes da luta política a favor ou contra o Estado Novo era a oportunidade única de redescobrir o tempo das tradições regionais para reatá-lo ao tempo da transformação na estrutura social, econômica e institucional do país, cuja legitimação dependia da remissão ao tempo mitológico imaginado (e postulado) por G. Freyre como sendo a ordem patriarcal em que os estratos sociais formaram-se sob bases equilibradas.

Pode-se concluir que, com *Sobrados e mucambos*, o projeto regionalista interveio na definição da forma conciliatória da negociação entre classes no Estado Novo, o que significa que a síntese de seu efeito político residiu na estruturação da sociedade de classes no Brasil moderno por meio da interpretação e defesa da tradição como memória social da formação agrária, restabelecendo o *status quo* moderno mediante a reforma na divisão regional do trabalho. Vale dizer que a explicação segundo a qual o meio de materialização dos interesses do regionalismo na realidade social era (e ainda é) o progresso da revolução burguesa no meio urbano está correta e pode ser empiricamente aferida.

⁹¹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. 1939, p. 218-219 *apud* MEUCCI, Simone. *Op. cit.*, p. 147-148.

2.3. Relações centro-periferia na ordem nacional: a decadência da civilização do açúcar e o restabelecimento da classe agroexportadora nordestina (*Nordeste* – 1937)

Com todos os seus defeitos, a civilização do açúcar que se especializou, ou antes, se exagerou no Nordeste do massapé, e dentro do Nordeste, em Pernambuco – seu foco, seu centro, seu ponto de maior intensidade – em civilização aristocrática e escravocrata – deu ao Brasil alguns dos maiores valores de cultura, hoje caracteristicamente brasileiros, dissolvidos noutras civilizações, distribuídos por outras áreas, diluídos noutros estilos de vida, mas com a marca de origem ainda visível a olho nú. Outros valores não sofreram transformações e morreram, ou existem em resíduos muito vagos. Mas foi justamente essa civilização nordestina do açúcar – talvez a mais patológica, socialmente falando, de quantas floresceram no Brasil – que enriqueceu de elementos mais característicos a cultura brasileira. O que nos faz pensar nas ostras que dão pérolas. Abaixo da grega, outras civilizações parece que têm reproduzido, em termos maciços, o caso estranho dos gênios individuais, tanto deles como as ostras: doentes é que dão pérolas. A antiga civilização de açúcar no Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa mesma impressão, em confronto com as demais civilizações brasileiras – a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela de valores políticos, estéticos e intelectuais.⁹²

A publicação de *Nordeste* está inserida no contexto do debate político sobre as relações comerciais entre os fornecedores da cana-de-açúcar e os proprietários usineiros da fabricação sucroalcooleira, cuja efervescência se estende dos trabalhos no interior da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 à promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941 por efeito do decreto presidencial. Nessa direção, a publicação da obra em 1937 indica claramente a coincidência com o golpe de Estado que originou o Estado Novo, bem como a linha de continuidade com a perspectiva regenerativa do patriarcado rural em *Sobrados e mucambos*. Ao se entrever que o conceito político-social que constituía o alicerce da forma de governo gerida por Getúlio Vargas e pelo grupo de correligionários do Estado Novo era o paradigma positivista do intervencionismo no setor privado e do nacionalismo estatizante – impelindo o predomínio do ideário antiliberal que orientava o protecionismo do mercado consumidor interno⁹³ –, pode-se perceber, claramente, que há um sentido implícito na coincidência entre as datas, vale dizer, o aproveitamento da dominância do intervencionismo antiliberal na nova estrutura de governabilidade do país para reivindicar a regulação do problema relativo à economia canavieira.

⁹² FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p. 220.

⁹³ BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: _____. *Dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O conteúdo de *Nordeste* foi pensado para enfatizar o ponto de vista da exuberância do processo de criação dos valores culturais que engendraram as tradições da região, donde se destaca a capacidade de o sistema patriarcal rural (tanto ao nível aristocrático quanto ao nível popular) se desenvolver mediante o princípio autóctone da contemporização com a condição agreste da natureza tropical para a vida humana. *Nordeste* investiga o processo de formação social da região pelo procedimento da interdependência de relações: a) homem e natureza (interpretada pelo parâmetro do solo, água, mata e animais); b) cultura e natureza (interpretada pelo parâmetro das tradições híbridas e das tradições rurais); c) território e natureza (interpretada pelo parâmetro da demarcação da área da economia canavieira). Pode-se afirmar, nessa direção, que a base epistemológica do conteúdo de *Nordeste* é orientada pela Ecologia Humana ou Social, ao passo que a base epistemológica de *Sobrados e mucambos* é orientada pela Sociologia Histórica e a base epistemológica de *Casa-grande & senzala* é orientada pela Antropologia Histórica.

Do ponto de vista da razão instrumental que G. Freyre desenvolve, pode-se argumentar que a partir de 1937 o projeto regionalista estava em condições de prescrever à comunidade nacional os métodos para se restabelecer a relação pura complementar entre sociedade e meio ambiente, que segundo o sociólogo foi artificializada por decorrência do processo histórico de transformação no inconsciente coletivo visando a separação total da complementaridade entre os mundos. As características da natureza regional e o método pelo qual os homens se relacionam com ela formam o núcleo duro do discurso de *Nordeste*. Sendo assim, verifica-se que neste livro o sociólogo produziu a ideia tropicológica em estágio rudimentar de “rurbanização”, que consiste basicamente no planejamento da construção do espaço urbano por meio do modelo de arborização, de criação de parques naturais, reservas florestais e reservas hídricas; de preservação das matas ciliares dos rios, em síntese, a construção das cidades modernas mediante *a adequação ao clima tropical do Brasil* – eis todo o significado de modernidade ibérica para G. Freyre.

Cumprir explicar que o Nordeste agrário foi interpretado com o objetivo explícito de afirmar a identidade regional, visando sua invenção para conservá-la na contemporaneidade via definição do *status quo* mantido sob a regra da dominação aristocrática do passado. O diagnóstico ecológico estava subordinado ao objetivo maior da afirmação da identidade regional, para o qual prescreveu um conjunto significativo de recomendações acerca da instrumentalização da ecologia humana para ser utilizada pela sociedade nordestina atual. O objetivo de inventar a identidade regional implicou, portanto, a subordinação do componente ecológico do projeto regionalista a seu uso instrumental para o equacionamento dos problemas ambientais causados pela monocultura do açúcar.

Sente-se nesses nomes de engenhos antigos [Noruega, Gaiapó, Mas-sangana] o quase culto e certamente a poetização da água pela gente dos canaviais e das várzeas. A água foi elemento nobre na velha paisagem de engenho do Nordeste, onde a usina degradaria principalmente os rios. O engenho honrou a água; não se limitou a servir-se dela.⁹⁴

O solo africano vem sofrendo influências semelhantes as que atuaram, desde os primeiros dias da colonização europeia, sobre o Nordeste do Brasil. Região hoje tão seca e tão sem água em trechos de solo outrora podre de lama, empapado de húmus, coberto de camadas profundas de mato grosso. O estudo das influências erosivas no Nordeste do Brasil é um estudo que se impõe com a maior urgência. É preciso que os brasileiros de amanhã não nasçam em terras reduzidas a ossos [...] Levantar dentro delas barreiras antierosivas que salvem, para melhor utilização humana, seus restos magníficos de força, é um dos grandes deveres das novas gerações brasileiras menos individualistas nos seus desejos de posse e mais coletivistas nos seus impulsos de conservação dos valores fundamentais do país: as terras, as águas, as matas.⁹⁵

O componente ecológico de seu projeto político refere-se ao complexo processo científico que abrange a orientação sobre a prática de planejamento do tempo futuro, para a qual se prescreve o uso racional das ciências humanas para o desenvolvimento da sociedade no presente e no futuro no sentido da convergência entre o uso dos recursos naturais e a valorização do meio ambiente. Entretanto, deve-se considerar que, do ponto de vista do planejamento ecológico do tempo, o posicionamento de Gilberto Freyre estava restrito, durante a conjuntura do Estado Novo, aos problemas ambientais que foram causados pela atividade agrícola da lavoura canavieira no limite da área circunscrita entre o Recôncavo da Bahia e o extremo Norte do Maranhão. Qual é o interesse pragmático com essa limitação geográfica e político-econômica do planejamento ecológico?

Esta é uma questão de natureza mista, isto é, simultaneamente epistemológica e política, que revela a fronteira tênue entre as descobertas das ciências humanas e as ideologias originárias do mundo social. A fronteira confere significado particular à relação de complementaridade entre os domínios (a ciência e a ideologia), resultando na efetivação dos meios práticos para os usos sociais da ciência, em que prevalece os interesses materiais e simbólicos das classes sociais e em que – a despeito da exigência do discurso retórico pela “neutralidade axiológica” –, se identifica a flagrante hierarquia de prioridades de natureza utilitarista que é estabelecida pelo poder público para a negociação com os grupos dominantes quanto ao uso político dos resultados obtidos pela ciência.

Invariavelmente, este é o caso de que se busca explicação. A questão ambiental no Nordeste tanto agrário quanto pastoril – fundamentalmente o processo de desertifica-

⁹⁴ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 49 (NOR).

⁹⁵ FREYRE, Gilberto. Donjuans de terras. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4. 29 ago 1937. SR/FBN.

ção do solo – encontrou no componente ecológico do projeto regionalista sua real possibilidade de solução, tanto do ponto de vista material (com a redefinição dos custos que contabilizavam o insumo para a produção do açúcar e para a mudança nas relações comerciais entre fornecedores e usineiros), quanto do ponto de vista simbólico (com a afirmação da identidade regional fundada na memória social do ruralismo, que legitimou a manutenção da dominação simbólica da aristocracia pernambucana no Nordeste).

Ao se perceber que a questão ambiental estendia-se facilmente ao impasse econômico gerado nas relações comerciais entre fornecedores e usineiros nos anos 30 e 40, torna-se possível verificar que a ideologização das técnicas ecológicas de controle e reversão do problema do solo e das secas – que integrava inclusive a produção jornalística e o livro de 1937 de G. Freyre – funcionou como o meio intelectual propício para criticar a debilidade da burguesia industrial quanto aos investimentos na área de gestão ambiental que foi ecologicamente considerada como obrigatória para o controle dos danos causados pela fabricação sucroalcooleira nas usinas. Na realidade, em *Nordeste* G. Freyre dirigiu sua crítica contra o núcleo do impasse ambiental que o modo de produção industrial necessariamente implica, qual seja, a poluição invariável do meio ambiente, por forte contraste ao valor cultural do “respeito indelével” à natureza regional que seria intrínseco à civilização do açúcar fundada na produção agrária pelos engenhos banguê.

O interesse final de sua crítica ecológica (e politicamente comprometida) era exigir do Governo Federal a intervenção na questão do entrave nas relações comerciais entre as distintas classes dominantes da região, isto com o objetivo implícito de estimular o restabelecimento da classe fornecedora da cana-de-açúcar na ordem econômica de todo o país, entretanto de tal modo que a política de restabelecimento não resultasse da repetição dos mesmos erros cometidos no passado histórico, servindo como lição. Sendo assim, identifica-se o interesse em comum acordo quanto à tomada de decisões para a reforma da questão ambiental e do problema econômico no Nordeste, ao se constatar que o Estado Novo apropriou-se da racionalidade ecológica que foi ideologizada pelo projeto regionalista para aperfeiçoar seu programa institucional de combate às secas nas zonas do semiárido nordestino. Mais ainda, o Governo Federal, sob o mandato ditatorial de Vargas, empenhou instrumentos jurídicos e políticos para aditar novas regras de controle tributário sob as relações comerciais entre classes por meio de decretos-lei presidenciais. Cumpre observar que este processo de negociação política percorreu etapas.

1. A Assembleia Nacional Constituinte de 1933. A crise do setor açucareiro do Nordeste e principalmente de Pernambuco remonta ao contexto de centralização política

do Império com o projeto de construção da autoridade nacional, em que se reestrutura a relação política entre poderes locais e poder central, e da qual resultou a perda de autonomia administrativa e de mercado para a classe proprietária rural da região. Entretanto, foi no contexto da Primeira República que a “decadência da civilização do açúcar” recrudescceu e perdeu sua antiga posição de hegemonia na economia nacional para o setor cafeeiro de São Paulo; fato este que produziu a conjuntura política na qual os representantes eleitos dos estados nordestinos estavam sendo criticados pela classe produtora do açúcar sob a alegação de que não conseguiam obter acordos estaduais e/ou federais que visassem o desenvolvimento de políticas econômicas de incentivo fiscal que restabelessem as condições gerais para o crescimento regular da produtividade e para a consequente reascensão capitalista dos proprietários ruralistas. Em termos numéricos, pode-se afirmar que no contexto de decadência da economia agrária do Norte a alíquota da produtividade do açúcar pernambucano (o estado mais rico e produtivo da região), no comparativo com a produção do mesmo gênero agrícola inserida na escala nacional, decresceu de 41,5% para 25% no período de trinta anos entre 1907 e 1937.⁹⁶

A situação de crise não alterou a posição conformista de Estácio Coimbra – então presidente de Pernambuco – na hierarquia estadualista produzida pelo sistema político do pacto oligárquico durante o período de seu mandato entre 1926 e 1930, ao passo que as complicações técnicas com o comércio do açúcar do Nordeste por decorrência da recessão no mercado internacional implicou o agravamento da crise instalada no governo estadual, manifestada na oposição advinda sobretudo da classe de usineiros – proprietários da indústria do álcool – ao conjunto de reações protecionistas que foram direcionadas fundamentalmente ao setor que lhe era tradicionalmente antagônico: a classe proprietária do meio de produção agrícola, qual seja, os engenhos banguês.

A dinâmica reformista da Revolução de 1930 representou, no contexto da decadência regional a que se refere, a ambiguidade constitutiva de dois rumos distintos para a estabilização da economia nordestina: ou a revolução penderia para a celebração de um novo pacto com o empresariado industrial de Pernambuco e adjacências, extinguindo a ordem de longa duração estabelecida em torno da estrutura da monocultura latifundiária e escravocrata, ou a revolução penderia para a iniciativa de observar a situação decadente da classe agroexportadora nordestina com o objetivo de restabelecer o *status quo* fundado sobre aquela estrutura “tradicional” de poder econômico, embora determi-

⁹⁶ Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

nando a subtração da força oriunda da variante de seu poder econômico, ou seja, o poder de dominação política, para que houvesse clareza quanto à legitimidade e soberania dos novos “donos do poder”, isto é, a nova elite dirigente do Governo Provisório. Isso significa que o acerto com o espectro de opções modernizadoras suscitadas pela dinâmica revolucionária dependia da aceitação dos princípios da nova ordem política, fundamentalmente do princípio da subordinação das classes produtoras ao Executivo Federal.

A situação de obsolescência dos meios de produção do engenho banguê em relação às novas tecnologias implantadas pelo setor usineiro na produção sucroalcooleira para dinamizá-la – o que representava vantagem na produtividade em termos comparativos – constituiu, no primeiro momento do pós-revolução, um verdadeiro entrave à articulação ideológica dos interesses regionais que seria fundamental para o enfrentamento com coesão do processo de mudanças estruturais iniciado com o golpe de 1930. Nesse sentido, embora houvesse conflito em termos de ajustamento das relações comerciais entre as classes produtoras, no pós-30 a totalidade dos estados nordestinos começavam a se unir com o objetivo de aproveitar a oportunidade de enfrentar a crescente dominação dos interesses do Sul, sobretudo de São Paulo, na economia política nacional. À situação anterior de desarticulação dos interesses regionais se sobrepôs a identificação com a ideologia ou programa político do regime de exceção instalado com o golpe. Desse modo, o Governo Provisório obteve crescente penetração nos estados do Norte no sentido de arregimentar forças político-sociais para o fortalecimento do programa da revolução.

Efetivamente, o regime de exceção necessitava de amplas bases de apoio político nos estados porque estava inserido num momento de redefinição das forças opositoras, sobretudo da oligarquia paulista, e das forças aliancistas que não vislumbravam nos atos de exceção de Getúlio Vargas uma ameaça ao interesse dos grupos dominantes; ao contrário, vislumbravam na revolução a oportunidade de reatar compromissos com a nova elite dirigente para solucionarem o problema da crise da economia nordestina.⁹⁷

O movimento do tenentismo contava com a simpatia das lideranças do Nordeste, por isso havia identificação no projeto de desmantelamento do pacto oligárquico. Logo após a implantação do Governo Provisório foi criada a “delegacia do Norte” sob a liderança política do tenente Juarez Távora, cuja função era consolidar o elo entre os problemas e demandas da economia nordestina ao presidente da República, por via basicamente da atuação dos interventores federais nos estados. Enfim, o objetivo maior de Juarez Távora era realinhar os interesses regionais ao programa revolucionário de ação.⁹⁸

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ *Ibidem.*

Ademais, era apenas mediante o acordo com as lideranças do Nordeste (Carlos Lima Cavalcanti como interventor federal de Pernambuco, Juraci Magalhães como interventor federal da Bahia e Juarez Távora como articulador entre os agentes da política nacional) que as mobilizações populares eram feitas em apoio a G. Vargas e em protesto ao movimento paulista a favor da convocação da Constituinte visando à anulação do regime de exceção em que prevalecia a inconstitucionalidade dos atos presidenciais, obrigando a revolução a passar por todo um processo de reorganização político-partidária.⁹⁹

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte tornou-se exigência para a manutenção da ordem no país por efeito da função contestatória desempenhada pela oligarquia paulista contra os atos autoritários do regime político. Sendo assim, o que cumpre verificar na experiência constitucional refere-se aos resultados obtidos pela bancada pernambucana na matéria da esfera de competências da União sob o modelo federativo.

Considerada de modo geral, a bancada pernambucana obteve êxito ao defender o fortalecimento do federalismo para atrair recursos federais para regulação de um conjunto de problemas estruturais dos estados nordestinos, como a obtenção de recursos para o controle das secas no semiárido e para a estabilização da economia agrária e industrial da região, de modo que passou com êxito pelo enfrentamento do interesse liberal da bancada paulista no que se refere à delimitação da esfera de competências da União nas matérias de política econômica e de política tributária em âmbito estadual, isto porque a bancada pernambucana se unificou em torno de um mesmo pacto político que fortalecia a aliança de interesses revolucionários/antiliberais entre o partido do interventor e a bancada dos deputados constituintes, obtendo a arregimentação partidária necessária para o enfrentamento das forças oposicionistas, sobretudo da bancada paulista.¹⁰⁰

A bancada pernambucana – cujos expoentes foram Alde Sampaio, Arruda Falcão, Augusto Cavalcanti, Luís Cedro e Agamenon Magalhães – atuava na Constituinte com relativa margem de consenso e de coesão, prevalecendo em sua atuação a ideologia do partido político do interventor federal de Pernambuco, o Partido Social Democrático de Lima Cavalcanti, que pretendia consolidar um “verdadeiro partido revolucionário” – portanto aliado importante de Vargas durante o processo político constituinte – para corrigir os vícios do governo estadual e para dismantelar o pacto oligárquico na região.

Assim, a atuação dos deputados pernambucanos centrou-se na defesa do Estado forte que agisse como organizador do processo produtivo no país. Embora houvesse oscilação entre ideologias que defendessem mais ou menos a intervenção do poder central, os deputados concentraram esforços para consubstanciar sua ação política no aparelhamento do Instituto do Açúcar e do Alcool – que foi fundado em 1933 – pretendendo

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ *Ibid.*

a racionalização da produção agrícola-industrial em âmbito nacional. O I.A.A. foi dotado de poderes intervencionistas, tanto ao nível decisório quanto ao nível executório bem como ao nível fiscalizador da lei, para promover o equilíbrio interregional no que se refere à produtividade agrícola e industrial dos grupos dominantes das diversas regiões, de modo que estava imbuído do poder de decidir sobre a matéria tributária e sobre a defesa protecionista da produção interna do país, sendo o caso da nova Política de Tributação e Discriminação das Rendas o mais significativo do ponto de vista do equilíbrio.¹⁰¹

A estreita relação entre a institucionalização dos poderes da União e os interesses do projeto regionalista é verdadeira, podendo ser comprovada. Estácio Coimbra, que em 1934 estava em Petrópolis sob a condição de ex-presidente de Pernambuco e de ex-exilado político por consequência da revolução, e sob a condição de grande proprietário rural enfrentando a situação atual de redefinição dos princípios de economia política do Governo Federal com o processo da Constituinte, resume seu entendimento sobre o problema do equilíbrio na economia canavieira ao discutir as teses desenvolvidas em *Casa-grande & senzala* em uma carta que foi remetida a G. Freyre em 1934. Vale a citação:

Muito me conforta a sua impressão sobre a Central e o seu aplauso ao meu infinito de iniciativa. Através de suas palavras se desdobrou diante dos meus olhos ávidos o panorama agrícola-industrial da minha empresa [Usina Central de Barreiras], que recebi desde muito, e consegui realizar após laborar muitíssimo e com inúmeros sacrifícios, mas de cuja assistência direta o destino caprichoso me tem afastado até agora. Linda essa visão do seu funcionamento que quase o reconciliou senão com o capitalismo, ao menos com o industrialismo. Do que o livro me diz disfarçando certa vacilação em confessar que realmente se reconciliou com o capital. Como seria possível sem a cooperação deste [?] considerável empreendimento? O que tem prejudicado o progresso social e a paz entre os homens não é a colaboração do dinheiro, mas as extorsões do capitalismo sob a proteção ou confluência dos poderes públicos [...] O mal da máquina, que você quis curar com mais máquina, é relativo. Nos países sobrepovoados sua íntima aplicação agravou o desemprego e criou outros problemas, mas nos de população escassa, como o nosso, a máquina só concorre para nossa melhor organização do trabalho, para aperfeiçoar a produção e diminuir seu custo em benefício do comércio. [Assim] como você eu propugnei e propugno a substituição da organização individualista pela cooperativista. A gestão do citado[?] em sintoma das suas modalidades tem as minhas simpatias; só admito sua interferência para aprovar e paralisar as iniciativas particulares. Economia sustentada e controlada, que comecei a experimentar no governo do nosso Pernambuco para a lavoura e indústria canavieira. Apraz-me que os projetos de criação de sindicatos e de cooperativas, transformados em lei há mais de vinte anos, tiveram minha assinatura e participação. Pela difusão desses organismos, concor-

¹⁰¹ *Ibid.* Uma explicação centrada na “análise do discurso” acerca da questão regional pode ser encontrada em Albuquerque Júnior (2001). O autor identifica no programa de ações do I.A.A. uma “política compensatória” para a consecução do equilíbrio entre o comércio agroexportador e o desenvolvimento industrial da região. Assim, as ações do I.A.A. estariam “funcionando como incentivos a uma obsolescência tecnológica e a uma crescente falta de investimentos produtivos. Isto torna o Nordeste a região que praticamente subsiste sob esmolas institucionalizadas através de subsídios, empréstimos que não são pagos, recursos para o combate à seca que são desviados e sob isenções fiscais” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 74).

do com você, que há de se salvar não só a cana, e uma parte do Brasil, mas todas atividades econômicas, de Norte a Sul, em toda a Nação.¹⁰²

Pode-se constatar pela leitura da carta que Estácio Coimbra estava ciente da reforma que se operava desde os anos 20 nos princípios da economia agrícola segundo os quais a organização do processo produtivo deveria acompanhar a tendência da modernização da técnica econômica segundo o padrão industrialista de acumulação: a divisão do trabalho deveria mudar para atender a mecanização do processo produtivo. Segundo ele, a modernização da agricultura pela técnica industrialista não era o problema, mas sim a condução do processo modernizador no sentido de reverter o grave quadro de decadência econômica da classe exportadora. Assim, seria importante garantir condições de trabalho dentro do conceito moderno de operariado ao invés de força de trabalho escrava e aumentar a capacidade produtiva através da implantação de máquinas industriais de alta potência. O industrialismo, ao contrário do capitalismo, surgia na visão de Coimbra como novo padrão de acumulação e uma alternativa para a reversão da decadência da classe exportadora, ele próprio sendo um latifundiário que entevia seu interesse econômico ameaçado pela recente concentração fundiária da classe sulcoaleira e pelo *superávit* dos produtores paulistas, que passaram a abastecer o mercado consumidor devido à diversificação industrial mais do que a capacidade produtiva tradicional podia oferecer na época. Sua propriedade estava ameaçada, enfim, pelo problema da obsolescência tecnológica no contexto de pleno crescimento da competitividade do mercado industrial.

Estácio Coimbra avaliou a condição da propriedade rural no Nordeste do ponto de vista da decadência de seu padrão de acumulação. Pode-se afirmar que sua percepção do problema da organização da estrutura social da região inspirou-se na leitura da obra de G. Freyre para apreender o sentido da formação da sociedade agrária cuja história foi interpretada sob o ponto de vista do predomínio da monocultura latifundiária durante os séculos 16, 17 e 18. Mais ainda, no documento identifica-se o interesse e o esforço recíproco pelo restabelecimento da classe agroexportadora nordestina nos anos 30, o que se tornou viável apenas mediante a compreensão da exigência da conciliação de interesses em relação à nova classe dominante da região: a classe de industriários das usinas sucroalcooleiras (que são designadas no documento como “extorsões do capitalismo”).

A ascensão poderosa do “panorama agrícola-industrial” na contemporaneidade a que se refere Coimbra tornou-se compreensível por meio da leitura da obra de G. Freyre, ao se efetuar a operação intelectual em que se compara a experiência constituída no passado com a situação do presente imediato, concluindo pela natureza política da questão do desenvolvimento. O “panorama” parece caracterizar a demanda pela moderniza-

¹⁰² COIMBRA, Estácio. [Carta] 13 mar. 1934, Petrópolis [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 3f. Carta respondendo e agradecendo o envio do livro *Casa-grande & senzala* e discutindo suas teses. CEDOC/FGF.

ção tecnológica dos meios de produção agrícola, sendo amplamente atendida pelo I.A.A fundado na conjuntura da Constituinte, e para a qual a obra de G. Freyre contribuiu no sentido de prescrever sociologicamente a solução conciliatória dos interesses de classe.

2. O decreto-lei de defesa do açúcar mediante limitação da produção. A questão política em torno da produtividade foi amplamente regulada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool entre 1934 e 1941. Durante esse período a promulgação de decreto nº 1.831, de 4 de dezembro de 1939, inscreveu-se como a primeira medida mais concreta do Governo Federal no sentido de estabilizar e de equilibrar as relações entre a produção agrícola e a produção industrial no Nordeste. Trata-se de um decreto que comprova o protecionismo do governo Vargas como ideologia que buscava a defesa da produção dos dois tipos de fabricação e do mercado consumidor interno. Verifica-se, por meio do decreto, o empenho do Estado Novo na política de conciliação dos interesses das frações de classe dominante em toda a nação, pois se pode identificar o compromisso do Estado nacional sob a direção varguista com a regulação de conflitos que poderiam causar desordem.

Há uma relação de causa e efeito entre o decreto de 1939 e *Nordeste*. G. Freyre enfatizou a perspectiva de crítica contra a plutocracia da propriedade industrial da classe de usineiros para atingir o problema das relações comerciais com os fornecedores da cana-de-açúcar nos anos 1930, de modo que aproveitou o contexto de centralização política das instituições varguistas – que era propício ao fortalecimento do poder de intervenção regulatória do I.A.A. – para manifestar sua oposição radical à estrutura de “superfaturamento” obtida pelo processo de produção industrial sob a consequência direta do declínio do preço da matéria-prima que era fornecida pelos engenhos às usinas, causando a situação de *déficit* na lucratividade dos fornecedores de cana no Nordeste. O interesse de G. Freyre com a representação do passado consistiu, portanto, em denunciar a formação do desequilíbrio na balança comercial da região que implicou o declínio da agroexportação e a consequente redução da classe de bangueseiros à condição de fornecedores de matéria-prima para a nova classe dominante cuja produtividade tendia à plutocracia.

O sistema de latifúndio moderno é o da usina: sua ânsia, a de “emendar” os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo, formando cada usina um império; seu espírito, aquele militar, a que se já se fez referência, do senhor latifundiário dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca falem para o sacrifício da terra, das águas, dos animais, e das pessoas do açúcar. Açúcar com A maiúsculo. Açúcar místico. Um açúcar dono dos homens, e não a serviço da gente da região. O usineiro é, em geral, um deformado pelo império do açúcar.¹⁰³

¹⁰³ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 75-76 (grifo do autor) (NOR).

O I.A.A. agiu como instituição federal para a regulação dos problemas de economia política das regiões do país. O caso do decreto-lei de dezembro de 1939 é sintomático das funções do I.A.A. durante o Estado Novo, posto que a instituição atendeu os interesses das frações de classe dominante no Nordeste ao estabelecer limites na produção agrícola e industrial visando a proteção dos produtos contra a iminência de recessão no mercado consumidor interno e externo no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Da análise do contexto econômico em torno do comércio do açúcar depreende-se que a intervenção do I.A.A. na produção para aditar novas regras de controle ocorreu em função da alta volatilidade do preço do produto no mercado internacional, cujo valor relativo – que era calculado pelo peso em tonelagem de sacos – decrescia gradativamente. A função desempenhada pelo Instituto nesse problema consistiu em limitar a instalação de novas unidades produtivas usineiras via regulamentação da quantidade que poderia funcionar no interior de cada estado da federação, bem como na cobrança de taxa administrativa que incidia sobre cada saco de açúcar que era produzido tanto pelas usinas quanto pelos engenhos. Com efeito, o I.A.A. conseguiu impor sua política de defesa do produto de exportação contra a volatilidade do preço no mercado internacional.¹⁰⁴

O decreto nº 1.831 instituiu taxa administrativa para a produção em larga escala por latifúndios de engenho e de usina e fixou quotas para limitar o volume mensal da produção do açúcar e do álcool nos estados da federação, mas, por outro lado, isentou o pequeno produtor da nova tributação pelo órgão do Governo Federal, o que comprova a introdução, na legislação social da época, da distinção da produtividade pelo parâmetro básico da classe produtora entre mini/latifundiários. Assim, pode-se concluir que o objetivo final do decreto era instituir o sistema de defesa da produção interna do açúcar e de seus derivados contra a volatilidade via limitação por quotas e via taxação da produção.

Mesmo que essa medida tenha sido paliativa, protelando a demanda pelo equacionamento do problema das relações comerciais para o Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941, percebe-se que a ação política de caráter antiliberal do I.A.A. convergiu com o interesse político do projeto regionalista acerca da proibição do crescimento da propriedade latifundiária da classe de usineiros no Nordeste, conforme consta da denúncia de G. Freyre supracitada. O efeito mais imediato de seu diagnóstico residiu no fato de que a instalação de novas unidades produtivas usineiras tornou-se algo ilegal e sob fiscalização e somente o órgão federal estava autorizado a liberar novas instalações da indústria.

3. O Estatuto da Lavoura Canavieira. Barbosa Lima Sobrinho assumiu a presidência do I.A.A. entre 1938 e 1945. A ação do presidente pernambucano na direção do

¹⁰⁴ Cf. CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

órgão federal centrou-se basicamente no problema das relações comerciais entre fornecedores e usineiros no Nordeste, a cuja solução a sistematização e subsequente promulgação das regras de comércio incluídas no Estatuto foram feitas para concretizar.¹⁰⁵

O sistema de defesa do açúcar e de seus derivados mediante o decreto de 1939 não foi suficiente para regularizar a situação da classe de bangueseiros perante a capacidade produtiva das usinas, posto que a obsolescência da tecnologia implantada na produção manufatureira não havia sido previamente corrigida pelo governo estadual, pelo governo federal e tampouco pela própria classe de produtores, cuja manufatura de engenho ainda funcionava mediante tração animal e/ou humana. Sendo assim, no início dos anos 1940 atingiu-se o estágio mais complexo do conflito entre as classes sociais com o recrudescimento do desequilíbrio de capital e de poder na região causado pela depreciação da cana, geralmente predominando a força de controle dos usineiros – que se associaram em entidade representativa para consolidarem seu poder –, ao passo que os bangueseiros reduziam-se rapidamente à condição de meros fornecedores de matéria-prima para a produção industrial, com seu valor relativo sendo imposto pelos compradores.

A função do Estatuto da Lavoura Canavieira foi especificar em detalhes as novas regras de funcionamento para o comércio entre as classes no Nordeste. Assim se pode identificar a evidência da performatividade do projeto regionalista na realidade social da zona econômica sobre a qual seu discurso incidia: o atendimento imediato ao interesse político contido no diagnóstico da formação da região de G. Freyre por Barbosa Lima Sobrinho, enquanto presidente do I.A.A., e por Getúlio Vargas, enquanto presidente da República, porque o anteprojeto do novo decreto-lei de 1941 foi pensado pelo primeiro juntamente com Vicente Chermont de Miranda e foi sancionado pelo segundo ao usar a “atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal”.¹⁰⁶

A pertinência dessa política econômica de caráter antiliberal pode ser analisada somente à luz do desequilíbrio nas relações de poder que se complexificava com o curso do tempo. Com efeito, o Estatuto da Lavoura Canavieira foi pensado no sentido de reestruturar todo o mercado que a produção agro-industrial abrangia, sistematizando e acrescentando novas normas para o funcionamento do comércio canavieiro em âmbito nacional, entretanto encerrando utilidade particular para o contexto nordestino que encontrou no diagnóstico de G. Freyre a defesa obstinada pela fração de classe que estava em contínua decadência do ponto de vista de seu *status* econômico e simbólico de dominação.

O novo decreto-lei de 1941 instituía no mercado do açúcar toda a regulamentação da produção agro-industrial em regime especial de compartilhamento do lucro obti-

¹⁰⁵ *Idem.*

¹⁰⁶ *Apud* CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 234.

do pelo comércio do produto; buscava a redefinição da estrutura de relações econômicas entre fornecedor e usineiro por meio da imposição de novas normas de venda, compra e transformação da matéria-prima da produção; aperfeiçoava a defesa do produto contra a volatilidade do preço no mercado; atendia o interesse pelo equacionamento do problema da disparidade de poder econômico na região. Ademais, as resoluções normativas do decreto-lei eram extensivas ao trabalhador da indústria, atribuindo-lhe novos direitos sociais e trabalhistas a que não detinha titularidade anteriormente, o que revela parte da inovação no direito público resultante do Estatuto, embora a inovação não tenha sido coextensiva ao trabalhador da lavoura canavieira nas áreas de oito dos engenhos nordestinos.

Art. 1. Para os efeitos desse Estatuto, considera-se fornecedor todo o lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, haja fornecido cana a uma mesma usina, diretamente ou por interposta pessoa, durante três ou mais safras consecutivas.

Art. 2. Somente gozarão das vantagens que esse Estatuto institui em favor dos fornecedores, as pessoas físicas que dirijam a título permanente, a exploração agrícola da cana-de-açúcar ou as sociedades cooperativas de lavradores, devidamente organizadas [...]

Art. 5. Os lavradores de usinas que trabalham em regime de colonato ou de salariado e não possam ser incluídos nas definições do art. 1º e seus parágrafos, terão a sua situação regulada em contrato tipo, aprovado pelo I.A.A. [...]

Art. 9. O I.A.A. fiscalizará a perfeita execução dos contratos tipos, na parte relativa aos devedores de assistência social das usinas [...]

Art. 17. Os proprietários ou possuidores de usina são obrigados a receber dos seus fornecedores a quantidade de cana que for fixada pelo I.A.A., para transformação em açúcar ou em álcool, de acordo com as disposições deste Estatuto [...]

Art. 28. O I.A.A., a requerimento dos usineiros ou dos fornecedores, intervirá, provisoriamente na usina ou destilaria que, sem motivo justificado, devidamente comprovado, ou em consequência de falência, insolvência ou execução judicial, paralisar a respectiva atividade industrial, por mais de oito dias [...]

Art. 48. As usinas utilizarão, na fabricação de sua quota de açúcar, um volume de cana própria até ao máximo de 60% da respectiva limitação [...] §1º. A matéria-prima indispensável para a fabricação dos outros 40% da quota da usina será recebida de fornecedores [...]

Art. 49. As usinas que, na atualidade, utilizam cana própria em percentagem superior a 75%, serão obrigadas a transferir o excedente para os fornecedores na safra de 1942 e de 1943 [...]

Art. 61. Todo o açúcar produzido pela usina ou engenho, além do limite autorizado para a safra, pertence ao I.A.A. § 1º. Para os efeitos deste artigo, considera-se extra-limite todo açúcar produzido pela usina ou engenho além do limite autorizado para a safra cuja existência haja sido regularmente notificada ao Instituto [...]

Art. 75. A quota de fornecimento às usinas ou destilarias será averbada na Delegacia do Instituto a cuja jurisdição pertencer o imóvel, mediante certificado expedido pelo I.A.A., depois de transitada em julgado a decisão que a houver fixado. § único: Qualquer alteração da quota, bem como a respectiva extinção ou perda, será igualmente averbada na Delegacia Regional competente, pelo mesmo processo [...]

Art. 77. A quota do fornecedor que perder o direito que lhe é reconhecido neste Estatuto será distribuída, proporcionalmente, entre os demais fornecedores da mesma usina ou destilaria.

Art. 87. O preço da cana será calculado em correspondência ao preço do açúcar ou do álcool, conforme se trate de quota para transformação em açúcar ou álcool, tendo em vista o coeficiente de rendimento industrial médio das fábricas de cada estado, a riqueza em sacarose e a pureza da cana fornecida. § único: Poderão ser reduzidas do preço das canas as contribuições estabelecidas nos contratos tipos.¹⁰⁷

A causalidade do projeto regionalista no ato de promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira é evidente. Se o objetivo do novo decreto-lei era desonerar o produtor rural dos engenhos da nova tributação que passou a incidir sobre a produção industrial para finalmente realizar a ascensão financeira da classe e para regularizar a situação da disparidade de poder econômico no Nordeste, portanto a reação de G. Freyre ao ato do Governo Federal foi imediata. Antes mesmo da promulgação do decreto-lei no *Diário Oficial da União*, G. Freyre reagiu ao ato de modo positivo, isto é, endossando a construção do quadro prospectivo da intervenção antiliberal na economia que seria capaz de gerar a superação do risco da volatilidade do preço do açúcar e a estabilidade financeira do grupo de proprietários dos engenhos em relação ao capital financeiro dos usineiros.

Não se questiona a intangibilidade da questão ambiental no Brasil contemporâneo e principalmente do problema da desertificação do solo no Nordeste nos anos 1940, protelando todo o problema da poluição do meio ambiente para um futuro incerto, precisamente porque havia o interesse em comum acordo quanto ao rompimento imediato da desvalorização estabelecida em torno do *status* da classe agroexportadora nordestina, buscando a territorialização/deslocamento de sua antiga posição periférica na ordem nacional para a posição visada de centro; não se questiona, por conseguinte, a reação imediata do grupo de usineiros manifestada contra o decreto-lei, sobretudo contra o art. 48.

Em 13 de novembro de 1941 Freyre publicou um artigo no *Diário de Pernambuco* com o objetivo explícito de apoiar as resoluções normativas constantes do decreto-lei, às quais atribuiu significação particular para o contexto nordestino dos anos 1940, o qual já foi delineado. O que importa extrair do documento é, portanto, a busca do projeto regionalista pela negociação do interesse da cana com o projeto centralista de Vargas, relacionando-a à situação específica em que ocorreu a convergência no tempo entre ideologias políticas, o que conservou a dominação simbólica da elite exportadora na região.

Considerado de modo geral, pode-se dizer que o artigo de G. Freyre antecipa a discussão acerca da utilidade do Estatuto da Lavoura Canavieira para o contexto de de-

¹⁰⁷ “Estatuto da Lavoura Canavieira”. In: CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 234 e passim.

envolvimento econômico em nível interregional do país; antecipa, portanto, o princípio geral da relação ‘centro-periferia’ das regiões na nova ordem em construção. Entretanto, a defesa da classe social que estava em situação de desvantagem nessa ordem se destaca do conjunto de afirmações do texto com o objetivo de aproveitar a dominância do princípio antiliberal de governo nos anos 40 para endossar as realizações do Estado Novo. G. Freyre supera o conflito ideológico de origem ocorrido no ato de fundação do Estado Novo em 1937 – definindo o ponto máximo do autoritarismo corporativista – para efetuar em 1941 a convergência do projeto regionalista com o controle estatal da economia.

Das várias iniciativas do sr. Getúlio Vargas no sentido de uma reorganização da vida brasileira por meios e métodos sociológicos e não apenas jurídicos e econômicos, creio que nenhuma se apresenta com a significação do recente decreto-lei que incorpora o Estatuto da Lavoura da Cana à legislação nacional. A verdade é que nem sempre com inteira harmonia de ideias ou de ação nem dentro da melhor ciência – ao contrário: às vezes com altos e baixos lamentáveis – vai se realizando no Brasil uma obra de largo alcance social, da qual ninguém poderá separar a figura nada dramática na aparência, ante toda simplicidade do presidente Vargas [...] Com toda essa simplicidade é que o sr. Getúlio Vargas já se tornou uma expressão não apenas brasileira, mas americana, de novo espírito de reforma social que age e desloca resistências mansamente, sem o ranger de dentes terrível ou o furor injustamente anticlerical tão das revoluções na sua primeira fase de choque com a plutocracia absorvente. Com a plutocracia opressora do nativo, do indígena, do mestiço, do negro, do europeu de origem rural, do homem genuinamente da terra – valores considerados e estimados pelo atual presidente do Brasil com um interesse há tanto tempo perdido pelos homens de governo em nosso país e conservado vivo só por um ou outro demagogo brilhante, mas estéril [...] Maior consolo encontro agora no Estatuto da Lavoura de Cana: no cora[?] do decreto do presidente Vargas que incorpora o Estatuto à legislação nacional. Não me seria possível deixar de louvar o sr. Getúlio Vargas por um decreto que coincide com velhas ideias minhas.¹⁰⁸

A despeito da reação organizada da classe de usineiros do Nordeste – que também foi atendida por G. Vargas ao mudar o texto do decreto-lei especificamente na disposição do art. 48, reduzindo a quota da usina de 60% para 50%, mas que na consideração de G. Freyre foi ignorada –, pode-se concluir que a negociação entre o regionalismo e a centralização antiliberal, sendo o ELC de 1941 o denominador comum resultante do pacto político, pôde avançar em função da concessão ou abertura ideológica feita por G. Freyre com o objetivo de apoiar o regime autoritário do Estado Novo, designando o ato do novo decreto de “iniciativa com método sociológico de gestão pública”. A superação do conflito ideológico de 1937 serviu como meio propício para o progresso do pacto.

¹⁰⁸ FREYRE, Gilberto. O Estatuto da Lavoura de Cana. *Diário de Pernambuco*, Recife. 13 nov 1941, p. 4.

2.4. O enxerto da memória consuetudinária referente às tradições regionais no imaginário coletivo da nação na forma de cultura histórica (*Região e tradição* – 1941)

Região e tradição é uma coletânea de artigos de jornal que foram originalmente publicados por G. Freyre na imprensa pernambucana e carioca durante os anos 1920 e 1930. Os artigos foram compilados em livro por meio da seleção e modificação do material textual original pelo autor, que foi publicado em 1941 para integrar a Coleção Documentos Brasileiros da editora José Olympio, que à época estava sob a direção do próprio G. Freyre. O cotejamento minucioso do material original com a edição apresentada em 1941 revela que a modificação dos textos foi um exercício constante do autor, que certamente estava interessado na reescrita para ganho de clareza do ponto de vista conceitual e na adaptação do conteúdo do novo livro ao contexto de centralização do poder político no Estado Novo, para daí obter avanço no pacto político com o governo federal.

Não há dúvida de que esse livro representava um esforço menor no conjunto da produção da obra sociológica de G. Freyre para a continuidade do projeto regionalista nos anos 1940. No entanto, deve-se considerar que *Região e tradição* é um desdobramento lógico de *Casa-grande & senzala* no seguinte sentido: a interpretação e a demarcação das áreas de identidade regional constitutivas da cultura brasileira são operadas de modo ainda mais direto mediante a interseção entre o passado e o presente da sociedade.

Há o componente simbólico do projeto regionalista que foi introduzido no referente do imaginário coletivo da nação.¹⁰⁹ E *Região e tradição* foi publicado para desempenhar a função de referência teórica e prática para o estudo da cultura popular. O objetivo com a publicação do livro-coletânea consistiu na efetivação da continuidade do projeto regionalista nos anos 1940 para ser politicamente usado pelo Estado Novo visando à construção do modelo de “cultura histórica” no Brasil moderno, isso para consolidar a forma pela qual a sociedade brasileira passou a se relacionar com a representação de seu passado, ao passo que Vargas visava a legitimação do invento da identidade nacional.¹¹⁰

É no referente do “imaginário coletivo” que essa espécie de *sensibilidade regionalista* foi enxertada e se desenvolveu. O desenvolvimento da sensibilidade implicou a

¹⁰⁹ Para a explicação básica sobre o que se entende pela categoria de imaginário, cabe dizer que sua utilização nessa pesquisa não ocorre no sentido meramente psicológico, mas, ao contrário, no sentido pragmático de sua constituição e controle. Entendo que não é de outro modo senão mediante a consciência intersubjetiva que o emprego do “imaginário” adquire expressão simbólica e sentido prático, considerando que sua formação acompanha o nível da consciência individual cuja continuidade *depende* da relação próxima com o nivelamento coletivo. Apenas mediante essa cooperação é que a manipulação política do “imaginário” desloca-se da dimensão putativa para se efetivar na dimensão do “real” sob a forma de um *ideário*.

¹¹⁰ GOMES, Angela de C. *Op. cit.*, 1996. Segundo a autora, a construção da cultura histórica resultou da realização de políticas públicas pelo regime, que investiu pesadamente em legitimações e mobilizou a interpretação dos valores culturais da sociedade, incluindo noções como “memória”, “legado” e “tradição”.

formação do ideário acerca da “cultura brasileira” que encontrava sustentação no imaginário popular, que estava sob a manipulação pelo Estado Novo. A indução dos ideais de brasilidade nos anos 1940 resultou, portanto, no enxerto da memória do tradicionalismo (ou memória consuetudinária, isto é, fundada nos costumes culturais) no imaginário nacional e buscou generalizar a aplicação do modelo de identidade regional e de seu correspondente conteúdo simbólico na organização social do presente. Nessa operação política de caráter intersubjetivo se privilegiou a perspectiva da vivência comunitária inter-regional como lugar de radicação da experiência humana marcada pelo tempo da tradição, da continuidade histórica e da conservação da estrutura de poder agroexportadora.

O discurso de *Região e tradição* induz a crença segundo a qual a vivência comunitária que se contemporize com o tempo e com o espaço naturais às tradições regionais tornar-se-ia suscetível de fortalecer o sentimento de pertença do indivíduo à sua comunidade política nacional. Conferindo ao homem raízes sentimentais, o viver regional vincularia sua inteligência ao seu meio social originário – seja rural ou urbano –, junto à reciprocidade das práticas culturais de seu meio social e junto aos discursos ideológicos que definem a identidade dessa experiência como lugar de radicação da memória social do ruralismo. Com efeito, a existência humana nessas condições regionalistas promoveria o fortalecimento da identidade nacional por meio da “cultura histórica” da sociedade, agindo como fator de integração das populações regionais ao Estado nacional.¹¹¹

O interesse pela conexão das culturas regionais à cultura nacional se estende ao desenvolvimento dos ideais de brasilidade – em que predomina o aspecto da sensibilidade intersubjetiva – em meio ao contexto das transformações que eram operadas na economia e na sociedade, em que se identifica outro ponto de contato entre o projeto regionalista e o projeto centralista com seu ideário antiliberal e modernizador de governo.

O desenvolvimento dos ideais de brasilidade nos anos 1940 resultou da técnica da representação histórica que foi utilizada por G. Freyre para complementar seu conhecimento antropológico da história do Brasil. Nesse sentido, *Região e tradição* convergiu com *Casa-grande & senzala* para desenvolver a concepção nordestina de cultura popular e para identificar a substância das tradições regionais híbridas que constituem a “cultura brasileira”, a saber, os valores e costumes derivados dos ritos religiosos sincréticos, da imaginação e da narrativa folclórica, da espontaneidade da cultura afro-brasileira, dos festejos sertanejos e católicos, do carnaval, da culinária, da dança, da pintura e da poesia que descreve a natureza tropical, numa palavra, o *ethos* formativo do patrimônio material e imaterial nacional que deveria ser valorizado/preservado pelo poder central vigente.

¹¹¹ Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Op. cit.*

Pela extensão do critério de história ao folclore, à história do povo, do escravo, do negro, do índio, do mestiço, da mulher, do menino, do parente pobre, os “renovadores” do Nordeste contribuíram desde 1923, dentro dos seus limites de provincianos, para a renovação de métodos de estudo, de análise e de interpretação da vida e do passado do Brasil, para o esforço – hoje tão livre, mas há quinze anos ainda pouco, diante das muitas dificuldades –, de criação literária e artística com material regional, tradicional, cotidiano, familiar, que encerrasse ao mesmo tempo valores universais. Nisso eles se anteciparam aos “pós-moder-nistas” de outras regiões.¹¹²

A dependência do componente simbólico do projeto regionalista para efeito de sua realização ao ideário antiliberal de governo do Estado Novo é evidente, podendo ser deduzida inclusive da crítica dirigida em *Região e tradição* contra seu conceito antitético: o liberalismo político e econômico, visando o apoio da vigência do antiliberalismo e para orientar o sentido da modernização autoritária que era processada nos anos 1940.

No Brasil do século passado, os publicistas e políticos de tendências reformadoras, defensores mais de ideias e de leis vagamente liberais que de reformas correspondentes às necessidades e às condições do meio, para eles desconhecido, sempre escreveram e falaram sobre os problemas nacionais com um simplismo infantil. Para alguns deles o grande mal do Brasil estava indistintamente nos grandes senhores; nos vastos domínios; na supremacia de certo número de famílias. E para resolver a situação bastava que se fizessem leis liberais. Apenas isto: leis liberais. A mania das soluções [apenas] jurídicas, herdou-a a República do Império [...] Mania que se poderia chamar [de] “romantismo jurídico”. A nossa legislação social se caracteriza por um soberano desdém por quanto significa tradição regional, realidade nacional.¹¹³

Com esse outro contato entre as ideologias ocorrido em 1941, o enxerto da memória do tradicionalismo no imaginário coletivo da nação tornava-se cada vez mais viável. Assim pode-se verificar na operação política a manipulação da memória para representar a cultura nordestina com padrão mestiço como referência fundamental da “cultura brasileira”. Essa manipulação se iniciou pela operação da escrita da história do Brasil: seu conteúdo tradicionalista restabelece a recordação do tempo longínquo da hegemonia pernambucana na economia e cultura brasileira do passado pelo presente rememorativo.

Em termos concretos, pode-se verificar que o Estado Novo situa-se no momento da instituição do *lugar de memória* nas regiões brasileiras.¹¹⁴ Essa instituição foi orientada pela constituição do ideário regionalista como principal vetor do tradicionalismo, viabilizando a contínua recordação dos valores culturais da formação nacional. Assim, a

¹¹² FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 33 (grifo do autor).

¹¹³ *Idem*, p. 174 (grifo do autor).

¹¹⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: n.º 10, dez. de 1993, p. 7-28. Em síntese, a categoria significa a reconstituição artificial da memória coletiva.

constituição do ideário regionalista também serviu para a legitimação do modelo antigo e patrimonialista de prática política mantida pela dominação aristocrática do passado.

Pode-se identificar a situação nos anos 40 em que o campo cultural era amplamente manipulado pelo campo político, em que as sessões artísticas da radiodifusão, as narrativas literárias, estudos folclóricos, a imprensa, teatro e cinema começam a utilizar, como fonte de orientação, a referência mais ampla do projeto regionalista, para consolidar a representação da identidade cultural da nação do ponto de vista predominantemente nordestino. Certamente havia a consciência da função revitalizadora da tradição patriarcal que era desempenhada pela literatura regionalista, com sua implicação no conhecimento das práticas culturais regionais e com sua concepção moderna e isenta de preconceito etnocentrista de diversidade básica e de cultura popular no Brasil atual. Portanto, o objetivo que definiu as amplas áreas de atuação do Estado Novo no campo cultural consistiu na indução e desenvolvimento dos ideais de brasilidade para cultivar a identidade coletiva da nação e para representar de modo materializado a ideia de “povo brasileiro”.

A análise do conteúdo de *Região e tradição* permite a identificação das marcas deixadas pelo processo de negociação política com os interesses do Estado Novo na edição das partes que constituem o texto, de 1937 até 1941. A leitura dos capítulos do livro indica o registro de interesses políticos na estruturação das ideias sociológicas e antropológicas do autor, mas também revela o caráter tenso e instável da negociação com a elite política, especialmente por efeito da divergência de G. Freyre em relação ao tipo de iniciativa governamental que rompia com alguns aspectos da tradição sob invenção.¹¹⁵

A análise revela a existência de dupla frente de negociação de interesses, tanto simbólica quanto material, dentro e fora do texto de *Região e tradição*: 1) A representação do passado mediante a manipulação da memória regional para consolidar o discurso nacional-popular (ou conhecimento da cultura popular) e a ideia de “povo brasileiro”; 2) A contínua luta política pela contemporização das disparidades regionais do Brasil aproveitando a ambiguidade da modernização que estava em pleno curso no Estado Novo.

¹¹⁵ O capítulo intitulado “Região, tradição e casa” é revelador dessa divergência com a dimensão privada do projeto de modernização do Estado Novo. A construção de edifícios apenas modernos e funcionais nos anos 1930 é considerada pelo sociólogo como um erro notável, pois a arquitetura dos novos edifícios seria disfuncional e inadequada do ponto de vista da proteção contra o excesso de luz solar algo característico do clima tropical. Assim, termina por desenvolver a crítica contra o interesse arquitetônico que foi introduzido na cultura nacional por efeito do projeto de modernização capitalista da economia e da sociedade brasileira: “Da minha parte, nunca me pude entusiasmar por certos edifícios novos e certas casas modernas do Rio e de outras partes do Brasil, com o excesso de vidros – contra a velha tradição moçárabe que a colonização portuguesa nos transmitiu, de muita parede e de pouca vidraça – que até de longe dói na vista. A casa, nos trópicos, sem o seu bocado bom de sombra, me parece um fracasso – seja casa de residência ou edifício público. Também a rua tropical é outro fracasso se lhe faltar sombra: e pela sombra nas ruas das cidades do Brasil estamos cansados de nos bater – os regionalistas do Recife”. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 217 (RT).

Certamente, as frentes de negociação com o Estado Novo estavam integradas à aliança política formada pelo projeto regionalista com representantes da elite nordestina, cujo líder era G. Freyre. A aliança com intelectuais como José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Luís Cedro, Sílvio Rabello, Odilon Nestor, Antiógenes Chaves, Olívio Montenegro, José Américo de Almeida e etc. atendia ao objetivo de constituir o projeto regionalista em vetor do tradicionalismo no interior da sociedade brasileira, e para isto fazia-se necessário conseguir o apoio de personalidades de peso que se tornariam representantes da vanguarda intelectual do Nordeste a partir do regime autoritário de Vargas.

Com a aliança nordestina plenamente formada nos anos 1930, o projeto regionalista obteve articulação política capaz de combater o processo de decadência das elites da região e para igualmente combater o modernismo das elites industriais de São Paulo, buscando diminuir os efeitos da expansão do sistema capitalista sobre o que os regionalistas diagnosticavam e valorizavam como a heterogeneidade/diversidade da cultura popular brasileira radicada no caráter “harmônico” e “estável” da tradição agropatriarcal.

O interesse da aliança especificamente com José Lins do Rego nos anos 1930 e 40 pode ser resumido como a circulação e rotinização do ideário regionalista e tradicionalista acerca da “cultura popular brasileira”, tornando este ideário algo mais consistente e claro para o grupo dileto de leitores de Freyre e reafirmando seu compromisso político com a concreção da nacionalidade pela perspectiva do discurso nacional-popular. O efeito da ação intelectual de J. Lins do Rego residiu na expansão do ideário regionalista e de seu conceito sociológico de região (ou a doutrina política acerca do pacto interregional) no interior do sistema político do Estado Novo, o que permitiu a invenção da identidade nacional mediante a valorização da mestiçagem e do folclore com tipos regionais.

Já se afirmou que a leitura de *Região e tradição* permite a identificação precisa das marcas deixadas no texto pelo processo de negociação política. Pois bem, a primeira marca que se considera relevante é resultante da negociação simbólica entre os interesses da aliança nordestina favorável ao projeto regionalista (G. Freyre com a intermediação importante de J. Lins do Rego) e os interesses das elites dirigentes do Estado Novo, referentes basicamente à centralização política e à modernização agro-industrial. Há um indício textual da reiteração, por J. Lins do Rego na introdução do livro, do compromisso político com o qual o projeto regionalista se notabilizara: o compromisso de eliminar o “complexo de inferioridade” do povo brasileiro mediante duas políticas complementares: pela reorientação das elites brancas quanto à positividade das características da pluralidade cultural do “povo miscigenado” e pelos usos políticos da memória regional para se inventar a identidade nacional “autêntica” e “moderna”, ou seja, mestiça e urbana.

O regionalismo de G. Freyre é este mesmo que há um ano e pouco defendeu num seminário carioca. No plano político, é o contrário do estadualismo que a República implantara; no plano artístico é uma sondagem na alma do povo, nas fontes de folclore, no que há de grande e vigoroso na alma popular [...] A este regionalismo poderíamos chamar de orgânico, de profundamente humano. Ser de uma região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura viva, mais ligada à realidade. Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade. Nesse sentido o regionalismo do Congresso do Recife [de 1926] merecia que se propagasse por todo o Brasil, porque é essencialmente revelador e vitalizador do caráter brasileiro e da personalidade humana. Com um regionalismo desses é que poderemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira. Porque cultivando o que cada um tem de mais pessoal, de mais próprio, vamos dando vida ao grupo político, formando um povo que não será uma massa uniforme e sem cor.¹¹⁶

A representação do passado tornou-se negócio: esta é basicamente a marca deixada pelo Estado Novo em *Região e tradição*. Assim, o texto registrou os principais interesses de ordem cultural do projeto político, que os negociava com o poder dominante.

A negociação simbólica entre o projeto regionalista e o Estado Novo foi iniciada em 1937, e provavelmente o contexto político em que teve início é a causa de o processo ser caracterizado pela ambiguidade e instabilidade, englobando tanto a celebração do pacto político quanto a contestação do regime varguista, entre conservações simbólicas e mudanças estruturais. Nesse sentido, a participação de J. Lins do Rego no projeto regionalista pode ser definida pelo interesse recíproco em tornar uma rotina a circulação de seu ideário sócio-antropológico acerca do presente e futuro da construção nacional.

De sua parte, o projeto centralista, incluindo os novos ministérios, os ministros de Estado e os departamentos federais, estava interessado no componente simbólico do projeto regionalista para impulsionar o processo de construção nacional, porque a introdução controlada de um modelo de “cultura histórica” pelo aparelho de Estado contribuía com a política de crescimento da coesão e da comunicação entre os estratos modernos e tradicionais da sociedade brasileira. Ou seja, a nova forma de relação dos estratos com a representação da história nacional constituía o objeto da negociação praticada entre os regionalistas nordestinos e os centralistas gaúchos, mineiros e cariocas nos anos 1940.

“O futuro não se faz sem o passado, e este é um ato humano de rememoração. [No Estado Novo] seria básica a realização de um processo de ‘narração’ da história que identificasse os acontecimentos, os personagens e os ‘sentidos’ de seus atos”.¹¹⁷

Deve-se perceber que as representações e o diagnóstico postuladas na narração (ou na escrita) da história nacional em *Casa-grande & senzala* convergiu simetricamen-

¹¹⁶ RÊGO, José Lins do. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 29 (RT).

¹¹⁷ GOMES, Angela de Castro. *Op. cit.*, p. 23.

te com o conteúdo de *Região e tradição*. A convergência entre o livro de 1933 e o livro de 1941 garantiu a G. Freyre a continuidade e o fortalecimento de seu projeto em meio à participação – instável, é certo, mas efetiva – no governo varguista. Portanto, o interesse em comum pela invenção da identidade nacional e consequentemente pela luta contra o “complexo de inferioridade racial” do povo mestiço culminou, a partir de 1937 em diante, com o enxerto forçado da memória tradicionalista da aristocracia rural de Pernambuco e de outros estados hegemônicos da federação no imaginário coletivo da nação.

Há um volume considerável de artigos de jornal publicados por G. Freyre entre 1937 e 1941 na imprensa pernambucana, carioca e estadunidense que certamente contribuíram para a formação do projeto regionalista e para a continuidade da negociação política, os quais foram reaproveitados na compilação de *Região e tradição*. Dez artigos se destacam como mais relevantes para esta investigação devido à profundidade dos temas abordados e à pertinência das publicações ora na imprensa carioca, ora na imprensa pernambucana e ora na imprensa internacional no intervalo entre 1937 e 1941.

Para o objetivo desta investigação, observando o critério da pertinência dos temas abordados, pode-se afirmar que a publicação dos artigos no *Diário de Pernambuco* acompanhou três momentos: 1937, 1938 e 1941. Em 1937, G. Freyre publicou um artigo que apresentava a significação das tradições culinárias do Norte e do Nordeste para a cultura brasileira, afirmando que a riqueza culinária do país encontrava-se na região que conseguiu equilibrar os extremos culturais em sua formação: o Nordeste e precisamente Pernambuco. Com *Cozinha pernambucana*, estava novamente evidente a tese do equilíbrio de antagonismos associada às tradições da culinária regional pernambucana como a referência predominante deste equilíbrio, de modo que o conceito de região e seu nexos com a identidade nacional adquiriram outro coeficiente de argumentação antropológica.

A cozinha pernambucana não é tão gorda como a baiana. A impressão de magreza pernambucana, em confronto com a gordura da casa, da mulher e da cozinha baiana, eu a senti desde a primeira vez que a vi na Bahia [...] Essa relativa magreza me parece característica da cozinha, como da arquitetura pernambucana: nenhum prato tem aqui a vastidão do caruru, o excesso derramado do vatapá. A própria gordura das mulatas é mais enxuta em Pernambuco: não tem tanto óleo como a gordura baiana [...] Essa mesma medida, esse mesmo equilíbrio, essa mesma temperança que [Joaquim] Nabuco sentia no próprio ar de Pernambuco, parece exprimir-se no que a cozinha pernambucana tem de mais característico e de mais seu; na sua contemporização quase perfeita da tradição europeia com a indígena e com a africana. Não haverá aqui o predomínio da tradição africana, como na Bahia, nem o da tradição indígena, como no Pará e no Amazonas – as duas outras cozinhas regionais mais ricas do Brasil [...] Sobre esses elementos a cozinha pernambucana se desenvolveu harmonicamente, sem nunca se afastar da

tradição europeia a ponto de se tornar inteiramente exótica, sem se deixar alagar de azeite de dendê nem de banha de tartaruga. Mesmo nos tabuleiros das “baianas” de peixe frito, de grude, de cocada, de farinha de castanha, de alfenim, de bolo de coco, de arroz de leite, o elemento europeu conservou-se sempre muito vivo em Pernambuco, amaciando as cruezas do indígena.¹¹⁸

Verifica-se, por este documento, que a função dos artigos publicados no jornal de circulação nacional consistia em dar continuidade à formação do projeto regionalista, redefinindo seu nexos com a nacionalidade e prosseguindo com a negociação de interesses simbólicos com a classe dirigente do Estado Novo. O texto indica o interesse fundamental na interpretação e defesa do significado da tradição culinária para os valores culturais do Brasil. Isso implica que a afirmação do valor da contemporização ou harmonia da “mesa regional”¹¹⁹ do Nordeste suscitou, a partir de 1937, o interesse do Estado Novo no componente simbólico do projeto regionalista – que estava sob ampla circulação – para consolidar o modelo de “cultura histórica” e a ideia de “povo brasileiro”.¹²⁰

A característica científica do projeto regionalista tem importância, pois isto pesou favoravelmente durante o processo de negociação simbólica. A busca freyriana pelo significado antropológico das tradições regionais contribuiu para a celebração do pacto, pois percebe-se que Vargas e seus subordinados eram leitores diletos dos textos freyrianos. Essa percepção torna-se mais segura ao se analisar os artigos e as cartas trocadas.

¹¹⁸ FREYRE, Gilberto. Cozinha pernambucana. *Diário de Pernambuco*, Recife. 4 abr. 1937, p. 1-2. FBN.

¹¹⁹ *Idem*, p. 2. SR/FBN.

¹²⁰ Há mais três outros artigos do *Diário de Pernambuco* de suma importância para o pacto entre os projetos políticos. Trata-se de *Um clima caluniado*, de 1937, *Futebol mulato*, de 1938, e *Latifúndio e escravidão*, de 1941. Entretanto, a análise constante deste item incluirá apenas o último documento pela questão operacional da pesquisa. Ademais, no item anterior já se efetuou a análise do primeiro documento. Quanto ao artigo “Futebol mulato”, este merece uma consideração. Seu tema relaciona-se diretamente à questão racial. G. Freyre atribuiu à vitória da seleção brasileira nas partidas de futebol contra Polônia e Tchecoslováquia no torneio mundial o bom desempenho da estratégia e do estilo de um time “fortemente afro-brasileiro”: “Branços, alguns, é certo; mas em grande número, pretalhões bem brasileiros e mulatos ainda mais brasileiros” (1938, p. 4). Pode-se identificar neste artigo o ponto de contato entre o ideário antropológico do regionalismo e o interesse na valorização da cultura negra e mulata pelo Estado Novo. Ao defender as qualidades das práticas culturais do “mulatismo” contra as práticas orientadas pelo “arianismo”, G. Freyre aproveitou o contexto futebolístico da matéria de jornal para apresentar o sentido essencialmente nacionalista do projeto regionalista. Ele diz: “Os nossos passes, os nossos pitus, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, e alguma coisa de dança e de capoeiragem que marca o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para os psicólogos e os sociólogos o mulatismo flamboyant e ao mesmo tempo malandro que está hoje em tudo o que é afirmação verdadeira do Brasil [...] No futebol como na política, o mulatismo brasileiro se faz marcar por um gosto de flexão, de surpresa, de floreio que lembra passos de dança e de capoeiragem”. (*Idem*, p. 4). O ponto de contato entre G. Freyre e G. Vargas na questão especificamente da cultura afro-brasileira culminou com a extinção do decreto nº 487 do Código Penal, de 11 de outubro de 1890, que criminalizava a prática da capoeira no Brasil, entendendo-a como “vadiagem”. Sabe-se que a grande mudança para a capoeira aconteceu no contexto do Estado Novo, quando Vargas derrubou o citado decreto e legalizou a prática da Capoeira Regional com o objetivo de torná-la outro símbolo de “brasilidade”, a partir de um discurso centrado numa forte retórica do corpo e com atuação efetiva de Mestre Bimba para tirar a dança da marginalidade.

Nos artigos de jornal que serviram para a compilação de *Região e tradição*, G. Freyre postulou uma interpretação funcionalista das tradições regionais com interesse na concepção de “passado utilizável”, isto é, a identificação que enfatiza as características tradicionais da cultura brasileira a partir do parâmetro de sua utilidade para a ordenação social do tempo presente. O limite da utilidade neste caso era aferido pelo grau de analogia e adaptabilidade das tradições à situação concreta do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, o estudo da significação social do passado tornava-se inteligível e interessante para a elite dirigente do Estado Novo. Ademais, do ponto de vista da invenção da “cultura nacional” a região do Brasil Central foi praticamente esquecida, sendo que as regiões Norte e Sul tornaram-se a referência dominante para a nacionalidade.

O que estava em negócio era a tentativa exitosa de conciliar o tradicional, o regional e o moderno no interior do projeto dominante de “desenvolvimento nacional”. A nova fase de contemporização defendida pelo projeto regionalista foi atendida, em parte, pelo Estado Novo, de modo que a identidade nacional pudesse ser implementada e o “complexo de inferioridade” conducente à noção de “subdesenvolvimento” pudesse ser extinto. O acordo quanto à valorização da mestiçagem resultou da defesa em comum da tese do equilíbrio de antagonismos, ocupando as políticas públicas a partir de 1937 com a preservação das tradições identificadas pelo projeto regionalista “sem resvalar-se para excessos de africanismos ou indianismos culturais”, inventando desse modo um tipo de discurso nacional-popular que se pretendia cívico e inclusivo, ou seja, pretendia ser uma identidade moderna que atendessem à exigência de unidade e coesão do corpo social, isto para avançar na cooptação e tutela dos “novos cidadãos” pelo Estado nacional.

Os leitores elitistas de Freyre captaram sua mensagem, transmitida desde *Casa-grande & senzala* e fortalecida com os artigos de jornal compilados em *Região e tradição*. Na verdade, em 1937 o sociólogo aproveitou a circunstância da orientação autoritária do Executivo Federal para atribuir sentido prático (científico) ao projeto regionalista, ao passo que a elite dirigente correligionária de Vargas estava interessada na perspectiva otimista quanto à miscigenação do “povo” (ou na positividade) proporcionada pelo novo significado do conceito de região e de cultura popular postulado por G. Freyre.¹²¹

Há outra evidência do contato indireto ocorrido entre os interesses freyrianos e os interesses varguistas. Trata-se de uma viagem realizada por Freyre ao Rio Grande do

¹²¹ A ênfase da mensagem otimista do sociólogo, além de referir-se à mestiçagem como principal símbolo de brasilidade, recaiu sobre o nexos entre região e nação na modernidade política, forçando sua mudança e modernização. Tratou-se de demonstrar cientificamente o fato de haver uma conexão básica entre as regiões brasileiras em meio ao dado inequívoco da diversidade cultural: a conexão pela via das tradições culturais, religiosas, populares etc. (a prática do Bumba-meu-boi foi usada como principal referência pelo sociólogo em *Sobrados e mucambos* e *Região e tradição*) com analogia na vida do corpo de regiões do país.

Sul em 1939, mais precisamente na região de Uruguaiana, com a qual se tornou possível confirmar a validade nacional da tese da unidade social do patriarcado rural no Brasil de livros como *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, e a partir da qual também foi possível publicar artigos no *Correio da Manhã* em 1940, que abordaram o problema da formação da cultura regional e de sua identidade com as demais culturas do país, em artigos como “*Que tal?*”, *Danças de carnaval no Rio Grande do Sul*, *Cristianismo lírico* e, para a compilação de *Região e tradição*, o artigo intitulado *Narcisismo gaúcho*.

Pode-se afirmar que essa viagem serviu como outro meio de negociar o interesse do enxerto da memória tradicionalista no imaginário nacional sob a autorização e manipulação de Vargas – aliás, a viagem revela o próprio interesse de Freyre em conhecer pessoalmente a terra de origem do novo presidente gaúcho e estancieiro da República –, uma vez que o sociólogo aproveitou a circunstância da liderança política de Vargas para observar, da perspectiva etnográfica, aspectos da identidade do Sul do Brasil, concluindo pela existência de valores culturais análogos à paisagem humana/agrária do Norte.¹²²

Dos textos derivados da viagem de G. Freyre ao Rio Grande do Sul pode-se extrair o sentido não necessariamente implícito, mas também não totalmente explícito, em correlação a seu interesse em continuar negociando a invenção da cultura e da memória nacional com a elite dirigente estadonovista. Trata-se do mapeamento das áreas de identidade regional mediante o procedimento de recriação imaginativa dos valores materiais

¹²² Convém observar a ilação de Freyre relativa à importância do “narcisismo gaúcho” em meio ao projeto de modernização, com as políticas de desenvolvimento regional, isto é, a positividade com que o sociólogo investiu a tendência social da afirmação dos valores tradicionais da identidade regional do Rio Grande do Sul, finalmente indicando o vínculo possível entre a modernidade representada pelo regime varguista e a tradição do meio social do qual o líder gaúcho era originário: “Desde São Paulo verifico isso: todos nós, “baianos”, estamos neste momento interessados no Rio Grande do Sul. E, por sua vez, o gaúcho atravessa uma fase de bom narcisismo. Narcisismo do bom, do puro, do legítimo [...] Que tal o Rio Grande do Sul? Que tal o gaúcho? Que tal o brasileiro do extremo sul? Porque o narcisismo gaúcho é uma expressão do narcisismo nacional. Nós todos, brasileiros do sul e do norte, estamos como nunca nos contemplando a nós mesmos. No narcisismo regional se exprime o nacional. Se o narcisismo do gaúcho se apresenta mais intenso é que começou para o homem daquela região uma fase de maior concentração de energias no sentido construtor acompanhada de uma consciência mais viva de responsabilidade nesse mesmo sentido: o construtor. O gaúcho de hoje se sente um construtor e não apenas uma figura heroica. Mas de modo nenhum ele quer deixar de se sentir heroico. De modo nenhum ele quer deixar de se mostrar heróico. Heróico, cavalheiresco, guerreiro. Que ninguém o suponha prosaico como qualquer suíço pacatamente construtor, entregue ao fabrico de seu chocolate ou de relógios. Que ninguém esqueça que ele, gaúcho, planta hoje arroz e cultiva o milho: mas sem deixar de ser cavalheiresco. Mesmo quando recolhe seu gado de bicicleta – como um que eu vi nas campinas de Uruguaiana – ou vai da cidade à charqueada de automóvel, o gaúcho é cavalheiresco [...] Homem e paisagem no Rio Grande do Sul parecem resistir romanticamente à mecanização da vida. Só agora o Rio Grande do Sul – Estado rico – começa a ter estradas de rodagem iguais às de sua vizinha Santa Catarina. Só agora o Rio Grande do Sul começa a se interessar verdadeiramente pela vaca leiteira. Manteiga e queijo só são fabricados, nessa terra tradicional de pastoreio, nas áreas de colonização alemã: áreas de gente mais gorda, mais prática, mais burguesa, mais metódica. É aos poucos que o gaúcho vai se libertando de suas formas poéticas de vida para se adaptar às prosaicas. E aquele apego aos estilos tradicionais não só de vida como também de trabalho, dentro dos quais se formou sua esplêndida personalidade [identidade] regional, me parece a mais saudável das caturrices. É uma garantia contra a mecanização rápida, brutalmente rápida, daqueles estilos e daquela personalidade”. FREYRE, Gilberto. “Que tal?”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 19 mar. 1940, p. 2. SR/FBN.

e imateriais das tradições populares que estavam sob mapeamento. Foi por meio da negociação simbólica entre o projeto regionalista e o projeto centralista – bem como do esforço de Freyre em comparar o Sul com o Norte – que o reconhecimento e a valorização das tradições regionais populares tornaram-se algo viável, sendo que foi por decorrência de tal negociação entre elites situadas no centro da ordem que a paisagem da região central foi novamente marginalizada do ponto de vista da invenção da “cultura nacional”.

Para efeito de sua implementação, o estudo etnográfico das tradições nortistas e sulistas deveria necessariamente ceder ao interesse dominante do desenvolvimento regional pela via da modernização da estrutura produtiva. Entretanto, o que é particularmente interessante reside no interesse com que ambos – Freyre, Vargas e seus subordinados – investiram o processo de negociação para naturalmente obterem resultados efetivos e, ao contrário, para não se estagnar a celebração/implementação do pacto político suscetível de contribuir para o progresso do próprio projeto de modernização do Estado Novo.

Sabe-se que o recurso da ambiguidade constituía um fundamento inalterável do Estado Novo, quer dizer, Vargas optou pela implementação de um modelo de desenvolvimento econômico que atendia tanto as pressões pela conservação de símbolos (o reconhecimento das tradições populares) quanto por mudanças estruturais (industrialização e desenvolvimento urbano). Foi sob esse contexto que a busca freyriana pela interpretação do caráter nacional adquiriu pertinência e utilidade do ponto de vista instrumental. Sendo assim, pode-se identificar determinados pontos de contato entre o projeto regionalista de Freyre e os interesses de Vargas. O principal ponto de contato relativo à *Região e tradição*, este entrando numa linha convergente com *Casa-grande & senzala*, residiu no mapeamento antropológico das áreas de identidade regional do país a serviço do interesse em comum em torno da consolidação da tese do “povo mestiço de português, negro e índio” visando à invenção da “cultura brasileira”, cujas tradições regionalmente especializadas guardariam os traços unificadores do hibridismo cultural e do sincretismo religioso, mas dominando o legado dos tipos colonizadores mais poderosos: a) socialmente, o branco; b) culturalmente, o negro. Em síntese, pode-se argumentar que o reconhecimento e a contínua organização da cultura popular ao Norte e ao Sul do Brasil constituíram um dos principais acordos do pacto político celebrado entre G. Freyre e o Estado Novo, considerando o empenho de políticas culturais pelo aparelho de Estado a partir de 1937 para a afirmação da identidade cuja invenção inspirou-se na interpretação da história.¹²³

¹²³ Há outros elementos da descrição etnográfica produzida por Freyre na ocasião de sua viagem aos estados do Sul que integram a busca pelo significado socialmente integrador das tradições sulistas, com ênfase no carnaval popular do gaúcho e na festa da Santíssima Trindade de St. Catarina: “Mais uma evidência da força, do vigor, da capacidade de persistência da colonização portuguesa na América do Sul” (p. 2).

Em meio ao empenho recíproco pela invenção da “cultura nacional”, incluindo o enxerto da memória tradicionalista/ruralista no imaginário coletivo, percebe-se o valor pragmático da descrição das virtudes da colonização portuguesa do Brasil em correlação à busca varguista pela modernidade nacional, no momento em que G. Freyre reafirmou:

A obra de desbravamento dos sertões da América tropical. A obra de exploração dos grandes rios e vales desta parte do mundo. A obra de povoamento. A obra de miscigenação. A obra de consolidação da agricultura nos trópicos com o auxílio da mulher indígena e do escravo africano. A obra de democratização da sociedade brasileira. A obra formidável de intercurso não só humano e étnico como cultural de que resultaria o Brasil moderno.¹²⁴

Mais ainda, com Vargas estando no poder, tornou-se imperativo – não por acaso, mas por força da circunstância política – estudar a etnografia das tradições gaúchas, permitindo, via interpretação e ressignificação do passado, o uso da memória social para estimular a formação da cultura histórica que valorizasse a “tradição regional-popular”.

O carnaval com espírito militar, de certa zona do Rio Grande do Sul, está entre as expressões regionais de carnaval brasileiro que mais merecem estudos. Serve de exemplo à plasticidade das danças e dos folguedos populares no sentido de assumirem formas diversas, sob a pressão de interesses regionais vários ou de tradições de cultura diferentes [...] No Rio Grande do Sul surpreende-nos um carnaval popular de fronteira, menos dionisíaco do que apolíneo. Esse caráter apolíneo da dança popular regional deve acentuar-se nas “Missões”. Mostra-se mais fraco em Santana do Livramento. Uruguaiana se apresenta como o meio-termo entre o que há de apolíneo e de dionisíaco na gente gaúcha, isto é, na gente do povo.¹²⁵

Enfim, o que estava em negociação eram a indução e desenvolvimento dos ideais de brasilidade que permitissem o crescimento da coesão da sociedade nos anos 1940, e isso é a causa de a etnografia de Freyre ter sido útil, quer dizer, daí a utilidade política das descrições etnográficas, tal como a descrição da vida religiosa em St. Catarina, onde havia a festa da Santíssima Trindade, sendo “[...] uma festa popular e de família, às vezes até um certo culto patriótico, e de maneira nenhuma o rito, dramático, duro e clerical dos católicos castelhanos”.¹²⁶ Assim estava identificada a característica unificadora das tradições regionais populares em proveito da cultura nacional: a virtude da hibridização (ou a universalidade dos valores de cultura resultantes do processo de miscigenação).¹²⁷

¹²⁴ FREYRE, Gilberto. O exemplo português. *Correio da Manhã*, RJ. 9 jun. 1940, p. 4. SR/FBN.

¹²⁵ FREYRE, Gilberto. Danças de carnaval no RS. *Correio da Manhã*, RJ. 23 mai. 1940, p. 2. SR/FBN.

¹²⁶ FREYRE, Gilberto. Cristianismo lírico. *Correio da Manhã*, RJ. 26 mai. 1940, p. 2. SR/FBN.

¹²⁷ FREYRE, Gilberto. Defesa da nossa cultura. *Correio da Manhã*, RJ. 30 jun. 1940, p. 2. SR/FBN.

Acredito que é possível afirmar que a doutrina política de G. Freyre referente à consecução do “equilíbrio” ou “harmonia” mediante o pacto interregional evidencia, na verdade, o poder simbólico do projeto regionalista: o poder de inventar e organizar, por sua inserção direta no Estado nacional, identidades e símbolos para o mundo contemporâneo mediante a interpretação e a ressignificação do passado histórico. Trata-se da invenção da auto-imagem da sociedade brasileira com o seu “espelho” tendo sido refletido em torno da ideia de democracia fundada no mito das três raças, ao passo que o Estado Novo foi a conjuntura em que esse “mito [...] tornou-se então plausível e pôde se atualizar como o ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas [do final do séc. 19], ao ser reelaborada pôde difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço tornou-se nacional”.¹²⁸

Viu-se que o pacto em questão foi capaz de enxertar a memória social do ruralismo no imaginário nacional. Mais ainda, viu-se que o pacto foi instrumentalizado politicamente para se definir o que pertence e o que não pertence à “cultura brasileira”, mas evidentemente a ditadura instituída pelo Estado Novo e a dominação crescente do capitalismo industrial impuseram limites que cercearam a expansão da doutrina de Freyre no interior do Estado nacional e da sociedade civil no curso do regime político; viu-se, por conseguinte, que o objetivo do pacto consistiu na tentativa de conciliação do tradicional com o moderno e aplicá-lo na tendência da mudança nos nexos entre região e nação.

Convém agora investigar, ainda que superficialmente, o meio pelo qual o pacto foi implementado a partir da publicação de *Região e tradição*, viabilizando a efetivação de uma parte considerável dos interesses dos projetos políticos de ambos os celebrantes.

¹²⁸ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010, p. 41. O apoio no estudo de Ortiz é importante para a explicação que essa pesquisa procura desenvolver. Contudo, há uma observação a ser feita acerca do *ethos* interpretado por G. Freyre, relacionando-o à situação atual dos grupos sociais. Em primeiro lugar, deve-se admitir que a valorização da memória do patriarcado rural pelo Estado Novo atendeu ao interesse do projeto regionalista e consolidou o modelo de cultura histórica da sociedade brasileira no referente do imaginário nacional. Posto isto, e ao se comparar o primeiro tempo do mito racial (que deriva da tese do equilíbrio de antagonismos associada ao hibridismo da cultura brasileira) com a situação atual, percebe-se que ainda ocorre uma profunda identificação da população oriunda das áreas de interior do Brasil com o meio da representação do passado, inclusive em relação às tradições rurais dos estados da federação cuja vida social é menos “mecanizada”. Acredito que isso seja uma prova empírica da verossimilhança obtida por Freyre na sua compreensão da sociedade híbrida. Verifica-se uma situação na qual a população tende a optar livremente por “momentos de lazer” variados entre as opções de consumo cultural, mas a opção geral tende a seguir o que dita a tradição agrária do Brasil: manifestações artístico-culturais que constituem reminiscências vivas do tempo do patriarcado rural. Nesse sentido, considerada de modo geral, pode-se afirmar que a população de muitos estados se identifica com a representação da “cultura brasileira”, assim como seu *ethos*, conforme foi interpretado por G. Freyre, e conservam diversas práticas culturais que indicam a reminiscência do sistema patriarcal rural (sertanejo ou litorâneo, não importa). Enfim, acredito que o vetor tradicionalista na sociedade brasileira tem por objetivo a mitigação das discontinuidades no curso do progresso social e/ou civilizacional. A partir da publicação de *Casa-grande & senzala*, consolidando a interpretação do “povo mestiço”, o projeto realizou seu objetivo.

Este objetivo pode ser atingido com a seguinte questão: qual foi o interesse real de Vargas e do sistema de governo do Estado Novo no ideário antropológico constitutivo do projeto regionalista? Ora, pode-se começar a entender a questão em torno da relação tensa estabelecida entre o pensamento de Freyre e a ditadura varguista ao se perceber, apoiando-se no estudo histórico de Angela de Castro Gomes que, “se a ordem política era a responsável pelo progresso sociocultural, o próprio curso da política precisava ser orientado por ‘profissionais’ detentores de capacidades raras e definidas como ‘hábito de pensar’: os intelectuais. O pacto entre ordens era mediado por outro pacto ao nível dos atores coletivos: aquele que envolvia intelectuais e aparelho de Estado”.¹²⁹

Há uma evidência mais direta de um aspecto da confluência de interesses entre o sentido nacionalista do projeto regionalista e o aparelho de Estado da Era Vargas, de onde se pode concluir que a ideologia nacionalista dominante afastava a perspectiva do atrito ou crítica entre Freyre e a ditadura. Trata-se do documento que prova a procura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), então dirigido por Lourival Fontes – de quem Freyre era outro simpatizante e o tinha como contato profissional –, solicitando a participação do sociólogo nas atividades do convênio celebrado entre o DIP e o governo de Portugal para realizar o intercâmbio cultural entre as duas nações (o convênio inscrevia-se, portanto, no quadro mais amplo referente à política cultural do regime).

Prezado amigo: entrando em execução, a partir de 1º de janeiro próximo, o convênio de intercâmbio cultural entre Brasil e Portugal, caberá ao Departamento de Imprensa e Propaganda fornecer aos jornais portugueses artigos literários dos principais escritores brasileiros, do mesmo modo que o Secretariado da Propaganda de Portugal enviará para a imprensa brasileira trabalhos firmados pelos mais altos valores do mundo intelectual português contemporâneo. Desejo comunicarlhe que o seu nome foi por mim incluído na lista dos escritores brasileiros que inaugurarão essa colaboração. Estou certo de que você cooperará com este Departamento na efetivação dessa parte do convênio, que se destina, especialmente, a propagar, em bases de perfeita reciprocidade, a cultura dos dois países, outrora tão estreitamente vinculados pelos laços do espírito, mas hoje quase ignorados um do outro, no campo das letras. Aguardando sua resposta ao convite que ora lhe faço com a mais viva satisfação, aproveito a oportunidade para apresentarlhe a expressão da minha melhor estima e apreço.¹³⁰

¹²⁹ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 137.

¹³⁰ FONTES, Lourival. [Carta] 16 nov. 1941, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 2f. Carta solicitando o assentimento de G. Freyre para participar das atividades relativas ao convênio firmado entre o DIP e o Governo de Portugal em 1941. (Grifos meus). CEDOC/FGF. Deve-se admitir que não há como saber se Freyre aceitou a proposta de L. Fontes em colaborar com o DIP, porque não havia a resposta no arquivo do qual a carta originalmente enviada foi encontrada. No entanto, cumpre igualmente admitir que a ausência da resposta de Freyre, incluindo a informação de que aceitou ou recusou o convite, não invalida a hipótese da confluência, pois o que se analisa é o interesse do Estado Novo no pensamento de Freyre.

Chama a atenção no documento, em primeiro lugar, o emprego da ideia de “es- pírito” como elo entre as duas nações: visava-se a recuperar o vínculo com Portugal por decorrência do peso da história e do caráter que une a todos. Isto significa que a política de L. Fontes foi inspirada na representação do passado conforme elaborada por G. Freyre em *Casa-grande & senzala* e, observando a data de postagem da carta – que coincidiu com a publicação de *Região e tradição* em 1941 – neste último livro do sociólogo, e por conseguinte atendeu ao interesse do projeto regionalista em consolidar o enxerto da memória tradicionalista no imaginário coletivo para se inventar a identidade nacional.

Observa-se também o empenho pessoal de L. Fontes, na condição de diretor do setor de comunicações de Vargas – que, não obstante, também atuava como o censor da liberdade de expressão para a continuidade do regime – em incentivar a participação de G. Freyre nas atividades do DIP, ao expressar o apreço pessoal pela obra do sociólogo e ao demonstrar seu entendimento sobre a real importância das relações diplomáticas entre as duas nações via intercâmbio cultural. Enfim, o documento revela o interesse de L. Fontes em se manter como interlocutor direto de Freyre, sem intermediação de terceiros.

Outro ponto de contato entre Freyre e o Estado Novo que se pode derivar da iniciativa de Fontes é o nexos existente entre a colaboração com o convênio com Portugal e a publicação de livros por G. Freyre que abordaram aspectos da cultura luso-brasileira, quais sejam, o livro *O mundo que portugueses criou* e a conferência intitulada *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Assim, a publicação desses livros indica franca integração com as atividades do DIP e com a política cultural do Estado Novo de modo geral.

Mas em que consistiu o interesse especificamente da Presidência da República no componente simbólico do projeto regionalista? Além do interesse básico na doutrina teórica do pacto interregional formulada por G. Freyre, o presidente da República estava interessado na apropriação do componente simbólico para consolidar a invenção do discurso nacional-popular, que servia como instrumento do enxerto da memória tradicionalista no imaginário coletivo. Com isso, o interesse de G. Vargas se resumiu a apropriar o poder simbólico do pensamento de Freyre para estabilizar a construção da personalidade pública do presidente que, além da noção de que teria o caráter de dirigente pragmatista e empreendedor, introduziu a noção de que conheceria o conteúdo do moderno diagnóstico psicossociológico referido ao comportamento do “povo brasileiro” na contemporaneidade. Essa construção era, na realidade, o instrumento ideológico de seu trunfo político durante o regime do Estado Novo, ou melhor, tinha por objetivo revelar a capacidade de o presidente personificar o *ethos* nacional interpretado pela perspectiva da formação das tradições populares híbridas em estreita relação com a ordem do patriarcalismo.

O estreitamento do vínculo de afetividade entre o povo e o presidente da República rendeu ao sistema de governo do Estado Novo – independentemente da vontade do sociólogo – importante contribuição no sentido de aperfeiçoar os meios político-ideológicos de cooptação da classe trabalhadora no contexto amplo da formação da sociedade de massas urbanas e proletárias, na qual negros e mulatos constituíam a grande maioria. Percebe-se, assim, que a apropriação do poder simbólico do pensamento de Freyre atendeu ao interesse dominante no crescimento da coesão social sob o alto custo da atualização do paternalismo/servilismo nas relações de trabalho entre a elite branca e o operariado negro, conservando a velha hierarquia racial nas cidades em desenvolvimento.¹³¹

Ademais, o pacto celebrado entre o sociólogo e o presidente contribuiu para o processo de modernização durante o regime, pois confluía com a padronização da sociedade ao resultar na invenção, pelo aparelho de Estado, da identidade nacional valorizadora do ideal de brasilidade fundado na ideia de democracia e mestiçagem e no conceito de região, e porque Vargas não admitiu o emprego da totalidade do ideário antropológico do projeto regionalista ao reconhecer e organizar a cultura popular, ou seja, não ratificava outras teses constitutivas do diagnóstico sociológico, como, por exemplo, a tese da flexibilidade dos valores morais do “povo brasileiro”, que em *Casa-grande & senzala* e *Região e tradição* vem postulada, sobretudo, pela transgressão/devassidão da moral sexual dos indivíduos. E este resultado do pacto significa que a apropriação do projeto regionalista por Vargas prescindiu de qualquer vontade ou controle do sociólogo.¹³²

¹³¹ A despeito da complexidade ideológica que o regime adquiria progressivamente, cumpre salientar uma passagem do discurso político proferido por Vargas no Palácio Guanabara em 31 de dezembro de 1937, o qual foi difundido para todo o país por meio do rádio, donde se pode identificar a ideia geral que permeia o discurso varguista: a ideia de “comunhão”, quando diz: “Brasileiros! No alvorecer do novo ano, quando nas almas e nos corações se acende mais viva e crepitante a chama das alegrias e das esperanças e sentimos mais forte e dominadora a aspiração de vencer, de realizar e progredir, venho comunicar-me convosco e falar, diretamente, a todos, sem distinções de classe, profissão ou hierarquia, para, unidos e confraternizados, erguermos bem alto o pensamento, num voto irrevogável pela grandeza e felicidade do Brasil. Tenho recebido do povo brasileiro, em momentos graves e decisivos, inequívocas provas de uma perfeita comunhão de ideais e sentimentos. E por isso mesmo, mais do que antes, julgo-me no dever de transmitir-lhe a minha palavra de fé, tanto mais oportuna e necessária se considerarmos as responsabilidades decorrentes do regime recém-instituído, em que o patriotismo se mede pelos sacrifícios e os direitos dos indivíduos tem de se subordinar aos deveres para com a Nação [...] Os atos praticados, nestes cinquenta dias de governo, refletem e confirmam a vontade decisiva de agir dentro dos princípios adotados [...] Pelo primeiro, teve-se em vista suprimir a interferência dos interesses facciosos e de grupos na solução dos problemas de governo. O Estado, segundo a ordem nova, é a Nação, e deve prescindir, por isso, dos intermediários políticos, para manter contato com o povo e consultar as suas aspirações e necessidades”. VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938. In: _____. *A nova política do Brasil: o Estado Novo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 121-123 (v. 5).

¹³² Outra evidência do ponto de contato entre os projetos políticos em busca da concreção da nacionalidade, com a incorporação do conceito sociológico de região: “Não posso deixar de manifestar minha surpresa e minha admiração ao penetrar num município como Blumenau, situado no âmago de região colonial e um daqueles a respeito dos quais se dizia que a língua nacional era desconhecida e os sentimentos de brasilidade jaziam amortecidos. Tive, aqui, exatamente, a sensação do contrário. Notei, por toda parte, o entusiasmo espontâneo, o sentimento de fraternidade brasileira e de amor à nossa terra, o desejo intenso,

O projeto político do Estado Novo não prescindiu do conceito de região, numa espécie de cálculo que anulasse a importância das características étnico-culturais das regiões do país sobre as quais a modernização incidia. Ao contrário, o processo centralizador do Executivo Federal permitiu que G. Freyre negociasse interesses de modo bastante objetivo com a elite dirigente do governo, incluindo o ditador Vargas, num regime de pressões e concessões mútuas, mas predominando, de 1937 a 1945, a seleção e apropriação do ideário constitutivo do regionalismo (na dimensão cultural-geográfica e na dimensão econômica) pelo centralismo para serem aplicadas nas novas políticas públicas. Deve ser observado que, via de regra, essa apropriação não significou de modo algum a realização plena/total do ideário constitutivo do projeto regionalista, e isto explica o fato de a perspectiva de descentralização político-administrativa inerente à doutrina do pacto interregional não ter sido levada a efeito, sequer minimamente, pelo Estado Novo.

O peso do pensamento de G. Freyre recaiu sobre o processo de elaboração teórica e ideológica da nova modalidade de contrato social, que incluiu simultaneamente na rotina da administração pública os resíduos da experiência acumulada e o conhecimento técnico adquirido, tornando-se uma fonte geradora da expectativa de construção da ordem pública moderna do Brasil. O pensamento de Freyre pesou sobre a estruturação do contrato social porque forneceu uma reinterpretação dos valores culturais que recuperou do passado, no caso de *Região e tradição*, para serem aproveitados e instrumentalizados pela intervenção federal em meio à revolução moral e material da sociedade (o corporativismo trabalhista), mediante as determinações do prognóstico sociológico que, ao buscar o estreitamento do acordo entre o Estado e a sociedade civil – tornando as duas esferas compatíveis e comunicativas –, prescindiu de fato do conceito de cidadania.¹³³

Ao conferir inteligibilidade à cultura popular, Freyre estava negociando o interesse do enxerto de valores tradicionais na construção e reprodução (ou funcionamento) da ordem pública, o qual foi acordado com as instituições varguistas mas implementado apenas em parte específica, a saber: a) a revitalização da tradição patriarcal mantenedora da conexão entre as identidades regionais do país; b) o reconhecimento expresso dos tipos étnico-culturais que habitavam as regiões estudadas, o que se tornou útil para a expansão da tutela do Estado de acordo com a nova modalidade de contrato social.

em todos, de viver a nossa vida, como bons brasileiros. O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar suas leis e defende seus interesses. O Brasil é brasileiro. Agora, esta população, de origem colonial, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos dos primitivos povoadores, é brasileira. Aqui, todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque no Brasil receberam educação”. VARGAS, G. O sentimento de brasilidade em Blumenau. In: *A nova política do Brasil: no limiar de uma nova era*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938, p. 196-198 (v. 7).

¹³³ Cf. MEUCCI, Simone. *Op. cit.* Cabe registrar que a autora sugere uma tendência diversa da tese que se postula: a centralização política teria impedido o reconhecimento/uso do conceito de diversidade regional.

A exigência estadonovista de unidade e coesão enquadrou a resultante do pacto político celebrado com o regionalismo de acordo com a seguinte perspectiva: seguindo a orientação das novas funções do Estado na direção da revolução social, resultou na atribuição da ideia de “ser/povo brasileiro” ao encargo da classe trabalhadora do meio urbano e do meio rural, daí o enxerto da memória tradicionalista no imaginário coletivo e a consolidação da “cultura histórica” fazer sentido em meio ao esforço ao nível teórico e ao nível prático de invenção da identidade nacional mestiça e popular na modernidade.

O que fica como conclusão é que todas as perspectivas do pensamento de Freyre, que foram convertidas em interesses que passaram pelo processo de negociação política com a elite do Estado Novo, estavam integradas e culminaram com a formação do projeto regionalista no contexto dos anos 1930 e 40. Não obstante, a resultante do pacto político celebrado com o Estado nacional sob a direção varguista incluiu a ideologia da legitimidade do processo produtivo em bases latifundiárias e, portanto, o pacto foi capaz de conciliar o interesse agroexportador com a economia da reestruturação produtiva e de definir essa política classista e trabalhista como processo de “integração nacional”.

A nova fase de contemporização das disparidades regionais do Brasil defendida pela doutrina política do projeto regionalista – que é seu fundamento teórico – coincidiu com a dominância das teses centralizadoras constitutivas do Estado Novo e essa coincidência entre projetos limitou os efeitos da introdução do pensamento de Freyre no interior do Governo Federal, mas isso não significa que a centralização e o autoritarismo da direção varguista tenha anulado a perspectiva dos acordos políticos entre as elites.

A doutrina política reivindicatória da celebração de um novo pacto interregional que combatesse o isolamento e a decadência da sociedade nordestina, que não concentrasse as decisões políticas e o crescimento econômico nas regiões do Sul do Brasil e que implementasse um padrão lento de modernização foi ratificada e acionada, em sua parte propriamente compatível com os fundamentos do Estado Novo, pelo poder central vigente à época: a União. Isto porque a ideia sociológica de G. Freyre de consecução do “equilíbrio” na divisão regional do trabalho tinha por objetivo evitar o problema da superpopulação das cidades e do isolamento radical do campo.¹³⁴ Assim, a ideia de equilíbrio tornou-se compatível com a centralização política porque se limitou a prescrever a valorização da economia agrícola e porque transigiu com a classe dominante sob o custo elevado que causou a conservação do trabalhador na lavoura canavieira sem titularidade de direitos trabalhistas. Nesse sentido, vale lembrar que o diagnóstico contido em *Região e tradição* atualizou a importância do “cabra” para o mundo do trabalho na lavoura.

¹³⁴ Cf. *Idem*, 2006.

Mesmo com as alterações sofridas na sua ordem social e que o separaram tanto do seu passado, o Nordeste continua a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil; a mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses na América tropical. Não a mais tradicionalista: conscientemente tradicionalista. Nem a mais inteligentemente regionalista. Seus arcaísmos não devem ser confundidos com o tradicionalismo criador; nem seus provincialismos, com o bom regionalismo. Mas não lhe faltam elementos para voltar a ser uma região ativamente criadora dentro da economia brasileira e da cultura nacional e americana.¹³⁵

O nosso trabalhador de engenho – tipo cruzado – apresenta alguma coisa daquela robustez notada por Lafcadio Hearn no mulato e no quadrão de Martinica. Em Alagoas, em Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, todo o duro trabalho de engenho é feito pelo cabra. São na quase totalidade mestiços os mestres de fornalha, os cambiteiros, os metedores de cana, os caldeireiros, os trabalhadores de enxada. Retratou-os na Paraíba o forte escritor que é o sr. José Américo de Almeida: “cabras hercúleos que resistem às mais penosas labutas como a da bagaceira”. [...] Trabalho de cabras tem sido no Nordeste a parte bruta dos serviços de saneamento e água; da construção de barragens, açudes, vias férreas; do calçamento de ruas; de abertura de estradas.¹³⁶

Segundo P. Bourdieu,¹³⁷ uma das leis que regem a ação social consiste na situação em que à dominação material (mantida pela nova ordem industrial do Brasil) tende-se a seguir a dominação simbólica (reivindicada e conferida à classe agroexportadora do Nordeste) relativamente aos agrupamentos regionais. Sendo assim, pode-se afirmar que o denominador comum dos efeitos do projeto regionalista sobre a realidade social consistiu na consolidação da dominação simbólica da aristocracia pernambucana do açúcar em relação às novas formas de reminiscência influentes no imaginário social mediante a operação intelectual que a atualizou para a situação concreta do presente. Novamente se tornou legítimo o modelo latifundiário de integração nacional mediante a contemporização das grandes propriedades rurais do país a partir dos anos 40, entre estâncias de gado no Sul, fazendas de café no Leste e engenhos de açúcar no Nordeste, causando o recrudescimento da desigualdade social no meio rural por efeito da pífia distribuição de renda e em que tende a predominar o interesse pela continuidade da questão agrária especialmente nas zonas de fronteira do país. Aqui importa atentar-se para o diagnóstico:

Já me aventurei a sugerir, em mais de um trabalho, que a economia latifundiária, monocultora e escravocrata e o regime de família patriarcal foram condições gerais de vida no Brasil nos tempos coloniais e no Império, e não apenas fenômenos regionais ou peculiares a um curto período de nossa formação [...] Que dizer-se, porém, de uma tão larga

¹³⁵ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 193-194 (RT).

¹³⁶ *Idem*, p. 185-186.

¹³⁷ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, 2006.

região brasileira como o Rio Grande do Sul? Ou como o Amazonas? Nelas se encontrará também a confirmação daquela tendência geral de economia e de cultura que marcam ainda hoje quase tudo que é genuinamente brasileiro? Creio que sim. Tanto no extremo sul como no extremo norte – o vasto extremo norte que a eloquência amiga das generalizações bonitas e empáticas, enganada pelo quase nenhum estudo do passado do Brasil setentrional, chegou a afirmar que era uma região “sem história”. Quando essa história existe, e não apenas à parte, mas dentro de formidável esforço, a princípio português, depois luso-brasileiro, criador, na América meridional, de uma organização de sociedade e de cultura que, nos seus traços essenciais, se apresenta mais cheia de semelhanças do que de contrastes, de um extremo a outro do território hoje brasileiro [...] E este [o trabalho escravo], o latifúndio e a monocultura, coroados pela monarquia e suavizados – às vezes mesmo retificados – pelo cristianismo e pela miscigenação, foram, com todos os seus inconvenientes, as condições básicas e os fundamentos sólidos da unidade portuguesa e depois brasileira na América. As condições, também, da nossa originalidade de cultura no continente.¹³⁸

A coincidência no momento de publicação do artigo de jornal *Latifúndio e escravidão* e do livro *Região e tradição* com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canvieira, todos em 1941, tem um sentido implícito que deve ser avaliado: trata-se de outra evidência da materialização do interesse exportador do projeto regionalista resultante da negociação com as instâncias decisórias do Estado Novo, notadamente, o I.A.A. Não obstante, a coincidência de 1941 indica a tentativa de conciliação – tensa, mas bem sucedida – com a burguesia industrial emergente no Nordeste no contexto dos anos 1940. Cumpre explicar aqui o efeito perverso dessas negociações sobre a cidadania e a pobreza, as quais, a partir de 1937, extrapolaram a linha do controle ou do poder de G. Freyre.

Acredita-se que não resta dúvida quanto à natureza socialmente hierarquizante do pensamento de Freyre após a comprovação com *Latifúndio e escravidão*: a originalidade da cultura da classe trabalhadora deveria ser reconhecida como a condição da concreção da nacionalidade na contemporaneidade. O problema é que o pacto político celebrado com o Estado-nação privilegiou sobremaneira e por interesse autocrático o caráter hierárquico do pensamento de Freyre ao permitir a interpretação, apropriação e introdução do diagnóstico da diversidade no projeto varguista de invenção da “cultura brasileira”: se a mestiçagem representa de fato vantagem para a nação, portanto o povo mestiço (formador da classe trabalhadora) deve ser elevado apenas à condição de objeto/alicerce da diversidade étnico-cultural que estava em franco reconhecimento, porque *interessava* à construção da nação e da ordem, ao passo que a memória social do ruralismo serviu ao estilo varguista como instrumento de dominação política ao ser enxertada no imaginário popular, porque implicava a atualização do vínculo afetivo com o líder carismático.

¹³⁸ FREYRE, Gilberto. Latifúndio e escravidão. *Correio da Manhã*, RJ. 16 jan. 1941, p. 4. SR/FBN.

Ocorreu, de fato, um acordo entre o vetor tradicionalista alimentado pelo poder simbólico do pensamento de Freyre (a interpretação científica das identidades regionais) e o projeto de modernização autoritária e conservadora do Estado Novo. Mais ainda, o fato de que o processo era autoritário permitiu a G. Vargas se apropriar rapidamente das ideias de teor conservador constitutivas do projeto regionalista para consolidar a representação da “cultura brasileira” e do povo mestiço, ao passo que Freyre se permitiu, por interesse próprio e de caráter elitista, a não questionar o modo pelo qual seu pensamento estava sendo usado politicamente, inclusive se permitiu a se apartar da luta popular pelos direitos da cidadania ao não questionar as iniquidades do corporativismo trabalhista.

Enfim, a relação ambígua do projeto político de G. Freyre com o Governo Federal – da qual se procurou explicar sobretudo a perspectiva dos pontos de contato/pacto político – tendeu (e atualmente ainda tende) a se projetar para o futuro, definindo ainda com mais critérios os objetos materiais e simbólicos dos acordos com o curso dos eventos no tempo. Com a celebração de acordos a perspectiva culturalista de seu pensamento foi transformada em patrimônio público por efeito direto da interpretação e uso político pelas elites dirigentes do poder central assim como dos poderes locais da nação na construção da ordem, o que evidencia a qualidade técnica e a eficácia performativa que é basilar neste pensamento, mas o que também explica o interesse pragmático e contínuo da classe política em legitimar artificialmente as ações governamentais, que tenderam a infringir as normas universais da ordem democrática no contexto da modernidade.¹³⁹

¹³⁹ Assim pode ser resumido o diagnóstico de *Região e tradição*, convergente com *Casa-grande & senzala e Sobrados e mucambos*, acerca da herança ibérica na nacionalidade, em que Freyre identifica a força e a resistência do legado patriarcal e da tradição popular no Brasil moderno: segundo o sociólogo, o processo civilizatório desenvolvido historicamente é uma experiência *sui generis* precisamente porque resultou na formação de uma sociedade híbrida cujas tradições culturais na vida privada e na vida pública conservam diversas características antiburguesas e antimodernas, que foram transmitidas da ordem do patriarcado rural à moderna ordem do patriarcado urbano, e que se expressam essencialmente na prática do preceito moral fixado pelo catolicismo popular, isto é, a “humildade rústica” que deve reger a norma de conduta dos indivíduos no exercício da vida social. Nesse sentido, se considera correta a afirmação segundo a qual o diagnóstico de *Região e tradição* serviu para consolidar o entendimento acerca do “popular” e da tradição agropatriarcal e antiburguesa do Brasil como herança cultural – que, convenhamos, guarda relação com o autoritarismo de Estado, porque os líderes ruralistas tendem a se comportar politicamente de modo conservador e intolerante –, devendo ser afirmada na construção da modernidade nacional. Cf. MEUCCI, Simone. *Op. cit.* (especialmente o cap. 7). Assim conclui Meucci quanto à implicação política da concepção de cultura popular por G. Freyre: “Nas suas formulações sociológicas há, com efeito, a subsunção do debate político (aquele que diz respeito à representação popular nas esferas institucionais clássicas propostas pela democracia liberal) ao debate sobre identidade nacional. Não se pode esquecer que, ao definir e qualificar sociologicamente um padrão democrático de assimilação cultural e racial [a mestiçagem], G. Freyre equacionou na forma de discurso científico um dilema fundamental da elite brasileira dos anos 30: ele dissociou definitivamente a prática da democracia dos ideais igualitários e das formas liberais de representação política. Desse modo é que a expressão democracia racial faz enorme sentido: a igualdade é antes um atributo da sociedade e da cultura do que um atributo ou dever do Estado. Essa era uma perspectiva que poderia interessar ao Estado varguista”. *Idem*, p. 178. Acredita-se que há relação entre a implicação política da noção de “legado patriarcal”, “ruralismo” e “popular” e a contínua organização da cultura pelo Estado após 1945, mas este é um objeto de estudo complexo que ultrapassa o alcance desta pesquisa.

2.5. A contenda com o poder local: conflitos contra o interventor federal de Pernambuco e o encarceramento de Gilberto Freyre em 1942

A geografia é a dinâmica da civilização. Os mares dividem os continentes, mas aproximam os povos. São os fenômenos físicos e suas reações que formam o ambiente no qual vive e se desenvolve a humanidade. Há mister estudá-la porque os seus conhecimentos apaixonam e norteiam o homem, no perscrutar a natureza em suas infinitas modalidades, pulsando-lhe as energias para melhor apropriá-las no aperfeiçoamento de si mesmo. Só conhecendo o meio físico o homem pode evoluir pela adaptação. Não há raças superiores – há raças contingentes ao clima, como observa um etnólogo moderno. A adaptação é a grande lei do progresso, da civilização, da vida, enfim.¹⁴⁰

Meus amigos: de Pernambuco não me interessam os aplausos nem as honras porque o meu amor a esta terra é dos não que precisam ser correspondidos. É até mais forte quando é menos correspondido. É mais místico do que sensual. Tão pouco me interessa a opinião dos moralistas e dos censores da esquina da Lafaiete e de outras esquinas. O dia mais triste da minha vida seria aquele em que eu fosse consagrado por eles como um “homem de caráter”.¹⁴¹

A relação do projeto político de G. Freyre com o Estado Novo teve outra característica relevante que não se pode ignorar: constituiu uma contenda inconciliável ao nível do poder local, centralizado no mando do interventor federal de Pernambuco, Agamenon Magalhães, que não admitia a intervenção direta ou indireta do sociólogo na direção do governo do estado, tampouco buscava discutir meios de solução para as oposições dirigidas contra as ações do governo. Rigorosamente, o interventor federal valeu-se dos meios autoritários que já haviam sido instituídos no estado para reprimir as ações do opositor de seu governo e das instituições tradicionais da sociedade pernambucana.

Os conflitos de Freyre com a Interventoria Federal de Pernambuco tornaram-se uma constante após a substituição de Carlos L. Cavalcanti em 1937 por Agamenon Magalhães, que desocupou a função de ministro do Trabalho para atender a convocação expressa de Vargas para que assumisse o comando da Interventoria, mantendo-se no cargo até o colapso do Estado Novo em 1945. Na verdade, a contenda com Agamenon Magalhães teve início em 1936, quando o então ministro publicou, pela seção gráfica do Ministério que dirigia, *O Nordeste Brasileiro*, que manifestava com clareza e síntese as características de sua visão de mundo positivista e evolucionista, a qual serviu como fundamento e diretriz na execução dos planos de governo durante seu novo cargo político.

¹⁴⁰ MAGALHÃES, Agamenon. *O Nordeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1936, p. 13.

¹⁴¹ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 263 (RT).

Perante o fato da tensão constante com o poder local, verifica-se que, durante o mandato de Magalhães como interventor de Pernambuco, não havia condições objetivas propícias para a negociação política com G. Freyre que visasse à introdução de aspectos específicos de seu pensamento/projeto político no âmbito estadual, apesar do pacto com o Governo Federal ter se mantido vigente e fortalecido do modo como já se explicou.

Se a visão de mundo desenvolvida em *O Nordeste Brasileiro* fundamentava-se no positivismo e evolucionismo, e se essa visão consubstanciou-se em diretriz norteadora dos planos de governo em Pernambuco entre 1937 e 1945, portanto o projeto de valorização das tradições e da diversidade cultural, incluindo as inovações do novo conceito de região, de Freyre encontraria o impedimento total para efeito de sua realização, tendo sido de fato excluído do processo de construção e modernização do estado de Pernambuco durante o regime autoritário, bem como seu reconhecimento e consagração intelectual como sociólogo que teria ideias novas para Pernambuco não ocorreu no momento.

Cumprir então assinalar as características elementares da visão de mundo de A. Magalhães para se compreender o sentido exato da reação desencadeada por Freyre contra a ação do interventor, demarcando desse modo o momento preciso no qual o projeto regionalista insurgiu contra o argumento racista do interventor causando-lhe a falência e desencadeando a partir desse momento uma contenda inconciliável com o poder local.

Em *O Nordeste Brasileiro*, Magalhães produziu certo conhecimento de geografia física sobre a região com base nas ferramentas conceituais disponíveis a partir do século 19 e que eram compatíveis com a ciência determinista tributária dos postulados do determinismo geográfico, segundo os quais é plausível deduzir as causas determinantes dos caracteres das raças humanas dos seguintes fatores: “clima”, “ambiente” e/ou “habitat”, “genes” e a “seleção natural” que, estudados em conjunto por meio da “síntese geográfica”, indicariam os diferentes níveis de evolução das espécies humanas, compreendida ademais pelo grau de adaptação (isto é, de transformação) do homem à natureza.

Com a leitura do texto depreende-se que a visão de A. Magalhães sobre “raça” fundamenta-se no conceito biológico do final do século 19 e início do 20, e estava inclinada a observar – porque era o fio condutor do raciocínio –, com base na teoria eugenista de Gustav Le Bon, a hipotética diferença qualitativa existente entre “raças avançadas” e “raças atrasadas” em relação ao seu nível de adaptação ao três “habitats” do Nordeste: o litoral, o sertão e o agreste. Isto significa que, segundo Magalhães, a formação dos tipos sociais do Nordeste ocorreu no tempo e no espaço por meio de processos de seleção natural entre grupos humanos separados geograficamente no território, sendo a compleição corporal por hereditariedade genética dos tipos sociais os principais elementos dife-

renciadores da “qualidade” resultante dos processos de seleção natural das raças nordestinas do passado, ou melhor, revelam a diferença de superioridade e inferioridade dos tipos sociais resultantes da experiência do “caldeamento étnico” no Nordeste, com a formação interna gerada entre brancos, índios, negros e mestiços situados geograficamente.

A visão de mundo de A. Magalhães começa a entrar em conflito com o pensamento de G. Freyre em 1936 por decorrência da perspectiva racista e eugenista do livro-manifesto *O Nordeste Brasileiro*. A visão de mundo do interventor federal era alimentada pelas categorias do racismo científico em ascensão no final do século 19 na Europa e início do 20 no Brasil – teoria que, ao postular o conceito biológico de “raça”, visava a estudar o comportamento humano no sentido estritamente moral com base nas leis etnológicas de Gustav Le Bon, que entendia a mestiçagem como um mal/vício na sociedade.

Quanto ao processo de mestiçagem no Nordeste, Magalhães explicitou sua posição eugenista ao pensar que haveria uma hierarquia naturalmente formada de superioridade e inferioridade entre as raças que passaram pelo cruzamento na história da região, porque a influência da hereditariedade genética seria a causa determinante da hierarquia existente natural e universalmente entre brancos e negros. Assim, acreditava ser correto afirmar que “a fatalidade chumbara o negro à opressão desde sua origem”.¹⁴² E, sendo o negro o “eterno oprimido”, e sendo o índio o “incivilizado”, qualificava os processos de formação étnica do Nordeste a partir da hierarquia natural, ao dizer que “com essas duas raças inferiores entrou em fusão o ariano: o português. Este, representante de uma cultura superior, originário de uma civilização elevada; aquelas, raças rudimentares, ainda no primeiro estágio de desenvolvimento”.¹⁴³ Não obstante, o tipo social resultante da fusão racial – o mestiço –, seria, de acordo com a visão de A. Magalhães, um desequilibrado.

A distinção entre “raças avançadas” e “raças atrasadas” constitui o fundamento da dicotomia entre a civilização contra a barbárie, que foi reiterada pelo autor ao aplicá-la à experiência do Nordeste, e foi essa dicotomia o que permitiu a introdução do darwinismo social na visão de mundo do interventor. Pode-se identificar a visão de mundo do interventor em *O Nordeste Brasileiro* a partir das associações entre: a) raça branca, civilização e progresso; b) raça negra, barbárie e retrocesso (subserviência); c) raça mestiça, formação disgênica e atraso. O darwinismo entrou na visão de Magalhães quando o autor subordinou o processo de civilização das sociedades à categoria de “seleção natural” das espécies, assim concluindo pela existência de causas físicas e naturais que determinariam a formação/evolução avançada ou atrasada dos tipos sociais habitantes da região.

¹⁴² MAGALHÃES, Agamenon. *Op. cit.*, p. 61 (ONB).

¹⁴³ *Idem*, p. 62.

O pensamento eugenista-arianista do século 19 ensejou a introdução do darwinismo social na visão de mundo do interventor porque validava o conceito biológico de raça: a seleção natural “estimula” o branqueamento. Mais ainda, a convergência em torno do racismo científico permitiu ao interventor admitir e defender a relação – relativa, seguramente – entre raça e progresso: o branqueamento “é” a via do desenvolvimento. E as deficiências de índole e energia física de mestiços e negros dos “habitats” nordestinos deveriam ser extintos pela aceleração do processo de branqueamento da população.

Com efeito, o conhecimento desloca-se do plano científico para o plano político no instante preciso em que o pensamento arianista se torna o fundamento da visão de mundo centrada no darwinismo social que correlacionou diretamente branquitude como fator de progresso, prescrevendo o branqueamento da população mestiça como alternativa de desenvolvimento regional, para o qual seria fundamental valorizar o resultado da seleção natural da “raça histórica” nordestina: a população branca do sertão.¹⁴⁴

Enfim, a contenda com o interventor federal desencadeada como reação de Freyre se estabeleceu inicialmente em torno da divergência na interpretação acerca do processo de formação étnica do Nordeste. Enquanto Magalhães reiterava o argumento falido, racista, da insignificância da diversidade de tipos populares para o projeto de desenvolvimento regional (matutos, índios, negros de descendência africana e mestiços), Freyre constatava, na forma de discurso científico, e defendia, na forma de discurso ideológico, as funções da miscigenação para a dinâmica civilizatória do Brasil no passado e no presente. A. Magalhães, em contraste, vaticinou que “pelas leis etnológicas o cruzamento de raças de mentalidade e caracteres diferentes, de raças superiores com raças inferiores, não dará, na mestiçagem, um tipo homogêneo [o tipo branqueado] [...] O mestiço é, de fato, um tipo instável cujas influências hereditárias das raças das quais se origina ainda não estão definidas”.¹⁴⁵ Não obstante, ele acredita que no cruzamento do branco com o negro as influências hereditárias contrárias corromperiam o vigor e a índole do tipo resultante, que foi visto pelo interventor efetivamente como “um tipo indescritível, cuja energia física e mental se acha enfraquecida”.¹⁴⁶

Como se observa, a visão de mundo do interventor seguia as determinações das doutrinas do século 19 e início do 20, como o positivismo, com o conceito de progresso, o darwinismo ou evolucionismo, com o conceito de seleção natural, e o eugenismo, com

¹⁴⁴ Em *O Nordeste Brasileiro* o interventor seguiu o modelo teórico e as ideias da obra de Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Vianna, ou seja, basicamente os arautos do pensamento político autoritário e eugenista da República Velha. Não há referência de qualquer livro de Freyre no livro-manifesto do interventor, o que sinaliza para sua oposição contra todo o ideário do projeto regionalista.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 64-65.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 65.

o conceito de aperfeiçoamento da raça. Assim, pode-se identificar no livro-manifesto do interventor o predomínio da biologia da raça como fio condutor do argumento que, mais do que produzir o conhecimento de geografia física acerca da região, desenvolveu outro projeto de desenvolvimento regional que apostava unilateralmente na valorização da população sertaneja como o motor do progresso técnico do Nordeste, fosse sob a condição social de força de trabalho, fosse sob a condição social de novos empreendedores.

O argumento a que se refere é a “diferenciação étnica”. Trata-se da consideração segundo a qual o tipo diferenciado (“avançado”) – porque seria eugênico e resultante dos melhores cruzamentos raciais –, é o sertanejo, ou seja, tipo branco ao qual estaria associado o conjunto da compleição corporal por hereditariedade – entendida como vigor físico e moral, disposição para o trabalho manual e inteligência do ser humano – que o teria elevado à condição de “raça histórica” mais perfeita do ponto de vista do corpo físico e da moral. O interventor qualificava a população sertaneja como “raça histórica” e afirmava que “na vasta região do Nordeste de múltiplas condições físicas, cujas ‘influências se mutuam de modo a impedir o afirmar-se qual é a preponderante’, se radicou um núcleo de população forte, tenaz e vibrante, elaboradora da nacionalidade”.¹⁴⁷

O projeto político do interventor efetivamente apostava no sertanejo e excluía o negro e o mestiço. Com isso, qualificava e defendida o primeiro como sendo o motor do desenvolvimento nordestino, incluindo-o no topo da reintegração socioeconômica da região ao lhe entender como a raça eugênica que seria capaz de construir o progresso.

Vencer a distância e instruir são as duas resoluções do problema, que é uma condição indispensável ao melhoramento e evolução das populações do “hinterland” [interior] brasileiro. A raça forte que aí se vai formando merece do patriotismo dos homens públicos o amparo mais decidido. As leis de eugenia estão a exigir o cuidado mais vivo às raças em formação. É mister proporcionar às populações do interior as condições de desenvolvimento e civilização que fruem as populações do litoral do país. A resistência da raça futura elabora-se nos sertões distantes. Deixá-las em abandono é permitir que se estiolem as nossas mais vigorosas energias; é dar expansão ao urbanismo esterilizante que definha, enfraquece, degenera a raça e empobrece o país. As condições econômicas estão cada vez mais precárias por causa do artificialismo das cidades, que atraí as populações e despovoam os campos. [...] A sua proeminência [a do sertanejo] na civilização futura será iniludível, se os governos ampararem o homem forte dos sertões com o concurso de iniciativas, que o trabalho individual não pode realizar. Modificado o “habitat”, com o empreendimento de obras que atenuem os rigores das condições físicas, desenvolvidas as vias férreas, difundida a instrução, o Nordeste será o titã das resistências nacionais. O tipo étnico diferenciado do sertanejo, pelas suas qualidades de adaptação, constituirá o elemento propulsor da raça brasileira”.¹⁴⁸

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 51.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 80-81, 85 e passim (grifos do autor).

Amparar o homem da “raça forte e histórica” do sertão e branquear a raça mestiça das cidades para torná-la homogênea: eis a síntese do projeto político de A. Magalhães dedicado especificamente ao Nordeste do Brasil. Posto isto, e com a apresentação bastante compacta da visão de mundo do interventor (que estava radicalmente fundada sob o racismo científico) contida nessa espécie de manifesto que é *O Nordeste Brasileiro*, pode-se analisar com precisão o sentido da reação desencadeada por Freyre contra a ação administrativa da Interventoria Federal de Pernambuco, posto que a visão de mundo do interventor se tornou a diretriz básica dos planos de governo do estado durante o regime do Estado Novo, definindo as frentes de intervenção do poder público no estado.

A gestão do interventor se iniciou em 10 de novembro de 1937 simultaneamente ao golpe de Estado que empossou Vargas no poder como presidente da República. O presidente, com a decretação do regime do Estado Novo, substituiu o antigo interventor de Pernambuco, Carlos Lima Cavalcanti, que governou o estado de 1930 a 1937, por A. Magalhães, supostamente porque o antigo interventor teria optado por apoiar a candidatura de Armando de Salles Oliveira para a Presidência da República em 1937.

A posse da Interventoria de Pernambuco permitiu a Magalhães dirigir o estado de acordo com os princípios gerais que constituíam sua visão de mundo, apesar de que a natureza da Interventoria era o atendimento das ordens emanadas do centro administrativo federal do país, o Poder Executivo, inclusive dando continuidade ao projeto hegemônico de modernização capitalista das regiões brasileiras, o que limitava a margem relativa de autonomia do interventor na direção do governo estadual.

Com efeito, o sentido da obra administrativa executada pelo interventor recaiu sobre a extensão da modernização industrial às áreas longínquas do estado, mantendo o processo de desenvolvimento dos centros urbanos, seguindo o ideário antiliberal interessado em assistir a classe de trabalhadores assalariados, evitando desse modo a expansão do comunismo no interior da organização sindical. De modo geral, o governo de Magalhães investiu na defesa dos valores da família pernambucana, do direito de propriedade privada, da ética do trabalho, do respeito ao tipo de hierarquia e tradição em que o interventor acreditava e que interpretou em seu manifesto. Finalmente, a ação administrativa do interventor estimulou os meios de comunicação de massa e de censura da informação pelo governo, cuja função foi desempenhada pelo jornal situacionista *Folha da Manhã*, que noticiava, contando com regularidade nas edições, as realizações do poder local em caráter terminantemente oficioso e tendencioso a favor dos interesses do interventor.¹⁴⁹

¹⁴⁹ ZAIDAN, Michel. Tradição oligárquica e mudança. *Tempo histórico*, Recife: V. 1, nº 1, 2005, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistatempohistorico/index.php/revista>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

Na conjuntura do Estado Novo, a orientação autoritária do poder coexistia com a busca contínua do interventor pelo “consenso máximo” na sociedade pernambucana, o que significa que o governo valeu-se da mística (“falsa ideia”) de que haveria supostamente paz e harmonia social no estado. Mas, na realidade, a busca do consenso era feita a partir do cerceamento da liberdade de expressão e da perseguição constante dos adversários do regime instituído, com a repressão contra comunistas, prostitutas, os “vadios e negros afro-brasileiros”, homossexuais e de quem mais assumisse ser opositor ou crítico das diretrizes do regime, como foi o caso de Freyre e outros intelectuais. Segundo Michel Zaidan, “é preciso acrescentar que o anticomunismo foi utilizado como matéria-prima de primeira ordem para induzir a opinião pública a aceitar as ideias do interventor, sob o motivo de se desenvolver o sentimento de brasilidade entre os pernambucanos”.¹⁵⁰

O motivo da brasilidade servia como ideologia que fundamentava a busca autoritária impositiva do “consenso” na sociedade local. A tradição em que o interventor acreditava refletia os princípios do positivismo tradicional: ordem e progresso. Mais ainda, A. Magalhães recebeu educação da ortodoxia católica de acordo com os preceitos do Papa Leão XIII. Por conseguinte, o interventor introduziu também os preceitos católicos na fundamentação do governo, em acordo com a lógica do respeito e do incentivo à instituição eclesiástica e à suas tradições seculares praticadas em Pernambuco.¹⁵¹

Em 1939, teve início a campanha oficial pela erradicação de um tipo de habitação popular denominado de “mocambo” no Nordeste, contra a qual Freyre se insurgiu a partir de livros e artigos de jornal que argumentavam a favor da valorização do mocambo, ao contrário da erradicação. O sociólogo percebeu que havia de modo subjacente ao interesse pela erradicação uma intenção moral e civilizatória do interventor que, segundo seu ponto de vista, era desnecessária para a política social e habitacional destinada às classes populares de Pernambuco – cuja residência fixa era majoritariamente os mocambos de palha que se concentravam progressivamente no Recife –, pois a casa, dada a natureza do clima tropical (com períodos extensos de calor e de umidade), seria adequada tanto para a habitação popular quanto para o convívio social, devendo o poder público, ao contrário de erradicá-la, torná-la um padrão de referência para a política habitacional que pretendesse ser realista em relação ao equacionamento do problema do *déficit* habitacional da população pobre do Brasil. O poder público, segundo G. Freyre, deveria, ao contrário de demolir as casas construídas com matéria-prima nativa e adequada ao clima tropical, extinguir apenas o problema relativo à salubridade do ambiente que a cercava.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 4.

¹⁵¹ *Ibid.*

A Liga Social Contra o Mocambo tornou-se uma política oficial do governo de Agamenon Magalhães a partir de 1939. A interventoria uniu-se à iniciativa privada para desenvolver nova política habitacional que executasse o programa de incentivos à desocupação dos mocambos e à subsequente ocupação das “casas de alvenaria” que estavam sendo construídas pela campanha no Recife. A Liga executou as etapas do plano de erradicação de acordo com os dados censitários que foram coletados por uma comissão específica da Liga. Os dados do censo revelaram a extensão do problema social: parte majoritária do proletariado urbano era residente nos mocambos que se situavam, quase todos, em áreas alagadiças. As casas populares em construção e ocupação foram, entretanto, insuficientes para o alto contingente de famílias erradicadas que deveriam ser realocadas nas casas construídas mediante o empenho de verbas públicas do estado, o que revela a faceta da exclusão de muitas famílias do programa de incentivos do governo. Estima-se a seguinte proporção: para cada três mocambos demolidos, construía-se uma casa popular, ficando aproximadamente 42.120 pessoas sem moradia regular no Recife.¹⁵²

Apesar do resultado pífio e excludente da Liga, A. Magalhães concebeu a campanha política a partir dos princípios gerais que informaram sua visão de mundo, sendo que estes princípios encontraram a oposição explícita e constante de G. Freyre durante a gestão do interventor. Foi a experiência da Liga Social Contra o Mocambo que iniciou o conflito contra o poder local: Freyre e o grupo de intelectuais nordestinos que o cercava se posicionaram radicalmente contra a campanha do interventor, buscando a intervenção e a revogação da política habitacional do governo mediante o uso de ideias sociológicas.

Certamente, a Liga do interventor tinha a intenção civilizatória pela perspectiva da ressocialização das famílias cuja residência era transferida: havia articulação entre as instâncias da moradia, do trabalho, da saúde pública, da integridade física e moral da família e da cidadania. A política habitacional foi concebida estritamente de acordo com a visão de mundo do interventor, o que indica a manifestação empírica da crença no positivismo e no darwinismo, pois a campanha atendia o interesse pelo saneamento da cidade e pela “limpeza étnica”, ao visar a mudar a paisagem autóctone do Recife e, ademais, a campanha atendia o interesse específico do interventor de afastar o proletariado urbano negro da doutrina marxista da luta de classes, ao buscar pela força o consenso na sociedade local acerca das realizações do poder público, isto é, o saneamento do Recife.

G. Freyre, no entanto, discordava da campanha de acordo com o princípio evolucionista do interventor a partir do qual foi planejada. A campanha foi duramente criticada pelo sociólogo em *Sobrados e mucambos*, em *Mucambos do Nordeste* e em artigos

¹⁵² Cf. <<http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=156>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

publicados no *Correio da Manhã*, que ao todo somaram três artigos de críticas e de reorientação da política habitacional em Pernambuco e no Rio de Janeiro, expondo o argumento contrário à Liga Social Contra o Mocambo por decorrência do princípio darwinista do interventor que causava a mudança da identidade afro-brasileira no Recife, sem atender, segundo o sociólogo, a demanda pela valorização desse modo de ser autóctone e benéfico para a vida social sob o condicionamento pela natureza agreste dos trópicos.

A campanha do interventor durou de 1939 a 1945, quando foi redefinida e ampliada para Serviço Social Contra o Mocambo.¹⁵³ Esse fato significa que a tentativa de intervenção sociológica de G. Freyre na direção do governo de Pernambuco não foi bem sucedida durante a ditadura de Magalhães, pois estima-se que 14.597 mocambos tenham sido destruídos no Recife nos seis anos de duração da campanha, a despeito da prescrição do sociólogo de transformar a casa autóctone em padrão de referência para a política habitacional do governo ao nível estadual e federal, de modo que os novos planos de construção de moradia popular se orientassem pela perspectiva da multiplicação de mocambos construídos com matéria-prima nativa e em áreas salubres de baixa umidade das cidades, o que estimularia o valor da adaptabilidade ao clima da cultura afro-brasileira.

Com efeito, o conflito contra Magalhães em torno da Liga Social Contra o Mocambo foi apenas a primeira experiência reveladora do limite cerceador do projeto regionalista para Pernambuco: o poder local e autoritário sob a gestão do interventor. Efetivamente, o ideário do projeto regionalista não teve eficácia equivalente em Pernambuco com relação ao pacto celebrado com o Governo Federal sob a direção varguista, porque o ideário era conflitante com o projeto positivista e evolucionista de A. Magalhães.

A própria publicação de *Mucambos do Nordeste* em 1937 evidencia o poder da negociação com Vargas, posto que esse livro foi custeado e publicado pela seção gráfica do SPHAN (uma repartição do Ministério da Educação e Saúde Pública) no decorrer da gestão do ministro Gustavo Capanema. Enfim, a publicação do opúsculo evidencia o interesse do Estado Novo no projeto regionalista e, igualmente, sinaliza o conflito contra a ação administrativa de A. Magalhães em Pernambuco seguindo o princípio do branqueamento da população e impedindo o uso efetivo do projeto regionalista neste momento.

Entretanto, se no âmbito estadual o pensamento social de Freyre não encontrou condições propícias para efeito de sua realização ou implementação no governo, no âmbito nacional o projeto regionalista foi interpretado positivamente, tendo sido consagrado pelo grupo da elite política leitora e incentivadora dos textos freyrianos. A documentação encontrada revela o perfil da comunidade de leitores dos textos de G. Freyre: ba-

¹⁵³ *Idem.*

sicamente, a elite burocrática do Governo Federal. Com isso, pode-se concluir que, durante o regime do Estado Novo, em Pernambuco o comportamento político do sociólogo orientou-se pela oposição radical contra a gestão de A. Magalhães, mas no âmbito federal verificou-se a busca constante pela negociação com a classe burocrática que interpretou o ideário do projeto regionalista como a oportunidade concreta de consolidar a construção nacional em curso. Para tanto, era necessária a realização de viagens e eventos de ampla repercussão na sede do poder central: o Rio de Janeiro, que era a Capital Federal.

Em 27 de julho de 1941, o grupo formado em torno de G. Freyre proporcionou-lhe uma homenagem ocorrida no Rio de Janeiro. O evento foi o almoço no Jockey Clube da cidade oferecido ao sociólogo por seu círculo de admiradores e entusiastas com dois objetivos: aproveitar o ensejo da publicação de *Região e tradição* pela José Olympio para lançá-lo oficialmente no Rio de Janeiro e demonstrar a posição de solidariedade pelo sociólogo no que concerne às acusações de que este ainda se mantinha como intelectual “agitador” e “comunista” engajado na militância contra o regime do Estado Novo.

A homenagem foi amplamente divulgada pela imprensa carioca, sobretudo pelo *O Jornal* (de propriedade de seu conhecido entusiasta, Assis Chateaubriand) e por um panfleto produzido posteriormente ao evento (o que aponta que se tratava de um evento restrito ao pessoal convidado e que visava a reunir personalidades de distintos meios sociais). O panfleto trouxe informações sobre a lista de personalidades que compareceram à homenagem juntamente com a reprodução da ficha de detenção de G. Freyre pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em 1935, identificado como “agitador”.¹⁵⁴

O documento ainda traz a seguinte mensagem de G. Vargas: “Impõe-se, agora, sanear o ambiente e afastar os elementos cuja atividade antissocial tanto vem perturbando a vida do país”.¹⁵⁵ A forma com que o documento foi construído carrega significação que pode ser decifrada: o objetivo com a divulgação do panfleto referente à homenagem de 1941 era apaziguar o atrito com o regime autoritário de Vargas, ao rememorar a experiência da detenção de 1935, e expondo a consecução do acordo com a elite varguista.

¹⁵⁴ PANFLETO de homenagem a Gilberto Freyre. Panfleto anunciando almoço oferecido pela elite política nacional em solidariedade a G. Freyre, acusado de envolvimento na organização da Frente Única Sindical e na articulação da Intentona Comunista em 1935. RJ, posterior a 27/07/41. CPDOC/FGV. Convém salientar o apoio moral de Afonso A. de M. Franco a G. Freyre à época de sua detenção em 1935 sob a acusação de ter participado dos protestos contra a Lei de Segurança Nacional, porque o apoio de Afonso Arinos constitui outra evidência do perfil da comunidade de leitores e admiradores do projeto regionalista, contribuindo para acionar o pacto com o Estado nacional: “Gilberto Freyre não é comunista. É, apenas, um intelectual livre, que protesta contra a estupidez e violência, venham de onde vierem, da esquerda, do centro ou da direita. E eu sou solidário com ele. Que ao menos uma voz isolada se faça ouvir nas nossas montanhas, onde os intelectuais que outrora se rebelaram, na velha Vila Rica, em defesa da liberdade, hoje se acoitam, temerosos, atrás das posições políticas ou dos empregos públicos”. FRANCO, Afonso Arinos de M. Franco. 1935 *apud* LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Op. cit.* 2007, p. 532.

¹⁵⁵ *Idem*, posterior a 27/07/1941. CPDOC/FGV.

A homenagem prestada a G. Freyre em 1941 foi organizada pela parceria entre a editora José Olympio e o grupo em torno do varguismo para ser um grande evento no Rio de Janeiro, contando com a presença de, ao todo, 198 pessoas oriundas de diferentes meios sociais. Compareceram ao evento personalidades conhecidas não apenas do mundo intelectual, mas da administração federal e estadual, da atividade econômica industrial e agrária, do jornalismo, das artes, do meio acadêmico, da magistratura e diplomacia. De fato, tratava-se de um evento de monta restrito a “convidados ilustres”. Duas ausências devem, contudo, ser registradas: Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães.¹⁵⁶

Não se tratou apenas de um evento social para proporcionar a confraternização de “gente ilustre” com o “eminente escritor”. Tratou-se, para além da simples confraternização, da reunião das elites de várias regiões do país para homenagear a interpretação da história do Brasil produzida por G. Freyre, incluindo sua mais recente obra, *Região e tradição*. A rigor, tratou-se de uma homenagem organizada, convocada e divulgada pela elite da burocracia federal com intenção claramente política: efetuar a consagração intelectual da interpretação do sociólogo. Assim, o reconhecimento da legitimidade na condição de cientista social e historiador de G. Freyre – isto é, a legitimação do projeto regionalista para uso efetivo pelo Estado-nação – foi concedido mediante os acordos com o grupo da elite política diretamente ligada ao poder central e ao varguismo.

A consagração intelectual foi, portanto, conquistada na Capital Federal à época da ditadura de Vargas. Pode-se perceber neste movimento outra evidência do pacto com as instituições antiliberais sob o comando varguista (como, por exemplo, o DIP) e pode-se perceber, igualmente, a necessidade imperativa de Freyre em se deslocar constantemente para o Rio de Janeiro por força da circunstância da contenda com o interventor de Pernambuco e para administrar a negociação de interesses com a elite do Estado Novo.

A ambiguidade da relação política com o regime autoritário ficou restrita, pois, ao plano concreto do poder local, com sequência de conflitos, porque no plano maior do

¹⁵⁶ A lista de comparecimento no almoço somou 198 pessoas. Convém reproduzir aqui o nome apenas das pessoas que se considera relevantes para a construção do argumento deste estudo, enfatizando a presença da intelectualidade carioca, paulista e pernambucana, de ministros de Estado, de interventores federais, de militares das forças armadas (sobretudo de tenentes e coronéis do Exército), empresários da indústria, da agricultura e jornalismo, de juízes federais e diplomatas, no evento que consagrou a interpretação freyriana da história do Brasil. São eles: “Oswaldo Aranha, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Góes Monteiro, Gondin da Fonseca, Inácio José Veríssimo, João Cabanas, Nereu Ramos, Pedro Calmon, José Carlos de Macedo Soares, Lourival Fontes, Murilo Mendes, Juraci Magalhães, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Heitor Villa-Lobos, Viana Moog, Aogar Renault, Assis Chateaubriand, Mario Travassos, Levi Carneiro, Lindolfo Collor, Lúcio Cardoso Aires, Carneiro Leão, Graciliano Ramos, Costa Rego, Otávio Tarquínio de Souza, Afonso Arinos de Melo Franco, Paulo Bittencourt, Delgado de Carvalho, José Olympio, Múcio Leão, Almir de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Aurélio Buarque de Holanda, Candido Portinari, Carolina Nabuco, Cassiano Ricardo, Vinícius de Moraes, Orosimbo Nonato, Rodrigo M. F. de Andrade, Aldo Sampaio, Antiógenes Chaves, Roquete Pinto, Ulysses Pernambuco, José Honório Rodrigues, Ademar Vidal, Paulo Prado, Roberto Marinho”, entre muitos outros. Cf. *Ibidem*.

poder central pode-se perceber o movimento e o esforço pelo estreitamento e efetivação dos acordos políticos com várias instituições antiliberais da Era Vargas, mesmo que sob a tensão que caracterizou a relação política, entre críticas, pressões e concessões. Deve-se perceber que havia reciprocidade em determinados interesses entre o projeto regionalista-tradicionalista e o projeto centralista-modernizador: o passado e o futuro da nação.

Pode-se argumentar que, no contexto dominante de invenção da “cultura brasileira” com base em proposições intelectuais que partiam de novas perspectivas das ciências sociais, não havia mais espaço e credibilidade para a tese que propunha a homogeneização da raça pela perspectiva eugenista de branqueamento. No Estado Novo o argumento arianista de A. Magalhães tornou-se infundado do ponto de vista da nacionalidade, com a construção discursiva em torno da “raça brasileira”, basicamente porque este tipo de proposição não era admitida pelo regime de Vargas, que optou pela linha de valorização da mestiçagem como símbolo de brasilidade. Finalmente, esse aspecto permite compreender que o argumento do arianismo do interventor encontrou a falência no âmbito nacional porque Freyre reagiu contra sua validação e propôs algo novo e diferente.

Situação bastante curiosa se tornou a de Gilberto Freyre entre 1937 e 1945. Por um lado, viu-se enfrentando seu principal adversário político desse momento, que representava a centralização do poder em Pernambuco (Agamenon Magalhães). Por outro lado, viu-se buscando aberturas em meio à orientação autoritária do Executivo Federal para negociar interesses a favor da ideologia do nacionalismo com a elite varguista que lhe era afeita e que lhe defendia perante os círculos de leitores interna e externamente, porque, a rigor, Freyre desenvolveu conceitos com os quais o Estado Novo pôde consolidar a construção nacional, apropriando-se do novo conceito de região pela perspectiva étnico-cultural e econômica que lhe é constitutivo, ratificando a mudança do “mapa do Brasil”, vale dizer, a produção do conhecimento cartográfico acerca das tradições regionais.

Simultaneamente à implementação do pacto político com o poder central, ocorriam conflitos contra o poder local comandado pelo interventor e G. Freyre viu-se obrigado a limitar o raio de incidência de sua ação política ao âmbito nacional, de modo que sua “paixão” por Pernambuco, inclusive a vontade de intervir diretamente na direção da política social estadual, esbarrava no problema da contenda inconciliável com a visão de mundo evolucionista e com o autoritarismo do poder político de Agamenon Magalhães.

Nesse sentido, percebe-se que não havia como o projeto regionalista se acomodar em qualquer programa ou instituição do governo estadual nesse momento. Mais ainda, percebe-se que a contenda com o interventor ocorria em função da divergência entre os pontos de vista acerca das necessidades e ações para a conjuntura histórica regional e

global em que as sociedades estavam inseridas ao passarem pela experiência do totalitarismo soviético e nazifascista beligerante que resultou na Segunda Guerra Mundial.

O ano de 1942 demarca o ponto máximo nessa linha de conflitos contra o interventor de Pernambuco. O sociólogo recrudescer a contenda com o poder local ao publicar o mesmo artigo na imprensa carioca e pernambucana que denunciava práticas supostamente nazistas (“antinacionalistas”) de certo padre franciscano emigrado da Alemanha para o Brasil em 1935, ferindo diretamente o *status* da Igreja Católica no estado.

A fonte causadora da polêmica que custou a detenção de G. Freyre pela DOPS de Pernambuco em 11 de junho de 1942 foi o artigo de sua autoria intitulado “O exemplo de Ibiapina”, publicado, primeiramente, no *O Jornal* e, no dia seguinte, no *Diário de Pernambuco*.¹⁵⁷ O encarceramento do sociólogo ocorreu de modo imediato por meio de uma ordem autorizada por A. Magalhães para que a Polícia Civil prendesse o acusado, e isto aconteceu no mesmo dia em que o artigo foi publicado na imprensa pernambucana.

A causa da detenção pode, de fato, ser atribuída ao conteúdo veiculado pelo artigo do sociólogo. G. Freyre questionou o caráter e lisura das atividades dos padres missionários que serviam à ordem religiosa nos Conventos de São Francisco, Santo Inácio e São Bento, todos situados em Pernambuco, especialmente no que se refere às intenções “misteriosas” com a formação moral, espiritual e intelectual de um grupo infantil de escoteiros – que então estava sob a guarda e supervisão da Secretaria do Interior e Justiça do estado de Pernambuco – de responsabilidade dos missionários imigrantes alemães. O sociólogo começou sua crítica contra a atividade dos padres a partir da lembrança da atuação solidária de Ibiapina no século 19 no Ceará, articulando a conjuntura do presente com a lição deixada pelo padre cearense para a história do catolicismo no Brasil.

No momento em que nos preparamos para harmonizar valores e aproveitar energias que precisam estar coordenadas no interesse de nossa condição de povo mestiço com pretensões a livre, exemplos como o do padre Ibiapina – que sozinho fundou e organizou vinte casas de caridade nos sertões do Nordeste – se impõem aos brasileiros de hoje como grandes valores morais. Valores morais acima dos próprios recursos materiais julgados indispensáveis à defesa e ao aperfeiçoamento da nossa personalidade [identidade] nacional.¹⁵⁸

A crítica do sociólogo referia-se ao verdadeiro teor do ensino que era praticado nos conventos pelos missionários alemães. Essa crítica fundamentava-se no receio, gerado pela conjuntura internacional da ascensão do nazismo na Alemanha – país originá-

¹⁵⁷ Portanto, este artigo era *copyright* da empresa de jornalismo de A. Chateaubriand, *Diários Associados*, com a qual G. Freyre passou a colaborar após encerrar sua colaboração no *Correio da Manhã* em 1941.

¹⁵⁸ FREYRE, Gilberto. O exemplo de Ibiapina. *Diário de Pernambuco*, Recife. 11 jun 42, p. 4. SR/FBN.

rio dos missionários imigrantes –, quanto à suposta pregação de um missionário entusiasmado com o nazismo de que haveria superioridade da raça ariana em relação às raças brasileiras, negra e mestiça. Assim, alegando que tinha conhecimento de fatos verídicos acerca de ideias nazistas introduzidas na educação de crianças escoteiras em Pernambuco e em outros estados do Norte, G. Freyre atacou de frente a intenção dos missionários com a direção do ensino dos escoteiros, que, segundo o sociólogo, era, na verdade, orientado por “doutrinas ferozmente etnocêntricas: anticristãs e antibrasileiras”.¹⁵⁹

Ao assumir de fato uma posição nacionalista no debate em torno da atuação de imigrantes no ensino infantil – a qual estava inteiramente adequada à política de controle imigratório repressor e xenófobo (ultranacionalista) do Estado Novo –, G. Freyre denunciava o teor supostamente racista e pejorativo em relação à miscigenação emanado da conduta do padre missionário alemão na direção da educação de crianças, afirmando que a pregação racista do imigrante era perniciosa para o projeto de identidade nacional em construção, precisando ser popularizado para ser prático, e não criticado e desviado.

Durante largos anos esse nórdico fantasiado de “beneditino” esteve à frente da formação moral e cívica de numeroso grupo de meninos e adolescentes brasileiros. Meninos e adolescentes brasileiros continuam, em vários estados do Brasil, sob influências iguais: de indivíduos fantasiados de “jesuítas”, “beneditinos”, “franciscanos”, de “professores de alemão”, de “mestres” disso ou daquilo, mas devotos, quando não agentes, de doutrinas violentamente antibrasileiras e antidemocráticas. Não exagero. Cada palavra que acabo de escrever baseia-se em conhecimento de fatos que estão a pedir, nos estados do Norte, providências tão sérias e vigorosas como as que vêm sendo tomadas em Santa Catarina, no estado do Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, e, ultimamente, na Bahia, Paraíba, Alagoas, São Paulo, Paraná”.¹⁶⁰

Entretanto, a exigência por providências contra a conduta do imigrante ocorreu no sentido contrário ao esperado pelo denunciante do caso: a reação hostil da Igreja Católica e da Interventoria de Pernambuco foi imediata. O interventor, que era um católico ortodoxo, expediu mandado de prisão de G. Freyre no instante em que o artigo passou a circular na sociedade pernambucana, em 11 de junho de 1942, através da polícia civil do estado, alegando que o ato do sociólogo resultava de “agitações comunistas” que teriam por objetivo desmoralizar a tradição religiosa do país. Freyre foi levado à força pela polícia para a Casa de Detenção do Recife juntamente com seu pai, Alfredo Freyre, porque pai e filho resistiram contra o mandado de prisão levado a efeito pelos agentes policiais.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 4. SR/FBN.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 4. SR/FBN.

O caso foi tratado com obstinação por A. Magalhães e chamado, após o efetivo encarceramento do acusado, de “incidente Gilberto Freyre”. Mas esse caso não aconteceu aleatoriamente, como se fosse a exacerbação máxima do autoritarismo do poder político do interventor, com a repressão contínua contra a liberdade de expressão e de pensamento. Antes disso, tratou-se do acirramento da relação com o poder local que já estava desgastada desde 1935 devido ao problema com o sindicato da classe de usineiros de Pernambuco – que, após 1937, contou com a defesa do interventor –, no qual a intenção do sociólogo de estudar as condições de trabalho nas usinas sucroalcooleiras do estado foi mal recebida, deslegitimada e impedida pelo empresariado industrial. E o atrito com o poder local continuou após a nomeação de A. Magalhães para interventor, com a divergência entre pontos de vista sobre a campanha da Liga Social Contra o Mocambo.

Efetivamente, G. Freyre era representado pelos setores dominantes pelo estereótipo de “comunista” e o jornal de propriedade da Interventoria, *Folha da Manhã*, prestava-se frequentemente a caricaturar a figura do sociólogo com a publicação de imagens em que ele estava ostentando no braço uma faixa vermelha com a foice e o martelo.¹⁶¹

Se a imagem do sociólogo foi construída negativamente pelos setores dominantes de Pernambuco, de tal modo que suas ideias sociológicas foram deslegitimadas para que seus efeitos fossem inibidos do ponto de vista prático, portanto o ato de expressar a crítica sobre o suposto desvio de conduta na instituição religiosa da sociedade foi reprimido pela força policial mobilizada como instrumento autoritário pelo interventor.

A primeira atitude de G. Freyre para reagir contra a ordem de prisão antes que ela fosse efetivamente cumprida pela polícia foi entrar em contato com o grupo que lhe respeitava e, evidentemente, que tinha condições reais de intervir no caso para livrar-lhe da situação hostil: a elite do poder central. O ministro da Educação, Gustavo Capanema, foi a primeira autoridade a ser comunicada por Freyre sobre a situação de iminente hostilidade da polícia, ainda no dia em que foi detido, mas antes do fato se concretizar. Em 11 de junho Freyre enviou um telegrama com urgência ao ministro, dizendo o seguinte: “Participo [compartilho] [com] o ilustre amigo [que] estou sendo objeto [de] perseguição da parte [do] interventor pernambucano. Sem pedir caridade ou benevolência sua ou [de] quem quer [que] seja, apenas comunico [o] fato. Ass.: Gilberto Freyre”.¹⁶² Comunicar o fato intencionalmente implicava recorrer ao grupo que poderia lhe proteger.

¹⁶¹ Cf. FONSECA, Edson Nery da. Recepção de *Casa-grande & senzala* no Recife dos anos 30 e 40. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

¹⁶² FREYRE, Gilberto. [Telegrama] 11 jun. 1942, João Pessoa [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 1f. Telegrama comunicando a perseguição da polícia de Pernambuco. CPDOC/FGV.

O acusado foi encontrado pela Polícia Civil e detido na penitenciária do Recife no mesmo dia. Especula-se que houve forte resistência da parte de Freyre e de seu pai contra os atos de violência praticados pela polícia na abordagem, ambos tendo sido conduzidos à penitenciária para averiguação dos fatos ocorridos e para o efetivo encarceramento do sociólogo. Após a ordem de prisão ter sido cumprida, seu irmão teve a iniciativa de reforçar a comunicação com Gustavo Capanema, enviando outro telegrama que atualizava as informações sobre a situação da família Freyre no Recife, do filho ao pai:

Comunico [a] V. Excia. [que] o mesmo foi detido em casa e recolhido [para] a penitenciária [do] Recife hoje [às] 13h. Meu pai também [foi] detido [e] recolhido [à] penitenciária [na] mesma ocasião [pelo] motivo [de] ter protestado contra [a] violência. Saudações, U. Freyre.¹⁶³

Gustavo Capanema respondeu prontamente às informações enviadas por Ulysses Freyre, afirmando que a situação do sociólogo já era conhecida do presidente da República e que o caso já tornara-se objeto de providências por parte da autoridade competente: o Ministério da Justiça, que, no dia seguinte ao encarceramento, começou a investigar os fatos que causaram a situação, logo exigindo explicações do interventor de Pernambuco sobre o caso e intervindo no sentido de amparar Freyre, livrando-o da prisão.

Imediatamente após receber seu telegrama e o de Gilberto Freyre entendi-me com o Sr. Presidente, havendo sua excelência me informado que o assunto já havia sido objeto [de] providências por intermédio [do] Ministério da Justiça. Saudações atenciosas. G. Capanema.¹⁶⁴

A prontidão com que o caso de Freyre foi tratado pelo ministro da Educação e por Vargas indica claramente o respeito/legitimidade que o sociólogo inspirava em meio ao grupo vinculado ao poder central da nação. A atitude de informar diretamente Gustavo Capanema sobre a perseguição no Recife, ainda que sob a tergiversação de “sem pedir caridade ou benevolência a quem quer que seja”, foi pensada e tomada para recorrer efetivamente ao *status* que Freyre possuía junto à elite política que poderia lhe proteger do autoritarismo do poder local sob o comando do interventor. Isso significa que a escolha por Capanema não foi arbitrária: tratava-se do principal contato político de Freyre.

Vargas, ao saber dos acontecimentos, imediatamente transferiu o caso para tratamento pelo Ministério da Justiça. O ministro da Educação ficou no aguardo pela solu-

¹⁶³ FREYRE, Ulysses. [Telegrama] 11 jun. 1942, João Pessoa [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 1f. Telegrama informando o encarceramento de Gilberto Freyre no Recife. CPDOC/FGV.

¹⁶⁴ CAPANEMA, Gustavo. [Telegrama] 12 jun 1942, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Ulysses. Recife. 1f. Telegrama respondendo às informações enviadas por Ulysses Freyre no dia anterior. CPDOC/FGV.

ção, que foi negociada diretamente com o interventor pernambucano, após a interferência de Vargas no caso, pelo chefe do Estado Maior do Exército, Góis Monteiro.

A partir de 13 de junho, Agamenon Magalhães passou a receber volume crescente de correspondências do grupo acionado por Gilberto e Ulysses Freyre, incluindo o representante da pasta da Justiça incumbido de investigar o caso e de Góis Monteiro. O envio de correspondência pelos integrantes do poder central fez pressão para que o acusado fosse liberado da prisão, o que efetivamente aconteceu somente após Freyre prestar declarações sobre a denúncia de nazismo para o delegado da DOPS de Pernambuco.

G. Monteiro entrou em contato com A. Magalhães solicitando explicação sobre o caso e afirmou: “Não tenho dúvida em solicitar do ilustre amigo uma solução da tolerância confiada em seu alto espírito e em sua amizade”.¹⁶⁵ No que se refere à explicação sobre o caso, o interventor preparou um inquérito policial para colher as declarações de G. Freyre e para investigar a denúncia referente à pregação racista da ordem dos beneditinos de Pernambuco. O inquérito foi publicado no *Folha da Manhã* sob o título de “Diligências da DOPS”, tendo sido amplamente divulgado no estado. O interventor atendeu ao pedido de G. Monteiro. Após as declarações prestadas Freyre foi liberado do cárcere.

Uma cópia das “Diligências” foi enviada a G. Monteiro. Na réplica ao chefe do Exército, A. Magalhães tratou do caso como “incidente”. Na verdade, percebe-se certa resistência da parte do interventor em anular a ordem de prisão do sociólogo, contra-argumentando que o americanismo (corrente de pensamento à qual Freyre estaria vinculado, segundo a interpretação do interventor) estava servindo naquela conjuntura política como ideologia (“cortina de fumaça”) que dissimulava as ações de subversão do regime pela esquerda. Nesse sentido, de acordo com o entendimento do interventor, “quem for anticlerical, maçom, comunista ou tiver recalques contra o regime está aproveitando a hora”,¹⁶⁶ afirmava na resposta ao chefe do Estado Maior do Exército que o interpelou.

O processo de liberação de G. Freyre do cárcere não resultou apenas da pressão exercida por G. Monteiro ao interventor. Outra pressão emanada do poder central também contribuiu para a liberação do detento. No dia 13 o diplomata a serviço do Ministério da Justiça, Vasco Leitão da Cunha, outro incumbido por Vargas de averiguar o acontecimento no Recife, manteve contato com A. Magalhães durante três dias para negociar a liberação do sociólogo por algum meio alternativo, também solicitando o ato de “tolerância” da parte do interventor que significasse efetivamente a “absolvição” do acusado.

¹⁶⁵ MONTEIRO, Góis. [*Telegrama*] 13 jun. 1942, Rio de Janeiro [para] MAGALHÃES, Agamenon. Recife. 1f. Telegrama solicitando “solução de tolerância” para o caso de Gilberto Freyre. CPDOC/FGV.

¹⁶⁶ MAGALHÃES, Agamenon. [*Carta*] 16 jun 1942, Recife [para] MONTEIRO, Góis. Rio de Janeiro. 1f. Carta respondendo à solicitação de G. Monteiro referente ao “incidente Gilberto Freyre”. CPDOC/FGV.

Comunico [a] V. Excia. que [o] senhor presidente da República me incumbiu de perguntar-lhe se de fato foi detido aí [em] Pernambuco [o] sr. Gilberto Freyre e em caso afirmativo quais [foram] os motivos determinantes [da] detenção. At., Vasco Leitão da Cunha.¹⁶⁷

No dia seguinte o diplomata da pasta da Justiça reforçou o contato com o interventor, atualizando as informações que obteve sobre a origem do artigo de G. Freyre publicado na imprensa do Rio de Janeiro e de Pernambuco respectivamente. A averiguação do diplomata concluiu que o conteúdo veiculado pelo artigo do sociólogo não caluniava a instituição católica contra a qual a denúncia se reportava. Sendo assim, o mediador convocado por Vargas passou as recomendações expressas do presidente para que se efetuasse o tratamento diferenciado do “incidente Gilberto Freyre” no Recife, dando fim às negociações com o interventor federal ao recomendar a coleta do depoimento da parte do detento pela DOPS e, finalmente, exigindo sua liberação no curto prazo.¹⁶⁸

[O] artigo [do] escritor G. Freyre a que se refere V. Excia. é copyright [dos] *Diários Associados*, tendo sido publicado aqui [Rio de Janeiro] [pelo] *O Jornal* [do dia] 10 [do ano] corrente, sem deixar a impressão encerre [as] intenções [que] levaram a detenção [do] autor. Este depoimento me foi dado pelo Dr. Lourival Fontes, diretor do DIP. Lembro, assim, [que] mande V. Excia. ouvir com a possível urgência [o] Sr. Gilberto Freyre para encerrar [o] episódio da forma [que] for justa [e] mais breve possível. Atenciosas saudações, Vasco Leitão da Cunha.¹⁶⁹

A. Magalhães cedeu às pressões do poder central e acatou as ordens de Vargas: G. Freyre foi liberado do cárcere em 13 de junho após prestar declaração ao delegado da DOPS/PE sobre a denúncia que veiculou na imprensa contra as atividades suspeitas dos frades estrangeiros. As declarações do detento ensejaram a investigação policial da suspeita de nazismo pelos frades alemães em Pernambuco, concluindo que a imigração dos estrangeiros ocorreu antes do conflito internacional ter eclodido e que os padres deixaram a vida religiosa, segundo o inquérito policial publicado no *Folha da Manhã*.¹⁷⁰

¹⁶⁷ CUNHA, Vasco Leitão da. [*Telegrama*] 13 jun. 1942, Rio de Janeiro [para] MAGALHÃES, Agamenon. Recife. 1f. Telegrama solicitando esclarecimento sobre a detenção de Gilberto Freyre. CPDOC/FGV.

¹⁶⁸ Não havia consenso acerca do verdadeiro teor do artigo polêmico de G. Freyre. Neste caso as declarações sobre a atitude de denunciar as ocorrências na Igreja variaram de acordo com a posição em que cada indivíduo que se pronunciava contra ou a favor da atitude do sociólogo ocupava na sociedade pernambucana, tanto mais próxima ou distante da representação criada em torno de G. Freyre. O certo é que a Igreja reagiu contra a atitude, considerada como “imprudente”. Um abade de Olinda publicou nota na imprensa repudiando a denúncia “inverídica” de atividades nazistas pela Igreja, em que reiterava a posição oficial da instituição: “A afirmativa do sr. G. Freyre merece veemente repulsa de inúmeros brasileiros de tradicionais famílias de todos os cantos do Brasil, que cultivam o ideal da vida monástica, de vida consagrada à causa da Igreja e aos interesses e ânsias da pátria. O articulista assumiu grande responsabilidade. Está no dever bem grave de denunciar os fatos, para que o governo tome as medidas que se impõem”. MELO, Pedro Bandeira de. Um esclarecimento necessário. *Folha da Manhã*, Recife. 13 jun. 1942, p. 2. SR/FBN.

¹⁶⁹ CUNHA, Vasco Leitão da. [*Telegrama*] 14 jun. 1942, Rio de Janeiro [para] MAGALHÃES, Agamenon. Recife. 1f. Telegrama solicitando o encerramento do caso de Gilberto Freyre. CPDOC/FGV.

¹⁷⁰ Cf. “Diligências da DOPS para esclarecer uma denúncia sobre supostas atividades de religiosos estrangeiros em Pernambuco”. *Folha da Manhã*, Recife. 16 jun. 1942, p. 2. SR/FBN.

O acontecimento com G. Freyre mobilizou a opinião pública que conhecia melhor a intelectualidade brasileira da época. No Recife houve, após a detenção, a tentativa de censurar o artigo publicado na imprensa pernambucana por decorrência da ampla repercussão causada pelo fato. Contudo, a tentativa de censura falhou. O diretor do *Diário de Pernambuco*, Aníbal Fernandes, foi solicitado pelo então secretário jurídico estadual, Etelvino Lins, para que cancelasse a veiculação da polêmica no jornal. O diretor respondeu ao secretário estadual no sentido de que foi impossível censurar a publicação do artigo, pois o mesmo era uma reprodução pelos *Diários Associados* que passou despercebida pela censura oficial da Interventoria de Agamenon Magalhães. Ou seja, admitia-se, assim, que houve falha na triagem censora dos conteúdos jornalísticos de Pernambuco.

Outra autoridade que se manifestou privadamente sobre o acontecimento foi o então ministro da Agricultura, outro pernambucano, Apolônio Sales. O ministro discutiu com Vargas no Rio de Janeiro sobre a repercussão do acontecimento depois de ter ocorrido, com base em informações fornecidas por Manoel Leitão. Segundo seu relato, a atitude de G. Freyre foi considerada “imprudente” por muitas redes intelectuais da Capital Federal. Não há como especificar quais intelectuais cariocas de fato criticaram ou apoiaram o sociólogo naquela situação, mas o que importa saber é que Vargas atendeu ao pedido expresso de G. Freyre de retornar com segurança ao Recife e sem a perseguição da polícia após a experiência com o encarceramento. O ministro então relatou ao secretário estadual: “Disse-me o Dr. Getúlio que, permitindo ao Gilberto voltar, mandara-lhe dizer que se comportasse e vivesse em Pernambuco exclusivamente para seu trabalho”.¹⁷¹

O presidente ouviu com muita atenção e bom humor o que contei. Como o Gilberto pediu garantias para voltar a Pernambuco, o presidente me disse que tinha mandado dizer-lhe que dará recomendações a Pernambuco, dando-lhe ao mesmo tempo o conselho acima referido.¹⁷²

Pode-se concluir com base na documentação apresentada, e no estudo de Edson Nery da Fonseca,¹⁷³ que as críticas levantadas pelo pensamento de Freyre assustavam a classe dominante local. O sociólogo enfrentou o corporativismo do empresariado industrial ao mesmo tempo em que reagia contra a administração do interventor, denunciando as falhas do poder público no combate ao antinacionalismo estrangeiro, até o ponto máximo do atrito que resultou no problema da detenção, o qual foi solucionado mediante o acionamento dos contatos que manteve junto à elite do poder central que lhe protegeu.

¹⁷¹ SALES, Apolônio. [Carta] 30 jun. 1942, Rio de Janeiro [para] LINS, Etelvino. Recife. 1f. Carta relatando a conversa que teve com o presidente da República sobre o caso de Gilberto Freyre. CPDOC/FGV.

¹⁷² *Idem*. [Carta] 30 jun. 1942, Rio de Janeiro [para] MAGALHÃES, Agamenon. Recife. 1f. Carta relatando a conversa que teve com o presidente da República sobre o caso de Gilberto Freyre. CPDOC/FGV.

¹⁷³ FONSECA, Edson Nery da. *Op. cit.*, 2003.

Capítulo 3 – A perspectiva empírica: a participação de Gilberto Freyre no programa de ações das instituições políticas, culturais e técnicas do Estado Novo

O objetivo desse capítulo é descobrir o significado histórico da participação de G. Freyre nas instituições recém-fundadas pelo Estado Novo para a implementação do pacto político celebrado com o regime varguista, situando a atuação técnica do sociólogo na questão específica do “desenvolvimento nacional” nascida, debatida e trabalhada concretamente durante a conjuntura do Estado Novo, e demonstrando como o acesso ao cargo na organização burocrática do regime resultou diretamente na contribuição para o processo de modernização do ponto de vista institucional ou burocrático da “ordem”.

Trata-se de diagnosticar os efeitos da participação de G. Freyre em um conjunto articulado de instituições sobre a modernização. Para tanto, deve-se compreender que a experiência participativa estava inserida no contexto mais amplo referente à constituição da estrutura do mercado central de postos públicos no Brasil moderno, processo realizado pelo regime de Vargas no qual se consolida a tradição de recrutamento de intelectuais pelo Estado para atuarem *além* do campo intelectual propriamente dito, isto é, para servirem, direta ou indiretamente, ao trabalho de dominação na nova ordem em construção. E deve-se, igualmente, compreender que no regime de Vargas a cooptação das novas categorias de intelectuais emergentes continuou dependente da mobilização do capital de relações sociais que dispunham, mas o contexto dominante introduziu a nova exigência técnica – coexistindo e combinando-se com a tradição das prebendas – da mediação dos méritos científicos e culturais dos intelectuais cooptados e recrutados.¹⁷⁴

Segundo Sergio Miceli (desenvolvedor da tese que fundamenta essa análise), o campo intelectual era uma das bases materiais e institucionais de sustentação do Estado Novo. Por isso, estabeleceu-se um pacto político-ideológico entre as diversas categorias de intelectuais interessadas na gestão pública e na administração burocrática federal do país, funcionando como motor do desenvolvimento das instituições políticas, culturais e técnicas das quais os ocupantes dos cargos no serviço público extraíam a valiosa estabilidade. Havia, assim, certo regime de servidão dos intelectuais subvencionados: o grupo seleto dos “homens de confiança” na gestão do interesse público, vale dizer, a elite integrante da *intelligentsia*. Interessa, portanto, identificar o lugar e os efeitos da atuação de G. Freyre nessa estrutura institucional no período compreendido entre 1937 e 1945.

¹⁷⁴ MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Se for verdade que as tarefas desempenhadas eram correspondentes às necessidades do poder, e que os intelectuais participantes eram credores de lealdade apenas em relação ao poder central, então cumpre admitir que a experiência de G. Freyre na função consultiva e deliberativa de determinadas instituições contribuiu significativamente para o avanço do trabalho de dominação social e burocrática do regime varguista. A partir da identificação das atribuições de que foi incumbido (e que aceitou exercer), pode-se verificar que sua participação direta no poder limitava-se a coordenar as funções do Estado na gestão do patrimônio histórico e artístico, na disseminação do conhecimento sobre a “cultura brasileira” para diversas nações e na realização do planejamento territorial.

Se, por um lado, G. Freyre partilhava da mesma situação profissional dos intelectuais integrantes diretos do poder (uma categoria nova de pessoal burocrático civil e militar) sob a condição de “cientista social” que tinha margem relativa de autonomia em relação aos desígnios do poder, por outro lado o expediente institucional no escalão médio da hierarquia burocrática atesta que G. Freyre manteve vínculo formal com o projeto centralista-modernizador, apesar da série de críticas duras dirigidas contra a ditadura.

É sintomático o fato de que durante o regime autoritário o sociólogo não tenha acumulado cargos no setor privado de forma estável e que isto tenha ocorrido apenas no setor público em franco crescimento. G. Freyre, entretanto, não foi um aspirante ao tipo de carreira intelectual totalmente condicionada pela organização burocrática do Estado Novo; não foi, portanto, um membro da “guarda intelectual” do regime. Mais ainda, não ocupou a posição de cúpula decisória de matérias importantes. Mas era efetivamente reconhecido como um “homem de confiança” na gestão pública por parte da elite burocrática do poder central, que lhe procurava continuamente para atribuir funções técnicas.

A experiência da participação política mostra que houve períodos de irregularidade no exercício das funções que lhes cumpria desempenhar, mesmo que os benefícios dessa participação tenham sido em proveito próprio, em torno da legitimação do projeto regionalista-tradicionalista e, evidentemente, do projeto centralista-modernizador do Estado Novo. Enfim, verifica-se pela experiência que o sociólogo atuava mais como membro consultivo e executivo do que como membro deliberativo, o que garantiria mais poder dentro do regime. Por isso, era inelegível para usufruir de todas as sinecuras permitidas pelos laços clientelísticos que engendraram a lógica interna do sistema de divisão do trabalho administrativo. Mas sua participação política garantiu de fato o vínculo formal com o regime com o qual pôde auferir rendimentos vantajosos e que também garantia o privilégio do acesso livre, imediato e influente na cúpula decisória de matérias que pesavam sobre a sociedade, relacionadas basicamente a educação, cultura e planejamento.

3.1. “Recuperando o passado colonial”: a colaboração de Gilberto Freyre para o programa de restauração do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)

Em 20 de novembro de 1937, Getúlio Vargas e Gustavo Capanema promulgaram o decreto-lei nº 25, cujo objetivo era “[...] organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.¹⁷⁵ A “Lei do Tombamento”, como ficou conhecida nos grupos ligados à área de política cultural, na verdade definia criteriosamente o que pertencia e o que não pertencia ao patrimônio pelo valor histórico e artístico considerável, delimitando os tipos de bem material originário do corpo civil, militar e religioso, público ou privado, da sociedade. E o SPHAN, repartição criada por lei anterior, de nº 378 do mesmo ano – que incluía a redistribuição do orçamento e atribuições do Ministério da Educação e Saúde Pública –, tornou-se a instituição encarregada de realizar o trabalho de tombamento, restauração e preservação de bens considerados pertinentes ao espólio da cultura material das regiões brasileiras, interessada em aspectos que garantissem unidade social.

Contando inicialmente com o orçamento estimado em 300:000\$000, de acordo com o estabelecido por sua lei de criação, a instituição começou o desempenho das atividades recém-definidas de maneira imediata, com sede no interior do moderno edifício do MES, órgão ao qual o SPHAN estava subordinado, na cidade do Rio de Janeiro. Assim, pouco antes do começo das atividades da nova instituição cultural, Gustavo Capanema transmitiu a Vargas a justificativa e o reconhecimento da necessidade da valorização de iniciativas que estimulassem o conhecimento do passado em diferentes aspectos, culturais ou políticos, segundo uma concepção de herança que privilegiava a perspectiva de análise do material empírico: “O projeto do decreto-lei, que ora tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência é, assim, o resultado de longo trabalho, em que foram aproveitadas as lições e os alvitre dos estudiosos da matéria”.¹⁷⁶

O intelectual designado para assumir a direção da instituição foi um conhecido amigo mineiro de G. Freyre: Rodrigo Melo Franco de Andrade. O diretor, por sua vez, designou, ainda em 1937, a equipe técnico-administrativa para compor a estrutura organizacional a partir da regionalização das coordenações das atividades, isto é, a partir da divisão do trabalho administrativo em “regiões” de interesse reconhecido. Nesta equipe esteve presente intelectuais de diferentes correntes de pensamento, mas é fato que havia o predomínio da orientação modernista nas frentes de trabalho da equipe. Mário de Andrade inclusive colaborou com Capanema na concepção do projeto criador do SPHAN.

¹⁷⁵ Decreto-lei nº 25, de 20 nov. 1937. In: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

¹⁷⁶ CAPANEMA, Gustavo. Exposição de motivos submetida ao presidente da República. Posterior a 1º de nov. de 1937. In: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

G. Freyre também exerceu influência decisiva neste contexto tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático. O recrutamento para colaborar com a instituição cultural ocorreu ainda em 1937 por indicação expressa de Rodrigo M. F. de Andrade, e seu ingresso no serviço público, a partir deste momento em diante, consistiu em atuar como representante máximo do Serviço na 4ª Região, isto é, no estado de Pernambuco. G. Freyre tornou-se, assim, um funcionário da burocracia federal, trabalhando em regime parcial para prestação de serviços de assessoria técnica em conservação e restauração de bens culturais em Pernambuco e nos estados adjacentes que integravam a região administrativa. Pode-se afirmar, com base nessa experiência, que ele conciliou a carreira de escritor “independente” com a carreira no serviço público federal, porque manteve-se como funcionário do SPHAN de 1937 a 1955, além de ter trabalho no comando de outras instituições vinculadas ao Governo Federal depois da queda do Estado Novo.

Certamente, havia ligação estreita entre os dois tipos de atividade que G. Freyre passou a desempenhar a partir de 1937, quer dizer, a função de assistente técnico do SPHAN foi uma consequência direta da publicação de *Casa-grande & senzala*. O livro, então considerado a obra-prima do sociólogo, conferiu-lhe o reconhecimento da autoridade necessária para externar avaliações em assuntos culturais, além, claro, em problemas de outras áreas da sociedade brasileira. Mas o que interessava efetivamente à cúpula decisória da instituição era sua capacidade intelectual de interpretar os significados da tradição para a “cultura brasileira”, de modo que a classe dirigente pudesse confiar nesta manifestação de capacidade que foi *Casa-grande & senzala*, garantindo-lhe funções na nova estrutura institucional que estava em modernização e expansão. Mas, o vício clientelístico que conduziu o recrutamento de Freyre para o quadro do SPHAN deve ser considerado: o diretor Rodrigo M. F. de Andrade decidiu escalá-lo como representante máximo (“Delegado do Serviço”) em Pernambuco sem a mediação da avaliação formal das habilidades técnicas entre todos os outros possíveis concorrentes ao cargo no estado.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Apenas A. Magalhães se opôs à continuidade de Freyre no cargo, enviando carta a Capanema em que expressava sua inconformidade com a permanência, mas o interventor não conseguiu a demissão imediata e ele ficou no cargo até 1955: “Embora seja pessoa de reconhecida cultura e capacidade, o Sr. Freyre teve aqui papel de relevo na agitação preparatória do movimento comunista de novembro de 1935, estando por isso prontuariado na DOPS. Ainda há pouco, segundo soube, o prof. Freyre preferiu demitir-se da Universidade do Distrito Federal a fazer uma preleção anticomunista, ordenada pelo reitor. Causaria a pior impressão em Pernambuco o fato de, em regime de nítida reação ao comunismo, viesse ocupar lugar daquela responsabilidade, pessoa sobre quem pesa tão graves acusações. Além disso a ação cultural do Patrimônio se exerce num campo muitas vezes sob a jurisdição da autoridade eclesiástica, que opõe as maiores reservas à atividade do Sr. Freyre. Ante o exposto, creio que o prezado amigo concordará na inconveniência de permanecer o prof. Freyre como Delegado do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aqui, por isso me permito insistir pela nomeação do pintor Vicente do Rego Monteiro”. MAGALHÃES, Agamenon. [Carta] 14 jan. 1938, Recife [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. If. Carta expondo motivos para a demissão de G. Freyre do cargo de delegado regional do SPHAN em Pernambuco. CPDOC/FGV.

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc.). Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque definiu e constituiu o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.¹⁷⁸

Em 1937, G. Freyre passou a integrar o corpo da elite intelectual recrutada pelo Estado Novo, e sua colaboração com o SPHAN é uma evidência do fato: o vínculo com essa e com outras instituições fundadas pelo regime conferiu-lhe estabilidade financeira e legitimidade ao projeto regionalista-tradicionalista. O contexto dominante de invenção da “cultura nacional” como “negócio oficial” era favorável à política de colaboração entre as partes, havendo, efetivamente, momentos estáveis de parceria com o regime. Contudo, é preciso considerar também os momentos de crise do pacto político nos quais G. Freyre buscava se afastar ao máximo do mecanismo de cooptação pelo poder do Estado.

Do ponto de vista teórico, é interessante salientar ainda do contexto de criação do SPHAN em 1937 o fato de que o art. 1º da Lei do Tombamento promulgada por Vargas e Gustavo Capanema definiu a categoria de “patrimônio cultural” por ângulo preciso, fechado no conceito arquitetônico de acervo da memória ou da herança. Não obstante, a lei definiu o que era passível de tombamento oficial como “o conjunto de bens móveis ou imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.¹⁷⁹ Essa definição significava na prática que o acervo apto a ser tombado, restaurado e preservado oficialmente pela instituição era os exemplares da cultura material reconhecidos por seu valor histórico “original”. Nesse sentido, o modo com que a categoria “patrimônio cultural” foi definida pela classe dirigente constituiu forte tradição preservacionista que privilegiava sobremaneira a arquitetura civil e barroca do passado colonial como modalidade única de acervo.¹⁸⁰

É nessa dimensão teórica que a influência exercida por G. Freyre pode ser aferida inicialmente, além, como veremos adiante, da contribuição regular do ponto de vista prático ou técnico. Porque o ponto em que se verifica o primeiro indício da influência exercida pelo projeto regionalista na política preservacionista do SPHAN reside na própria fundamentação teórica da concepção de “patrimônio cultural” desenvolvida e admi-

¹⁷⁸ MICELI, Sergio. *Op. cit.*, p. 197-198.

¹⁷⁹ Decreto-lei nº 25, de 20 nov. 1937. In: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

¹⁸⁰ MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: _____. *Op. cit.*

tida pela classe dirigente, aí incluído o pensamento de G. Freyre em paralelo ao pensamento da elite modernista dirigente da instituição recém-fundada pelo Estado Novo.

O fundamento da tradição preservacionista do SPHAN consiste no estatuto do passado, isto é, em como apreendê-lo, e, mais precisamente, na concepção de memória e história que orientou a seleção da modalidade privilegiada de acervo a ser preservado. O fundamento assim concebido permitiu a classificação do acervo arquitetônico, definindo como exemplares do “patrimônio cultural” da nação os móveis (mobiliário doméstico e militar), os imóveis (casas-grandes, igrejas, conventos e etc.) e os monumentos urbanos (santos católicos e heróis). Com efeito, esta é a constituição da tradição preservacionista cujo fundamento privilegiava o patrimônio formado principalmente até o século 18.

A cultura, nesse contexto, era amplamente entendida como o processo de acumulação de valores materiais, morais e estéticos que sistematizam os significados da vida para a sociedade. E a história havia deixado de ser entendida como a coleção de fatos das instituições formais para se tornar a dimensão real do tempo decifrado pela perspectiva da continuidade do processo. A história fora finalmente compreendida pela *intelligentsia* brasileira como processo de experiência social que conduz o trânsito do passado ao presente como construção empírica (cultural, social, política, econômica etc.).

Sendo assim, a função desempenhada pelo projeto regionalista nessa mudança completa de perspectiva foi significativa, especialmente o efeito prático de *Casa-grande & senzala* na compreensão das elites sobre o sentido de continuidade da história do Brasil. Porque duas foram as vias de introdução das teses de *Casa-grande & senzala* nas diretrizes preservacionistas do SPHAN: a convergência de interpretações com Lúcio Costa – arquiteto modernista responsável pela definição de diretrizes – sobre a relação entre história, arquitetura e arte e o contato direto com o diretor Rodrigo M. F. de Andrade.

Nos anos 30, Lúcio Costa defendia a tese da possível reaproximação entre a estética colonial e a estética moderna na arquitetura contemporânea. O arquiteto encontrou em *Casa-grande & senzala* uma explicação compreensiva para o fenômeno que revela a miscigenação como processo de interpenetração com a arquitetura portuguesa, sofrendo “amolecimentos” e “harmonizações” nas formas estilísticas. Segundo seu entendimento, a casa tradicional – isto é, a casa-grande de fazenda, chácara ou estância – “traz a pureza das formas [no ambiente interno e externo] que encanta o arquiteto moderno”.¹⁸¹

O movimento neocolonial na arquitetura que era contemporânea ao Estado Novo, do qual Lúcio Costa fazia parte como intelectual teórico e urbanista, interessava-se

¹⁸¹ Cf. RUBINO, Silvana. Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP, 2003, p. 273.

pela recuperação dos valores estéticos do passado colonial do Brasil. Havia, assim, certa afinidade e convergência na interpretação do sentido histórico da arte e arquitetura brasileira entre L. Costa e G. Freyre, cultivada mediante um conjunto mútuo de objetivos e referências teóricas, a saber, a revalorização da unidade patriarcal do Brasil e dos valores estético-culturais resultante da experiência colonial. Com efeito, essa postura fundamentada na sociedade patriarcal implicou a total obliteração do patrimônio arquitetônico do século 19 pela diretriz preservacionista do SPHAN durante o Estado Novo, segundo o entendimento de que o patrimônio da Colônia “revela a casa como um atestado máximo da existência de um povo e como exemplo da qualidade da edificação colonial”.¹⁸²

G. Freyre tinha grande prestígio junto ao grupo dominante do SPHAN, que era efetivamente os arquitetos, e o projeto regionalista ocupava o lugar de referência teórica para as posturas desse grupo relativamente à prática da diretriz preservacionista seguida pela instituição. Nesse sentido, a parceria firmada entre L. Costa e G. Freyre contribuiu para a formação da poderosa postura preservacionista que privilegia o patrimônio cultural herdado da Colônia. Essa postura política oficialmente seguida pelo SPHAN decorre, em grande parte, de uma interpretação feita por L. Costa sobre *Casa-grande & senzala*, para quem os tombamentos oficiais deveriam valorizar (e valorizaram), na dimensão do passado, a arte barroca e a arquitetura das casas-grandes rurais de todo o país, e para quem os novos planos de edificação urbana deveriam seguir, na dimensão do presente e futuro, as soluções funcionais propostas pela corrente do modernismo na arquitetura.¹⁸³

Em 1937, o arquiteto publicou um artigo na 1ª edição da *Revista do SPHAN* no qual argumentava que a miscigenação influenciou o estilo da arquitetura portuguesa trazida para a Colônia. Em “Documentação necessária”, Lúcio Costa defendia que o estilo da casa-grande rural conservou-se português, mas cujas formas sofreram influências dos traços africanos que o enriqueceu de características arquitetônicas interessantes, tais como a “pureza” e a “simplicidade de ornamentos”, tudo inserido no processo de harmonização com o ambiente externo que cerca a casa-grande – tornada, durante o regime do Estado Novo, no bem cultural, a um só tempo material (os edifícios) e simbólico (os valores), por excelência do trabalho de tombamento, restauro e conservação do SPHAN.

O interesse geral que viabilizava esse tipo de ação governamental era a ideia de “perfil da colonização luso-africana do Brasil”, isto é, a ideia de realidade do amálgama cultural de que a nação moderna permanece sob o influxo, mas devendo ser reconhecida e revitalizada. Trata-se do novo paradigma para o sentimento de brasilidade, radicado na

¹⁸² *Idem*, p. 269.

¹⁸³ *Ibidem*.

memória da “boa tradição” e da “harmonia do processo social”, de cuja interpretação resultou grande parte do conceito recém-admitido de patrimônio cultural que, por sua vez, fundamentou a definição do fluxo de investimentos na preservação de bens coloniais.

Há uma polêmica em torno da atuação do SPHAN que precisa ser discutida por sua pertinência em relação ao projeto regionalista. Alguns especialistas criticaram a instituição por decorrência do real desinteresse na preservação dos diversos segmentos ou exemplares da cultura popular que também é representativa do patrimônio nacional material ou imaterial. Assim, segundo S. Miceli, se for verdade que o SPHAN constituiu a experiência mais bem sucedida na área de política cultural do governo brasileiro, o corpo doutrinário de técnicas, procedimentos e o próprio conceito de “patrimônio cultural” – que, durante o Estado Novo, fundamentou a postura valorizadora do barroco – constituiu a marca oficialista, elitista e monumentalista pela qual a diretriz preservacionista se enveredou, mas sem se reduzir à prática do ufanismo verde e amarelo, e sem igualmente se dispor a definir linhas de estudo e preservação efetiva dos bens da cultura popular.¹⁸⁴

A atuação do SPHAN nesse sentido acontecia apenas ao nível teórico e, assim, pouco prático. O patrimônio da cultura popular não era, de fato, tombado e restaurado, e apenas estudos científicos e literários eram subvencionados com a finalidade de conhecer tal legado, como é o caso revelador de *Mucambos do Nordeste*, opúsculo que foi publicado por Freyre em 1937 através do serviço gráfico do Ministério da Educação e Saúde Pública. Sendo assim, parte importante do projeto regionalista não foi realizada plenamente nesse momento, porque na diretriz preservacionista do SPHAN não foram incluídos os bens da cultura popular estudados em *Casa-grande & senzala*, *Mucambos do Nordeste* e *Região e tradição*, de modo que as descobertas trazidas aos leitores sobre o fenômeno da pluralidade cultural característica do “povo brasileiro” não foram integradas à ordem de prioridades do trabalho de restauro pelo SPHAN, que estava inclinado a tomar exemplares classificados apenas do universo do patrimônio material, e não imaterial, da elite dirigente do país. Portanto, o tipo de argumento etnográfico inovador para a época não ensejou a inclusão do acervo popular nos tombamentos oficiais do SPHAN.

¹⁸⁴ Segue a síntese da crítica do autor: “Por força do tipo de formação intelectual característica da geração de modernistas recém-incorporados à máquina governamental na década de 30, o SPHAN acabou assumindo a feição de agência de política cultural empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados possuidores de valor estético significativo para uma história das formas e dos estilos da classe dirigente brasileira. Essa geração de jovens intelectuais mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a “memória nacional”. E, nesse passo, o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra requintada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado”. MICELI, Sergio. *Op. cit.*, p. 360, 362-363, passim.

A mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira. Por seu intermédio enriqueceu-se a vida no Brasil [...] de uma série de alimentos ainda hoje em uso, de drogas e remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical – inclusive o banho frequente ou pelo menos diário, que tanto deve ter escandalizado o europeu porcalhão do século XVI. Ela nos deu ainda a rede em que se embalaria o sono ou a volúpia do brasileiro; o óleo de coco para o cabelo das mulheres; um grupo de animais domésticos amansados pelas suas mãos. Da cunha é que nos veio o melhor da cultura indígena. O asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau. O brasileiro de hoje, amante do banho e sempre de pente e espelhinho no bolso, com o cabelo brilhante de loção ou de óleo de coco, reflete a influência de tão remotas avós.¹⁸⁵

Entretanto, o grupo do SPHAN efetivamente atendeu ao interesse de preservar exemplares do patrimônio produzido no passado pela classe dominante agroexportadora de todas as regiões brasileiras, como os móveis das casas de chácara no Norte, de fazenda no Leste e de estância no Sul. Essa postura política garantiu a G. Freyre posição interessante dentro da estrutura organizacional da instituição criada pela política cultural de Vargas e Capanema em 1937: o cargo de delegado/assistente técnico no Nordeste.

Do ponto de vista prático, G. Freyre manteve vínculo formal com o quadro do SPHAN durante todo o regime autoritário. Seu trabalho foi organizado em duas frentes dentro da repartição: supervisionar o conjunto de atividades em andamento na 4ª Região do Serviço, inclusive coordenar a equipe de técnicos envolvida no restauro e na conservação de todos os bens tombados no Nordeste, e contribuir para a construção intelectual do tipo de patrimônio cultural que interessava à elite do Estado Novo, publicando periodicamente estudos culturais e arquitetônicos na *Revista do SPHAN* de sua autoria e indicando fontes e material de pesquisa para que fossem publicados no mesmo periódico.

Com o cargo de delegado do Nordeste, G. Freyre passou a receber vencimentos mensais de 1:489\$800 líquido, já descontado as deduções na fonte pagadora. A faixa salarial a que passou a pertencer com o cargo enquadrava-se no escalão médio do padrão de vencimentos internos do serviço público federal. Se a unidade monetária corrente em 1937 (réis) for convertida para a unidade monetária que passou a vigorar em 1942 (cruzeiro, de acordo com o decreto-lei nº 4.791, de 05 de outubro de 1942), pode-se constatar que G. Freyre recebia mensalmente Cr\$1.500 pelos serviços prestados ao SPHAN.¹⁸⁶

¹⁸⁵ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 92 (CGS).

¹⁸⁶ Cf. “Padrões Monetários Brasileiros”. In: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

Tem-se também o registro do recebimento de gratificações e subsídios pecuniários com bastante irregularidade pela fonte do Ministério da Educação e Saúde Pública, como forma de pagamento dos serviços prestados em consultoria técnica na área de cultura e na representação diplomática do Brasil em eventos internacionais, além do aporte direto nos custos de editoração e publicação de *Mucambos do Nordeste*, em 1937. Vale salientar que todos os recursos destinados ao pagamento de G. Freyre eram provenientes do orçamento único da União e que os subsídios pecuniários, ainda que fossem efetivamente pagos com atraso por diversos motivos, inclusive o trâmite da auditoria constante pelo Tribunal de Contas da União sobre os rendimentos do sociólogo, eram concedidos ora diretamente a ele ora por intermédio de terceiros que labutavam a seu favor, mas durante todo o regime do Estado Novo. Isso significa que houve momentos notáveis de aproximação e dependência em relação aos interesses que tinha em comum com o poder.

A definição do cargo que passou a ocupar permanentemente no SPHAN aconteceu ainda em 1937. O primeiro ato do diretor Rodrigo M. F. de Andrade na questão da escolha do encarregado de assumir a direção do Serviço no Nordeste foi nomear G. Freyre a “delegado e assistente técnico”, com amplos poderes de supervisor geral das atividades nos estados nordestinos e de coordenador da equipe técnica que trabalhava diretamente na seleção, tombamento e restauração dos bens pertencentes à cultura material.

No início do trabalho com o patrimônio do Nordeste havia algumas dúvidas sobre a definição das funções atribuídas ao pessoal que, progressivamente, passava a compor o quadro técnico-administrativo da “4ª Região”. Em 1937 ainda não se sabia exatamente quem eram os principais responsáveis pela gestão da política cultural relacionada à área do patrimônio. Mas, após a nomeação expressa por Rodrigo M. F. de Andrade, G. Freyre ficou autorizado a recrutar sua equipe de auxiliares para atuarem como colaboradores das atividades do SPHAN na Região. Assim, G Freyre escolheu Aníbal Fernandes e Ulysses Freyre, seu irmão, para imediatamente integrarem a equipe que lhe auxiliava.

Ao que tudo indica, a definição das funções internas do SPHAN no Nordeste era realizada pelo critério dos “cargos de confiança” concedidos preferencialmente à elite intelectual com “notório e reconhecido saber”. Por exemplo, Rodrigo M. F. de Andrade confiou a G. Freyre o cargo máximo, que, por sua vez, confiou, em 1938, o cargo de auxiliar aos subordinados. A posse dos diferentes tipos de cargos tanto dependia da confiança e do capital de relações sociais de que dispunham os intelectuais admitidos que, no início do funcionamento da nova instituição cultural no Nordeste, o diretor geral precisou esclarecer ao confiado do cargo a característica da hierarquia ocupacional que regia o SPHAN, para que não houvesse possíveis confusões feitas pelos funcionários a respei-

to das funções que poderiam assumir no interior da instituição. Referindo-se à avaliação do trabalho de Aníbal Fernandes com o restauro do acervo, o diretor aproveitou o ensejo para esclarecer a G. Freyre o tipo de hierarquia que deveria presidir as competências na instituição, enfatizando que o sociólogo era o superior imediato responsável pela supervisão/coordenação do trabalho dos demais funcionários: “O trabalho dele é o mais eficiente de todos os auxiliares desta repartição. Só notei deficiência na parte relativa à arquitetura civil. Mas você é quem tem que orientar a atividade dele e dos demais colaboradores. Fico à espera de notícias sobre o que você planejar para Alagoas e Paraíba”.¹⁸⁷

Em 1938, quando a intervenção do SPHAN efetivamente se iniciou no Nordeste, com a obra de restauro e proteção da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, em Jaboatão dos Guararapes/PE, Rodrigo M. F. de Andrade ainda precisou dar as coordenadas básicas a G. Freyre acerca da estruturação da instituição na Região, reafirmando que todas as atividades eram de inteira responsabilidade do sociólogo.

O assistente técnico do Serviço em Pernambuco é você. Você é quem é o responsável por todas as atividades dele aí. Por conseguinte, você mesmo é quem escolhe os auxiliares da repartição tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, em Alagoas e no Rio Grande do Norte. Acho que o Ulysses deve ser excelente auxiliar. Mas auxiliar. Quem orienta, dirige o trabalho e responde por ele é você, pois a seus conhecimentos, à sua competência especializada, à sua familiaridade com o que deseja realizar é que recorri. Estou certo de que o nosso “Bigodão” [Ulysses Freyre] prestará ótimos serviços, com a inteligência e a atividade que possui. Fica entendido, porém, que você reassumiu o exercício das funções que lhe competem.¹⁸⁸

A Região administrativa do Nordeste supervisionada por G. Freyre abrangia os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Pode-se perceber que o SPHAN foi estruturado organizacionalmente e começou a funcionar com regularidade na Região somente em 1938, tendo sido o exercício do ano anterior dedicado ao recrutamento do pessoal para assumir os cargos de direção, de auxiliar e de técnico especializado em arquitetura e engenharia. Mas, em 1938, foi criada por Rodrigo uma Diretoria de Arquitetura, que estava subordinada à supervisão geral de G. Freyre na representação do Nordeste, havendo, também, o Conselho Consultivo único, com sede no Rio de Janeiro, incumbido de tomar decisões com validade para todas as representações do SPHAN. As obras com o patrimônio material nordestino começaram, portanto, apenas em 1938.

¹⁸⁷ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. [Carta] 03 jul. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Carta informando sobre providências e passando instruções do SPHAN ao assistente. CEDOC/FGF.

¹⁸⁸ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. [Carta] 18 jan. 1938, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Carta informando sobre providências e passando instruções do SPHAN ao assistente. CEDOC/FGF.

Não há um inventário contendo o conjunto de bens tombados e preservados pelo SPHAN no Nordeste entre 1938 e 1945. Mas pode-se afirmar, pelo estudo dos documentos encontrados, que a política preservacionista seguida por Freyre estava de acordo com a diretriz geral definida pelo centro administrativo da instituição no Rio de Janeiro: a “proteção” do patrimônio material regional produzido até o século 18. No Nordeste G. Freyre privilegiou o tombamento oficial de bens pertencentes à arquitetura barroca religiosa, às casas-grandes rurais, ao mobiliário civil e aos edifícios militares. Com efeito, o SPHAN realizou na região, durante o período, as obras de restauração de bens materiais da elite dirigente do passado, tais como a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, a Igreja da Sé de Olinda, o Palácio Episcopal, o Seminário de Olinda, o sítio de Santana (propriedade rural perto do Recife), o Teatro de Santa Isabel, o Convento de S. Francisco etc.

A primeira obra viabilizada pelo tombamento por G. Freyre ocorreu no interior de Pernambuco. A igreja situada em Jaboatão dos Guararapes foi restaurada em 1938 a partir de um conjunto de técnicas e procedimentos que atendiam a norma de evitar “desfigurações” durante o trabalho com as partes do edifício tombado. Foi executado o plano de restauro das peças de arte, imagens religiosas, paredes internas, fachada externa e outras partes que formam o corpo arquitetônico do edifício que foi construído em 1649, atendendo à norma técnica de conservar “toda” originalidade histórica, ou seja, sem que a obra incorresse em lances de “desfiguração” nas formas e estilos herdados do passado.

Os recursos financeiros necessários ao processo de restauração do bem material provinham de repasses periódicos do MES ao SPHAN (a fonte era de recursos federais, portanto), que também contava com a dotação orçamentária destinada ao exercício anual da repartição. Como G. Freyre tornou-se o delegado da 4ª Região do Serviço, foi encarregado por Rodrigo M. F. de Andrade de administrar o fluxo de recursos que a repartição recebia da União e repassava à Região, devendo administrar todo o fluxo de entradas, despesas e aplicações da repartição no Nordeste. Assim, o controle ficou sob a responsabilidade de G. Freyre, e isso tem relação com a atribuição de que também ficou investido de recrutar novos funcionários para a equipe técnica da Região que dirigia.

Ainda em 1938 G. Freyre convidou Ayrton de Carvalho para atuar como assessor da seção de engenharia do SPHAN. O convite foi aceito, o engenheiro foi contratado e passou a responder pela parte físico-estrutural das obras com o acervo nordestino, assessorando tombamentos e reparos técnicos dos bens materiais. Com isso, além de Aníbal Fernandes e Ulysses Freyre, G. Freyre contou com o auxílio especializado de arquitetos e engenheiros, e a estrutura organizacional assim definida na Região contou com o acordo de Rodrigo Andrade: “Fiquei satisfeito com a boa notícia de que você pensa ter

achado o engenheiro capaz de dar descrições técnicas satisfatórias dos edifícios e casas-grandes da região. Seria ótimo que, além disso, ele tivesse aptidões para se incumbir da execução das obras de conservação e restauração que tivermos de realizar aí”.¹⁸⁹

Fig. 1 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Pernambuco (1937)



Fonte: “A Igreja dos Montes Guararapes”, *Revista do SPHAN*, nº 1, 1937, p. 112.

Essa primeira experiência com a obra do SPHAN de tombo e restauro da igreja pernambucana ocorreu em um processo típico-ideal, sem constrangimentos ou interrupções consideráveis na obra, e que serve de base apenas em parte para a compreensão das outras experiências preservacionistas da instituição no acervo do Nordeste. Porque após o processo de revitalização desse bem, as outras experiências de preservação, entre 1938 e 1945, sofreram diversos tipos de constrangimento que influenciavam no processo, como escassez de recursos, demora na contratação de pessoal especializado, atraso no pagamento de funcionários, impugnação das intervenções pelas lideranças católicas, complicações de ordem técnica na realização de reparos nas estruturas físicas dos edifícios e etc. Portanto, é importante verificar algumas especificidades que as obras implicaram.

¹⁸⁹ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. [Carta] 23 abr. 1938, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Carta de resposta à correspondência enviada a Rodrigo Andrade pelo assistente. CEDOC/FGF.

O caso do Seminário de Olinda é revelador: em 1938 o tombamento do edifício ocorreu de modo compulsório e contra a vontade do Arcebispo D. Miguel de Lima Valverde, porque o Conselho Consultivo do SPHAN, tendo avaliado o plano de obras para a revitalização interna e externa do edifício, desenvolvido pela equipe da 4ª Região, indeferiu a impugnação do Arcebispo e deliberou pelo início do projeto com a intervenção compulsória num conjunto maior de bens religiosos pertencentes ao patrimônio pernambucano e de outros estados nordestinos, como, por exemplo, o Convento de S. Francisco na Paraíba e a Igreja Nossa Senhora da Vitória em Oeiras/PI. Desse modo, os bens referidos e os outros exemplares do acervo barroco do Nordeste passaram pelo tombamento compulsório pelo Estado, tendo sido revitalizados e conservados efetivamente, mas não sem constrangimentos que retardavam o processo de obras nos exemplares materiais.

Um aspecto que indica constrangimento no trabalho do SPHAN é o estado precário em que estavam as peças de algumas edificações, principalmente igrejas e conventos. No caso da Sé de Olinda, por exemplo, Rodrigo M. F. de Andrade enviou carta a G. Freyre informando-lhe que foi obrigado a suspender a notificação do tombamento compulsório e aguardar a decisão do Arcebispo sobre a situação antes que a obra de revitalização fosse efetivamente executada. “À vista da opinião emitida pelo Dr. Barreto sobre o estado atual da Sé de Olinda, achei melhor sustar a notificação de seu tombamento. Uma vez que a igreja está desfigurada irreparavelmente, o melhor será deixarmos o Arcebispo fazer ali o que quiser, inclusive substituí-la por outra. Você não acha?”¹⁹⁰

Outro tipo de constrangimento que o SPHAN enfrentava durante o regime varguista era relativo à escassez de recursos decorrente da dotação orçamentária insuficiente para a magnitude dos acervos espalhados pelo Brasil. No Nordeste a situação não era diferente e o repasse de verbas federais era feito com irregularidade a G. Freyre por Rodrigo M. F. de Andrade. Com frequência o diretor geral da instituição comunicava o fato ao assistente da 4ª Região: faltavam recursos suficientes para a aplicação nas obras de modo que pudessem ser concluídas cumprindo o cronograma dos projetos e com perfeição. Ademais, frequentemente o diretor o avisava sobre a limitação de recursos: “Receio apenas que o orçamento exceda às nossas disponibilidades atuais de dinheiro, porque tenho sido forçado a gastar quantias muito mais avultadas do que calculava com obras de reparação e conservação de monumentos, um pouco por toda parte [do Brasil]”¹⁹¹

A parte em que a primeira experiência típica de preservação do acervo nordestino pode ser generalizada a todos os outros casos, servindo de base para a compreensão

¹⁹⁰ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. [Carta] 5 jul. 1938, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 2f. Carta informando sobre providências e passando instruções do SPHAN ao assistente. CEDOC/FGF.

¹⁹¹ *Idem.* CEDOC/FGF.

do aspecto geral que permeia todas as obras do SPHAN no Nordeste e em todo o Brasil durante o Estado Novo, é relativa às complicações decorrentes da norma técnica de não “desfigurar” qualquer material ou aspecto do bem sob guarda oficial da instituição. Tais complicações aconteciam porque a orientação expressa transmitida à equipe técnica designada por G. Freyre ou por Rodrigo M. F. de Andrade para atuar na linha de frente do trabalho de restauro de todo tipo de bem material era que se buscasse o máximo de conservação possível de traços, cores, linhas, detalhes, medidas, matizes, numa palavra, do estilo do legado sob guarda. Ou seja, as complicações com o trabalho assim normatizado aconteciam porque se tratava de uma orientação geral e válida para todo tipo de bem. Ocorre que na prática a norma desconsiderava as diversas especificidades de cada acervo trabalhado e atrapalhavam a técnica de restauração que a atendessem unilateralmente.

O estudo da experiência preservacionista durante o Estado Novo revela, pois, a concepção museológica de patrimônio material de Rodrigo M. F. de Andrade: o acervo regional de bens materiais deveria ser avaliado, selecionado, restaurado e conservado de acordo com a referida norma para integrar, após todo o processo, a montagem de “exposições permanentes” situadas em espaços abertos ao público visitante. Assim, o objetivo com esse tipo de concepção e de iniciativa, como se sabe, era materializar, por meio das exposições permanentes organizadas em museus de todo o país e nas instalações do próprio edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, os “documentos” de identidade da nação, quais sejam, os bens restaurados e conservados das culturas regionais.

É notável a intensidade que foi dedicada aos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul pelo SPHAN nas obras de conservação do patrimônio nacional. Essa conclusão pode ser corroborada pela verificação da série de edições da *Revista do SPHAN*, porque o periódico era o instrumento adequado para a fundamentação teórica das diretrizes seguidas pela instituição, e é possível perceber que nas diretrizes estava configurada e prevista a valorização dos estados, aduzindo a prioridade em função das “reliquias do patrimônio”. A rigor, o SPHAN garantia a presença da política cultural fundamentalmente nas regiões em que o processo de colonização/civilização ocorreu intensamente do ponto de vista cultural até o século 18.

E é na característica dessa ação cultural que se pode aferir a influência do projeto regionalista no desenvolvimento institucional do SPHAN nos anos 30 e 40: a política oficial de conhecimento e revitalização da tradição agropatriarcal brasileira do passado. Nesse sentido, pode-se perceber que a postura assumida pelo SPHAN que privilegiava a recuperação do passado colonial do Brasil foi pensada, na parte referente às obras com a arquitetura residencial e o mobiliário civil, com base em *Casa-grande & senzala*.

Fig. 2 – Perspectiva de uma cama construída em madeira jacarandá no século 17 e restaurada pelo SPHAN em 1937

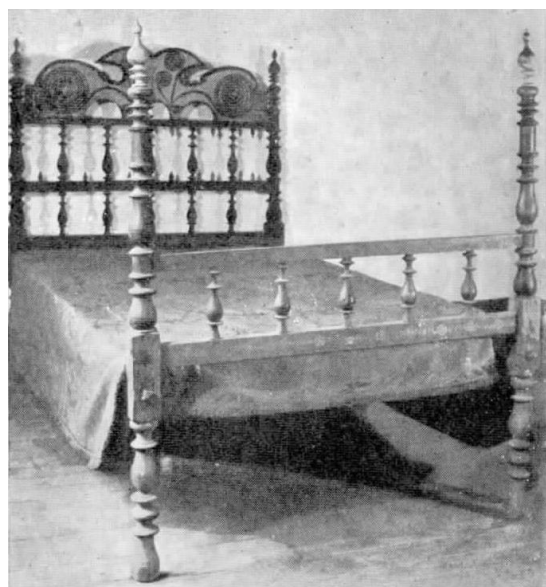


Fig. 3 – Aspecto de uma poltrona construída em madeira jacarandá no século 18 e restaurada pelo SPHAN em 1937



Fonte da fig. 2 e da fig. 3: “Mobiliário nacional”, *Revista do SPHAN*, nº 1, 1937, p. 52; p. 60.

G. Freyre foi um dos funcionários encarregados de construir intelectualmente o sentido do repertório/acervo tornado objeto dos tombos e restauros pelo SPHAN. E, se a proteção do patrimônio cultural era missão da instituição criada pelo Estado Novo, pode-se deduzir que sociólogo teve participação decisiva no desenvolvimento institucional e que o projeto regionalista serviu de referência para as diretrizes que duram até hoje.

A construção intelectual do repertório de bens culturais ocorria basicamente na publicação da *Revista do SPHAN*, além da troca de correspondências que davam as coordenadas básicas da política preservacionista entre Rodrigo M. F. de Andrade e G. Freyre.¹⁹² Desde 1937, o acervo estudado e classificado no periódico oficial incluía a arquitetura religiosa (imagens, pinturas, espelhos, obras de arte, edifícios), a arquitetura residencial e militar (casas-grandes, fortes, sítios, fazendas etc.), os mobiliários e as expressões materiais das tradições populares e híbridas (pesca, caça, alimentação, adornos, recreação, música, ritos religiosos, folclore etc.). Mas, com relação à proteção permanente dos diversos exemplares, com tombos e restauros efetivos, o SPHAN não se interessou por incluir a cultura popular na política de preservação do patrimônio material do Brasil,

¹⁹² No arquivo em que encontrei a série de cartas trocadas entre ambos, a Fundação Gilberto Freyre, havia uma lacuna de mais de quatro anos na sequência das fontes. A última carta data de 1939 e a seguinte data de 1943. Mas isso não impediu a reconstrução da experiência de participação do sociólogo no SPHAN apenas porque as edições da *Revista* serviram de fonte alternativa, e fecunda, para a continuação do estudo.

apenas por documentar tais “expressões de brasilidade” para estudo e classificação etnológica, enviando a equipe técnica às regiões do país para desempenhar a missão cultural.

Por solicitação do Prof. Mário de Andrade, Diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, tenho o prazer de apresentar-vos o portador desta [carta], que é o Dr. Luiz Sáia. Enviado ao Norte do país na qualidade de chefe da missão de pesquisas folclóricas do referido departamento, ele tratará de gravação e filmagem de músicas, danças, costumes etc. Ficarei vivamente reconhecido pelo auxílio que prestardes ao Dr. Luiz Sáia em tudo o que esteja ao vosso alcance para facilitar-lhe o desempenho de sua missão.¹⁹³

Ora, o acervo por excelência da proteção permanente era as variações regionais dos tipos de propriedade rural herdados do passado colonial. Essa política decorria, portanto, do fundamento teórico construído pelo projeto regionalista e ratificado pelos intelectuais e arquitetos modernistas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que geriram a política cultural de acordo com a diretriz aceita e publicavam artigos na *Revista do SPHAN* no qual dialogavam, implícita ou explicitamente, com a tese do patriarcado rural de *Casa-grande & senzala* e de outros estudos de G. Freyre, aprofundando-a.

O exemplo relevante a ser citado é o artigo de Lúcio Costa publicado no periódico em 1939, *Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro*, no qual corroborava a validade da sociedade patriarcal nas áreas rurais de todo país, afirmando que o aspecto que permite concluir a tese reside no estilo da arquitetura da casa e de seu mobiliário, ou seja, basicamente a arte portuguesa e mourisca do azulejo de parede. O ponto de vista de Lúcio Costa sobre o valor do aspecto arquitetônico da casa-grande para o patrimônio nacional era consenso em meio ao grupo dominante do SPHAN. Os outros intelectuais e arquitetos ligados à instituição, em maioria, também endossavam o ponto de vista. Em 1938, Rodrigo Andrade comunicou a Freyre o interesse real da instituição em iniciar o trabalho de documentação e tombo de exemplares de casa-grande no Nordeste.

Aliás, mesmo independente disso [a definição do orçamento para o exercício de 1939], pretendo remeter a você ou ao Ulysses, por estes próximos dias, mais 1:000\$000 destinados a coligir fotografias sobre mobiliário de maior interesse existente em Pernambuco e nos estados vizinhos (nestes, caso seja possível). Você saberá melhor que ninguém onde poderá ser encontrado esse mobiliário, quer em poder de proprietários ou colecionadores particulares, quer em estabelecimentos religiosos ou públicos. Aliás, o que desejo obter desta vez é apenas documentação de mobiliário civil.¹⁹⁴

¹⁹³ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. [Carta] 26 jan. 1938, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Carta solicitando o auxílio de G. Freyre na missão de estudos folclóricos no Nordeste. CEDOC/FGF.

¹⁹⁴ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. [Carta] 19 nov 1938, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 2f. Carta informando sobre providências e passando instruções do SPHAN ao assistente. CEDOC/FGF. A Fazenda Abelheiras em Campo Maior/PI é um exemplo de tombo e restauro no Nordeste pelo SPHAN.

Fig. 4 – Frente da Fazenda da Estrela no estado do Rio de Janeiro (1943)



Fonte: “Um tipo de casa rural do DF e do estado do RJ”, *Revista do SPHAN*, nº 7, 1943, p. 230.

Fig. 5 – Ângulo do Engenho d’Água em Jacarepaguá, Distrito Federal (1943)



Fonte: “Um tipo de casa rural do DF e do estado do RJ”, *Revista do SPHAN*, nº 7, 1943, p. 230.

O interesse do SPHAN em ratificar a construção intelectual do patrimônio cultural pelo projeto regionalista era conhecer melhor a unidade social do patriarcado rural, envidando esforços (e investindo grande montante dos recursos pertencentes a seu orçamento anual) no trabalho coletivo, envolvendo intelectuais, estudiosos teóricos, arquitetos, engenheiros e técnico-administrativos, cujo objetivo era, além de estudar detalhadamente o passado colonial radicado nos objetos da memória social do ruralismo, consolidar, durante o regime de Vargas, a representação da “memória nacional”: o patriarcado.

Nesse contexto, o desenvolvimento institucional do SPHAN era tributário também da construção intelectual produzida, teórica e cientificamente, por G. Freyre. Além do cargo de diretor regional, o sociólogo participou da *Revista do SPHAN* com a publicação de dois artigos em momentos distintos: 1937 (ano de criação) e 1943 (ano de consolidação). Mais ainda, publicou um livro pela repartição em que trabalhava, ao qual foi concedido pela elite intelectual especializada – mas não por todos, devendo-se excetuar João Duarte Filho e outros – lugar privilegiado no processo de construção intelectual da missão da instituição cultural, para *Mucambos do Nordeste*, pela razão da riqueza de argumentos, estilo e arte do texto que interpretou a importância da tradição da casa popular de palhoça para a “cultura brasileira” moderna. E, finalmente, G. Freyre publicou um artigo na imprensa carioca em que, estando na função de diretor regional da instituição, pretendeu fornecer critérios para o reconhecimento de bens da cultura material no país.

Não é valor característico da natureza de um país ou da cultura de um povo apenas o que se impõe pela grandiosidade. No caso do Brasil, a cachoeira de Paulo Afonso ou o conjunto magnífico de Congonhas de Campos Iguaçu ou o Convento de São Francisco da Bahia. Há expressões menos grandiosas e mais tranquilas do que se pode considerar o “espírito” da natureza ou da cultura de uma nação ou, simplesmente, de uma região, e que, entretanto, se apresentam aos olhos dos observadores menos superficiais com uma riqueza enorme de significados. Aquele sítio das proximidades do Recife que o jovem Ayrton de Carvalho me informa estar ameaçado de ser transformado numa “vila operária”, e o parque da fazenda dos arredores de Vassouras, [...] estão decerto nessa situação: são valores dignos de resguardo oficial [...] É um sítio – o de Santana, no Recife – que poderia se tornar um parque ecológico – isto, sim – que completasse o de Dois Irmãos. Mas um parque agreste em que fossem conservadas as mangueiras e jaqueiras, as cajazeiras e os pés de tamarindo, as árvores velhas, boas, matriarcais, que o urbanismo mal orientado está com tão grande vontade de reduzir a lenha.¹⁹⁵

A participação regular no SPHAN durante o Estado Novo permitiu a G. Freyre orientar parte da ampla modernização institucional que era realizada pelo grupo correligionário de Vargas. Trata-se da interpretação do valor histórico de determinados aspectos da tradição agropatriarcal que interessavam ao regime: as raízes ibéricas. Com o vínculo com a instituição cultural, tornou-se possível atribuir sentido reconhecível de continuidade ao tempo histórico da nação, e isso indicava claramente a importância de conhecer a significação da unidade patriarcal pertinente ao projeto político que buscava a modernidade, o qual também se interessava por consolidar a criação do modelo de cultura histórica estimulador da identidade nacional e igualmente estimulador da coesão da sociedade contemporânea. Por isso, os textos publicados na *Revista do SPHAN* adquiri-

¹⁹⁵ FREYRE, Gilberto. Sítios característicos. *Correio da Manhã*, RJ. 25 nov. 1939, p. 4. SR/FBN.

ram importância por serem úteis à fundamentação do patrimônio e do invento da identidade nacional. Com a introdução ao estudo de Vauthier – um engenheiro francês que se dedicou a realizar projetos arquitetônicos no Recife no século 19 –, intitulado *Casas de residência no Brasil*, e com o artigo sugerindo interpretações sobre a arte portuguesa, G. Freyre contribuiu com o nacionalismo do aparelho ideológico de Estado na Era Vargas.

Um povo com capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos do seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo [...] A arquitetura religiosa portuguesa conservou-se no Brasil quase sem alteração. A militar, igualmente. Nas próprias casas-grandes patriarcais, tão cheias de combinações novas e de diferenciações às vezes profundas, os traços predominantes conservaram-se os portugueses. Na arte do doce, na da cozinha, na da louça, na do jardim, na do móvel, na da escultura religiosa, na dos trabalhos de ouro e prata, na dos instrumentos de música, na dos brinquedos dos meninos, na das embarcações de rio e de mar, a força criadora do português, em vez de se impor, com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem entretanto desaparecer: conservando-se em quase tudo o elemento mais característico. Esse poder de persistência na arte portuguesa é admirável e merece ser estudado com amor e vagar, no Brasil como nos outros países de colonização lusitana. Do mesmo é preciso que se estude nos objetos de arte brasileira, a influência da Índia, da África, da China, do Japão, através de Portugal, onde tantos traços exóticos foram assimilados, antes de se comunicarem ao Brasil. Outros nos vieram diretamente daqueles e de outras terras e aqui é que foram assimilados ao todo luso-brasileiro.¹⁹⁶

Mas porque o grupo dominante do SPHAN valorizou em tão alto grau as reminiscências do patriarcado rural no contexto da modernização autoritária, a ponto de ser qualificado pelos críticos extemporâneos de incentivador apenas da “cultura oficial”? A questão tem dupla dimensão: houve, nos anos 30 e 40, admiração e entusiasmo dos homens responsáveis por gerir a política cultural do Estado Novo pela interpretação de G. Freyre sobre o sentido histórico do Brasil no tempo presente. Houve tendência à paixão pela “beleza” da interpretação freyriana sobre valores culturais, inclusive a qualidade literária dos textos, concomitantemente ao interesse político e objetivo de estabilizar, pelo uso da racionalidade administrativa do Estado, o processo de combinação do passado (o lugar da “memória nacional”) com o futuro (a modernidade), organizando o tempo social das regiões que integravam o projeto varguista de desenvolvimento urbano-industrial.

¹⁹⁶ FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a arte de Portugal e das Colônias. *Revista do SPHAN*, RJ: nº 1, 1937, p. 41-42. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

3.2. O impacto de *Nordeste* na criação e desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a nova divisão regional do Brasil

A criação do IBGE ocorreu na conjuntura de ascensão do Estado Novo, durante 1936 e 1938, estando relacionada, por ser um resultado, portanto, da ascensão do ideário antiliberal, centralizador e nacionalista no Brasil. Dois aspectos resumem o objetivo de Vargas e dos ministros de Estado com a criação da nova instituição técnico-científica vinculada ao Executivo Federal no contexto de sua criação: a ruptura com o “atraso” do espaço de experiência política liberal e a pactuação ideológica em torno do horizonte de expectativa buscando o “desenvolvimento nacional”, pois havia consenso de que a geografia deveria desempenhar funções técnicas dentro do processo mais amplo de modernização institucional, que consistiam, basicamente, na prestação de serviços especializados e organizados em paralelo à sistematização do conhecimento científico do campo.

A criação definitiva do IBGE foi precedida por iniciativas inéditas de constituição de órgãos governamentais disciplinadores ou reguladores da atividade estatística e geográfica no Brasil. Desde 1871 tem-se o registro de ações que pretendiam organizar o funcionamento dos serviços censitários, criando, pela primeira vez na história do Brasil, o Diretório Geral de Estatística do Império. As ações de organização dos serviços continuaram durante o período republicano e as realizações decenais do “Anuário Estatístico do Brasil”, sob a direção de José de Bulhões Carvalho, é considerada a experiência mais significativa nesse contexto, caracterizado por outras sucessivas tentativas de desenvolver o censo nacional em base sistêmica, ou seja, de acordo com padrões de estatística.¹⁹⁷

O governo de Vargas ratificou o critério de Bulhões Carvalho de realizar levantamentos de informações estatísticas de acordo com o método da cooperação intergovernamental para o cruzamento de dados regionais. Nesse sentido, pode-se verificar a primeira experiência em Minas Gerais de levantamento de dados sobre o território estadual de modo uniformizado, que, desde sua concepção por Teixeira de Freitas nos anos 20 – inspirada no critério de Bulhões Carvalho – ao efetivo levantamento estatístico nos anos 30, inicialmente por convênios estaduais, serviu de referência, por ter sido considerada a experiência bem sucedida anteriormente em Minas Gerais, para o processo de constituição de órgãos técnico-administrativos que compuseram a estrutura do IBGE em 1938.

Sucederam, assim, diferentes práticas de institucionalização dos serviços gerais da ciência geográfica (cartografia, estatística aplicada, planejamento territorial etc.) an-

¹⁹⁷ Cf. PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CCDI/IBGE, 1993 (Memória Institucional, 4).

tes da efetiva criação do IBGE, precedendo o Estado Novo de 1930 a 1937, como o caso relevante da criação do Instituto Nacional de Estatística pelo então ministro da Agricultura, Juarez Távora, tendo sido o projeto criador submetido a Vargas e por ele aprovado em 1934, mas, após a Convenção Nacional de Estatística realizada em 1936, o novo órgão foi reconfigurado em Conselho Nacional e sua esfera de atribuições foi expandida e regulamentada pelo decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936, após a pactuação entre União, estados e municípios em torno do método intergovernamental de levantamento estatístico para cruzamento de dados coletados de todas as regiões, contendo trinta e seis cláusulas para serem cumpridas por todos os âmbitos da administração pública.¹⁹⁸

Através do compromisso de cooperação intergovernamental ensaiava-se no Brasil uma experiência já vinda da Alemanha e com resultados satisfatórios, de profundas repercussões na vida político-administrativa do país. O pacto firmado sobrepuja-se às supostas tendências desagregadoras do federalismo, retirando desse modelo os elementos de ação considerados necessários para o definitivo encaminhamento das questões básicas nacionais, obedecendo ao princípio consagrado no qual “a descentralização executiva reforçava a unidade do sistema.”¹⁹⁹

Nesse contexto, importa saber que o processo de constituição e regulamentação dos organismos técnicos sucedido de 1930 a 1937 resultou na composição da estrutura final do IBGE em 1938, com a definição de suas funções para o acordo entre o Estado, a sociedade e a economia, a partir da união daqueles organismos que haviam sido criados anteriormente. A criação da instituição resultou, pois, do agrupamento de três diferentes organismos técnicos subordinados às decisões de Vargas, que, até 1937, estavam legalmente separados, mas em 1938 foram oficialmente agrupados para compor toda a estrutura organizacional do IBGE: o CNE (a célula original), criado em 1936, mais o CNG (a célula posterior), criado em 1937 pelo decreto nº 1.527, para regulação do funcionamento dos serviços de natureza geográfica, mais a CCN (última célula), criada em 1938 pelo decreto-lei nº 237, para regular as atuações do Serviço Nacional de Recenseamento nos anos 40.²⁰⁰ Em 26 de janeiro de 1938, finalmente, Vargas e sua equipe de ministros promulgaram o decreto-lei nº 218, agrupando todos os organismos em torno do IBGE.²⁰¹

O que cumpre analisar nesse processo é o impacto gerado pelo projeto regionalista, ou especificamente por *Nordeste*, no contexto de criação/desenvolvimento da instituição pelo Estado Novo, com G. Freyre participando das práticas técnico-científicas, abrangendo o exame da influência de *Nordeste* sobre a lei de divisão regional de 1941.

¹⁹⁸ *Idem.*

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 72 (grifo do autor).

²⁰⁰ Cf. “Lista de Abreviaturas e Siglas” disponível no início desta dissertação.

²⁰¹ “Legislação”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 1, nº 2, 1939, p. 136. CDDI/IBGE.

A ideologia e ação do grupo dirigente que fundou o IBGE atendiam ao interesse maior pela modalidade acelerada de modernização institucional que servisse à eliminação dos entraves do “desenvolvimento nacional”. Os conceitos de “integração”, “coesão” e “unidade” correspondiam, no regime de Vargas, às necessidades básicas do poder de garantir a uniformidade da série de políticas destinadas à reorganização do território, do povo e da ordem social. Neste processo de modernização ocorreu, contrariando posições políticas opositoras, a reinterpretação e transformação dos nexos entre região e nação: as regiões não constituem autogoverno; antes, elas fundamentam o Estado nacional porque são divisões territoriais e sociais que, no conjunto articulado, compõem a nação.

Não obstante, a criação do IBGE resulta de um pensamento político com o qual o projeto regionalista convergia plenamente, contando com a adesão e a contribuição de G. Freyre: o nacionalismo de Estado, que orientou as elaborações dos planos de governo de Vargas destinados a equacionar problemas velhos e novos referentes à base territorial da República. O sentido histórico e político da criação do IBGE repousa, portanto, sobre o equacionamento, pela via do planejamento – ainda que este termo fosse proibido pela ditadura, pois remetia a um termo incentivado pelo regime soviético do Leste Europeu – dos problemas e necessidades surgidos com a crescente intervenção federal no curso do processo de integração nacional. Essa foi a missão da nova instituição, quer dizer, organizar, no contexto básico das relações entre o Estado, a sociedade e o território, o levantamento de informações de diversos tipos (censitários, demográficos, cartográficos, fisiográficos etc.) que servissem de base sistêmica e confiável ao reordenamento do quadro político-territorial da administração pública, entre as esferas da União, estados e municípios, reconfigurando as fronteiras do território nacional do ponto de vista judiciário sem que houvesse outro risco de fragmentação ou desagregação da sociedade e do poder.

Certamente, o IBGE foi concebido como instrumento de suporte para a modernização e funcionamento da máquina estatal no que competia à elaboração e implementação de políticas públicas correspondentes às demandas de natureza infraestrutural e da geopolítica do país, como o planejamento da infraestrutura de transportes e a redemarcção geodésica das fronteiras entre os municípios. A instituição desempenhou a função de órgão central, com poderes consultivos, deliberativos e executivos, na formulação de políticas relacionadas ao reordenamento do território, e estava subordinada única e exclusivamente à Presidência da República. Assim, o IBGE integrou o conjunto maior das instituições pertencentes ao Estado (à União) que atendiam às novas demandas de caráter técnico e prático resultantes do processo de modernização dos setores produtivos.²⁰²

²⁰² PENHA, Eli Alves. *Op. cit.*

Constituído assim, em base sistêmica, a atuação do IBGE foi norteada para o levantamento e sistematização de informações do quadro territorial a fim de atender a administração pública em seus aspectos jurídicos (legislação), tributário (impostos, controle orçamentário de verbas públicas), pleitos eleitorais e expansão de riquezas públicas federais (demarcação de terras devolutas pertencentes à União, mensuração das riquezas naturais [e culturais] e a construção de equipamentos diversos, tais como estradas, aeroportos, minas e usinas).²⁰³

A criação do IBGE reflete a conscientização da importância que as funções desempenhadas no levantamento e sistematização de informações sobre o território nacional representava para o modelo desenvolvido de Estado e sociedade que a elite varguista buscava no curso do regime instituído. Mais ainda, dado o método da ação governamental em relação aos serviços da gestão pública (o planejamento de políticas territoriais de caráter sistêmico que equacionassem os problemas variados com o ordenamento do quadro territorial e com as divisões judiciário-administrativas da nação), nos anos 30 e 40 o IBGE funcionou como instituição de reconhecida importância para os planos de governo desenvolvidos pela elite ligada a Vargas, atuando no aperfeiçoamento do sistema estatístico nacional, entre outras frentes, e que servia como uma espécie de base de dados cuja função era racionalizar a aplicação metódica do conhecimento sobre o espaço geográfico nas políticas de gestão territorial a serviço das órbitas administrativas do Estado.

A palavra de ordem proferida por Vargas nessa conjuntura era “integração nacional” e a estrutura organizacional do IBGE não poderia vigorar de modo diferente: era composta por conselhos e comissões nacionais que mantinham, além do diretório de coordenação central, representações em diretórios regionais com subdivisões presentes em todos os estados do país. O princípio que regia o funcionamento do CNG e do CNE, por exemplo, era a cooperação federativa entre os membros integrantes do quadro executivo de ambos os conselhos, de modo que o princípio descentralizador garantisse que os serviços e produtos da instituição técnica estivessem ao alcance e disponíveis da plenitude das unidades da federação. Ou seja, ao diretório central competia conceber e coordenar as linhas de políticas do IBGE e ao quadro executivo dos conselhos competia recebê-las e implementá-las nos estados e municípios, instituindo, desse modo, a organização colegiada de acordo com a integração federativa da estrutura disponível em toda a nação.²⁰⁴

O cargo de presidente do Instituto foi confiado por Vargas ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, que permaneceu ativo na presidência de 1938 a 1951. É notável o esforço intelectual de José Carlos em legitimar as necessidades técnicas, relativas

²⁰³ *Idem*, p. 65.

²⁰⁴ *Ibidem*.

à gestão de políticas territoriais, que ensejaram o investimento público na criação do novo órgão do governo, e a legitimação do sistema federativo em que foi regulamentado.

O IBGE é criado sob a forma de um sistema – através de um racional engrenamento e de progressiva adaptação de órgãos técnico-administrativos já existentes mas que até então eram imprópriamente utilizados, movidos que eram por diretrizes sem sistemas, mas que fragmentário, desconexo, incoerente e de resultados quase nulos e não raros contraditórios [...] Em todas as unidades federadas, e em todos os distritos de cada município, estão lançadas as atividades estatísticas, censitária e geográfica. Essa atuação é unificada, tem um sentido nacional, mas, através de diferenciações coerentes e que não quebram a unidade do sistema, ela atende a todos os interesses e a todas as necessidades de cada região, de cada zona, de cada localidade.²⁰⁵

Como se observa, a elite que criou e dirigiu o IBGE justificou a necessidade de criação com base na condenação da experiência anterior com as atividades técnicas que o órgão ficou investido de desempenhar a partir de 1938, ou melhor, com base na consideração/recordação condenatória da inoperância dos governos da República Velha relativamente à gestão estratégica da geopolítica do país, considerada pelo alto grau de importância para a construção e desenvolvimento nacional, mas que a ação dos homens do governo no período histórico recordado teria sido incapaz de realizar plenamente.

A criação do IBGE pelo Estado Novo, incluindo a operação com base no sistema federativo reconfigurado para as demandas da situação contemporânea, foi justificada, legitimada e louvada por consenso com base no argumento da pauta da governabilidade do Brasil, introduzindo temas estratégicos na área de geopolítica e integração econômica, sendo que o IBGE era a resposta de Vargas e da cúpula ministerial ao conjunto de demandas surgidas com as bases do desenvolvimento (social, econômico, científico e etc.). É como se a nova instituição criada no estágio recente da sociedade governada por Vargas marcasse o período singular da eficácia da máquina pública sob tutela da União.

Entre 1938 e 1945 o IBGE funcionou como instituição central responsável pelo planejamento e implementação de todos os tipos de serviço técnico relacionado com aspectos da geografia, da estatística e do recenseamento da sociedade brasileira. O Instituto ocupava, juntamente com o DASP, a posição superior na pauta administrativa pública, conquistando respaldo e credibilidade nos resultados da prestação de serviços solicitados pelo Governo Federal para as administrações municipais, estaduais e ao ente federal. Todos os planos de governo desenvolvidos pelo órgão relativos às demandas citadas decorriam, na verdade, da consulta e solicitação das instâncias superiores que de fato di-

²⁰⁵ SOARES, José Carlos de Macedo. Diretrizes fundamentais da estrutura e atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, RJ: ano 1, nº 2, 1940, p. 195. CDDI/IBGE.

rigiam a instituição aos membros integrantes das equipes técnicas (profissionais da estatística, geógrafos, cartógrafos, recenseadores recrutados periodicamente, consultores das áreas correlatas e etc.), que trabalhavam regularmente no CNE e no CNG, para a elaboração e empreendimento de serviços a serem avaliados pelos dirigentes superiores.

É importante destacar que a alta cúpula dirigente do IBGE era formada por engenheiros, militares e políticos ligados simultaneamente a organizações geográficas mais tradicionais, experientes nos jogos do poder, mas que necessitavam, para se manterem, recorrer ao assessoramento de um corpo técnico moderno, do qual um ou outro conseguiria se introduzir no corpo decisório superior. As grandes decisões ligadas à gestão do território e as propostas destinadas a influir sobre as estruturas territoriais do país quase nunca partiam dos geógrafos, mas basicamente da cúpula, observando o caráter multidisciplinar e interadministrativo presentes na organização colegiada dos dois Conselhos.²⁰⁶

O conjunto de serviços prestados nesse período, e que guardam relação com a participação efetiva de G. Freyre e de seu projeto político no desenvolvimento das práticas do IBGE, pode ser resumido da seguinte forma: 1) levantamento e sistematização de informações territoriais e planejamento de políticas públicas (nova divisão territorial de 1938, o Recenseamento Geral da República de 1940, a nova divisão regional de 1941 e os planos de construção da infraestrutura de transportes, como, por exemplo, malha rodoviária, malha ferroviária e portos); 2) práticas educativas e culturais e eventos cívicos (a ocupação efetiva do território nacional com a campanha da “Marcha para Oeste”: expedições científicas exploratórias no interior do país, o Dia do Município de 1939, o batismo cultural de Goiânia de 1942, a Lei de Amparo à Família de 1943 e o plano de interiorização das massas populacionais habitantes dos centros urbanos; 3) organização da cultura geográfica do Brasil (publicação de estudos monográficos nas especialidades de interesse do campo científico e realização periódica do Congresso Brasileiro de Geografia pelas associações representativas da área, como a SGRJ e o IHGB, que em 1937 passaram ambos a pertencer à estrutura autárquica do CNG).

Pode-se perceber que havia uma espécie de ideário comum que conferia unidade aos planos e práticas técnico-científicos desenvolvidos pelos profissionais do IBGE: o “ideário ibgeano”. Trata-se do trabalho coletivo em busca do mesmo interesse e crença, qual seja, a implementação de políticas territoriais como fator de integração e desenvolvimento nacional, para a qual os dados estatísticos contribuía no sentido de fornecer elementos confiáveis de informação sistêmica e detalhada sobre a base territorial do poder, que, durante o regime de Vargas, estava encampado pelo Governo Federal.

²⁰⁶ PENHA, Eli Alves. *Op. cit.*, p. 89.

E pode-se perceber, igualmente, que G. Freyre estava de pleno acordo com a ideologia do grupo dirigente do IBGE e que, ao menos durante esse período de tempo, o projeto regionalista contribuiu na formulação de uma série de planos e serviços relativos ao ordenamento do espaço social e geográfico brasileiro, que foram aprovados e implementados pela instituição técnica durante o regime do Estado Novo. Seu livro *Nordeste*, publicado em 1937, efetivamente o habilitou a integrar o Conselho Técnico do CNG no período em questão, de modo que, ao participar como consultor de outra instituição criada pelo regime varguista, pôde influir no *modus operandi* (frentes de atuação) e no desenvolvimento de práticas científicas oficiais dedicadas especificamente a pensar o novo conceito de região e seus nexos básicos com a ideologia do projeto dominante: a coesão nacional. Sendo assim, *Nordeste* o habilitou a integrar o quadro do IBGE porque o livro foi imediatamente reconhecido pelos especialistas como “estudo autêntico e original” na área de Geografia Humana e, mais exatamente, na especialidade da Geografia Regional.

Em 1938, G. Freyre tornou-se membro integrante do corpo de consultores técnicos do Diretório Central do CNG, sediado no Rio de Janeiro, por ter aceitado o convite feito pela cúpula dirigente da instituição que se reuniu em sessão ordinária da Assembleia Geral para decidir matérias de interesse da entidade e do campo científico. A Assembleia deliberou pela efetivação da Consultoria Técnica do CNG e, em 17 de julho de 1937, aprovou a resolução nº 12, que regulava a constituição e funcionamento do Corpo de Consultores Técnicos, e na qual definia-se as seguintes funções dos novos membros:

Art. 7º – Ao Consultor Técnico Nacional compete:

- a) apresentar à Assembleia Geral ou ao Diretório Central sugestões referentes ao aperfeiçoamento da pesquisa geográfica relacionada com a seção respectiva;
- b) comparecer perante a Assembleia Geral ou ao Diretório Central, quando especialmente convidado, para esclarecer assuntos de sua especialidade;
- c) responder, por escrito, às consultas que o presidente do Conselho, por deliberação da Assembleia ou do Diretório, lhe dirigir.²⁰⁷

Com a decisão de escolher G. Freyre como Consultor Técnico Nacional, partida do CNG em 1938, o sociólogo, surpreendentemente, ficou responsável por dirigir estudos na Seção 39 do referido Corpo: a especialidade da Geografia Urbana. Não se sabe o porque de G. Freyre ter sido eleito para essa especialidade, mas o fato é que ele assumiu o cargo técnico da entidade e participou ativamente das reuniões, debates e práticas do IBGE entre 1938 e 1940, pois a resolução previa a duração de dois anos de mandato.

²⁰⁷ Resolução nº 12, 17 jul. 1937, do CNG. In: “Noticiário”, *Revista Brasileira de Geografia*: ano 1, nº 1, 1939, p. 120. CCDI/IBGE.

O segundo fato que, durante a Assembleia, veio contribuir para a integração do complexo e admirável quadro estrutural do Conselho, no qual se juntam, em rutilante cúpula do sistema, figuras eminentes, expressões superiores da cultura geográfica brasileira, cujos nomes, pelo seu simples enunciado, evidenciam o esmero e o acerto com que se ouviu a Assembleia. Ei-los: [...] Geografia Humana: [área responsável] Geografia Urbana: Dr. Gilberto Freyre [...] As Comissões Técnicas Permanentes, cujo funcionamento a Assembleia regulou e cujos membros designou, entrarão imediatamente em função para planificarem determinados problemas geográficos, orientando assim superiormente as iniciativas do Conselho.²⁰⁸

O novo consultor, após receber e aceitar o convite, foi imediatamente convocado a participar do 9º Congresso Brasileiro de Geografia por decorrência da Resolução nº 48 da Assembleia Geral do CNG, de 3 de outubro de 1938, que aprovou a colaboração de várias entidades da área de Geografia existentes no Brasil para a organização do referido Congresso e designou uma comissão organizadora do evento da qual G. Freyre não fazia parte. O CNG, através da resolução reguladora da organização do evento, fez convocação de todos os consultores técnicos para participarem do evento, que foi subdividido por seções específicas de cada especialidade do campo científico, no total de oito seções de estudos a serem presididas pelos especialistas da área, que incluíam desde a cartografia, a geografia física, a geografia humana, a metodologia geográfica, monografias regionais, e outras matérias. Assim dizia a norma: “Art. 9º: Às Comissões Técnicas do Conselho, permanentes ou especiais, fica encarecida a apresentação ao Congresso de trabalhos especializados, relacionados com as atividades técnicas respectivas”.²⁰⁹

O evento foi sediado no Instituto de Educação de Florianópolis, entre 7 e 16 de setembro de 1940, contando com ampla programação de atividades que incluíam a sessão de abertura do Congresso, presidida por Getúlio Vargas, julgamento das teses apresentadas pelas Comissões Técnicas acerca dos problemas científicos de cada seção específica do campo, sessões de conferências e comunicações de caráter geral e abrangente, proferidas por número restrito de especialistas de peso no campo, exposição nos salões do Instituto reservados ao material cartográfico do IBGE, sessão de indicações, moções e deliberações pelo colegiado do CNG, sessão de homenagens dedicadas: a) ao interventor federal de Santa Catarina; b) às contribuições póstumas de Euclides da Cunha; c) à contribuição de José Artur Boiteux para a geografia do estado de Santa Catarina, e a conferência de encerramento da 9ª edição do Congresso por Bernardino de Souza.²¹⁰

²⁰⁸ CASTRO, Cristóvão Leite de. Relatório da segunda sessão da Assembleia Geral do CNG. In: “Noticiário”, *Revista Brasileira de Geografia*: ano 1, nº 2, 1939, p. 122-124. CCDI/IBGE.

²⁰⁹ Resolução nº 48, 3 out. 1938, do CNG. In: “Noticiário”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 2, nº 1, 1940, p. 102. CDDI/IBGE.

²¹⁰ “Comentários”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 2, nº 4, 1940. CDDI/IBGE.

G. Freyre participou do evento em Florianópolis na condição de consultor técnico responsável por apresentar um estudo que avançasse na explicação da problemática da seção “d” do Congresso, a Geografia Humana, ou, mais precisamente, um estudo sobre a especialidade que ficara incumbido de representar desde 1938: a geografia urbana. Sendo assim, ele apresentou um texto, cujo título levou a denominação da especialidade que estava em questão, em que diagnosticava o sentido das análises geográficas dedicadas ao entendimento da complexidade do mundo urbano contemporâneo, a saber, o desdobramento de pesquisas em planificação social e econômica. Mas é notável, em meio a todos os objetos de pesquisa apresentados na seção “d” do evento, o predomínio da delimitação regional na construção de problemas relativos ao campo da Geografia Humana, o que indica que houve consenso entre os profissionais presentes na seção do evento de que as regiões eram a principal preocupação dos estudiosos da “paisagem geográfica”.

Todavia, antes de ter viajado à Santa Catarina para frequentar as atividades do Congresso, G. Freyre, atento à oportunidade de reafirmar seu compromisso com o ideal ibegano nacionalisticamente produtivo, surgida com o contexto de organização do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, publicou um artigo na imprensa carioca (que era seu principal meio de comunicação social/nacional) para defender as diretrizes pelas quais o evento foi organizado, e para reiterar seu acordo com a elite vinculada ao poder central.

O 9º Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, com a colaboração do IBGE, e que se realizará de 7 a 16 de setembro próximo, na cidade de Florianópolis, será um acontecimento de alta significação na vida cultural do país. Nele serão apresentados trabalhos de considerável interesse: interesse acadêmico e interesse prático. À frente da sua comissão organizadora está uma figura ilustre de brasileiro que há muito se dedica aos estudos de geografia e que se mostra decidido a fazer do Congresso de Florianópolis uma demonstração de progresso da técnica de pesquisa geográfica em nosso país: o ministro Bernardino de Souza [do Tribunal de Contas da União]. De modo que aquela reunião de especialistas não será um simples torneio oratório, mas terá, tanto quanto possível, caráter técnico. Sem resvalar, porém, no puro tecnicismo, o ministro Bernardino de Souza e seus companheiros de comissão organizadora do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, estão empenhados em que ele seja ao mesmo tempo brasileiro e científico. Dentro desse programa, todo o relevo será dado ao estudo dos problemas de geografia que interessem mais intimamente à organização social do Brasil e à sua cultura nacional [...] E o que se sente desde já é que no Congresso [...] de Florianópolis se dará o relevo merecido ao estudo da colonização portuguesa do Brasil em suas relações com problemas de geografia. Relevo merecido em face de campanhas francas ou dissimuladas no sentido de desprestigiar a obra do elemento português, ao qual deve o Brasil, no Sul como no Norte, sua expansão geográfica, os começos de sua economia e os fundamentos de sua cultura nacional.²¹¹

²¹¹ FREYRE, Gilberto. Um ano geográfico. *Correio da Manhã*, RJ. 10 set. 1940, p. 4. SR/FBN.

Pode-se observar, pela análise do processo de criação e do desenvolvimento do IBGE, que havia condições bastante propícias à introdução do pensamento de G. Freyre num conjunto de estudos e práticas realizados pela instituição: a conjuntura política permitia a construção e organização de novas instituições do poder central visando o equacionamento de problemas de distintas naturezas, novos e velhos, e a publicação de *Nordeste* causou impacto no processo de criação do IBGE no sentido de demonstrar, através de evidências empíricas do passado, a necessidade de consolidação de um órgão técnico de grande envergadura em proveito do acordo entre o Estado e a sociedade atuais, o que o habilitou ao cargo de consultor técnico oficial da instituição entre 1938 e 1940.

Não foi por acaso que, no último ano de mandato do cargo, G. Freyre apoiava a iniciativa do Estado Novo de estimular a disseminação da “consciência geográfica” associada à “consciência histórica” a partir da noção de suas funções sociais para o mundo contemporâneo, e apoiava inclusive o modo com que a disseminação ao povo e no ensino escolar era feita a partir da “figura” de vultos sagrados do conhecimento geográfico e histórico de toda a nação, explicitando, ademais, o sentido da inovação trazida pelo advento do nacionalismo estatista-varguista em relação às análises científicas desdobradas em planos de governo. O ano de 1940 significava, para G. Freyre, um “ano geográfico”, ou seja, o momento em que a consciência geográfica, entendida por sua dupla função de ciência objetiva e serviço público, atingira a importância máxima para a construção nacional, com as ações políticas em torno da integração e desenvolvimento da sociedade.

O Brasil está tendo evidentemente em 1940 um “ano geográfico” assinalado não tanto por expedições científicas ao Mato Grosso ou ao Amazonas – expedições cuja organização, aliás, se impõe – mas pelo início da definitiva sistematização dos estudos de geografia, nos seus aspectos menos dramáticos e mais prosaicos, mas nem por isso de pequena importância ou de reduzida significação para a ciência e para o desenvolvimento nacional. É uma sistematização que estava tardando. Nenhum país tem hoje a importância do nosso para os estudos geográficos; nenhum estudo tem para nós, brasileiros, maior importância do que o de geografia física e cultural. E não é preciso ser observador, nativista ou jacobino, para desejar que aos nomes de especialistas estrangeiros dedicados ao estudo honestamente científico da geografia do nosso país se juntem os de brasileiros. Brasileiros da inteligência de Euclides da Cunha e do bom senso do Barão do Rio Branco. Euclides, o barão e o general Rondon constituem, na verdade, exemplos de homens magnificamente animados por aquela “consciência geográfica” que, ao lado da consciência histórica, o Brasil precisa avivar nos seus adolescentes. É dessa consciência histórica, e ao mesmo tempo da geográfica, que suponho estarem impregnadas as recentes palavras do presidente Getúlio Vargas em Goiânia a favor da “restauração das nossas raízes históricas”.²¹²

²¹² *Idem*, p. 4. SR/FBN.

Finalmente, G. Freyre propôs a mudança da epistemologia das Ciências Humanas (Geografia, História, Ciências Sociais etc.) de acordo com o contexto da modernidade visada pelo Estado Novo, que, a bem dizer, estava inteiramente adequada para efeito de sua introdução imediata nos estudos e serviços realizados pelo IBGE durante o regime. A mudança proposta pelo sociólogo consistia no seguinte plano: as Ciências Humanas devem ser mais metódicas e organizadas e menos livres e diletantes, mais utilitárias e impactantes e menos metafísicas e prescindíveis e mais antiliberais e planificadoras e menos apolíticas e anacrônicas. E a Geografia já teria logrado, segundo seu entendimento, êxito na busca por mudança científica com a base estrutural do IBGE. Vale a citação:

Aos adolescentes que amam a aventura científica, os estudos geográficos, em particular, e de ciências sociais, em geral, oferecem hoje, no Brasil, dentro da orientação moderna e dos modernos métodos de investigação geográfica, sociológica, antropológica, um campo verdadeiramente fascinante de atividade. Já deixaram de ser estudos para os indivíduos lânguidos e apenas de gabinete, para os letrados sedentários e tristonhos, para os bacharéis dominados pela mania de “solução jurídica” de problemas sociais, para se tornarem estudos que exigem do indivíduo o máximo de masculinidade, o próprio gosto do risco físico, uma vocação quase militar. Ainda há muito que fazer, no Brasil, pela modernização da técnica dos estudos sociais. Mas a verdade é que os de geografia e estatística já saíram da fase do mero diletantismo, que por tanto tempo os dominou. Hoje eles são a preocupação séria não apenas de três ou quatro eruditos isolados, de dois ou três formidáveis trabalhadores, desajudados e sós, mas dos governos, de organizações oficiais do valor e da eficiência de ação do IBGE, de sociedades especializadas, como a SGRJ e como os vários IHGBs – o do Rio de Janeiro e os dos estados – de Ministérios como o da Agricultura, dotado pelo sr. Juarez Távora, quando ministro, de excelente departamento de estatística, de universidades e escolas com cadeiras de geografia e estatística a cargo de especialistas nacionais e estrangeiros da competência do Prof. Delgado de Carvalho e do Prof. Pierre Monbeig.²¹³

A constatação referente à mudança científica pensada por G. Freyre fundamenta-se também no exame do conteúdo de *Nordeste*. A rigor, esta foi a obra constitutiva do projeto regionalista que mais contribuiu para as ações do IBGE nos anos 40, impactando a concepção de estudos sociais e geográficos realizados pela instituição sobre a realidade brasileira no quadrante das interações entre o ambiente e a sociedade e fornecendo parâmetros para se repensar o conceito de região no contexto da modernidade e, consequentemente, contribuindo para a decisão política de mudar a divisão regional do Brasil para fins burocráticos sancionada em lei por Vargas em 1941 e executada pelo IBGE no mesmo ano. Com efeito, pode-se verificar a introdução do projeto regionalista nos estudos e serviços relativos à “regionalidade” realizados pelo IBGE nos anos 40 em diante.

Além de ter contribuído do ponto de vista ideológico para o processo histórico de unificação da bancada nordestina no Congresso Nacional, especialmente no contexto

²¹³ *Ibidem*, p. 4. SR/FBN.

de redemocratização e reconstitucionalização de 1946, no sentido da articulação de forças políticas que dura, a meu ver, até hoje, orientando a atuação conjunta dos parlamentares no sentido de se organizarem em torno de grupos de interesse em comum que trouxessem ao Nordeste novas bases político-institucionais e incentivos federais capazes de equacionarem, pela política negociada de temporização, o problema do desequilíbrio no desenvolvimento social e econômico relativamente às demais regiões do Brasil, *Nordeste* contribuiu, do ponto de vista epistemológico, para o estudo ecológico sobre a formação histórica da paisagem natural e social da região, resultando na formação da “paisagem regional” ou, simplesmente, da cultura regional e suas relações com o território.

O autor assim esclareceu no início da introdução a perspectiva em que refletiu sobre as categorias citadas: “Este ensaio é uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste do Brasil. De um dos Nordeste, acentue-se bem, porque há, pelo menos, dois, o agrário e o pastoril; e aqui só se procura ver de perto o agrário. O da cana-de-açúcar, que se alonga por terras de massapé e por várzeas, da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa”.²¹⁴ Por isso “aqui apenas se tenta esboçar a *fisionomia* daquele Nordeste agrário, hoje decadente, que foi, por algum tempo, o centro da civilização brasileira”.²¹⁵

Trata-se de um estudo preocupado com as linhas de continuidade de processos ocorridos no passado no tempo presente, ou seja, com seus resíduos e desdobramentos, com o ponto de vista centrado em como o homem do passado interagiu com o ambiente físico que o cercava, de acordo com suas necessidades materiais e simbólicas adaptadas ao espaço que progressivamente passava a ocupar, dividindo e subdividindo áreas para a continuidade do processo de ocupação e exploração dos recursos naturais, e com a visão de mundo interessada em denunciar vícios assim como indicar virtudes e alternativas de mudança na cultura regional, e igualmente interessada em reivindicar nova fase de temporização da crescente disparidade entre o Nordeste e as outras regiões do país. Mas de modo subjacente a todas essas operações intelectuais está o objetivo geral do estudo: formular o novo conceito de região com base na experiência da civilização do Nordeste mas passível de generalização a todo o território nacional, portanto contribuindo intelectualmente para a criação atualizada de instituições estatais relacionadas à gestão territorial bem como ao campo cultural na contemporaneidade, posto que a característica elementar do conceito de que se está tratando repousa propriamente sobre isto: é um conceito saturado de experiência social que busca sua realização no sentido instrumental.

O estudo traz diversas sugestões que evidenciam tal objetivo político. Onde se pode compreender o sentido das ideias e críticas de G. Freyre em *Nordeste*, ao situá-las

²¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 9 (NOR)

²¹⁵ *Idem*, p. 10 (grifo meu).

no prisma do tempo histórico, ou o substrato do Estado Novo. Assim, as ideias e críticas seguidas por prescrições podem ser mais bem interpretadas, como o seguinte exemplo: “Aliás, há mais de dois Nordeste e não apenas um, muito menos o Norte maciço e único de que se fala tanto no Sul com exagero de simplificação. As especializações regionais de vida, de cultura e de tipo físico no Brasil estão ainda por serem traçadas debaixo de critério rigoroso de ecologia ou sociologia regional, que corrija tais exageros e mostre que dentro da unidade essencial, que nos une, há diferenças às vezes profundas”.²¹⁶

Essa crítica é apenas parte integrante do conceito maior formulado pelo projeto regionalista em obras como *Casa-grande & senzala*, *Nordeste e Região e tradição*, segundo o qual o Brasil é uma nação de território amplo (“continental”) e atravessado pela igualmente ampla diversidade de culturas regionais, havendo zonas e subzonas que devem ser observadas, e que foram formadas no tempo pelo processo de especialização da cultura e da economia, para garantir efetividade à construção do equilíbrio interregional.

Mas o que importa analisar é o significado de “paisagem regional”. O dado elementar que gravita em torno do conceito de G. Freyre é a vida humana condicionada pelos trópicos, que, no caso do Brasil, atravessam desde o Amazonas até o Norte do Paraná. Tudo o que constituiu aspectos da paisagem humana de determinado espaço (as etnias, as tradições culturais, as técnicas de produção, as relações de trabalho etc.) interagiu no passado com a paisagem física desse mesmo espaço (clima, solo, vegetação, geologia, hidrografia e etc.) para, no curso do tempo longo da história natural e social, formar zonas/divisões/circunscrições da sociedade em compasso com o território, portanto num processo de produção do espaço físico-social cujo resultado é adequado para a vida moderna. E as regiões (que são o resultado do processo) são grandes porções territoriais da nação em que os grupos sociais tanto modernos (urbanos) quanto tradicionais (rurais) habitam como lugar de vivência ou de experiência laboral, afetiva, natural ou artificial.

Mais ainda, a categoria de “paisagem” busca referência na fronteira interdisciplinar entre a Sociologia e a Ecologia, para formular o conceito de região humana ou social de maneira conectada às dimensões do território nacional: é um dado inequívoco da realidade brasileira. Concomitantemente a essa referência, o conceito de região repensado por G. Freyre está embutido no exercício de imaginação que permite a postulação da crítica ecológica à história do Nordeste. E, nesse sentido, se o Nordeste continua sendo a “civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos”,²¹⁷ no entanto as “fontes naturais [ou espon-

²¹⁶ *Ibidem*, p. 23.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 24.

tâneas, quer dizer, quando o homem vive em harmonia com a natureza] de vida da região, hoje [1937] estão abandonadas, estancadas ou corrompidas”.²¹⁸ E se a “água aparece em várias regiões como a nota dominante na vida da paisagem. Da paisagem física como da cultural”,²¹⁹ no entanto “o monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório de caldas fedorentas das usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes [...] Emporcalham as margens [...] Na semana do natal de 1936, o rio Goiana, em Pernambuco, recebeu tanta calda que a quantidade de peixe podre foi enorme”.²²⁰

Entretanto, não foi exatamente a perspectiva de crítica ecológica que interessou ao IBGE nesse momento. A perspectiva que interessou à instituição nos anos 40 refere-se ao diagnóstico geral das paisagens brasileiras contido em *Nordeste*. Pode-se extrair a síntese teórica do conceito de região a partir da seguinte sugestão contida no livro: a historicidade da experiência social é o processo constitutivo da unidade do espaço físico. O conceito de G. Freyre interpreta as regiões geográficas do Brasil pelo ponto de vista sociológico: diferenciam-se pelo conjunto de especializações e potencialidades específicas e identificam-se pela unidade essencial relativa ao espaço que ocupam e cuja realidade é suscetível de mudanças controláveis pelo homem com uso da técnica. Nesse sentido, as regiões são o verdadeiro fundamento geopolítico e geoeconômico do território da nação. Ao serem analisadas em associação com os conceitos de “raça” e de “classe”, tornam-se o principal parâmetro para a estratificação da sociedade em conformidade com a realidade brasileira. Em função de todas essas propriedades constitutivas, o Estado deve reconhecer as regiões pelo ponto de vista de equidade, ou seja, como equivalentes quanto à importância simbólico-cultural e de modo equilibrado no desenvolvimento material.

Há alguns exemplos da interpretação e descrição das paisagens nordestinas por G. Freyre que passaram a integrar a linha de estudos sociais e geográficos do IBGE em 1938 em diante, como se poderá verificar logo a seguir. Cite-se o exemplo da *acomodação* da família patriarcal no solo pernambucano durante o tempo da colonização:

Há quatro séculos que o massapé do Nordeste puxa para dentro de si as pontas de cana, os pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros, as raízes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando penetrar como nenhuma outra terra dos trópicos pela civilização agrária dos portugueses [...] A doçura das terras de massapé contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões [...] O massapé tem outra resistência e outra nobreza. Tem profundidade. É terra doce sem deixar de ser terra firme: o bastante para que nela se construa com solidez engenho, casa e capela.²²¹

²¹⁸ *Ibid.*, p. 192.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 40.

²²⁰ *Ibid.*, p. 60-61.

²²¹ *Ibid.*, p. 23-24.

Cite-se também o exemplo da *paisagem marítima* de certa subzona do Nordeste, com a descrição etnográfica sobre homens que conservam práticas de origem remota.

A barçaça, a canoa e até a jangada estiveram por muito tempo ligadas à cana, ao açúcar e ao negro de engenho. Tanto quanto o carro de boi. Ainda hoje não se quebrou de todo a ligação dos tempos de engenho de água. Faz poucos dias, vi reunidos [em praia do Norte de Alagoas], como no Nordeste de 1700, a jangada, o negro e o carro de boi. A barçaça quase no seco da praia e entre ela e um carro de boi, uma jangada fazendo de ponte de embarque. Os cabras quase nus, carregando açúcar. 1700 puro [...] Pode-se afirmar que a maioria da gente que trabalha nessas barçaças do Nordeste – pelo menos de Alagoas, Pernambuco e Bahia – já não é de caboclos, mas de negros, mulatos, cafusos, curibocas. Vê-se muito jangadeiro nas praias do Sul de Pernambuco e do Norte de Alagoas, morando em mucambos de estilo meio indígena, meio africano, e no meio dessa gente, que o complexo africano da maconha domina, descobre-se, sem esforço, muito negro, muito mulato, muito curiboca, muito cafuso, e não apenas brancos e caboclos.²²²

E cite-se, enfim, o exemplo da tradição da produção caseira de doces regionais, com a descrição de processos de especialização técnica, como a *aclimação tropical*.

Tudo açúcar; mas dentro do gosto de açúcar, uma grande diversidade, variedade e até hierarquia [...] No Brasil, os europeus e norte-americanos são unânimes em achar que, nos nossos doces, o gosto do açúcar reduz à insignificância os das frutas, o do milho, o da mandioca; pelo que esses estrangeiros se declaram incapazes de distinguir bem a geleia de araçá da de goiaba; o doce de manga do de jaca; a pamonha, da canjica; o doce de banana comum do de banana comprida. Entretanto, ao nativo da região ou ao indivíduo de paladar especializado nesses doces e quitutes, as diferenças parecem enormes [...] E pelo estudo das peças de cozinha das velhas casas patriarcais do Nordeste – o Nordeste dos engenhos e dos canaviais – pode-se avaliar a importância do doce e do bolo no sistema de alimentação regional da classe alta. O vasilhame de cozinha consagrado ao doce é talvez dos que acusam maior especialização regional da técnica culinária: maior diferenciação da de Portugal. Com esta, entretanto, as semelhanças do conjunto conservam-se as mais fortes no Nordeste, como noutras regiões brasileiras: principalmente naquelas onde foi mais profunda a formação patriarcal da sociedade sobre a base da grande lavoura. Quando não a cana-de-açúcar, o café [...] Mas ao lado das semelhanças, devem ser notadas, no Brasil, especializações regionais de vasilhame, de técnicas e de liturgias de cozinha e de mesa.²²³

Ora, dentro dessa tese que define região como dado da realidade social, construído historicamente, e que estabelece o modo de produção predominante em cada zona e subzona como critério objetivo de divisão regional no sentido jurídico-político (pecuário, agrícola, extrativo ou industrial), pode-se perceber a convergência da tese com a razão de ser (ou a missão básica) do IBGE definida pelo pensamento político no instante

²²² *Ibid.*, p. 54-56.

²²³ FREYRE, Gilberto. Doces tradicionais do Brasil. *Correio da Manhã*, RJ. 30 jul. 1938, p. 4. SR/FBN.

de sua criação: o levantamento e a sistematização de informações para embasamento de políticas públicas (ou planos de governo), ou, de forma resumida, o planejamento racional do tempo futuro da “nação desenvolvida”. Com efeito, nos anos 40 o IBGE ocupou-se com a concepção de dois projetos geopolíticos de elevada importância para o ideal da racionalização administrativa que resultasse no aperfeiçoamento do serviço público federal, estadual e municipal, assumindo caráter técnico-científico e especializado no desempenho de funções administrativas, e comportando estrutura ágil, moderna e racional. Por conseguinte, nos anos 40 a instituição prestou diversos serviços ao Governo Federal que convergiam com o ideário do projeto regionalista, ou, mais precisamente, com a tese definidora do significado de região para o acordo entre o Estado e a sociedade, como o recenseamento da República, o plano de ocupação da plenitude do território com a interiorização da população (“Marcha para Oeste” e fundação de Goiânia) e a manutenção ininterrupta da *Revista Brasileira de Geografia*, que publicava notas e pesquisas científicas assim como divulgava características regionais da “cultura brasileira” moderna.

A primeira ação da instituição foi pressionar o Governo Federal para a solução da questão de limites interestaduais que subsistia desde o período da Primeira República sem solução definitiva. O Instituto, através da representação da Junta Executiva Central do CNE, aprovou uma resolução em 1937 em que sugeria à União a execução do projeto de redivisão política do território, ou, simplesmente, nova divisão territorial, de natureza judiciário-administrativa para aumentar o fator de coesão do território nacional, isto é, identificando a necessidade da circunscrição unificada do quadro territorial do Brasil, computando e redividindo as unidades territoriais entre municípios, estados e União, de acordo com a concepção municipalista do CNE que atribuiu aos municípios a função de célula básica da organização jurídico-política da nação e dotados de autonomia administrativa, mas, claro, nesse momento não legislativa, porque foram entendidos como a manifestação da “vida local”, donde se podia perceber as intervenções do poder central.

As propostas contidas na resolução do CNE estavam bem de acordo com o conjunto de práticas do IBGE, que reservou aos municípios um papel de destaque em dois sentidos: enquanto base primária para coleta e divulgação de informações estatísticas e geográficas (em que era imprescindível o conhecimento sistematizado dos seus limites e a racionalização dos seus topônimos) e no sentido da concepção municipalista corrente, que atribuía ao município o papel de célula básica da administração pública [...] O objetivo, contudo, não era garantir autonomia política aos municípios, segundo a fórmula clássica do regime federalista (com o *self-government* do direito anglo-saxão), mas estabelecer medidas a fim de assegurar que os mesmos dispusessem de um mínimo de recursos que fossem suficientes para o equilíbrio político-econômico de toda a União, que se sustentava, segundo o grupo dirigente do IBGE, a partir dessa célula política.²²⁴

²²⁴ PENHA, Eli Alves. *Op. cit.*, p. 114.

A Lei Geográfica do Estado Novo, como ficou conhecido o decreto-lei nº 311, foi promulgada por Vargas e Francisco Campos em 2 de março de 1938, atendendo às expectativas do grupo dirigente do IBGE em extinguir o problema dos limites interestaduais causador de litígios nas oligarquias juntamente com o problema da desproporcionalidade da relação entre habitantes/km² em municípios distantes dos centros urbanos, o que causava a “insolvência” da circunscrição dos mesmos e estagnava política e economicamente as células da administração pública.²²⁵ O decreto-lei sistematizou a redivisão política do território com uso de parâmetros considerados inovadores para a época, baseados no conhecimento atualizado de procedimentos geográficos relativos à circunscrição judiciário-administrativa, principalmente as “linhas geodésicas” e as “zonas de seriação ordinal”, aplicados na delimitação precisa das áreas de cada municipalidade.²²⁶

A divisão territorial resultou na delimitação de 20 estados, do DF, do Território Federal do Acre e, em 1942, por lei especial,²²⁷ dos Territórios Federais de Fernando de Noronha, Guaporé e Ponta Porã. Ademais, o cômputo total das circunscrições concluídas registrou, à época, 1.574 municípios, 4.842 distritos, 1.294 termos e 785 comarcas.

O decreto-lei da divisão política foi complementado por outro decreto, que instituiu o “Dia do Município” e normatizou a celebração pública de eventos. O decreto nº 846, de 9 de novembro de 1938, determinava a colaboração do IHGB na elaboração dos rituais cívicos, que compunham as comemorações oficiais do “Dia do Município”, cujo objetivo era exaltar a função da municipalidade na organização política do Brasil visando outro estímulo à disseminação do nacionalismo no imaginário popular. Com efeito, o IHGB deliberou pelo dia 1º de janeiro de 1939 como a data oficial das celebrações. Es-

²²⁵ Nos anos 30, a atuação de dois líderes políticos foi fundamental para a realização do projeto de divisão territorial: Thiers Fleming e José Carlos de Macedo Soares. A pressão exercida por ambos em Vargas resultou na implementação do projeto geopolítico com a promulgação do decreto-lei em 1938. Fleming era, à época, comandante da Marinha e José Carlos era, após 1937, o presidente do IBGE: dois cargos de peso dentro do regime do Estado Novo e com a posição favorável ao projeto de dois membros da elite do poder central correligionária de Vargas, que foi convencido acerca da importância da nova divisão mesmo que isso causasse complicações sérias com as oligarquias agrárias dos estados com a reconfiguração completa do território, pois o projeto significava, além do planejamento técnico da divisão do espaço geográfico, o planejamento da redistribuição completa do poder de dominação política nos estados da federação – aliás, como observa Bourdieu, todo plano divisório guarda essa dupla característica (técnica e política) –, com a circunscrição precisa das áreas municipais e o ordenamento jurídico dos poderes locais (a instituição das prefeituras municipais). De qualquer maneira, o projeto geopolítico foi aprovado pelo IBGE e sancionado por Vargas em 1938. Durante a realização da divisão territorial, Fleming comunicou-se com o presidente da República para ratificar a decisão e para reiterar sua posição como correligionário do regime: “Tenho a subida honra e o grande prazer de apresentar a V. Excia. muitos respeitosos cumprimentos pelo primeiro aniversário do Estado Novo, que fortaleceu o poder central, permitindo o combate ao estadualismo e a extinção das questões de limites interestaduais a favor da nova divisão territorial perfeitamente possível. Será uma consolidação para todo o sempre e uma verdadeira e forte unidade nacional facilitando a administração pública. Será um marco indelével e eterno de sua patriótica administração”. FLEMING, Thiers. *Nova divisão territorial do Brasil (Pelo Brasil Unido e Forte)*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1939, p. 17.

²²⁶ Decreto-lei nº 311, 2 mar. 1938. In: “Legislação”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 1, nº 2, 1939. CDDI/IBGE.

²²⁷ Decreto-lei nº 4.102, 9 fev. 1942. In: “Legislação”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 4, nº 2, 1942. CDDI/IBGE.

sas celebrações incluíam a organização, por parte de todas as interventorias federais nos estados, de festejos populares para participarem do ritual cívico, o que aconteceu na data e de acordo com as regras estabelecidas pelo IHGB, integrante do IBGE, em 1939.²²⁸ Daí se pode entender a real finalidade do decreto-lei promulgado por Vargas e Francisco Campos logo a seguir a instituição da municipalidade: o “Dia do Município”, ritualmente celebrado pelos setores populares nos espaços públicos das cidades e também pelo grupo intelectual com seminários no auditório do IHGB central e dos estados, era outra medida da política cultural do Estado Novo que pretendia desenvolver a educação cívica do “povo” com base em antigas e novas práticas pensadas pelos ideólogos atuantes na política, como a exaltação das narrativas folclóricas e dos costumes regionais e como os eventos cívicos oficiais que incluíam o culto do ufanismo “verdade e amarelo”.²²⁹

Certamente, o impacto de *Nordeste* nessas duas primeiras medidas não ocorreu no sentido da intervenção na totalidade do projeto geopolítico que organizou os poderes locais ao estruturar a municipalidade e ao fomentar o ritual de celebração pública como política de legitimação. O impacto do livro nessas medidas do governo resultou apenas do ponto de contato, ou convergência, entre o interesse freyriano pelo estudo interdisciplinar da Geografia Urbana/Sociologia Regional (lembre-se que G. Freyre atuava como consultor técnico do IBGE responsável pela primeira especialidade) e o interesse estadonovista em implementar definitivamente o projeto de divisão territorial que permitiu o desenvolvimento acelerado de novas cidades nos anos 40. O impacto de *Nordeste* no projeto geopolítico consistiu, portanto, no fornecimento de informações e conhecimentos sobre áreas e circunscrições urbanas e rurais existentes na região estudada, do mesmo modo com que os textos de diferentes outros especialistas poderiam contribuir, como efetivamente contribuíram, para o conhecimento de áreas e circunscrições existentes em outras regiões do país, agregando noções, dados e técnicas à estruturação da municipalidade pelo governo de Vargas, claro que nem tudo sendo efetivamente incorporado.

Ao Brasil, país com cidades e portos em rápido desenvolvimento, convém, por vários motivos, o contato com ainda outro tipo de estudos de geografia urbana: aquele em que a análise científica de cidades, de seu desenvolvimento e de seus problemas de área e de espaço, se alonga em planificação social para regiões, nações e continentes [...] A geografia urbana se impõe ao Conselho Nacional de Geografia como uma especialidade digna de sua maior atenção, quer pelo seu interesse rigorosamente científico, quer pelo prático, relacionada, como se acha, com problemas de planificação regional e nacional, de urbanismo e de turismo. Logo que possível, seria conveniente que o mesmo Conselho empreendesse a organização e a publicação – ou as estimulasse – de uma série de monografias sobre cidades brasileiras.²³⁰

²²⁸ Decreto-lei nº 846, 9 nov. 1938. In: “Legislação”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 1, nº 2, 1939. CDDI/IBGE.

²²⁹ GOMES, Angela de Castro. *Op. cit.*, 1996.

²³⁰ FREYRE, Gilberto. Geografia urbana. In: “Inquéritos geográficos”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 3, nº 2, 1941, p. 408. CDDI/IBGE.

A contribuição ao nível teórico e prático de G. Freyre estava tão de acordo com o nacionalismo em que se inspirava que é possível identificar aproximações com o ponto de vista do presidente do IBGE acerca do sentido e da função dessa instituição pública para a sociedade brasileira. O ponto de vista em comum refere-se à visão do progresso aplicada ao caso/realidade do Brasil contemporâneo, em que se pode identificar o horizonte de expectativa comum entre a elite intelectual ligada ao regime de Vargas acerca do planejamento temporal de que resultaria o desenvolvimento das duas realidades complementares da nação: cidade e campo. Com certeza havia distanciamentos e atritos entre o componente ecológico do projeto regionalista e o processo de construção das cidades modernas do modo como foi conduzido durante o Estado Novo – o ponto que revela toda a modernidade do pensamento de G. Freyre –, com os problemas do meio ambiente que não foram equacionados nesse momento, no entanto é possível identificar aproximações e acordos na questão do desenvolvimento nacional entre as partes relacionadas com o projeto de modernidade e com o sentido dos novos nexos entre região e nação na década de 40, cuja mudança foi realizada pelo IBGE a partir da interpretação de G. Freyre e de outros especialistas interessados em participar da construção da ordem social.

Para o lado do nascente, o futuro... O futuro, para o qual olhamos virilmente e confiantemente. O deslumbramento de um horizonte ilimitado, em cujos planos se sucedem, em perspectiva harmoniosa – e exprimindo não mais inatingíveis conquistas ou enganadoras miragens, mas possibilidades próximas, que serão amanhã vitórias definitivas da civilização brasileira –, as realizações sem conta em que, sem desfalecimentos, se desdobrarão daqui por diante as atividades da nossa incomparável instituição [...] Muito espera o Brasil do nosso esforço dedicado, do nosso patriotismo vigilante, da nossa capacidade de iniciativa e realização.²³¹

O discurso de José Carlos, incluindo a estrutura retórica, contribuiu para a conformação do horizonte de expectativa da modernidade porque estabelece a consciência do tempo histórico como eixo de argumentação. O progresso da civilização, na condição de conceito otimizador da técnica, foi utilizado positivamente ao se reportar à expectativa comum entre os cidadãos quanto ao planejamento do futuro da nação. E nesse planejamento temporal inseria-se a função do IBGE a partir dos anos 40: embasar/orientar os planos de governo destinados ao campo e a cidade com o subsídio de dados sistêmicos.

Além da divisão territorial, houve outra série de ações concretas que indicam o compromisso da instituição com o desempenho da função que lhe competia, dentre elas estavam a realização do recenseamento, a produção e atualização dos mapas geográficos

²³¹ SOARES, José Carlos de Macedo. Atividades do IBGE. In: “Noticiário”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 1, nº 2, p. 113-118, 1939. CDDI/IBGE.

dos municípios e dos estados, a uniformização do modelo de cartografia aplicada, a atualização da *Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo*, e a publicação da *Coletânea de Efemérides Brasileiras*, do *Dicionário Geográfico Brasileiro*, do *Atlas Geográfico* e dos periódicos científicos já citados (*RBG* e *RBE*), da construção do *Museu Paisagístico do Brasil*, onde se expunha aspectos das paisagens e das culturas regionais, e outras ações.

Novamente o impacto de *Nordeste* nesse conjunto de ações empreendidas pelo IBGE nos anos 40 consistiu em orientá-las e estimulá-las, ao introduzir o conhecimento científico sobre o conceito de “paisagem regional” na linha de atuação com as pesquisas sociais e geográficas aplicadas na interpretação da realidade brasileira, e atribuindo critérios objetivos para reconhecimento de zonas e subzonas territoriais que, em 1940, passaram a compor oficialmente as frentes de intervenção do IBGE na modernização da educação escolar e universitária com a publicação de diversos estudos. Com *Nordeste* G. Freyre influenciou, pois, na necessária ratificação política do novo conceito de região, com a demonstração de suas funções consentâneas/vinculantes com a unidade do território nacional. Assim, *Nordeste* contribuiu para os primeiros movimentos de reforma do ensino escolar de História e Geografia durante o regime de Vargas. Cinco livros do sociólogo figuraram em diferentes edições da seção da “Revista Brasileira de Geografia” dedicada a divulgar “publicações de interesse geográfico editadas no Brasil”, a saber, *Nordeste*, *Um engenheiro francês no Brasil*, *Atualidade de Euclides da Cunha*, *O mundo que o português criou* e *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, entre 1940 e 1941.²³²

Mais ainda, o acordo do projeto regionalista de G. Freyre com o projeto centralista de Vargas, a partir do novo conceito contido em *Nordeste*, causou impacto de grande envergadura na ideologia nacionalista que ensejou a criação do IBGE em 1938 e orientou as práticas técnico-científicas da instituição nos anos 40. Pode-se aferir a dimensão do efeito do acordo político em busca do nacionalismo sobre a tripla prática “educação, cultura e planejamento” do IBGE mediante a análise de especificamente um documento empírico: a seção “Tipos e aspectos do Brasil” inaugurada em 1940 na *RBG*.

“Tipos e aspectos do Brasil” teve início em 1940 na *RBG* e durou todo o regime do Estado Novo. A seção da revista difundia informações sobre as diferentes regiões do Brasil focalizando dois únicos objetos: os tipos étnico-culturais da população e os aspectos geográficos da paisagem, ambos situados na dimensão concreta do espaço: as regiões. Sendo assim, a organização e representação da “cultura brasileira” adquiriu força máxima com “Tipos e aspectos do Brasil”, pois a publicação trazia textos bastante ricos em informações da geografia física assim como humana e eram acompanhados por ima-

²³² “Bibliografia”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 3, nº 2, 1941. CDDI/IBGE.

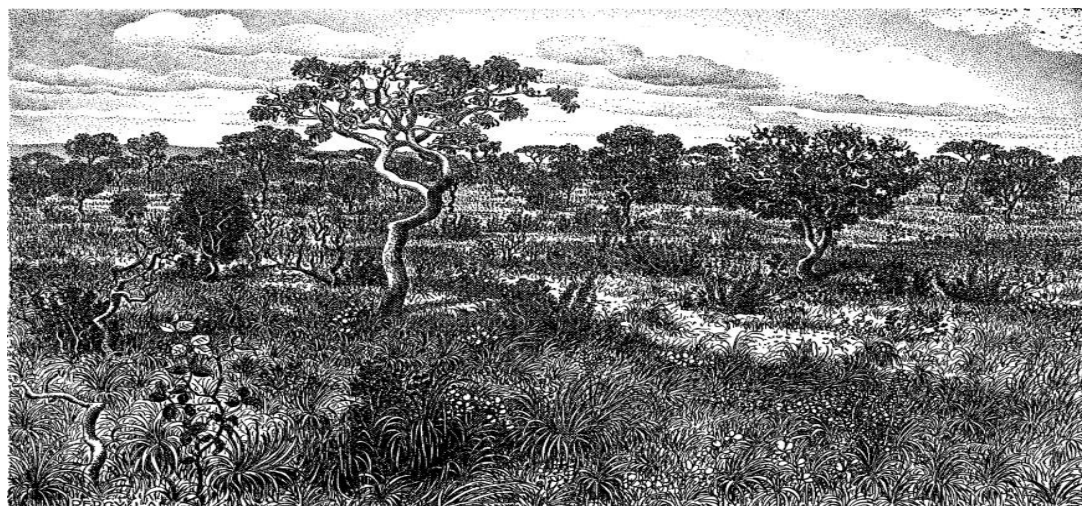
gens – espécie de simulacro – que representavam os componentes étnicos e naturais das paisagens brasileiras. Com “Tipos e aspectos do Brasil”, o Estado Novo conseguiu legitimar e fortalecer o pensamento que ensejou a criação do IBGE com a ação coletiva da elite situada na conjuntura política animada pelo nacionalismo. O esforço dispensado na publicação parece a plena realização do acordo de ordem cultural resultante do processo de negociação entre o centralismo e o regionalismo: a representação da “cultura brasileira” foi discutida e acordada com a elite dirigente do poder central, mas cujo único objeto era as expressões culturais e naturais das paisagens rurais, ou melhor, do modo de ser tradicional do “povo brasileiro” sob a situação de classe trabalhadora das zonas rurais.

Fig. 6 – Homens montados em bois de sela (Goiás)



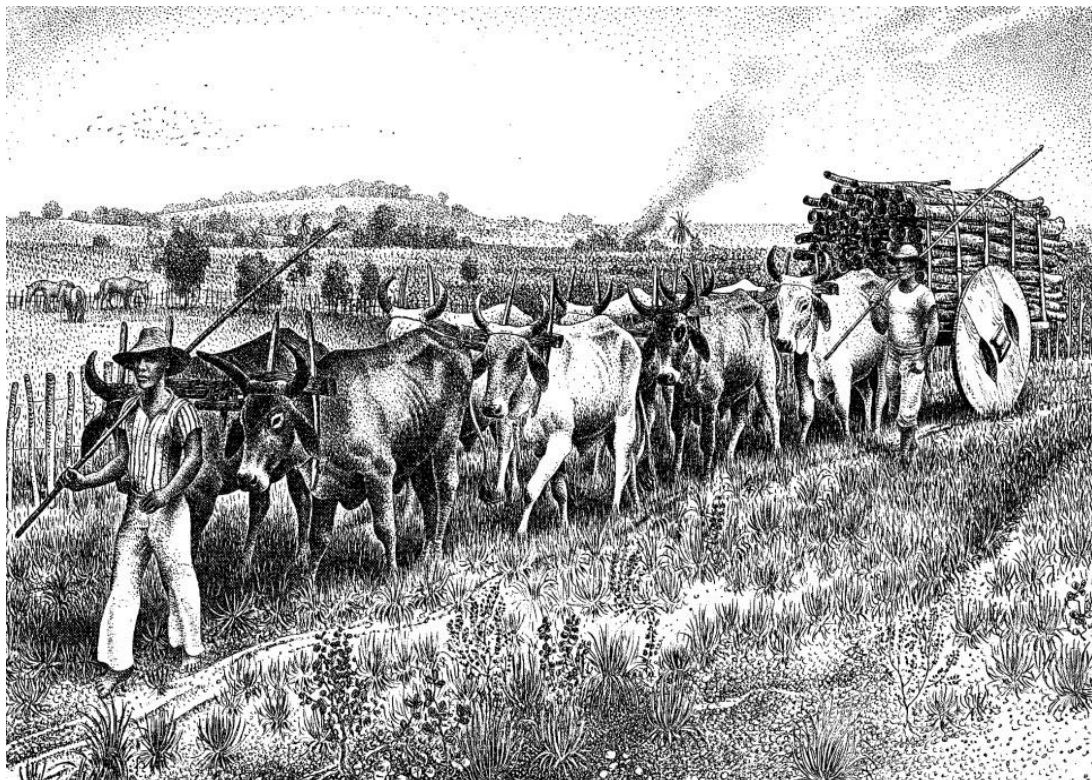
Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 2, nº 3, 1940, p. 479. CDDI/IBGE.

Fig. 7 – Visão do Campo Cerrado (Mato Grosso)



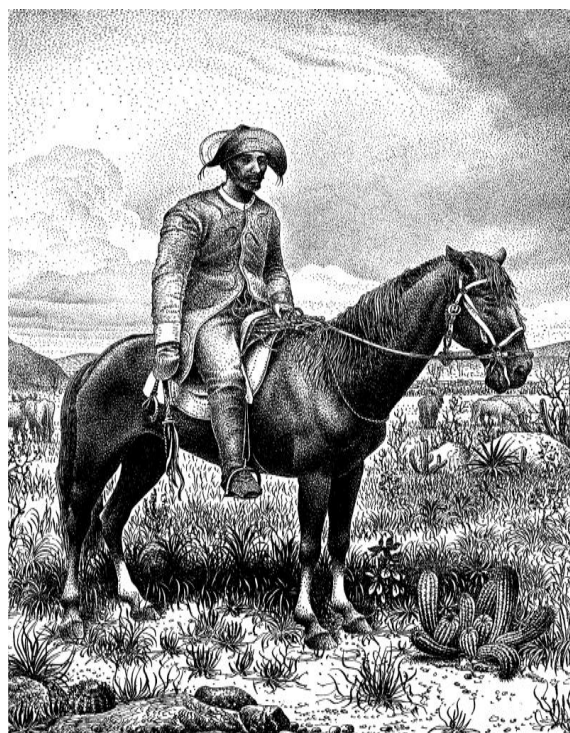
Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 2, nº 3, 1940, p. 477. CDDI/IBGE.

Fig. 8 – Homens e carros de boi transportando madeira (Minas Gerais)



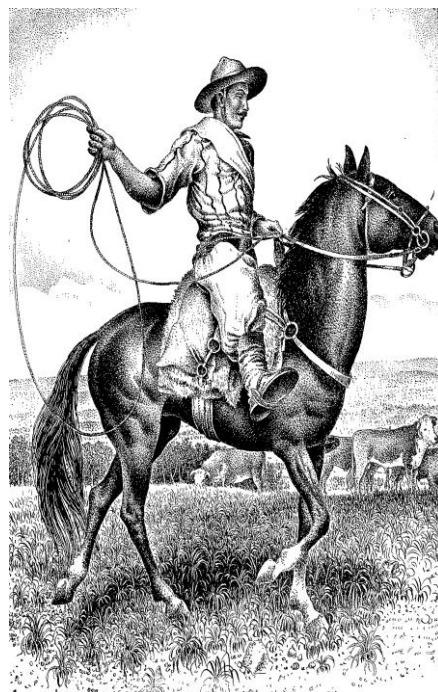
Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 3, nº 3, 1941, p. 668. CDDI/IBGE.

Fig. 9 – “O homem do Nordeste”



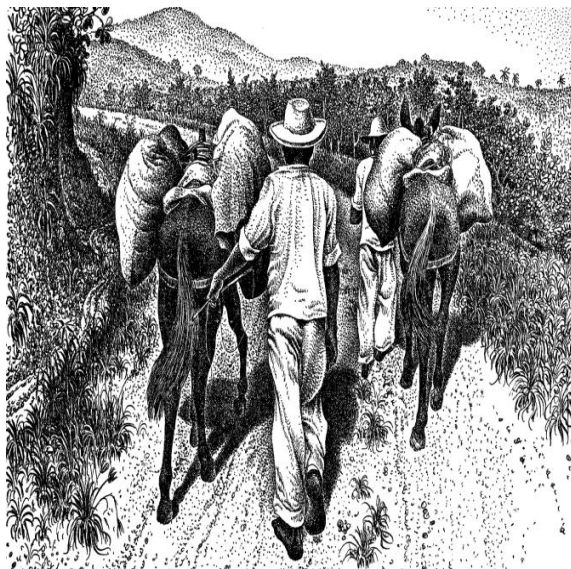
Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 3, nº 2, 1941, p. 433. CDDI/IBGE.

Fig. 10 – “O gaúcho”



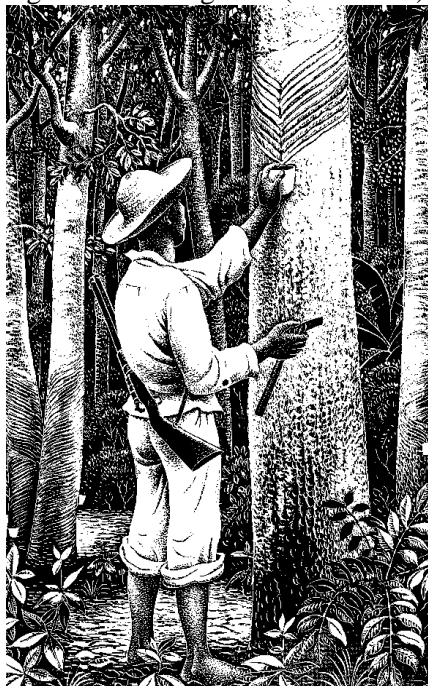
Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 2, nº 2, 1940, p. 260. CDDI/IBGE.

Fig. 11 – Homens e burros de carga transportando café (Rio de Janeiro)



Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 2, nº 2, 1940, p. 648. CDDI/IBGE.

Fig. 12 – O seringueiro (Amazonas)



Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 4, nº 2, 1942, p. 384.

Fig. 13 – Vaqueiro de Marajó (Pará)



Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 2, nº 1, 1940, p. 89. CDDI/IBGE.

Fig. 14 – Coqueirais das praias do Nordeste



Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 3, nº 1, 1941, p. 152. CDDI/IBGE.

Fig. 15 – Visão da Floresta de Araucárias ou Pinheiros (Paraná)



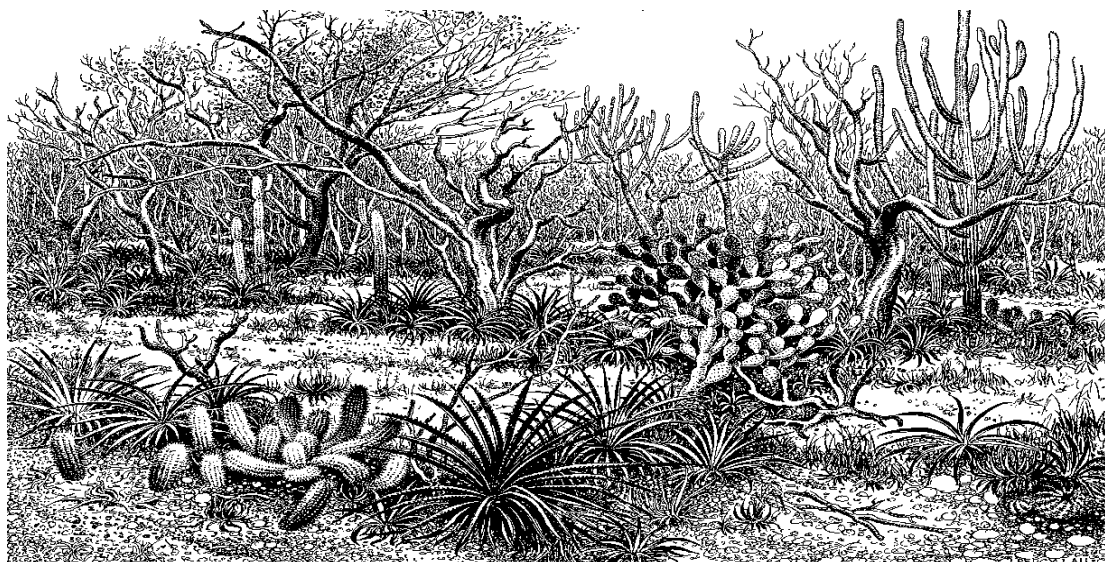
Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 4, nº 1, 1942, p. 164. CDDI/IBGE.

Fig. 16 – Visão da Mata Atlântica (São Paulo)



Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 2, nº 4, 1940, p.650. CDDI/IBGE.

Fig. 17 – Visão da Caatinga (Paraíba)



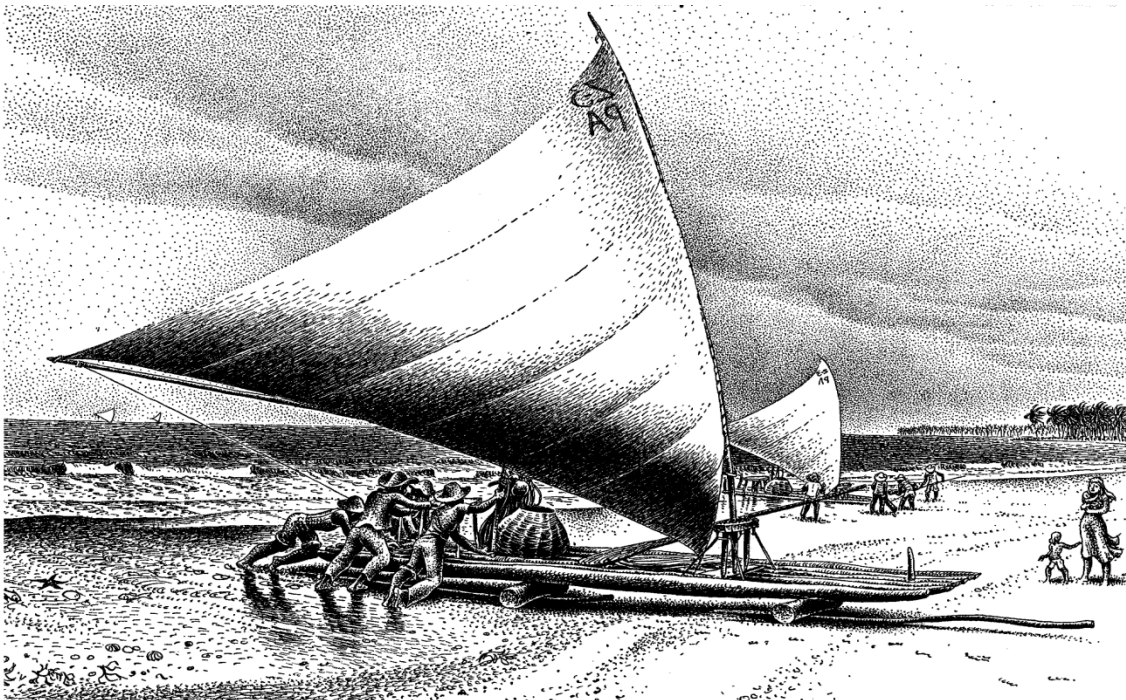
Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 2, nº 1, 1940, p. 92. CDDI/IBGE.

Fig. 18 – “Negras baianas”



Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 3, nº 4, 1941, p. 884. CDDI/IBGE.

Fig. 19 – “Jangadeiros”

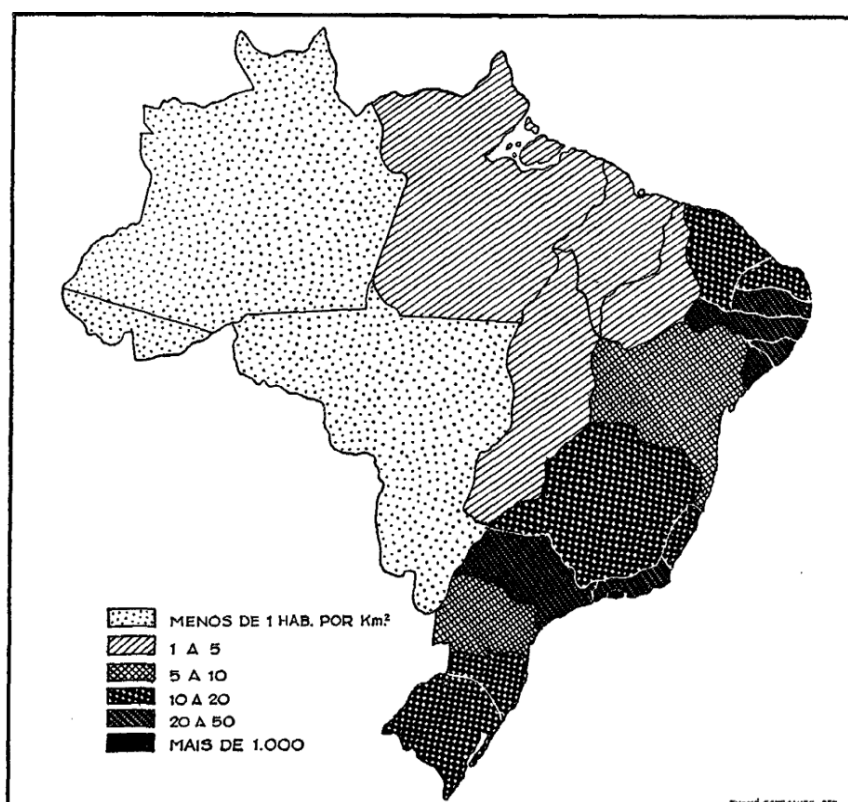


Fonte: “Tipos e aspectos do Brasil”, *RBG*, ano 3, nº 1, 1941, p. 352. CDDI/IBGE.

Em setembro de 1940, o IBGE iniciou a operação do Recenseamento Geral da República, cujo objetivo era fornecer conhecimentos, pelos critérios quantitativos e qualitativos e com riqueza de detalhes, acerca dos aspectos demográficos, econômicos, vitais e organizacionais da sociedade brasileira. Uma numerosa equipe de especialistas do campo geográfico-estatístico efetuou a coleta dos dados populacionais que foram acompanhados por análise técnica especializada. Trata-se da operação censitária que foi unanimemente reconhecida como uma das mais bem sucedidas na história do Brasil.

Do ponto de vista estatístico, o resultado do censo demográfico de 1940 revelou que a população de fato do Brasil aumentou de 30.635.605 habitantes em 1920, com densidade demográfica geral de 3,6 hab./km², para 41.236.315 habitantes em 1940, com densidade demográfica geral de 4,84 hab./km². O crescimento populacional já refletia o primeiro estágio do desenvolvimento do capitalismo industrial nas principais cidades do país, o que incentivava a ocorrência do êxodo rural, ao passo que a massa de trabalhadores das zonas rurais começava a migrar de suas regiões de origem para buscar acomodação nos grandes e crescentes centros urbanos do Brasil, lutando por melhores condições de vida e trabalho. Portanto, o crescimento populacional refletiu, objetivamente, a aceleração do processo formativo da pobreza, proletariado e classe média urbana do país.²³³

Fig. 20 – Distribuição da densidade demográfica do Brasil por UF na década de 1930



Fonte: “Geografia Humana do Brasil”, *RBG*, ano 1, nº 2, 1939, p. 20. CDDI/IBGE.

²³³ IBGE. *Censo demográfico: população e habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico, 1950. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

Só é possível pensar o impacto de *Nordeste* na operação censitária de 1940 em termos de uma convergência com o ideário ibgeano desse contexto, e não, como de fato foi o caso da seção “Tipos e aspectos do Brasil”, em termos do acordo político negociado pelo grupo dirigente do IBGE com G. Freyre, com a improvável influência direta do conceito de paisagem e região na estrutura operacional criada pelo Instituto para o fluxo contínuo da operação censitária de 1940. Nesse sentido, observa-se outro ponto de contato entre G. Freyre e o Estado Novo: a implementação do censo com a promulgação do decreto-lei nº 237, de 2 de fevereiro de 1938, que regulou a operação do serviço a partir da sistematização das áreas de competência respectivas de cada recenseador assim como de cada item referente à sociedade suscetível de levantamento estatístico. A convergência entre *Nordeste* e o Estado Novo nesse caso refere-se ao interesse crescente nas zonas constitutivas do território nacional, isto é, na extensão da campanha do recenseamento a toda e qualquer zona do território, rural ou urbana, decorrente do empreendimento e fortalecimento do serviço animado pela força da ideologia nacionalista que de fato interessava a ambos, Freyre e Vargas, de forma recíproca durante os anos 40.

O ambiente em torno da campanha do recenseamento estava dominado pelo interesse comum na perspectiva da integração ou coesão nacional, mas o interesse do Estado em conhecer objetivamente as características da sociedade civil que governava enfrentava o problema da desconfiança de grande parcela dos cidadãos em relação às “reais intenções” do poder autoritário que pretendia comparecer nos domicílios para, atendendo aos dispositivos da lei de 1938, realizar a operação censitária de modo indistinto a todos os cidadãos e em todas as regiões do país. O problema da desconfiança dos cidadãos quanto à coleta de dados sobre os aspectos da vida pública e privada não causou, entretanto, grande empecilho à realização bem sucedida do recenseamento de 1940, pois houve empenho do governo no sentido de prestar esclarecimentos à sociedade sobre as finalidades do serviço, feita através da imprensa circulante e da radiodifusão e, da mesma forma, informando sobre as regras estabelecidas para o funcionamento do serviço.

A lei manda que o recenseamento geral de 1940 seja realizado no dia 1º de setembro, investigando-se e anotando-se, de acordo com o plano uniforme preestabelecido, os aspectos demográfico, econômico e social da vida brasileira. Nada de segredos, nem de reservas. Também as autoridades incumbidas do censo, num serviço de tamanho alcance, não farão uso dos apontamentos colhidos senão em virtude das próprias finalidades que se têm em vista. Todas as informações prestadas, quer diretamente nos instrumentos de coleta, quer após o preenchimento dos mesmos, destinam-se, estrita e exclusivamente, à elaboração da grande e verdadeira estatística nacional [...] Para que o povo brasileiro, das mais cultas e civilizadas cidades ao mais remoto e igno-

rado arraial sertanejo, tenha uma compreensão segura dos intuitos do recenseamento, deixamos acima reproduzidos, em linhas gerais, os termos da lei [...] Uma só pessoa, recusando-se a informar a verdade, ou informando para sofismá-la ou ocultá-la, terá feito um mal à coletividade, mal cuja extensão é incalculável. Daí ser indispensável a mobilização dos espíritos superiores em torno dessa campanha nitidamente nacional. Há ocasiões em que todas as verdades precisam ser ditas. No caso em apreço, sonegando-as ou mistificando-as, comete-se delito contra a pátria.²³⁴

O recenseamento geral foi realizado com sucesso nas fases do levantamento de informações e logo em seguida as estatísticas de diferentes escopos puderam ser produzidas, publicadas em volumes de livros e divulgadas amplamente. Cabe recuperar, nesse particular, a defesa de G. Freyre da campanha censitária do Estado Novo da forma como foi configurada autoritariamente e no momento preciso em que era realizada: “O ano de 1940 não será só para o Brasil o ano da grande campanha de recenseamento, em que o país inteiro está empenhado, animado, como se acha, do desejo de se conhecer melhor. Será também um ano de importantes congressos de geografia e de estatística”.²³⁵

Encontra-se esse tipo de apoio político partindo de G. Freyre aos planos de governo do Estado Novo de forma frequente na documentação, especialmente nos artigos da imprensa do gênero crônica e nos compêndios de metodologia/epistemologia das Ciências Sociais, como *Problemas brasileiros de antropologia*, de 1943, e *Sociologia: introdução ao estudo de seus princípios*, de 1945. A razão desse conjunto de apoios às decisões e planos do regime de Vargas pode ser deduzida pela observação da condição social de G. Freyre durante o regime, posto que o sociólogo ocupou três cargos dentro do aparelho estatal (que estava sendo valorizado e modernizado pelo regime) com a função de diretor regional do SPHAN, de consultor técnico do IBGE e de representante do Ministério da Educação e Saúde Pública em missões diplomáticas com Portugal e com os países latino-americanos, além de funções assumidas no setor privado referente ao campo editorial e ao jornalismo. E todas as ocupações no setor público indicam o interesse e compromisso de G. Freyre em colaborar com a modernização das instituições do Estado Novo, resultando daí os momentos de estabilidade do pacto político bem como os apoios explícitos às diversas decisões políticas do governo, deixando marcas profundas, como reação, nos textos constitutivos do projeto regionalista escritos entre 1933 e 1945.

Não obstante, o caso do apoio ao censo de 1940 pode ser estendido a outras políticas do IBGE da mesma conjuntura. G. Freyre apoiava todas as decisões de Vargas referentes aos temas geopolíticos da agenda do Governo Federal, tais como a mudança so-

²³⁴ FILHO, M. Paulo. Recenseamento. *Correio da Manhã*, RJ. 10 mai. 1940, p. 4. SR/FBN.

²³⁵ FREYRE, Gilberto. Um ano geográfico. *Correio da Manhã*, RJ. 10 de set. 1940, p. 4. SR/FBN.

cial (integração da sociedade da região central com a sociedade da região Norte e Sul do país mediante o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, visando à escoação da produção de gêneros agrícolas), mudança política (transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, cidade batizada pelo interventor federal do estado, Pedro Ludovico Teixeira, juntamente com Vargas em 1942) e mudança geográfica (deslocamento de populações litorâneas para ocupação efetiva do território nacional e planejamento da mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central localizado em Goiás, que não foi implementado nesse momento, mas apenas em 1960) operadas pelo empreendimento contínuo do programa federal da Marcha para Oeste.

Deve-se pensar o apoio de G. Freyre ao empreendimento expansionista do Governo Federal pela perspectiva da convergência entre ideários e interesses correlacionados ao desenvolvimento nacional durante o regime. Regionalismo e centralismo convergiram na interpretação e previsão dos novos problemas sociais causados pelo desenvolvimento urbano-industrial em profunda expansão ao longo do país. Por isso, a ideia sociológica de G. Freyre de busca pelo equilíbrio na divisão regional do trabalho fez sentido para o regime de Vargas. A defesa recíproca da interiorização da população é prova clara do ponto de contato ocorrido entre o projeto regionalista e o projeto centralista em relação à modernização autoritária, posto que a União encarregou-se de empreender medidas corretivas do problema da crescente superpopulação das cidades (modernidade) e da tendência ao isolamento radical do campo (tradição), como o empreendimento federal da Marcha para Oeste realizado pelo IBGE entre 1938 e 1945 pode comprovar.²³⁶

O que não significa, contudo, que todas as tentativas de solução, decorrentes da previsão, da situação caótica do Brasil tenham sido negociadas e acordadas (ou inspiradas) no ideário do projeto regionalista dos anos 30 e 40, o que também não significa que tudo o que se refere à campanha da Marcha para Oeste tenha sido pensada por G. Freyre e executada pela União. Ao contrário, o acordo em relação à reforma da divisão regional do trabalho significa propriamente isso: a efetiva programação/planejamento da contemporização das disparidades regionais do Brasil. Nesse sentido, a busca por equilíbrio civilizatório entre as regiões manifestada pela ocupação do território sinaliza para a interpretação de Vargas da doutrina do pacto interregional postulada em *Casa-grande & senzala*. Trata-se de um complexo empreendimento político concebido pela doutrina teóri-

²³⁶ Vargas comunicando-se com os trabalhadores: “Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se não o fizermos, correremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e ao superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva”. VARGAS, G. 1941 *apud* DEZEMONE, Marcus. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 21, nº 42, 2008, p. 224.

ca e buscado com a força centrípeta da União durante o regime varguista, ainda que seus efeitos tenham sido modestos no curto prazo de vigência do regime, com o baixo índice de deslocamento migratório das populações habitantes dos centros urbanos para as regiões sob nova ocupação e colonização agrícola. Mas, a despeito do resultado modesto do programa de expansão das fronteiras do Brasil Central e Amazonas, o projeto de divisão regional do país por efeito da legislação indica experiência inteiramente diferente.

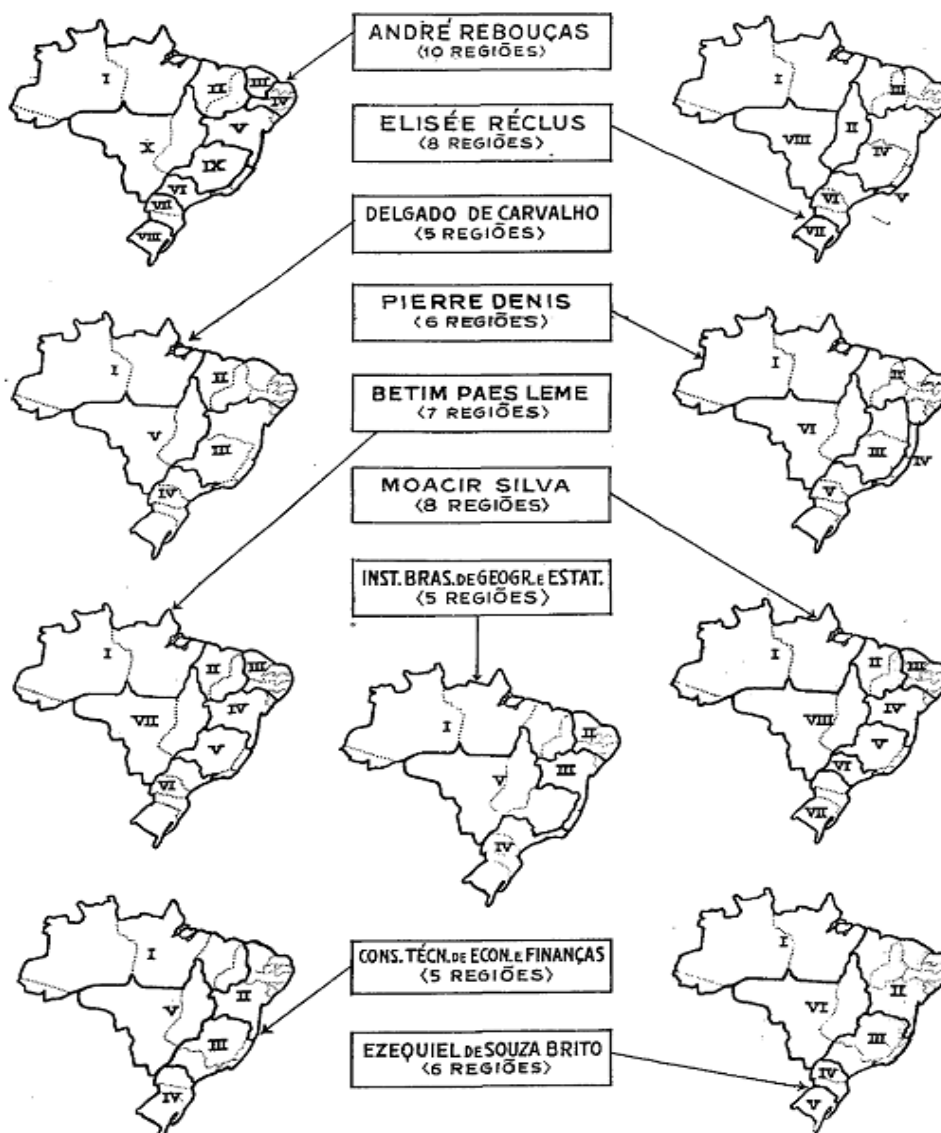
A mudança da divisão regional está inserida no contexto mais amplo referente à construção nacional com base na prática da gestão político-territorial relacionada a temas estratégicos do governo. O projeto geopolítico acompanhava a tendência da organização racional e burocrática do território brasileiro, com ações em torno das novas divisões políticas, como a territorial de 1938 que regulamentou a municipalidade, e o plano rodoviário para a construção de meios de circulação terrestre, de 1944. Nesse contexto, o conceito de região passou por complexo processo de ressignificação pelo pensamento geopolítico cuja atividade regular estava condicionada, à época, pelo vínculo com a ideologia e práticas do IBGE, passando-se a compreendê-lo nos anos 30 como categoria do espaço físico e social ou conjunto de subespaços constitutivos do território nacional.

O grupo dirigente da instituição estava interessado em contribuir com o regime varguista mediante a apresentação de outro projeto geopolítico: a nova divisão regional. Para contribuir com a organização política do território racionalizadora da gestão do Estado moderno, e com a concepção do planejamento do desenvolvimento regional, o grupo dirigente incentivou a criação de uma comissão técnica dedicada a repensar o sentido fundamental do fenômeno da regionalidade para a civilização brasileira (designado pelo líder da equipe de “regionalismo brasileiro”), cujo desafio de início era equacionar problemas relativos à insuficiência de estudos que explicassem o fenômeno da regionalidade, definissem critérios objetivos para circunscrever as regiões do Brasil e, desse modo, extinguissem a desordem ou “caos” de vários e divergentes projetos de divisão regional concebidos no passado recente mas sem possibilidade atual de implementação.²³⁷

²³⁷ Lima Figueiredo, consultor técnico responsável pela área de Geografia Regional do IBGE, ficou encarregado de identificar as necessidades reais em torno da racionalização do quadro territorial, principalmente em relação ao estudo do sentido do fenômeno regional para aplicação no projeto de nova divisão política. Em 1941, o autor publicou um artigo na RBG que trazia a definição das diretrizes às quais a comissão técnica deveria seguir: “A par com o trabalho no campo, uma comissão de técnicos, com elementos que já possuem, caracterizará as regiões naturais do Brasil. Inicialmente, essa comissão terá que definir o que é região, sub-região, zona, paisagem etc.; dizer quais os elementos que devem definir cada uma dessas partes; aglutinar o material bibliográfico esparso e dar uma divisão que, caracterizando perfeitamente cada parte do Brasil, permita nova divisão política, em futuro próximo, atendendo a diretrizes mais sólidas do que a seguida pelos nossos avoengos. Poderemos, numa carta física do Brasil onde os compartimentos do território sejam avivados, traçar as isotermas e sobrepor outras cartas – geológica e fitográfica. Veremos as coincidências, de maneira que tenhamos regiões com a mesma flora, geologia e aspecto físico. Haverá, também, regiões de transição perfeitamente definidas. Atendendo aos fatores econômicos, ecumênicos e históricos, a comissão técnica decidirá, finalmente, quais serão as regiões naturais do Brasil”. FIGUEIREDO, Lima. Geografia Regional do Brasil. *RBG*, Rio de Janeiro: ano 3, nº 3, 1941, p. 618. CDDI/IBGE.

Esse “caos”, como ficou conhecido o problema da divergência entre os projetos de circunscrição herdados do período republicano, era causado pela existência de distintos projetos de divisão regional que há muito tempo tramitavam no interior da administração pública sem resolução do ponto de vista prático, posto que compreendiam a redivisão política do território em macrorregiões de modo inteiramente diferente, isto é, cada entidade ou autor isolado concebendo a circunscrição das regiões de modo diferente das outras entidades e autores, provocando a continuidade do problema da desordem, de natureza técnico-conceitual e de ingerência política, na divisão regional do país.

Fig. 21 – Distintos projetos de divisão regional segundo os respectivos autores



Fonte: “Artigos”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano 3, nº 2, 1941, p. 344. CDDI/IBGE.

O fato é que, até 1940, Norte e Sul compunham basicamente as duas únicas regiões brasileiras. Também havia a área denominada Brasil Central existente do ponto de

vista judiciário, mas na prática do governo essa região era desconsiderada. No entanto, a resolução nº 72, de 14 de julho de 1941, aprovou a intervenção técnica do IBGE permitindo que se modificasse a estrutura burocrática ao redividir o território nacional em cinco “regiões naturais”, que foram: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

A resolução aprovada pela Assembleia-Geral do CNG, relativa à divisão regional, deliberada ainda em 1941, estava embasada em dois pilares científicos: no relatório acerca das inconsistências e necessidades da Geografia Regional por Lima Figueiredo e, após a divulgação do relatório, no estudo da comissão técnica designada para desenvolver o projeto definitivo da divisão regional. Somente após a realização das duas análises é que a Assembleia-Geral do CNG deliberou pela aprovação do projeto de divisão, atendendo a um conjunto restrito de normas técnicas para fixação do quadro de divisão com base no modelo de circunscrição intermediário (ou misto) entre grandes regiões naturais e grandes regiões humanas que incluíam determinados conjuntos de unidades federadas.

A conclusão do relatório de Lima Figueiredo foi importante para as iniciativas do IBGE de retomar a discussão sobre o projeto de divisão regional e designar a comissão técnica, cujo líder era o geógrafo e engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, principal pesquisador responsável pelo empreendimento, com o objetivo de sistematizar o quadro territorial e projetar a divisão política. Não obstante, pode-se começar a aferir o impacto de *Nordeste* no projeto e na lei de divisão regional com base nesse relatório, e depois com base na significação política do novo quadro de divisão. Assim recomendava Lima Figueiredo às comissões do IBGE sobre a matéria em questão em 1941:

Pelo que se expôs, a situação atual da Geografia Regional é a de uma “colcha de retalhos”. Há livros esplêndidos que estudam os Estados e que foram escritos, principalmente, para uso nas escolas, quando cada parte da Federação merecia mais cuidados dos seus dirigentes do que o todo: o Brasil. Existem estudos ultramagníficos atendendo a este ou àquele critério, variável consoante a especialização do autor. Todavia, não há ainda um trabalho metódico que resolva plenamente o assunto, levando em linha de conta não só os fatores a que acima nos referimos – geologia, flora, fauna, fisiografia, clima – e também a história, a tradição e o trabalho do homem [...] Vamos, entretanto, citar alguns livros dignos de leitura atenta: [...] *Nordeste*, de Gilberto Freyre.²³⁸

O livro foi indicado como “leitura atenta” porque trazia embutido a interpretação do conceito de região pelo método da interdependência de relações: como já se observou, o estudo interdisciplinar do meio físico interage com a interpretação sincrônica do processo civilizatório no tempo e no espaço, constituindo fatos sociais, econômicos e ecumênicos no curso da história regional. Em *Nordeste*, G. Freyre deixou subentendido

²³⁸ *Idem*, p. 618-619. CDDI/IBGE.

seu diagnóstico sintético acerca dos critérios aplicáveis ao projeto de divisão regional do Brasil: o governo deveria estabelecer os meios de produção predominante em cada sub-espço do territorial nacional (agricultura, pecuária, extrativismo ou indústria) como critério objetivo da nova divisão política de acordo com as “regiões humanas ou sociais”. Mais ainda, o diagnóstico contido em *Nordeste* defendia a contemporização das disparidades regionais do país mediante o pacto econômico como fundamento da nova divisão política. Esse diagnóstico convergia, pois, com o entendimento do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF, órgão do Ministério da Fazenda) acerca do critério aplicável ao projeto, circunscrevendo as regiões humanas com base nas grandes áreas geoeconômicas no interior da proposta oficial dirigida à Presidência da República em 1939.²³⁹

A decisão sobre qual critério adotar na implementação do projeto de divisão, se o conceito de região humana ou o conceito de região natural, cabia apenas à Assembleia-Geral do CNG, que confiou ao geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães e equipe a missão de estudar a questão técnica com base na crítica às melhores propostas desenvolvidas pelos diferentes autores e entidades do passado e, por fim, na apresentação da versão final do projeto de divisão regional para apreciação pela mesa diretora da referida Assembleia, que aprovou a versão do projeto no mesmo ano de submissão, em 1941.

O geógrafo valeu-se de trabalhos atualizados do campo científico, geográfico e historiográfico, sobre as diferentes abordagens do conceito de região. A obra de Camille Vallaux, Lucien Febvre, Vidal de la Blanche e Lucien Gallois foi constantemente utilizada para construir uma consistente linha de argumentação científica totalmente dedicada à perspectiva da Geografia Física ou Fisiográfica originária da matriz francesa e, para o estudo do caso concreto do Brasil, a referência teórica fundamental foi a obra de Delgado de Carvalho, intelectual da Primeira República considerado o responsável pela introdução dos métodos modernos de análise geográfica aplicados à realidade brasileira.

O denso e detalhado diagnóstico/parecer produzido por Fábio de Macedo Soares Guimarães foi publicado na *RBG* em 1941 e serviu como principal referência para a decisão de implementar o projeto de divisão regional pelo modelo intermediário entre a proposta do CTEF de zonas geoeconômicas e a proposta embasada no pensamento geopolítico de Delgado de Carvalho. A conclusão do líder da equipe era contrária à proposta do Ministério da Fazenda de efetuar a divisão regional com base no conceito de “região humana” formada pelas zonas geoeconômicas do país, mas a Assembleia-Geral do CNG deliberou por aprovar o único projeto de circunscrição mista, que, ainda em 1941, foi apresentado a Vargas pelo presidente do IBGE, José Carlos de Macedo Soares.

²³⁹ Cf. Fig. 21.

O diagnóstico geofísico de Fábio Guimarães compreendia o conceito de região pelos fatos da realidade geográfica (vegetação, relevo, geologia, clima, hidrografia etc.) observáveis no meio físico, mas sem inseri-los no paradigma do determinismo geográfico. As regiões naturais constituem as unidades do território formadas através da atividade estável da natureza, em que verifica as ações do meio físico sobre o desenvolvimento das características fisionômicas de conjuntos distintos de áreas da natureza. O diagnóstico do líder defendia a visão de conjunto, isto é, que a nova divisão regional abrangesse a totalidade do território brasileiro. A possibilidade real de implementação do diagnóstico nos anos 40 resultava do objetivo de se reduzir a quantidade de regiões em cinco para que se estabilizasse a nova divisão, pois houve consenso técnico de que a redução na delimitação por “Grandes Regiões” solucionaria o problema da desordem nas unidades.

Tabela 1 – Divisão geográfica do Brasil estabelecida por Delgado de Carvalho em 1912

Regiões	Unidades da Federação (UF)
1 – Brasil Setentrional	Pará, Amazonas e Território Federal do Acre
2 – Brasil Norte-Oriental	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas
3 – Brasil Oriental	Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais
4 – Brasil Meridional	São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
5 – Brasil Central	Goiás e Mato Grosso

Fonte: “Comentários”, *RBG*, Rio de Janeiro: ano 4, nº 1, 1942, p. 150. CDDI/IBGE.

O argumento geofísico favorável ao uso do conceito de “região natural” considerava a vantagem das características do objeto sobre o qual o conceito se fundamentava: a homogeneidade dos fatos geográficos e a estabilidade da atividade da natureza.

Ao geógrafo, somente cabe fornecer ao administrador uma base para a divisão prática, única para fins administrativos, sobretudo estatísticos. Se ao administrador mais importar uma divisão que corresponda à situação econômica momentânea do país, então é natural que escolha uma divisão em zonas econômicas, embora tenha de alterá-la alguns decênios mais tarde. Se, porém, preferir uma divisão estável, permanente, quer permita bem estudar a evolução do país, pela referência de todos os dados e quadros regionais fixos, indicados pela natureza, deverá nesse caso basear-se numa divisão em “regiões naturais”. O depoimento da Geografia é favorável a esta última situação.²⁴⁰

²⁴⁰ GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 3, nº 2, 1941, p. 370 (grifos do autor). CDDI/IBGE.

A resolução nº 72 fixou a nova divisão regional de forma mista. Essa resolução decidiu que a regionalização do território brasileiro fosse efetuada de acordo com o pensamento geopolítico de Delgado de Carvalho, o que significou o uso parcial do diagnóstico geofísico produzido por Fábio Guimarães. Entretanto, a nova divisão também atendeu às demandas econômicas relativas à técnica de produção mais característica de cada “região humana”, o que evidencia o quadro misto fixado pela resolução do CNG.²⁴¹

Fig. 22 – Quadro da divisão regional do Brasil fixado em 1941



Fonte: “Comentários”, *RBG*, Rio de Janeiro: ano 4, nº 1, 1942, p. 150. CDDI/IBGE.

A lei de mudança da divisão regional foi cumprida sob o ponto de vista prático, interessando à administração pública a conveniência de se generalizar uniformemente às cinco novas regiões os procedimentos de rotina como o levantamento estatístico, o ensino de Geografia e História em cursos de nível médio e superior e a conveniência prática de não se desmembrar qualquer unidade federada já constituída pelo processo de divisão territorial de 1938, e, ao contrário, agrupando-as em torno das “Grandes Regiões”. A in-

²⁴¹ DIVISÃO regional do Brasil. In: “Comentários”, *RBG*, Rio de Janeiro: ano 4, nº 1, 1942. CDDI/IBGE.

divisibilidade das unidades componentes das regiões era norma geral estabelecida para a divisão de 1941, bem como a circunscrição com base nos fatos geográficos. Ao final do processo, organizou-se 5 regiões, 31 regiões fisiográficas, 66 sub-regiões e aproximadamente 160 zonas que adentraram e sistematizaram o território dos estados da federação. Com efeito, a mudança da divisão regional foi operada no sentido de se modernizar jurídica e politicamente, mediante a concepção moderna de soberania estatal sobre a totalidade da base física do poder, a administração federal do território nacional.

Nesse sentido não parece que Vargas estivesse disposto a acirrar os conflitos regionais, ainda latentes, ainda mais considerando os dispositivos constitucionais da Carta de 1937, com os quais os estados perderam, de uma só vez, a autonomia política. Assim, procurando evitar confronto mais direto com as oligarquias estaduais, Vargas preservou a malha de limites interestaduais já constituídos [pelo uso do *uti-possidetis*], porém “torpedeava” os resquícios das autonomias estaduais de maneira indireta: a criação das Grandes Regiões representou uma forma de intervenção técnico-administrativa sobre os estados, ao mesmo tempo em que incentivava o municipalismo, contribuindo para erodir o “muro” federalista “por cima e por baixo”.²⁴²

Ora, certamente o impacto de *Nordeste* na mudança da divisão regional não ocorreu no sentido de o livro constituir o conceito de “região humana ou social” em critério unívoco aplicado na versão final do projeto de divisão, que, como já se verificou, foi desenvolvido por Fábio de Macedo Soares Guimarães em 1941. Ainda que não se tenha evidências concretas, acredita-se que, muito provavelmente, G. Freyre tenha discordado de determinados aspectos inerentes ao projeto aprovado pelo CNG, como o agrupamento do estado da Bahia à região Leste e não à região Nordeste do Brasil. Mas não há como saber se de fato houve alguma crítica à resolução nº 72 emitida pelo sociólogo. Mesmo que tenha havido, esse fato não impediu o forte impacto do ideário do projeto regionalista na significação política atribuída como força à mudança da divisão regional.

O impacto de *Nordeste* na mudança da divisão regional produziu atribuição de sentido ao advento da mudança que integrava o processo de construção nacional, mediante o diagnóstico que interpretou as características fisionômicas da paisagem natural e social da “região-problema”: “O estudo da patologia individual levou-os [os médicos do século 19] ao estudo da patologia social. Os doentes levaram-nos às doenças sociais. À grande doença, raiz de quase todas as outras doenças, que era o sistema econômico dentro do qual os homens viviam – a maioria, negros e pardos, escravos da minoria [branca e] pálida; e todos sendo escravos da cana. Escravos do açúcar”.²⁴³ Mais ainda, a região-

²⁴² PENHA, Eli Alves. *Op. cit.*, p. 108.

²⁴³ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 157 (NOR).

matriz do Brasil é, de fato, socialmente complexa e com vícios culturais porque “a seleção regional de valores humanos, de valores de cultura, se fez dentro de condições econômicas e sociais que deformaram, ou pelo menos afetaram, esses mesmos valores”.²⁴⁴

O sentido atribuído pelo diagnóstico foi a função transformadora dos nexos entre região e nação desempenhada pela mudança nos anos 1940: a divisão regional significava para o Brasil moderno a efetivação da iniciativa pública em busca do equilíbrio e equidade como novos indicadores do desenvolvimento regional. Com o diagnóstico de *Nordeste*, a mudança também significava, do ponto de vista político, o reconhecimento formal do fenômeno da regionalidade, estudando e delimitando as regiões e redefinindo seu sentido com a nação, o que viabilizou, a partir do Estado Novo em diante, o planejamento da contemporização das disparidades regionais mediante a criação, pelo “alto”, de aparelhos estatais reguladores das negociações de interesses entre classes dominantes na cidade e no campo, que estavam sendo empreendidas, inclusive com o peso da contribuição intelectual de G. Freyre, desde os anos 30, resultando no pacto de poder agrário-industrial da CLT. A nova divisão regional era, desse modo, um componente da modernização autoritária que viabilizou a aproximação entre Estado e planejamento econômico. Basta notar que a nova divisão reconheceu a existência de zonas: a) nuclear (Centro-Sul); b) da questão regional (Nordeste); c) de fronteiras (Centro-Oeste e Amazônia).

Perfeitamente caracterizadas, apresentando os mesmos aspectos econômicos, com a sua agricultura, pecuária e indústrias no mesmo grau de desenvolvimento, com idênticos recursos, sentindo as mesmas deficiências de transporte e comunicações, os mesmos problemas de educação, de saúde, de administração, dependendo de idênticas soluções, as regiões geoeconômicas preencheram, com magníficos resultados, as suas finalidades. Além das Conferências preparatórias de Economia e Administração, foram realizadas nos estados as Conferências Regionais de Legislação Tributária, sempre com o objetivo de estudar as questões regionais separadamente, dando aos administradores estaduais uma visão de conjunto sobre os problemas de âmbito nacional [...] Reconhecendo o alto mérito da proposta apresentada com a autoridade e responsabilidade do IBGE, somos do parecer de que o CTEF deve aprovar essa nova divisão sugerindo sua adoção em todos os órgãos da administração pública.²⁴⁵

Com o impacto de *Nordeste*, a mudança da divisão regional, embora não tenha sido operada com base no conceito de G. Freyre, produziu o efeito retroativo útil para as bases do Estado Novo, porque incluiu na agenda do Governo Federal a questão das disparidades regionais, fomentando soluções de acordo com a doutrina do pacto interregional pensada por G. Freyre: mediante a contemporização ou o reajustamento pelo Estado.

²⁴⁴ *Idem*, p. 200.

²⁴⁵ Carta-parecer enviada pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças a Getúlio Vargas em 1942. In: “Comentários”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: ano 4, nº 1, 1942, p. 156. CDD/IBGE.

3.3. Rede de sociabilidade entre Gilberto Freyre e a elite intelectual do Estado Novo

A relação ambígua de G. Freyre com o regime político foi construída não apenas mediante a valorização de seu pensamento emergente nos círculos do poder. A relação, tanto no sentido de contato quanto no sentido de atrito, era construída também com base na comunicação a mais direta possível com grupos que estavam, direta ou indiretamente, ligados ao processo político durante o regime e, mais restritamente, com o grupo situado no centro do poder em que de fato se comandava as diretrizes do Estado Novo.

A essa comunicação com as elites pode-se designar de “rede de sociabilidade”: o processo de negociação política com a mediação de contatos considerados importantes por G. Freyre para os fins que visava no período de 1937 a 1945, ou seja, a socialização, a disseminação e o uso de seu projeto político no instante em que foi concebido. A socialização de seu pensamento era realizada com as figuras proeminentes do campo político e do campo literário e editorial. Desse modo, da socialização com as elites resultou a disseminação e a conseqüente consagração de seu pensamento nos anos 40. Entretanto, cabe notar que não houve, neste período, o contato mais direto entre G. Freyre e Vargas, como se estivessem reunidos periodicamente em rodadas de negociação no interior dos espaços do poder. Ao contrário, a negociação com o presidente da República funcionava diferentemente, para garantir efetividade aos acordos celebrados, com a mediação da rede de lideranças de peso dentro da estrutura burocrática do regime e do campo editorial.

3.3.1. José Olympio, a empresa editorial e a *Coleção Documentos Brasileiros*

Após o amplo impacto social causado por *Casa-grande & senzala* em 1933, G. Freyre passou a ser valorizado pelos agentes do campo editorial com a crescente procura pelo custeio da publicação da obra do sociólogo. Muitas empresas de edição o procuraram, com ou sem a atuação de intermediadores, para discutir questões relativas à contratação do material escrito para edição e publicação, de modo que, com a contínua procura, cada livro do sociólogo passou a integrar o catálogo de diferentes editoras brasileiras e o *copyright* foi comercializado com as editoras estrangeiras entre os anos 30 e 40 para tradução e publicação no exterior. Nesse contexto, destaca-se a decisão de J. Olympio, empresário do incipiente mercado editorial brasileiro, cuja empresa foi instalada no Rio de Janeiro como Livraria José Olympio Editora, tomada em concordância com a indicação expressa de J. Lins do Rego, de contratar G. Freyre como o diretor da primeira coleção de estudos promovida por sua empresa: a *Coleção Documentos Brasileiros*.

G. Freyre aceitou o convite de J. Olympio e tornou-se diretor da coleção entre 1936 e 1939, quando o empreendimento editorial atingiu a publicação de seu 18º volume, *História de dois golpes de Estado*, de Otávio Tarquínio de Souza. Com o cargo assumido na empresa, o sociólogo passou a receber, a partir de maio de 1936, pagamentos mensais no valor inicial de 500\$000 (quinhentos mil réis) mais comissão de valor variável entre 600\$000 (seiscentos mil réis) e 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) por volume publicado para integrar a coleção, segundo dados fornecidos por Sorá.²⁴⁶

O primeiro volume publicado por G. Freyre foi *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, em 1936. O trabalho como diretor incluía a seleção criteriosa dos textos a serem publicados, a organização dos volumes e a função de prefaciador dos títulos publicados pela coleção. O interesse de J. Olympio ao contratar G. Freyre como diretor era trazer mais novidades ao catálogo de sua empresa editorial, por isso a coleção priorizou, durante a direção pelo sociólogo, a linha editorial científica de obras produzidas no presente mas cujo objeto era o processo de formação social e étnica do Brasil. Com efeito, a coleção congregou estudos que abordavam variados temas e com variadas metodologias, como a publicação de memórias e biografias de vultos da intelectualidade da Primeira República, juntamente com os “estudos documentados”, ou seja, análises operadas metodologicamente a partir do ponto de vista antropológico e etnográfico, sociológico e econômico, acerca da situação contemporânea da sociedade brasileira. Vale salientar que a diretriz seguida pelo diretor não afirmava as hierarquias entre os gêneros publicados na coleção, entre memórias e estudos documentados, mas a harmonia dos gêneros considerados congruentes com a abordagem científica exigida por J. Olympio.

Pode-se perceber uma tendência geral no projeto da *Coleção Documentos Brasileiros*, com a qual este estudo se ocupa. A diretriz da história social da formação brasileira, conforme foi assinalada por G. Freyre no prefácio de *Raízes do Brasil*, guarda característica passível de decifração: a afirmação/valorização explícita da região Nordeste. Essa valorização ocorria de variadas formas que são, na verdade, evidências do domínio do projeto regionalista sobre as condições de possibilidade que definiam a seleção, com a inclusão ou a exclusão por G. Freyre, dos produtos escritos integrantes do catálogo da coleção. Ou seja, percebe-se que a seleção das obras atendia a determinados interesses.

Em primeiro lugar, além da diretriz da objetividade do conhecimento em história social, a seleção atendeu ao interesse da primazia conferida à comunidade de escritores e romancistas do Nordeste que, antecipadamente, estavam se agrupando em torno da

²⁴⁶ SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. 1998. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

empresa editorial de J. Olympio para fecharem contratos de edição de suas obras. Esse é o caso paradigmático de J. Lins do Rego, cuja obra do “Ciclo da cana-de-açúcar”, composta, nos volumes publicados pela J.O., por *Banguê*, *Menino de Engenho* e *Usina. Documentos Brasileiros* não publicou livros de J. Lins do Rego, mas este teve papel fundamental na intermediação da proposta de trabalho feita pelo empresário a G. Freyre.²⁴⁷

Observando a série publicada pela coleção do 1º ao 18º volume pode-se constatar que a maioria dos autores participantes era de origem nordestina, que três obras continham o léxico “Nordeste” no título – ou seja, cujo objeto de estudo referia-se a algum tema específico regional – e que oito obras recuperavam, direta ou indiretamente, temas e experiências individuais inseridos no contexto histórico da região, com o gênero autobiográfico e ensaístico/analítico. Essa contabilidade serve para constatar que, a rigor, G. Freyre deu preferência para a captação de obras produzidas no passado recente e no presente visando à afirmação do movimento coletivo conhecido por “romance de 1930” ou “romancistas do Nordeste”, o que significa que o interesse maior correspondido pela coleção era a rotinização do sistema de pensamento regionalista assentado na literatura de romance, com linguagem política, e no ensaio sociológico, com linguagem científica.

Tabela 2 – Relação dos títulos publicados pela C. D. B. (volumes 1 ao 18 – 1936/1939)

1 – Sérgio Buarque de Holanda, <i>Raízes do Brasil</i> , 1936.
2 – Oliveira Lima, <i>Memórias (Estas minhas reminiscências...)</i> , 1937.
3 – Otávio Tarquínio de Souza, <i>Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo</i> , 1937.
4 – Gilberto Freyre, <i>Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil</i> , 1937.
5 – Djacir Menezes, <i>O outro Nordeste: formação social do Nordeste</i> , 1937.
6 – Alberto Rangel, <i>No rolar do tempo: opiniões e testemunhos respingados no arquivo do Orsay, Paris</i> , 1937.
7 – Afonso Arinos de Melo Franco, <i>O índio brasileiro e a revolução francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural</i> , 1937.
8 – Luís Viana Filho, <i>A sabinada. A república baiana de 1837</i> , 1938.
9 – Alcântara Machado, <i>Brasílio Machado (1848-1919)</i> , 1938.
10 – Olívio Montenegro, <i>O romance brasileiro</i> , 1938.
11 – Júlio Belo, <i>Memórias de um senhor de engenho</i> , 1938.
12 – André Rebouças, <i>Diário e notas autobiográficas</i> , 1938.
13 – Elói Pontes, <i>A vida dramática de Euclides da Cunha</i> , 1938.
14 – Lindolfo Collor, <i>Garibaldi e a Guerra dos Farrapos</i> , 1938.
15 – Álvaro Ferraz e Andrade Lima Júnior, <i>A morfologia do homem do Nordeste. Estudo biotipológico</i> , 1939.
16 – Euclides da Cunha, <i>Canudos</i> , 1939.
17 – Euclides da Cunha, <i>Peru versus Bolívia</i> , 1939.
18 – Otávio Tarquínio de Souza, <i>História de dois golpes de Estado</i> , 1939.

²⁴⁷ *Idem.*

O característico mais saliente dos trabalhos a serem publicados nesta coleção será a objetividade. Animando-a, o jovem editor J. Olympio mais uma vez se revela ser bem de sua geração e do seu tempo. Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro ele junta, agora, o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa atualidade. Não podia ser mais oportuna nem mais feliz a sua iniciativa [...] O editor José Olympio já tem em mãos um grupo de estudos e de inéditos interessantíssimos, que vão aparecer nesta série. Não se trata de uma aventura editorial, mas de uma coleção planejada e organizada com o maior escrúpulo e com todo o vagar, visando corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu país [...] É com o fim de procurar revelar material tão rico e de um valor tão evidente, para a compreensão e a interpretação do passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos mais significativos, que aparece esta coleção.²⁴⁸

Detrás da diretriz da objetividade do conhecimento escondia-se o interesse com as estratégias de legitimação do predomínio do projeto regionalista na coleção. A publicação do livro de Djacir Menezes, *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*, Olívio Montenegro, *O romance brasileiro*, do próprio G. Freyre, *Nordeste*, e de Júlio Belo, *Memórias de um senhor de engenho*, servia à afirmação do invento da identidade nacional fundado sob a diversidade étnico-cultural do Nordeste e sua legitimação ocorria com base no conteúdo dos produtos escritos apresentados como referência obrigatória para a interpretação genérica do caráter nacional e dos ideais de brasilidade no Estado Novo.

Como diretor da *Coleção Documentos Brasileiros*, G. Freyre pôde valer-se das estratégias de legitimação do movimento coletivo em torno do ideário do projeto regionalista que concebeu. Desempenhando a função típica de prefaciador, pôde controlar os sentidos de recepção das obras publicadas junto à comunidade de leitores. Assim, além de *Raízes do Brasil*, *O romance brasileiro*, *Memórias de um senhor de engenho*, *Memórias (Essas minhas reminiscências...)*, de Oliveira Lima, e *Canudos*, de Euclides da Cunha, receberam prefácio indutor do sentido da obra para o mundo contemporâneo, o que indica que as estratégias de legitimação foram utilizadas por G. Freyre na coleção.²⁴⁹

Esse sentido de recepção controlado pelo sociólogo era congruente com o ideário do projeto regionalista. Não foi por acaso que o símbolo escolhido para representar a coleção foi a palmeira típica da paisagem litorânea do Nordeste e que todo volume publicado trazia o desenho de uma palmeira na capa. Essa é apenas uma evidência das estratégias de legitimação de que se valeu G. Freyre para afirmar e rotinizar o componente simbólico do projeto regionalista nos anos 30, qual seja, os ideais de brasilidade.

²⁴⁸ FREYRE, Gilberto. Documentos brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 5-9.

²⁴⁹ SORÁ, Gustavo. *Op. cit.*

Portanto, parte da imediata consagração político-intelectual do projeto regionalista deve-se à sua atuação na *Coleção Documentos Brasileiros*. Com o cargo de diretor delegado por J. Olympio, após a indicação de J. Lins do Rego, para agregar outros bons produtos ao catálogo da empresa, valorizando-a no mercado editorial brasileiro em franco crescimento nos anos 30, G. Freyre pôde selecionar os textos integrantes da coleção e, desse modo, pôde avançar na construção dos ideais de brasilidade como ideologia para a modernidade, com a defesa das “fontes naturais de vida” expressas pelos valores de cultura da tradição do patriarcado rural: tropicalismo, hibridismo e provincianismo.

3.3.2. Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN e *Mucambos do Nordeste*

Em 1937 o SPHAN iniciou a formação de seu catálogo de publicações não apenas com a edição anual da *Revista do SPHAN*, mas, simultaneamente, com a série de publicações anuais de estudos de orientação científica sobre a formação e o desenvolvimento das artes plásticas no Brasil, com temas de arqueologia, etnografia, arte popular e monumentos relacionados à história nacional. A orientação científica dos estudos publicados pela instituição era, na verdade, uma exigência de Rodrigo M. F. de Andrade como espécie de critério para aceitação dos textos submetidos à sua apreciação para, após a seleção, integrarem o catálogo da série de publicações pela editora da instituição.

O primeiro volume publicado para inaugurar a série foi *Mucambos do Nordeste*, publicado em 1937 pela editora do Ministério da Educação e Saúde Pública. Esta foi a primeira publicação porque Rodrigo Andrade assim decidiu, aduzindo a razão da escolha do texto de G. Freyre pelo argumento do abandono geral do estudo das expressões multiformes da cultura popular no Brasil contemporâneo, para cuja reversão – ou a solução do problema do “descaso” com a cultura popular – o texto do sociólogo foi escolhido como livro de estreia da série que pretendia diminuir o vezo existente entre o “povo” e a classe dirigente do Estado. “Ao parentesco que tenham acaso os nossos monumentos considerados artísticos com os tipos de habitação criados no Brasil pelo engenho popular [a casa popular] não se prestou ainda quase nenhuma atenção”.²⁵⁰

A decisão de Rodrigo Andrade certamente foi influenciada pelo impacto amplo e crescente que a obra sociológica de G. Freyre causou nos anos 30, tornando incontornável a decisão contrária à primeira. Na visão do diretor, *Mucambos do Nordeste* merecia figurar como nº 1 da série devido ao conjunto de qualidades que o texto encerraria e,

²⁵⁰ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro: Seção Gráfica do Ministério da Educação e Saúde Pública, 1937, p. 9-10.

juntamente com esse fato, os tipos de habitação tornados objeto de estudo do livro constituíam, segundo sua visão, o centro de interesse para o conhecimento de aspectos do hibridismo influentes na “nossa formação histórico-social”.²⁵¹ Na introdução escrita como prefácio ao livro, Rodrigo Andrade, além de destacar a qualidade científica e literária do texto de G. Freyre, arrolou argumentos defensores da tese da tradição agropatriarcal desenvolvida em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, como o excerto em que G. Freyre explica o significado da casa para a formação de uma sociedade.²⁵² Desse modo, Rodrigo Andrade desempenhou a função de controlador do sentido da recepção do texto que optou por publicar: *Mucambos do Nordeste* poderia ser lido como a continuidade do projeto freyriano com seu ideário. Nesse sentido, a introdução de Andrade conduz o leitor a incursionar pela interpretação de aspectos da “cultura brasileira”, conhecendo traços da arte popular híbrida e ibérica, como a influência do índio e do negro na construção da casa popular, no sentido do amolecimento de suas formas, de onde o mucambo – fenômeno do tipo primitivo de casa popular da América Latina – revelar, pelo fator econômico relativo à simplicidade de ornamentos, o quadro geral dos antagonismos e acomodações no processo de formação da sociedade brasileira com seus valores.

Cabe observar que, além da contribuição de Rodrigo Andrade, a interpretação de G. Freyre recebeu o apoio inequívoco de Lúcio Costa. Aliás, as análises deste último serviram ao diretor do SPHAN como referência básica para compreender a relação existente entre história e arquitetura, aplicada no caso da “nossa formação histórico-social”. Ambos acreditavam no alto valor artístico do mucambo e no modo de ser do mucambeiro, com o estilo de vida e costumes protegidos pela casa e adequados para a vida salutar na natureza tropical. O mucambo, particularmente, era apresentado por Costa e Andrade como patrimônio da cultura material que merecia ser preservado não apenas do ponto de vista documentário, com registros em torno do fenômeno, mas do ponto de vista museológico com a efetiva restauração. O que não ocorreu durante o regime do Estado Novo.

Essas considerações leva a conclusão de que parte específica da obra de G. Freyre estava condicionada à institucionalidade e estabilidade do regime do Estado Novo e que o reconhecimento e consagração decorreu da estreita rede de sociabilidade estabelecida com a classe dirigente do poder central desse período. Por exemplo, *Mucambos do Nordeste* foi uma publicação de interesse eminente do SPHAN e do MES, por isso esse

²⁵¹ *Idem*, p. 12.

²⁵² “A casa é, na verdade, o centro mais importante de adaptação do homem ao meio. Mesmo diminuída de importância, como nas fases de decadência da economia patriarcal, ou com a economia patriarcal substituída pela metropolitana, o antigo bloco partido em muitas especializações [...] não deixou de influir poderosamente na formação do tipo social. O brasileiro, pela sua profunda formação patriarcal e semipatriarcal, que ainda continua a atuar sobre ele em várias regiões menos asfaltadas, é um tipo social em quem a influência da casa se acusa em traços da maior significação”. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 22 (SM).

livro figurou como nº 1 da série de publicações. Ademais, a própria participação regular de G. Freyre nas instituições do regime decorreu da reciprocidade, vale dizer, dos acordos políticos celebrados com o Governo Federal sob a direção varguista. E o interessante é que o fato da pactuação com o poder, que resultou na invenção da identidade nacional, não foi totalmente ocultado pelos celebrantes dominadores do campo editorial.

À presente publicação deverão seguir-se muitas outras, versando sobre os assuntos que constituem objeto deste Serviço. Se não lograrem aparecer com regularidade, em consequência da escassez dos recursos disponíveis para atender à sua despesa, todavia não deixarão de ser editadas à medida e ao tempo em que o permitirem os meios pecuniários ao alcance de uma repartição, que, criada recentemente, não pôde contar com dotações orçamentárias no corrente exercício. Foi exclusivamente graças ao interesse que o atual Presidente da República tem manifestado pelas questões relacionadas com o nosso patrimônio de arte e de história e graças à iniciativa pessoal de seu valoroso Ministério da Educação, que este Serviço foi habilitado a principiar a desobrigar-se das dilatadas atribuições a ele conferidas. Entre estas se destaca a de propagar o conhecimento das obras e monumentos nacionais de valor histórico e artístico. Mas, se não fora sob o patrocínio do chefe da nação e ao impulso do notável espírito público que inspira o ministro Gustavo Capanema, sem dúvida teria sido impossível iniciar-se esta série de publicações.²⁵³

O fenômeno do mucambo não é exclusivo do Nordeste e sua incidência não está restrita à essa região, como tipo primitivo de habitação rural existente em todo o Brasil, embora no livro G. Freyre tenha se preocupado apenas com a manifestação regional do fenômeno, pouco afeito à sua comparação com a casa – rústica, é certo – de pau-a-pique e barro nas zonas rurais do Centro-Oeste e com a casa de tábua no mesmo ambiente do Sul do país. Mas, o certo é que há um sentido para a restrição consciente pelo sociólogo ao analisar, com método científico/etnológico, o processo de formação do fenômeno social na história da região em *Mucambos do Nordeste*, que, não obstante, efetuou a defesa do ponto de vista ideológico do valor do ecologismo da habitação rural.

O debate, durante o regime do Estado Novo, sobre as necessidades de valorização ou erradicação do mucambo em Pernambuco e outros estados, guardava fundo político-ideológico no qual G. Freyre pretendeu intervir mediante o poder simbólico do projeto regionalista. Esse debate político pode ser mais bem compreendido com a contextualização atenta ao problema social formado nos anos 30 em torno do *déficit* habitacional para o proletariado negro do meio rural que, progressivamente, migrava para as cidades industrializadas que estavam em crescimento acelerado, causando o problema do crescimento desordenado das cidades já nesse período, juntamente com o problema da pobre-

²⁵³ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Op. cit.*, p. 15.

za urbana manifesta na ocupação irregular (favelização) de áreas periféricas das cidades, notadamente, morros e encostas. Não obstante, no contexto do debate político em questão o problema moderno das favelas estava associado à tendência predominante rumo à modernização tecnológica do serviço da construção civil e igualmente associado à mudança nos valores culturais trazida pela ocidentalização da sociedade brasileira, estimulando a preferência quase que geral pelo padrão da casa de alvenaria em detrimento dos estilos antigos e primitivos de moradia popular, principalmente entre a classe média.

No debate havia duas posições políticas conflitantes: o argumento favorável e o argumento contrário à valorização do mucambo no Nordeste. Note-se que, nesse período, as cidades da região não recebiam fluxos migratórios na mesma proporção que as cidades do Sul e o estado do Amazonas. A tendência de migração acontecia no sentido do êxodo da população pobre do Nordeste em direção às cidades do Sul e à floresta amazônica para o trabalho com a extração do látex e transformação em borracha – processo de migração que, na visão de G. Freyre, estimulava a desvalorização cultural do mucambo.

Tratava-se de um intrincado quadro social desfavorável à permanência desse tipo de habitação. Na prática, o governo de Pernambuco não admitiu a proposta do sociólogo e executou o programa da Liga Social Contra o Mocambo durante toda a gestão do interventor. E, nesse passo, *Mucambos do Nordeste* foi escrito com o objetivo de usar o poder simbólico do projeto regionalista para insurgi-lo contra o programa erradicante do governo estadual – eis a causa da restrição do objeto de estudo por G. Freyre: a luta ideológica contra a desvalorização do “tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil”, para cuja sustentação o sociólogo contou com o apoio da elite do poder central.

Além do livro publicado pelo SPHAN, G. Freyre valeu-se de seu cargo de articulista no *Correio da Manhã* para publicar, em momentos alternados, textos que criticavam e reorientavam o tratamento conferido pelo Estado-nação à questão social, em geral, e ao problema do *déficit* habitacional, em particular. Nesses textos, seu entendimento da dupla dimensão do problema colocava-se contra a lógica do capitalismo mundial e periférico que pretendia introduzir no Brasil dos anos 30 “técnicas desumanas” de solução do problema habitacional em que se situava a população pobre residente nas cidades grandes do país. Essa solução consistia, na realidade, na construção, por padrão universalmente aceito, de grandes conjuntos habitacionais divididos por blocos de tijolo e concreto, para ocupação periódica pela parcela da população cuja nova residência era “doada” pelo Estado. Em *Mucambos do Nordeste* e nos artigos da imprensa, G. Freyre, além de criticar a lógica capitalista da arquitetura e urbanismo, apresentou alternativa diferente para a solução do problema, mais cordata com “a situação do Brasil tropical e subtropical” e contra a “desnacionalização das tradições da gente do povo”.

O problema da casa popular é dos que podem ser considerados de pontos de vista diversos: do geográfico-cultural, do sociológico, do estético-paisagístico e não apenas do estritamente higiênico ou do ponto de vista da pura técnica de arquitetura, como supõe alguns. Não só pode ser considerado de pontos de vista diversos: o seu esclarecimento e a sua solução dependem da variedade de competências, de interesses e de pontos de vista que se juntem para encará-lo na sua complexidade e para tentar resolvê-lo.²⁵⁴

As campanhas contra as favelas não são peculiares ao Brasil. Porque também os países de civilização grandiosa tem as suas favelas e os seus cortiços. E várias campanhas se têm realizado no sentido de fazer desaparecer da noite para o dia casas ilhas de miséria no oceano das metrópoles paleotécnicas. É desnecessário dizer que as campanhas assim orientadas contra as favelas da Europa e dos Estados Unidos tem sido em vão. Pode-se, é certo, fazer por este meio obra de cenografia urbana: acabar com as favelas ou os cortiços que doam mais na vista do estrangeiro, do viajante, do turista. Não é de hoje que se fazem coisas para inglês ver. Nem é só no Brasil e só para os olhos dos ingleses que elas são feitas. [...] É tempo de procurarmos encarar, no Brasil, o problema da população pobre das nossas cidades e mesmo dos nossos campos [...] com mais realismo econômico do que sentimentalismo. E é evidente que a solução verdadeira do problema das favelas – a cenografia só engana os excessivamente ingênuos – está no aumento da capacidade de aquisição daquela parte considerável de brasileiros que se alimentam mal, que andam descalços, que vivem em habitações a que faltam os rudimentos de higiene. Porque o chamado mucambo do Nordeste, em si, não é habitação má: ele é geralmente mal pelas suas condições anti-higiênicas de situação (mangue, lama, alagados) e pela sua falta de piso e de latrina. Higienizado, pode tornar-se boa habitação popular para o Brasil tropical: boa higienicamente e em correspondência com a capacidade econômica do país [...] Aumentada a capacidade de aquisição dessa gente hoje econômica e socialmente semimorta o horror das favelas diminuirá. Qualquer outra solução será fogo de artifício. Queimará talvez a palha de milhares de choças, mas não destruirá o problema da miséria brasileira. Miséria não só urbana como rural que precisa ser considerada pelos nossos homens de responsabilidade nas suas bases, e não nos seus aspectos superficiais.²⁵⁵

A mobilidade social, tanto no sentido horizontal, como no sentido vertical – que é um dos característicos mais fortes da nossa época –, faz do problema das relações raciais menos uma questão biológica do que um problema social, embora sempre presente o aspecto biológico. O aspecto social tornou-se porém de muito maior importância que o biológico, dadas as maiores facilidades de toda a espécie para o contato e cruzamento entre grupos que, em épocas de menor mobilidade, poderiam conservar-se mais isolados e mais hirtos, através de várias defesas de natureza biológica e social ao mesmo tempo: a dieta e a endogamia, por exemplo. Ora, quem diz endogamia diz estratificação num dos seus aspectos mais característicos: estratificação racial [...] Essa estratificação, por natureza vagarosa, está se processando com diferente ritmo, tanto no sentido horizontal como vertical, dado o fato de não ser a mesma a facilidade de contatos entre os elementos de várias origens étnicas, nas diversas áreas e nos diversos subgrupos das regiões ou dos grupos. É que a estratificação racial não se processa por independência, mas ao mesmo tempo das outras estratificações e, geralmente, na dependência delas. É difícil separar a estratificação racial da de classe e até da de religião e da de nacionalidade. Daí ser tão complexo o problema do homem marginal ou da população marginal.²⁵⁶

²⁵⁴ FREYRE, Gilberto. O problema da casa no México. *Correio da Manhã*, RJ. 10 ago. 1939, p. 4.

²⁵⁵ FREYRE, Gilberto. Mais realismo. *Correio da Manhã*, RJ. 6 out. 1939, p. 4.

²⁵⁶ FREYRE, Gilberto. A propósito de populações marginais. *Correio da Manhã*, RJ. 3 dez. 1940, p. 4.

À *Sobrados e mucambos* e à *Mucambos do Nordeste* somaram-se os artigos da grande imprensa nos anos 30. Isso significa que G. Freyre estava interessado em acrescentar o ponto de vista do projeto regionalista sobre a questão social. Esse ponto de vista consistia, enfim, em explicar a adequação do tipo de habitação ao clima tropical e aos valores tradicionais. Nessa visão, o mucambo apresentava qualidade ecológica formativa da virtude da arquitetura popular para toda a “cultura brasileira”, justamente devido à relação harmônica entre o material empregado na construção da casa (palha de palmeira carnaúba, buriti ou barriguda no sertão e a palha de coqueiro da Índia no litoral) e a paisagem telúrica/natural da região na qual os construtores se inspiravam. E, finalmente, a tese central: “No mucambo de tipo mais primitivo não entra prego, mas o cipó ou a corda vegetal, de modo a ser perfeito o seu primitivismo e perfeito o seu ecologismo, dado o emprego de material do lugar ou da região e dadas as condições, senão ideais, boas de aeração e insolação desse tipo popular de casa”.²⁵⁷ Portanto, a “arte do mucambo” constituir-se-ia em padrão ecológico de moradia para a população pobre e simples do Brasil.

Fig. 23 – Mucambos de madeira e palha do litoral de Pernambuco



Fonte: FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 37 (MN).

²⁵⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 28 (MN).

De todo o ponto de vista do projeto regionalista interessava ao SPHAN a defesa do valor artístico e ecológico do mucambo nordestino. A instituição estava interessada em reconhecer esse modelo de arquitetura popular como exemplar do acervo da expressão artística do “povo brasileiro”, por isso subvencionou a publicação do livro de G. Freyre continuador de seu pensamento. Ocorre que essa medida do SPHAN era inteiramente contrária à política social da interventoria de Pernambuco, com a LSCM, e esse é o ponto em que se pode verificar o desacordo entre o poder central e poder local.

Havia no campo político forte contraponto à tese central de *Mucambos do Nordeste*, o que revela um aspecto de ambiguidade ou contradição nas bases do Estado Novo. O governo de Pernambuco conseguiu a participação de João Duarte Filho no debate político sobre a necessidade de valorização ou erradicação da habitação primitiva no estado, de cuja contribuição no debate resultou a publicação de um artigo na revista *Cultura Política*, periódico mantido pelo DIP. O artigo foi concebido no sentido de fortalecer e legitimar as bases da política social da Interventoria Federal do estado. Desse modo, o autor contrapôs-se à tese freyriana do ecologismo do mucambo e apresentou forte contraponto à prescrição de se valorizar o tipo de habitação – ato que foi qualificado por G. Freyre ainda em 1936 como “calúnia contra a tradição do mucambo”.

O autor apresentou fatos e dados que contradizem a tese do ecologismo do mucambo nordestino. Se o objetivo do autor era levantar contraponto visando à legitimação da LSCM e à invalidação da tese de G. Freyre, portanto o centro de interesse de seu artigo deveria ser, como de fato foi, o problema da insalubridade em que a habitação popular subsistia. Com efeito, esse problema constituiu a tônica do debate político, retomado em 1942 com o forte contraponto de Duarte Filho. O autor (des)qualificou o poder simbólico do projeto regionalista dentro do debate político ao enunciá-lo no texto como expressão do “lirismo de artista”, vale dizer, que a ideia de “arte do mucambo” é, segundo seu ponto de vista, resultado do pensamento idílico do grupo de artistas e intelectuais regionalistas sobre o problema social de Pernambuco, visto apenas com o quadro do emotismo típico do artista; e, para o autor, esse problema exigia, ao contrário, mais realismo pragmático: mais modernização do espaço habitável com dignidade humana. Por isso, o autor exclamava: “Não nos deixemos impressionar totalmente pelas linhas da pintura. O artista extravasa o seu temperamento através da arte, vê a natureza através dela. Para ele o seu sentimento artístico é que é, verdadeiramente, a natureza. E o mocambo foi visto através deste temperamento, porque o verdadeiro mocambo é a lama dos mangues”.²⁵⁸

²⁵⁸ FILHO, João Duarte. O mocambo. *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro: ano 2, nº 15, maio de 1942, p. 18. CPDOC/FGV.

O contraponto de Duarte Filho era a denúncia da condição, considerada geral e preocupante, das casas construídas no solo alagado do mangue situado na zona marítima de Pernambuco e outros estados ou construídas nos sítios das margens do Recife. O mocambo, nessa visão, era um vício que degradava a condição da vida moral e material dos negros paupérrimos, sem perspectiva de dignidade e civilidade, e que precisava ser eliminado pela política social do interventor. “Ficou um monstrengo, mas ficou uma casa [...] O mocambo é isto. Nele se dissolve, dia a dia, a sociedade e a civilização, a moral e a família, os sentimentos humanos e as fórmulas sociais. Nele se dissolve principalmente o homem, base da civilização, da família, da sociedade e da moral”.²⁵⁹ Sua posição no debate era tanto clara quanto oposta à posição de G. Freyre: o poder público não poderia admitir a situação social degradante da população mucambeira de Pernambuco e deveria dar condições concretas para a convalescência dos grupos familiares, e as medidas aplicáveis na convalescência consistiam em incluir os grupos na ordem civil do trabalho, do lar e do lazer; incluir, enfim, os mucambeiros na fórmula social da civilização ocidental.

A contradição desse debate político com o Estado Novo residiu em que o poder central permitiu a colocação de pontos de vista antagônicos sobre a questão social. Uma vez que o Governo Federal incumbiu-se de reformar a questão social e lançar país adentro as diretrizes políticas pelas quais os interventores deveriam atender a reforma nos estados, segundo o modelo corporativista de cidadania restrita ao mundo do trabalho, não haveria razão para o interesse do SPHAN em incentivar o estudo da tradição mucambeira de acordo com o ponto de vista antropológico de G. Freyre. A contradição, melhor dizendo, residiu em a instituição incentivar a luta ideológica do sociólogo em torno da valorização do mucambo como símbolo de brasilidade decorrente de seu valor ecológico e artístico, ou seja, como indicativo do *ethos* acomodaticio do “povo brasileiro”, ao passo que em Pernambuco essa realidade estava sendo denunciada como degradação da moral.

Melhor analisada, essa contradição difusa logo se dissolve e, no quadro da luta ideológica por projetos antagônicos de civilização em Pernambuco, logo surge um esboço de resposta acompanhada por questão mais ampla: o Estado Novo permitiu o conflito de interesses porque a ambiguidade era um fundamento constitutivo do regime político. Com efeito, o regime operou com ambos os projetos de civilização, o etnológico e o de mercado, tornando o primeiro fragmento da memória do ruralismo e o segundo a política habitacional. Todavia, ainda fica a questão: o que significa a favelização da negritude nos anos 30, falta de virtude cívica e igualitária que condena a raça e a classe ao pauperismo ou indicativo do comportamento anti-moderno e anti-burguês dessa raça e classe?

²⁵⁹ *Idem*, p. 19-25. CPDOC/FGV.

3.3.3. Almir de Andrade, *Aspectos da cultura brasileira* e a legitimação do projeto regionalista negociada diretamente na revista *Cultura Política*

Dentre o grupo de intelectuais correligionários de Vargas que também eram defensores e entusiastas do projeto regionalista Almir de Andrade destacava-se com maior notoriedade. O intelectual carioca ocupou cargos importantes dentro do aparelho estatal, como o cargo de docente na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e o cargo de editor-chefe da revista oficial do DIP, *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, publicada entre 1941 e 1945. Além de cargos, A. de Andrade também ocupou-se com a publicação de livros de psicologia, de filosofia e de revisão crítica dos estudos sociais selecionados. Daí sua notoriedade estar associada à dupla ocupação como escritor/crítico/intelectual e como funcionário público, conhecida principalmente em determinados meios sociais, como o dos estadistas, intelectuais e professorado superior.

Mas não foi propriamente a posição social de autoridade de A. de Andrade que contribuiu para a circulação do ideário do projeto regionalista no campo político, apesar de que a autoridade de crítico certamente influenciou favoravelmente na tarefa de legitimar o projeto regionalista a partir da defesa de seus fundamentos. A rigor, o livro *Aspectos da cultura brasileira* desempenhou a função de intermediador possível/crível entre a leitura da elite dirigente do regime da obra sociológica de G. Freyre e a conformação dos significados do projeto político para o presente do Brasil e para o mundo contemporâneo, na leitura de G. Capanema, L. Fontes e Vargas, por exemplo, dos livros de G. Freyre a partir da leitura de *Aspectos da cultura brasileira*. O livro, portanto, contribuiu para o circuito produção-difusão-recepção das ideias do sociólogo no campo político e, conforme se verá a seguir, esse livro foi fundamental para os processos de conversão dessas ideias em componente básico da ideologia oficial manifesta na razão de Estado nos anos 40.

Aspectos da cultura brasileira foi publicado por A. de Andrade em 1939, quando a composição do projeto regionalista estava em estágio avançado, com a publicação, no mesmo ano, de *Açúcar: algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do Nordeste* e com o sucesso de crítica conquistado por *Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos e Nordeste*. No livro, A. de Andrade preocupou-se em realçar o sentido de novidade ou inovação trazida pelos fundamentos técnicos do projeto regionalista à ciência moderna, sobretudo ao campo das ciências humanas, bem como realçou a pertinência da interpretação sociológica de processos do passado em relação ao Brasil moderno e ao mundo contemporâneo. Para tanto, o autor exerceu o papel de crítico especializado na discussão e análise do método culturalista que G. Freyre empregou em sua interpretação.

Aspectos da cultura brasileira direciona a leitura da obra sociológica de Freyre para o conceito de *cultura* em detrimento do conceito de *raça*. O ensaio de A. de Andrade pode ser considerado como a tentativa inédita de discussão dos fundamentos da interpretação freyriana da formação nacional, por isso a discussão da obra não foi feita no sentido meramente de apologia em torno de seu conteúdo e ideário, mas no sentido de apreciação crítica dos fundamentos epistemológicos da obra então considerada científica. Assim, a discussão interna estava centrada na decifração do método culturalista empregado nos estudos histórico-sociais e direcionada para leitores mais instruídos no tema.

O objetivo do ensaio era, com efeito, controlar os significados da obra sociológica de Freyre variáveis de acordo com a leitura individual de pessoas ligadas ou não ao poder político. O controle assim exercido por A. de Andrade do sentido do projeto regionalista implicou o direcionamento mais preciso da leitura para o conceito de diversidade cultural como centro de investigação em *Casa-grande & senzala* e outros livros, de onde se pode perceber o interesse em comum acordo de se legitimar o invento da identidade nacional nos anos 40 conforme foi construído com base no pensamento de Freyre.

É notável em *Aspectos da cultura brasileira* a preponderância da discussão sobre os fundamentos constitutivos do projeto regionalista, sobretudo no atinente ao modo de operação do método culturalista com que, segundo A. de Andrade, G. Freyre conseguiu desenvolver a compreensão/explicação do sentido amplo do conceito de diversidade cultural para a formação do *ethos* brasileiro e seu nexos com a situação do tempo presente. Há muitas passagens dispersas no livro que indicam a preponderância do regionalismo como chave de leitura da interpretação proposta por A. de Andrade sobre a “cultura brasileira”, com suas bases de sustentação sendo valores e símbolos regionais, como a seguinte passagem que busca corroborar a tese do valor de pureza da interação entre o homem e a natureza na paisagem marítima nordestina: “O homem simples da beira do mar é humilde, é pobre, está mais perto da tragédia e da dor, mas é muito mais puro, porque está muito mais intimamente unido à verdade da sua própria natureza...”²⁶⁰

No livro A. de Andrade interpretou o projeto regionalista como movimento intelectual ao mesmo tempo que movimento social, ou seja, que o pensamento de G. Freyre não se limita a fornecer explicações sobre a formação nacional pelo método culturalista, congregando outros pensadores para o crescimento do movimento intelectual, mas que se estende a indicação do nexos desse pensamento com a situação presente do Brasil, num movimento social que marca claramente a transição da dimensão intelectual para a dimensão ideológica do pensamento: a invenção da identidade nacional pelo pacto entre

²⁶⁰ ANDRADE, Almir de. *Aspectos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1939, p. 23.

o projeto regionalista e o projeto centralista com princípio que atribuiu à classe trabalhadora o encargo de símbolo das expressões naturais da cultura popular e mediante os processos de elevação das partes dos “regionais-populares” para o todo do “nacional-popular”. Mas, a indicação mais direta desse nexos com o presente foi feita por A. de Andrade em *Aspectos da cultura brasileira*, considerando que o autor expôs, com clarividência, a leitura favorável aos fundamentos do projeto regionalista, em cuja comunicação com os outros leitores pôde-se finalmente obter a concordância com o grupo da elite varguista.

Se há movimento que marque de forma impressionante as novas tendências da cultura brasileira nestes últimos cinco anos, é sem dúvida aquele que se esboça no terreno da sociologia e que nos veio apresentar sob um aspecto novo o estudo da nossa realidade social. Foi Gilberto Freyre quem o iniciou. Suas três obras já publicadas (*Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Nordeste*), constituem os primeiros grandes ensaios do estudo sociológico da realidade brasileira, dentro do método histórico-cultural. Trazem-nos um grande cabedal de pesquisas, sob uma unidade de direção, com uma orientação intelectual coerente e definida que nos afasta do terreno da pura ciência histórica para um terreno mais fecundo e mais totalitário, onde encontramos uma interpretação e crítica sociais, impulsionadas não apenas pela curiosidade de um espectador ou pela ambição de adaptar fatos sociais a teorias preestabelecidas, mas por uma inclinação bem humana de sinceridade, por um espírito que estuda dedicando o máximo de interesse à significação real dos fatos que analisa, como à utilidade dos conceitos que emite. Não procura, na esfera das suas pesquisas, tão somente a objetividade em si, essa objetividade que se cõa em teorias científicas mais ou menos engenhosas, ou em hipóteses sociológicas que transcendem a odores químicos de tubos de ensaio: vai bem mais longe, interessando-se apaixonadamente pelo homem que vive, identificando-se com ele quase, ao receber as impressões de cada momento evolutivo, acompanhando-o pelo interior das casas-grandes e pelos leitos das senzalas, descrevendo-lhe a história por dentro e por fora, como quem o ama tanto ou mais do que o estuda.²⁶¹

Em *Aspectos da cultura brasileira* percebe-se, de fato, a preponderância do regionalismo no ponto de vista de A. de Andrade sobre a epistemologia das ciências sociais, desde a concepção de método científico à reflexão interna sobre a validade da ciência para a vida humana; por conseguinte, ficam reconhecidos de forma direta os sentidos “inexoráveis” do projeto regionalista para o Brasil e para o mundo contemporâneo, com a revisão crítica sobre seis pontos fundamentais: 1) a inversão lógico-semântica do conceito de raça para o conceito de cultura, “representada por uma visão totalitária da cultura, considerada sob todos os aspectos possíveis”²⁶²; 2) a visão nova da história íntima e privada que “encarna uma concepção viva e dinâmica da realidade social, apreendida na

²⁶¹ *Idem*, p. 35-36 (grifo meu).

²⁶² *Ibidem*, p. 37.

sua maior intimidade e mais completa espontaneidade”²⁶³, o que torna o pensamento de G. Freyre um pensamento universal; 3) a imunidade, nesse pensamento, de preconceitos de raça ou de origem, o que representava à nação “a libertação de toda a espécie de preconceitos e posições parciais que ainda dominavam os ensaístas anteriores”²⁶⁴; 4) a objetividade empregada na pesquisa “é uma atitude de crítica disciplinada e metódica”²⁶⁵, de crítica reorientadora dos vícios político-culturais; 5) a subjetividade também foi empregada na pesquisa e é donde se “tenta o restabelecimento dos fatos sociais na sua pureza experimental, antes de qualquer interpretação”²⁶⁶, como de fato foi o caso do ELC de 1941; 6) a concepção de método de G. Freyre “traduz a atitude de simplicidade diante desses fatos – não de uma simplicidade que foge do complexo, mas de uma simplicidade sadia que absorve o complexo e que o dissolve na sua unidade substancial: atitude do homem natural, espontâneo e livre, única atitude verdadeiramente fecunda e digna do cientista ou do filósofo que quiser ser humano e quiser compreender que nenhuma sabedoria é perfeita se não brotar do seio da própria vida, como uma aspiração de plenitude e de utilidade humana”.²⁶⁷ E, finalmente, o reconhecimento final: “Sob esses seis aspectos que foram assinalados acima, o movimento iniciado por Gilberto Freyre pode considerar-se definitivo para a orientação futura dos nossos estudos sociais”.²⁶⁸

A discussão de A. de Andrade enfatizou o sentido de inovação do projeto regionalista e associou esse sentido ao impacto causado na sociedade brasileira dos anos 30: reconhecia-se assim, de forma direta e aberta, a implicação política do conjunto de textos de G. Freyre no processo de constituição, por reformas, do Estado. O interesse maior de A. de Andrade com esse reconhecimento aberto em 1939 parece ser a legitimação do ideário do projeto regionalista pretendendo acelerar o processo de conversão desse ideário em razão de Estado. Nesse sentido se torna plausível a hipótese de que o objetivo de *Aspectos da cultura brasileira* era conformar os significados dos livros de G. Freyre perante a elite do poder central, direcionando a leitura para os aspectos que interessavam a essa conformação. Essa é uma manifestação do pacto político, observável no tom de defesa por A. de Andrade das teses de G. Freyre. Mais ainda, o pacto também se manifesta em outras partes do livro, como a parte em que o autor corroborou o diagnóstico psicossociológico do comportamento do “povo brasileiro” ou psicologia do brasileiro em busca de certa “índole do povo” e na parte da crítica contra as teorias racistas oitocentistas.

²⁶³ *Ibid.*, p. 37.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 37.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 37.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 37.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 37-38.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 38.

Tabela 3 – Aferição da incidência do projeto regionalista em *Aspectos da cultura brasileira* (Presença de temas em cujo tratamento há evidências de relação com os temas originariamente estudados por Gilberto Freyre em CGS, SM e NOR)

Capítulos e temas ou seções do livro	Temas relacionados ao projeto regionalista	Quantidade total de temas do livro	% dos capítulos do livro
Cap. 1: “Aspectos da vida brasileira”: a) Alma brasileira e o carnaval; b) Traços psicológicos do brasileiro; c) Lendas e canções do mar; d) A intuição das “distâncias”; e) O homem simples do mar	5	10	50%
Cap. 2: “Os novos estudos sociais no Brasil”: a) Novos rumos da sociologia brasileira; b) Problemas de raça e de cultura; c) O colonizador português e seu caráter	3	3	100%
Cap. 3: “Aspectos da literatura brasileira”: a) O humano na literatura brasileira; b) Algumas tendências do romance brasileiro	2	3	75%
Cap. 4: “Aspectos da cultura científica”: a) O problema da higiene alimentar; b) Trabalhos de pesquisa; c) Raízes sociais da linguagem brasileira	3	6	50%
Apêndices: a) “Homens e símbolos”	1	4	25%
Total	14	26	53,84%

Com mais da metade do conteúdo de *Aspectos da cultura brasileira* referindo-se aos temas originários do movimento ou do projeto do regionalismo nordestino estava evidente ao grupo de leitores de A. de Andrade sua posição política de intermediador na negociação de acordos entre Freyre e o regime de Vargas. Com efeito, o livro funcionou como uma espécie de acionador do circuito produção-difusão-recepção da ideia de “cultura brasileira” e, da mesma forma, para se entender a ligação dessa ideia com a demanda pela valorização da mestiçagem como símbolo de brasilidade, finalmente acelerando o processo de conversão do regionalismo em razão de Estado no curso dos anos 40.

Esse circuito girava em torno, basicamente, do grupo dileto de leitores dos textos de G. Freyre. Com os significados desses textos controlados por A. de Andrade, esse grupo da elite estadonovista pôde legitimar o projeto regionalista e apropriar-se de com-

ponentes que lhes interessavam, como o componente simbólico e a doutrina do pacto interregional. Desse modo, verifica-se a apropriação do pensamento de G. Freyre pela oficialidade da razão de Estado, recaindo sobre a invenção da identidade nacional fundada sobre o discurso da mestiçagem. Ademais, por efeito dos usos políticos este pensamento transformou-se na própria ideologia oficial manifesta nos princípios da razão de Estado.

A veiculação da ideologia oficial, logo depois de A. de Andrade ter transformado o ideário do projeto regionalista em razão de Estado, sobretudo no atinente ao padrão de cultura híbrida extraído de *Casa-grande & senzala* e convertido em princípio constitutivo da razão de Estado relacionado à questão racial – legitimando o interesse recíproco na valorização do elemento mestiço para conformação do significado de “povo brasileiro” como base do caráter/identidade nacional –, a veiculação ou a disseminação dessa ideologia não foi feita apenas por meio de *Aspectos da cultura brasileira*. A. de Andrade desempenhou outra função tão importante para a intermediação do negócio com Vargas quanto a publicação do livro, trabalhando como editor-chefe de *Cultura Política*, revista que estava inteiramente integrada ao circuito produção-difusão-recepção das ideias dos intelectuais interessados em contribuir para construção do campo cultural moderno.

Cultura Política foi dirigida por A. de Andrade durante todo o período em que manteve sua circulação ativa entre 1941 e 1945. A revista era uma publicação oficial do DIP, tendo periodicidade mensal, e tinha por objetivo comunicar as diretrizes doutrinárias do Estado Novo, divulgar as ideias-base do regime político e preparar uma forma de linguagem conceitual compatível com a ideologia do nacionalismo. Apesar da polémica suscitada pela busca do verdadeiro sentido da revista no contexto do Estado Novo, pode-se afirmar que esse veículo de comunicação do DIP era importante para a consolidação do modelo de “cultura histórica” construído pelo regime, da mesma forma que o enxerto da memória tradicionalista/ruralista no imaginário coletivo tornou-se possível devido à veiculação, tornada uma rotina administrativa entre os editores e os muitos colaboradores, das variações do ideário do projeto regionalista em seções da revista como “Brasil social, intelectual e artístico”, “Quadros e costumes regionais”, “Problemas regionais”, “Folclore”, “História”, “Música”, “Alimentação”, “Cidades do Brasil” etc.²⁶⁹

A revista foi resultado da atividade do DIP com a justificação ideológica do regime ditatorial instituído pela Carta de 1937. Trata-se de uma tarefa que, de acordo com

²⁶⁹ A revista contava com artigos de 261 colaboradores até a 30ª edição de 1943. Esse dado mostra a envergadura do projeto editorial desenvolvido pelo DIP como investimento de peso na finalidade a que o órgão ficou investido por Vargas: legitimar o regime mediante a veiculação da ideologia oficial, o que foi feito a partir da publicação de *Cultura Política* entre outras ações governamentais. Cf. “Colaboradores de *Cultura Política* até o número 30”. In: *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro: Vol. 03, nº 33, outubro de 1943, p. 7-20. CPDOC/FGV.

os ideólogos do momento, exigia a adoção de diretrizes de alcance doutrinário e prático, espécie de máquina de propaganda comandada por corpo restrito de intelectuais-funcionários. Esse era, na realidade, o diagnóstico de um ideólogo dirigido a Vargas em 1938, em que circunstanciava a demanda da criação de um novo aparelho de Estado mediante o qual as bases do regime deveriam ser sistematizadas de forma instrutiva e útil e depois difundidas para uso do “povo” através da veiculação de matérias diversificadas. *Cultura Política* funcionou, pois, como o principal órgão teórico de sustentação do Estado Novo por estar integrada ao circuito produção-difusão-recepção de ideais novas dos intelectuais colaboradores da revista e porque efetuava, como meio de comunicação de massas, o processo de conversão dessas ideias “originais” em ideias-base do regime autoritário.²⁷⁰

Em todo o período de circulação de *Cultura Política*, somando ao todo 49 edições em sua vida publicitária de 1941 a 1945, G. Freyre publicou apenas dois artigos de sua autoria, o de estreia em 1941 e o último logo em 1942. Esse dado revela que a colaboração direta e pessoal do sociólogo no veículo oficial do DIP foi modesta do ponto de vista quantitativo. Mas, do ponto de vista qualitativo, o exame das publicações revela o efeito pragmático que a colaboração de G. Freyre gerou nas bases do regime autoritário, e, nesse sentido, deve-se observar que o projeto regionalista também estava presente nas edições da revista de forma indireta, com a colaboração regular de intelectuais seguidores da matriz regionalista do Nordeste em seções em que comumente se publicava matérias de interesse do Estado Novo relativas às variações do ideário cultural do regionalismo, como a seção de folclore, com a colaboração de Basílio de Magalhães e de Câmara Cascudo, e a seção de costumes regionais, com a colaboração de Graciliano Ramos.

Almir de Andrade concedeu um lugar privilegiado ao pensamento de G. Freyre na construção do discurso ideológico – estadonovista – referente à pretensa “cultura nacional” no interior do projeto editorial de *Cultura Política*. Apesar da ampla diversidade do quadro de colaboradores regulares da revista, verifica-se no documento que a grande maioria das matérias apresentadas nas edições foram inspiradas no regionalismo nordestino, sobretudo nos temas referentes à sociedade, cultura e meio ambiente. O convite para colaborar pela primeira vez com a revista foi feito por A. de Andrade a G. Freyre em 1941, e este aceitou o convite e publicou seu primeiro artigo na seção dedicada a discutir o pensamento político de Vargas do ponto de vista da direção do governo vigente.

O artigo, intitulado “A propósito do Presidente”, inicia-se com a exposição clara de um editor da revista que tinha por objetivo legitimar a participação de G. Freyre na

²⁷⁰ CODATO, Adriano; GUANDALINI, Walter. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: n° 32, 2003, p. 145-164.

seção dedicada a discutir Vargas, tanto no sentido crítico quanto no acrítico, e, do mesmo modo, direcionar o leitor do texto ao sentido do impacto gerado por G. Freyre na sociedade brasileira dos anos 30, num ato de claro jogo político em que a convergência em torno da ideologia do nacionalismo e antiliberalismo mostrava-se ainda mais forte. Não há como afirmar com certeza que quem escreveu as primeiras linhas de “A propósito do Presidente” foi A. de Andrade, uma vez que o documento não trouxe qualquer referência da autoria do parágrafo, mas é sim possível intuir que tenha sido ele o autor pelo fato simples de que era o editor-chefe responsável pela seleção das publicações da revista. O que mais importa, contudo, é compreender o sentido das seguintes afirmações do editor:

Gilberto Freyre é hoje um nome nacional. Sua grande obra sociológica, que modificou os rumos dos estudos sociais no Brasil, já transpôs as nossas fronteiras. Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos, Nordeste, Açúcar, O mundo que o português criou, Região e tradição e numerosos outros artigos e monografias de sua lavra, consagraram-no como uma das figuras mais expressivas do pensamento brasileiro contemporâneo. É de sua autoria o artigo que hoje transcrevemos, sobre a orientação sociológica do governo do presidente Getúlio Vargas e que, tanto pela autoridade intelectual de quem o escreveu, como pela importância do tema ventilado, é uma ilustração oportuna da 2ª seção desta revista [“O pensamento político do Chefe do Governo”].²⁷¹

Afirmou-se no primeiro artigo de G. Freyre em *Cultura Política* que “sua grande obra sociológica e os numerosos outros artigos e monografias de sua lavra consagraram-no como uma das figuras mais expressivas do pensamento brasileiro” porque era de interesse do Estado Novo manter ativa a homogeneidade do discurso ideológico acerca dos temas sociais e culturais estudados pelo projeto regionalista e apresentados ao leitor da revista como atrelados ao conceito de “realismo” da organização política estruturada na ideologia antiliberal do governo forte, de modo que, com o artigo de G. Freyre, A. de Andrade pôde enfatizar a atualidade do regime realista bem como sua adequação à “realidade sociológica” do país. Sendo assim, o interesse em negociação com A. de Andrade era a conversão do projeto político dos intelectuais ligados ao poder central em discurso sociológico que, por haver consenso de que seria científico, apresentava-se como neutro ou isento de acordos com o poder dominante.²⁷² O que tudo indica, a despeito do que ficou combinado entre A. de Andrade e G. Freyre, é que *Cultura Política* é outra evidência do pacto com o Estado Novo em torno do projeto comum e nacionalisticamente interessante de invenção da identidade nacional brasileira, porque a afirmação de A. de Andrade trouxe o discurso em que se apresentava um fato: se o projeto de G. Freyre era de fato eficaz e foi o responsável pelo “redescobrimento do Brasil”, nos anos 30 e 40 havia

²⁷¹ In: FREYRE, Gilberto. A propósito do Presidente. *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro: Vol. 01, nº 05, 1941, p. 123. CPDOC/FGV (grifo meu).

²⁷² Cf. CODATO, Adriano; GUANDALINI, Walter. *Op. cit.*

o suporte do novo projeto político tão eficaz quanto o projeto regionalista, sendo que, se os interesses elementares do projeto regionalista nordestino foram realizados, sobretudo os de ordem cultural, econômica e nacionalista, era porque o Estado Novo os compreendeu e deu suporte na proporção certa para efeito de realização na prática governamental, no interesse recíproco de se fortalecer a ideologia do nacionalismo e do antiliberalismo.

Trata-se da conversão, pela elite dirigente do poder central, do conceito freyriano de cultura, inclusive a ideia de tolerância racial da sociedade brasileira, em razão de Estado como sustentáculo capaz de consolidar a invenção da identidade nacional em cuja base passou a residir profundamente, a partir de 1937, a ideia de “povo mestiço” situado nas regiões brasileiras. Não foi por acaso que A. de Andrade mencionou no artigo o valor dos artigos da imprensa escritos por G. Freyre durante a conjuntura estadonovista, posto que o interesse dele era incluir essa produção no processo de conversão das ideais sociológicas freyrianas em razão de Estado, e que *Cultura Política* e outras revistas serviram ao circuito produção-difusão-recepção dessas ideias, passando as veiculá-las à sociedade e ao mundo na condição mesma de ideologia oficial do regime autoritário.²⁷³

²⁷³ A lista dos artigos da imprensa escritos por G. Freyre com a orientação nacionalista que interessava ao Estado Novo é extensa, pois abrange a produção no *Correio da Manhã* e no *Diário de Pernambuco*, que foram os dois grandes órgãos da imprensa nesse momento em que G. Freyre colaborou com regularidade: no *Correio da Manhã* de 1937 a 1941 e no *Diário de Pernambuco* durante todo o período da ditadura varguista, colaborando ainda mais tempo após o regime. O sociólogo foi contratado ainda em 1937 pela empresa de Assis Chateaubriand para colaborar como articulista dos jornais de propriedade da empresa sob o regime de direitos autorais pagos por texto publicado. Nesse caso, muitos artigos publicados no *Diário de Pernambuco*, veículo adquirido por A. Chateaubriand em 1931, foram republicados em outros veículos da empresa *Diários Associados*, como *O Jornal*. Não obstante, nesse momento G. Freyre também foi contratado pelo grupo paulista “Mesquita” para colaborar no *O Estado de S. Paulo*, o que fez entre 1943 e 1944, tendo deixado de colaborar para o veículo alegando a violação constante de suas correspondências e envio dos textos para *O Estado de S. Paulo* pela censura da interventoria pernambucana; também colaborou, enfim, para jornais do exterior (nesse período sobretudo da América Latina) como o *La Nación*, da Argentina, entre 1941 e 1944. Perante a massa enorme de artigos encontrados no acervo documental pesquisado, optou-se por fazer a seleção dos textos com o objetivo de apresentar uma síntese do ideário do projeto regionalista relativo às questões discutidas e simultaneamente negociadas com a elite do poder central, nesse caso fundamentalmente com A. de Andrade – seu interlocutor e intermediador na política. Se apresentará a seguir o panorama do pensamento de G. Freyre sobre a questão racial e a discussão sobre o problema dos valores de cultura, reconstruído com base nos artigos da imprensa que foram aludidos por A. de Andrade em *Cultura Política*. “Os interesses do Brasil”, por exemplo, discutiu, em 1938, a função dos intelectuais no movimento de libertação do Brasil do estigma de país inferior no campo artístico-cultural:

“Por muito tempo nós pretendemos que o inglês – isto é, o estrangeiro – visse maravilhas em nossa literatura, em nossa arte, em nossa ciência. Mas em vão. Ele enxergava criações apreciáveis do talento brasileiro: as de Carlos Gomes, por exemplo. Mas não maravilhas. Nem se deslumbrava nem fazia caso das nossas “obras de gênio”. Hoje, entretanto, há um movimento intelectual e artístico no Brasil a que os estrangeiros inteligentes que conhecem o nosso país se mostram particularmente sensíveis [...] É do Brasil, na verdade, que todos aqueles observadores, aqui como na Europa, que se interessam pela América chamada Latina, sentem vir as melhores expressões atuais de poder criador, de poder poético, de poder artístico nesta parte do mundo [...] O que se sente vir do Brasil é o trabalho de geração nova e forte de intérpretes do passado e da vida brasileira atual. Gente que começa a dar forma, expressão e significação a uma formidável massa de material folclórico, de tradições e de elementos de paisagem e de cultura característica da região americana mais complexa na composição física de sua gente e no conjunto de suas tradições. Um país americano com uma tradição monárquica europeíssima e com restos de maometanismo africano a se dissolverem no catolicismo ibérico [...] Os xangôs hão de encontrar sua forma moderna de expressão artística brasileira, como nos Estados Unidos os *spirituals* dos negros do Sul. É questão de tempo. Mas

isso já é outra história. A verdade é que o Brasil começa a ser um centro de interesse na cultura moderna”. FREYRE, Gilberto. Os interesses do Brasil. *Correio da Manhã*, RJ. 10 nov. 1938, p. 4. SR/FBN.

Na produção do *Correio da Manhã* há muitos outros textos contendo o mesmo teor do nacionalismo, correlativos, frequentemente, à discussão da questão racial e dos valores herdados da tradição agro-patriarcal. Em artigos como “Southey e o índio brasileiro”, “Um estudo do professor Pierson”, “Eugenia e não eutenia”, “Valores de cultura: que são?”, “Sedentários e nômades”, “Uma escola de altos estudos na Bahia”, “Irmandades coloniais e a questão de raça”, G. Freyre identificou as causas do problema do complexo de inferioridade racial entre negros e mestiços tanto no Norte quanto no Sul, assim como os efeitos desse problema na autoestima de grupos raciais na situação de marginalidade social. Nesses textos o sociólogo também escreveu a favor de pesquisas realizadas por especialistas estrangeiros no tema de relações raciais entre brancos e negros em Salvador e no Recife, estudado por Donald Pierson e Roger Bastide em 1940, quando os pesquisadores afirmaram haver tolerância e mobilidade ao invés de discriminação de cor nas cidades em questão – conclusão de tolerância reafirmada por G. Freyre em sua produção jornalística. Tudo indica que o interesse político na discussão da questão racial nos anos 40 referia-se à prescrição dos meios de se combater na sociedade brasileira o complexo de inferioridade racial de negros e mulatos, assim a ideia de tolerância entre os contrários de cor fez sentido à elite dirigente do Estado Novo, que acrescentou às medidas de valorização da cultura afro-brasileira as políticas de inclusão do proletariado negro na estrutura do trabalhismo que garantia a essa população apenas o direito ao trabalho e à renda mínima.

Na produção do *Diário de Pernambuco* encontra-se um conjunto de artigos que discutiam mais precisamente o processo formativo do fenômeno da diversidade cultural do Brasil, incluindo na discussão o problema do complexo de inferioridade racial, a prescrição dos meios de se resolvê-lo e a defesa do valor tradicional da agricultura familiar pela técnica da policultura. Artigos como “Cozinha pernambucana”, “Futebol mulato”, “Perfil da colonização luso-africana do Brasil”, “Velhos complexos”, “Um ‘manual do perfeito mestiço’”, “Terra e lavradores”, “Centenário de um pintor”, “Ainda Pedro Américo”, “Portinari”, “O livro do professor Pierson” e “Roger Bastide no Recife” formam a síntese do pensamento freyriano acerca da contribuição das culturas africanas transmitidas à sociedade colonial em formação, cujos valores atuais o Brasil deve, segundo G. Freyre, aos antagonismos de cultura que foram equilibrados pelo patriarcalismo agrário do Brasil colônia. Vale frisar também a ênfase atribuída à história do Nordeste em relação à formação de valores tradicionais correspondentes à diversidade cultural do Brasil: a vantagem do país.

“Não estou apenas salientando a contribuição econômica (que ninguém nega, antes todos exaltam) do trabalho africano em nossa formação, mas a importância do escravo negro no mecanismo de civilização patriarcal que tornou possível desenvolver-se no Brasil alguma coisa mais que simples colônia de plantação: uma comunidade em essência europeia, falando o português, rezando o padre nosso, regulando-se pelo direito romano e, ao mesmo tempo, enriquecida pela absorção de valiosos elementos de cultura indígena e africana. Culturalmente superior ao indígena, o melhor escravo africano – não apenas o doméstico, mas o de campo – exerceu no Brasil nítida função civilizadora quase ao lado do colono português, e não inteiramente abaixo dele [...] Contribuição que vai sendo hoje estudada não só com ciência mas com amor. E tão considerável é ela para quem analisa a geografia humana e cultural do Brasil, a nossa história social e econômica, a nossa antropologia, o nosso folclore, que pode-se quase falar numa autêntica colonização luso-africana do Brasil”. FREYRE, Gilberto. Perfil da colonização luso-africana do Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife. 7 ago. 1942, p. 4. SR/FBN.

“Aqueles que têm se dedicado, no Brasil, a pesquisar sobre o nosso passado – por tanto tempo a história do português, do caboclo e do negro nesta parte da América, como uma ou outra variável e um ou outro traço em sentido contrário na economia, no patriarcalismo e nas etnias dominantes – sabem que dentro da velha organização o trabalho manual foi quase todo de escravo. Do que resultou o seu aviltamento. E com o aviltamento, a imperfeição que ainda hoje – um século depois da abolição – caracteriza grande parte das atividades manuais brasileiras nas zonas mais atingidas pelos complexos sociológicos e psicológicos aqui desenvolvidos pelo regime de trabalho escravo [...] Com esse aviltamento não só do trabalho manual como do simples do esforço físico, era natural que se desenvolvesse entre nós não só o desprezo pelas artes e pelos ofícios – ocupação de escravo ou de negro – como a própria preguiça ou remancho, tão do brasileiro, e por alguns observadores atribuídas principalmente ao clima. Engano: o efeito principalmente da escravidão. Da escravidão é que resulta a quase nenhuma dignidade do trabalho manual no Brasil, complexo sociológico e psicológico que ainda hoje oferece à observação dos simples curiosos aspectos surpreendentes. Tem graça ouvir dos nossos mulatos mais melífluos que “trabalho pesado é coisa de negro”, quando o exemplo que nos vem dos países considerados mais brancos é bem diverso. FREYRE, Gilberto. Velhos complexos. *Diário de Pernambuco*, Recife. 18 ago. 1942, p. 4. SR/FBN.

Dessas conclusões interessavam a A. de Andrade a conversão em razão de Estado como instrumento de fixação da “raça brasileira” pela ideia de miscigenação do povo através do combate ao complexo de inferioridade racial sobretudo com a valorização das tradições culturais. E isto interessava ao regime porque era o meio de fortalecer a cooptação dessa classe para o novo regime de trabalho assalariado.

Que se passe agora ao exame de “A propósito do Presidente”. Esse texto é uma prova empírica da negociação de interesses resultante no pacto político entre G. Freyre e Vargas, posto que o sociólogo aceitou colaborar para *Cultura Política* porque o IAA havia preparado o ELC em 1941 e promulgado o conjunto de normas no mesmo ano. O artigo publicado na revista do DIP resultou da contrapartida de G. Freyre à decisão política de Vargas através do IAA e em que se usou o senso crítico da sociologia para identificar os avanços técnico-científicos do Governo Federal sob a direção varguista, relacionados às técnicas de gestão do interesse público. “A propósito do Presidente” foi fundamental para o interesse recíproco na instrumentalização do projeto regionalista pelo projeto centralista, posto que o artigo contribuiu decisivamente para a veiculação da ideologia oficial do Estado brasileiro (ideologia do intervencionismo antiliberal dos anos 40).

No artigo G. Freyre apresentou seu ponto de vista sobre a modernização autoritária no atinente à estrutura institucional do país: “[...] Bem ou mal, o governo do Brasil já não é hoje um governo de bacharéis impregnados de legalismo e de financismo. Abriam-se perspectivas e possibilidades mais largas aos administradores”.²⁷⁴ Tendo por referência a experiência recente pós-1937, o sociólogo construiu um argumento de defesa, mas não no sentido apologético, do nexos assumido na estrutura governamental entre burocracia e ciências sociais (sociologia e economia) para tornar a administração mais eficiente, moderna e racional para a sociedade, demonstrando sua concordância com parte dos métodos adotados pelo Estado Novo na tentativa de solução dos problemas da realidade nacional de modo afastado do “romantismo jurídico” das experiências precedentes e tanto mais próxima quanto impulsionadora da “eficiência de ação” orientada pelo instrumental científico da sociologia e da economia. Isso significa que, em 1941, G. Freyre afirmou publicamente que estava de acordo com parte das bases do regime, como a centralização política e o modelo corporativista de cidadania no trabalho, ele próprio tendo participado diretamente do processo de modernização das instituições do poder público nos anos 30, tanto no sentido prático (de gestão) como no intelectual (de conceitos) como as experiências de trabalho no SPHAN e no IBGE podem comprovar.

Com “A propósito do Presidente”, o sociólogo procurou fortalecer, ratificando, o fundamento do regime político, com base na avaliação condenatória dos governos monárquicos e republicanos e também na defesa da nova fase de centralização que, segundo seu argumento, representava a transição entre a desintegração anterior e a construção nacional por Vargas: “Mas essa fase [a centralização] talvez seja necessária para o fortalecimento do sentido nacional do governo a partir do enfraquecimento do sentido exageradamente estadualista, sempre perigoso quando encarnado por personalidades ilustres à frente de altos postos estaduais. Suceder-se-á à transição – suponho – o reajustamento

²⁷⁴ FREYRE, Gilberto. A propósito do Presidente. *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro: Vol. 01, nº 05, p. 124. CPDOC/FGV.

substantivo e adjetivo dos grandes homens às novas e grandes responsabilidades de governo e de administração, não só em todos os ministérios como em todos os estados”.²⁷⁵

A construção do argumento pela perspectiva da crítica ao estadualismo foi importante para o processo de conversão do ideário do projeto regionalista em razão de Estado pela elite dirigente, sobretudo para a adaptação da modalidade moderna de contrato social à “realidade sociológica” do Brasil. O pensamento de G. Freyre continuou a interessar ao Estado Novo no sentido instrumental da prática política, uma vez que o pensamento expunha, com o consenso de que seria discurso científico, os elementos constitutivos da “paisagem brasileira” com seus vícios e virtudes culturais e expunha também o vínculo possível entre a tradição agropatriarcal e o desenvolvimento buscado pela classe dirigente ao longo do regime autoritário, qual seja, o uso do método sociológico de gestão social ou pública principalmente entre os estratos marginais. Com efeito, “A propósito do Presidente” manteve ativo o processo de negociação entre as elites, com o grupo liderado por Freyre numa ponta e o grupo liderado por Vargas em outra ponta e os problemas da sociedade (desigualdades de raça, classe e região) no centro da negociação.

A verdade a ser reconhecida pelo menos apologético dos observadores é que, com o atual presidente a base do governo – de sua técnica – deslocou-se da pura interpretação política dos problemas, acompanhada de soluções ou tentativas de solução simplesmente financeiras e jurídicas, para aventurar-se o Brasil à procura de novas bases de técnica de governo e de administração: sociais e, principalmente, sociológicas e econômicas. Estamos hoje num período de experimentação social – e não apenas política – em que a procura de soluções novas para os problemas nacionais pode não ser sempre feliz nos seus resultados imediatos, nem segura na sua técnica. Mas representa, pelo menos, a libertação dos nossos métodos de governo e de administração da rotina política e do estreito ritualismo jurídico e financeiro que se comunicara do Segundo Império à Primeira República. E essa libertação basta para marcar um período novo na história da administração pública do nosso país [...] De modo geral, só hoje vamos recuperando o sentido amplamente social de administração dos tempos coloniais, que os bacharéis e doutores do Império e da República perderam quase de todo, substituindo-o por um estreito sentido jurídico e político, de governo, e financeiro, de administração [...] Dele afastou-se, um tanto pela pressão das circunstâncias, mas muito, também, pelas suas predisposições de homem de inteligência realista, o presidente Getúlio Vargas. Justiça lhe seja feita; e, desta vez, por quem não se especializou nunca em apologia e está longe de ser um entusiasta absoluto dos métodos atuais de governo e de administração. Nenhum bacharel menos bacharelesco do que o Presidente Vargas governou o Brasil. Nenhum inclinou-se tanto às soluções sociológicas e econômicas dos problemas, dos quais alguns tem visto e sentido de perto. Nenhum mais lido naqueles escritores antes naturalistas do que retóricos que desde Gabriel Soares e Souza nos põem em contato com a terra crua do Brasil e com a gente nativa, mestiça ou adventícia das várias regiões: com suas virtudes, seus alimentos, suas doenças, seus problemas, suas necessidades, suas possibilidades, suas aspirações.²⁷⁶

²⁷⁵ *Idem*, p. 124. CPDOC/FGV.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 123-125. CPDOC/FGV (grifo meu).

A referência dominante nesse e no outro artigo de G. Freyre é o método de ação de Vargas, implicando outra forma de contribuição do sociólogo na configuração da “cultura brasileira” como negócio oficial nos anos 40 por *Cultura Política*, que desempenhou a função de órgão central de produção do discurso político-ideológico do regime para ser disseminado para outros meios de comunicação de massas com linguagem mais acessível, pragmática e difusora. A revista conseguiu subordinar os espaços de produção artística em expansão ao âmbito oficial da ação estatal durante a ditadura varguista, controlando a participação da sociedade civil na cultura e buscando um consenso acerca da pretensa “cultura nacional” que legitimasse as ações do regime dominante. Desse modo, “*Cultura Política* desempenhava um papel ativo na sistematização do discurso ideológico oficial (isto é, de Estado), buscando fundamentos em autores clássicos do pensamento político e em importantes representantes do pensamento autoritário nacional”.²⁷⁷

Mais ainda: [segundo a revista] as instituições liberais (o federalismo, a separação de poderes, o parlamento, os partidos políticos, o sufrágio universal, o individualismo, o “Estado fraco” etc.) seriam incompatíveis com a formação da sociedade brasileira e as características psicológicas e culturais do “nosso povo”. O sufrágio universal não representaria mais que uma participação simbólica dos cidadãos na constituição do poder, além de ser um método de escolha pernicioso (dada a incapacidade inata do povo para discernir, entre as alternativas, a melhor); a intromissão do Parlamento e dos partidos seria igualmente perversa, já que importariam um viés irracional onde só deveria haver debates técnicos; o liberalismo, além de ser uma ideologia “em crise no mundo todo”, seria um regime “idealista”, inadaptado à realidade nacional. Em resumo, o núcleo de preocupações da ideologia autoritária é a negação da soberania popular e a conseqüente transferência do *locus* da soberania para o Estado, representado pelas elites burocráticas.²⁷⁸

A remissão ao ideário liberal é válida para se fechar o estudo do ciclo percorrido por G. Freyre no sentido de negociar interesses materiais e simbólicos com o Estado Novo. Em 1942, essa negociação continuou ativa e, no outro artigo publicado em *Cultura Política* como continuação do primeiro texto, o sociólogo optou por alinhar a mira de sua crítica junto ao interesse varguista de organização e representação da “cultura brasileira”, uma opção política que exigiu dele a reiteração da crítica contra o liberalismo no artigo publicado na revista. Mais ainda, esse último texto serve como evidência do acordo político celebrado entre as partes no atinente à mudança dos nexos entre região e nação (lembre-se que no fim de 1941 o IBGE havia fixado o quadro da nova divisão regional e que Vargas e Freyre estavam de acordo com a mudança geopolítica), com o novo

²⁷⁷ CODATO, Adriano; GUANDALINI, Walter. *Op. cit.*, p. 148.

²⁷⁸ *Idem*, p. 152.

conceito de cultura regional pensado pelo sociólogo estando no centro da negociação. O texto, enfim, não postulava críticas contra o federalismo oligárquico da República por acaso: G. Freyre continuava interessado em alinhar-se à ideologia antiliberal para manter ativo o controle intelectual sobre o processo de construção da identidade nacional.²⁷⁹

Retomado desde o início com *Casa-grande & senzala* em 1933 e passando por *Sobrados e mucambos* em 1936, pelas matérias científicas ensinadas na UDF entre 1935 e 1937, por *Nordeste* em 1937, pelas ideias de *Um clima caluniado* em 1937 e por *Região e tradição* em 1941, o fundamento teórico do projeto regionalista tornou-se, com a nova participação em *Cultura Política*, em doutrina política referente ao pacto interregional como instrumento concreto da construção e do desenvolvimento nacional. Ou melhor, com o ideário apresentado em formato mais claro no novo artigo de 1942, o fundamento do projeto político de G. Freyre adquiriu ainda mais coeficiente de argumentação com característica mista, ao mesmo tempo científica e ideológica, tendo sido elevado à categoria de doutrina política porque o conceito de cultura regional foi apresentado pela perspectiva ideológica como instrumento prático da consecução da unidade nacional no presente: como instrumento do equacionamento do problema das disparidades regionais pelo aparelho estatal ao mesmo tempo que a condição da mudança dos nexos entre região e nação no compasso da modernidade política construída pelo regime de Vargas.

Com “A condição de provinciano no Brasil”, seguinte a “A propósito do Presidente”, G. Freyre pôde negociar o interesse da contemporização das disparidades regionais no espaço oficialmente concedido pelo poder (por A. de Andrade) para o curso dessa negociação: a revista *Cultura Política*. Em 1942, após o IBGE ter fixado o quadro da divisão regional do Brasil – ou seja, após o Estado ter reconhecido o fenômeno da regionalidade e das disparidades regionais do país do ponto de vista interno da burocracia –, o sociólogo decidiu apoiar o governo da sociedade construído com base no poder da União uma vez que o poder centralizador assim constituído era a condição concreta da nova fase de contemporização reivindicada pela doutrina política; também decidiu criticar a experiência do estadualismo qualificando-a como “desordem”, de encontro à “ordem” construída por Vargas no regime de centralização, e principalmente: fechando o ciclo da

²⁷⁹ “Nestes últimos dez anos vem-se retificando, não há dúvida, o mal do estadualismo criado para nosso país pelos ideólogos e depois pelos práticos da República, na sua caricatura do federalismo norte-americano. O aspecto rigorosamente político, e mesmo o econômico, da questão não nos interessa aqui, e nem pretendemos resvalar para o terreno da apologia. Mas é impossível nos alhearmos aos efeitos do estadualismo sobre a cultura brasileira, cujo desenvolvimento harmonioso vinha sendo perturbado e até comprometido pela prática de uma política perigosa de autonomias estaduais. Política que, para satisfazer interesses de grupos, intitulados pomposamente de partidos ou disfarçados em campões de um progresso baseado sobre favores da União a Estados dominantes, já se tornara um processo de balcanização da América portuguesa”. FREYRE, Gilberto. A condição de provinciano no Brasil. *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro: Vol. 2, nº 15, maio de 1942, p. 13. CPDOC/FGV.

negociação com o presidente da República, o sociólogo decidiu apoiar a estrutura trabalhista construída para o mundo urbano, sobretudo no atinente ao uso político do conceito freyriano de cultura que permitiu a valorização da mestiçagem mediante políticas culturais, como a inauguração do “Dia da Raça”, um rito que foi celebrado em 30 de maio de 1939 na cidade do Rio de Janeiro.²⁸⁰ G. Freyre apoiou essas realizações porque, além de o Estado Novo ter incorporado seu conceito de cultura, segundo seu entendimento o presidente Vargas teria valorizado a paisagem rural das regiões brasileiras ao compreender a semântica do conceito sociológico de região, compreendendo o plano de conectar as partes da cultura regional ao todo da cultura nacional. Que se observe o plano:

Não devemos deixar de reconhecer a necessidade de cooperação inter-regional num país como o Brasil, onde as regiões existem por natureza, por condição geográfica e agrológica e por força do desenvolvimento histórico e de cultura. Nem as cores feias a que a palavra “regionalismo” tomou entre nós nos devem indispor contra tudo que sugira atividade, vida, arte, esforço regional ou provinciano. Este pode e deve ser o melhor elemento vivificador da unidade brasileira [...] A ordem que convém ao Brasil é, tanto quanto a unidade, um plano ou sistema de organização nacional – na verdade, quase continental – a que a cooperação interregional de cultura se fará dar vida evitando-se que entre nós “ordem” se torne sinônimo de estagnação ou mesmo de regularidade, de simetria, de sacrifício de quanto for espontaneidade de província a um critério único de urbanismo, de paisagismo, de pedagogismo rígido [...] Nossa literatura, nossa arte, nossa cultura tendem a tornar-se, pela coordenação e pelo ajustamento – nunca por uma sistematização rígida – expressão das diversas energias de província que constituem o Brasil. Mas as energias de província na sua totalidade

²⁸⁰ Pode-se entender melhor o uso do conceito freyriano de cultura com o auxílio das descrições de Boris Fausto: “Na sua vertente cultural, a ideologia nacionalista do Estado Novo tratou de enfatizar as qualidades do homem brasileiro, ressaltando suas características raciais e seus atributos positivos. O discurso racial tinha que enfrentar a realidade étnica que resultara na miscigenação entre brancos, negros e índios, a ponto de a população branca ser minoritária. As duas principais alternativas consistiam em defender como positivo o processo de miscigenação, ou então sustentar a necessidade de “branquear” a sociedade. Oliveira Vianna e Azevedo Amaral foram defensores do branqueamento, embora com muitas diferenças entre si [...] Getúlio e os promotores da política cultural não endossaram nem poderiam endossar os pontos de vista desses entusiastas do Estado Novo quanto à questão racial. A postura nacionalista do regime não podia admitir que a “raça brasileira” estivesse ainda em construção e fosse ameaçada por gente que constituía a maioria do povo. Desse modo, a política oficial do Estado Novo, não obstante as vozes discordantes, encampou a já enraizada ideologia da unidade das três raças – brancos, negros e índios – e encarou raça como conceito mais cultural do que biológico. Na prática, valorizar a mestiçagem significava valorizar o negro e sobretudo o mulato. A partir dos anos 30, no discurso oficial, “o mestiço vira nacional”, na medida em que se dava, ao mesmo tempo, o processo de desaficanização de vários elementos culturais. Esse parecer ser, por exemplo, o caso da feijoada, que de prato para escravos converteu-se em prato nacional [assim como o caso do samba, do folclore, da capoeira, do acarajé, do vatapá etc.]”. FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 130-133.

“O Estado Novo modificou o calendário festivo tradicional, incorporando novas datas celebrativas, sendo as principais, pela ordem cronológica, 19 de abril, o aniversário do presidente; 1º de maio; 30 de maio, o Dia da Raça; e 10 de novembro [aniversário do regime]. Duas dessas datas ligavam-se estritamente ao regime e o Dia da Raça foi introduzido em 1939 para “exaltar a tolerância da nossa sociedade”. A comemoração oficial de 1º de maio, entretanto, expropriava a data vinculada à luta internacional da classe operária, dando-lhe caráter de conagração pessoal entre o presidente e a massa trabalhadora”. *Idem*, p. 126.

tanto quanto na sua diversidade. O Brasil inteiro, com seus altos e baixos de paisagem rural e provinciana – paisagem física e social – e não apenas o Brasil que certo metropolitanismo identificado com as aspirações de uma arte e de uma cultura simétrica e urbana, quase-eurpeia ou quase-colonial, pretende apresentar ou interpretar como o verdadeiro Brasil, abandonando tudo o mais. Porque tudo o mais seria caipirismo, mau regionalismo e até separatismo [...] [Mas] os homens que dirigem hoje o Brasil, dos quais o principal, o Presidente Getúlio Vargas, já uma vez esboçou o melhor elogio do que aqui denominamos de “cooperação interregional”. Para o Presidente Vargas, a unificação do Brasil – um dos seus grandes esforços de homem do governo – vem-se consolidando pelo “ajustamento orgânico” das províncias ou regiões “como membros de um só corpo a serviço do ideal e do engrandecimento comum”. Ajustamento e não esmagamento. De ajustamento orgânico é precisamente do que necessitam as energias de província no Brasil, para com elas se enriquecer o todo cultural brasileiro. Em vez de se empobrecer, um povo se enriquece com a valorização e o aproveitamento de tais energias.²⁸¹

A repetição da referência ao governo sob a direção de Vargas não foi arbitrária; ao contrário, foi de propósito e pensada para o contexto de 1942, para garantir efetividade aos acordos até então celebrados com o Estado (patrimônio cultural, divisão regional, ELC e etc.) e para manter ativo o processo de negociação política. Com “A condição de provinciano no Brasil” em sintonia com “A propósito do Presidente”, concedidos por A. de Andrade, o projeto regionalista alcançou a completude de seu ideário e o tom otimista dos textos é uma evidência dessa completude, o que certamente não significa completude de acordos negociados entre regionalismo e o Estado nesse e noutros tempos, mas que sinaliza para o sentido preciso do impacto do pensamento social na política brasileira pós-1937 com a orientação da construção nacional tornada razão de Estado. O tom de otimismo – indicativo da concordância de G. Freyre com a ideologia nacionalista de governo – evidencia o interesse maior na orientação da modernização institucional/estatal mediante conceitos ampliadores do controle da esfera pública sobre a esfera privada, entendendo-se o método sociológico de gestão pública como a modernização racionalizadora da burocracia estatal e o controle político sobre a economia. Nos anos 1940 a ideia sociológica de “cooperação interregional” fez sentido para o Estado Novo e G. Freyre a prescreveu como sendo um instrumento com potencial para a unificação do Brasil.

Para a classe dirigente e a *intelligentsia* a realidade nacional era equivalente da realidade sociológica (ou social), de natureza essencialmente objetiva, isto é, cujos problemas podiam ser identificados e equacionados mediante a observância estatal dos resultados da análise sociológica e política. Nesse sentido, o resultado da análise freyriana

²⁸¹ FREYRE, Gilberto. A condição de provinciano no Brasil. *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro: Vol. 2, nº 15, maio de 1942, p. 14-15. CPDOC/FGV (grifo meu).

publicado em “A condição de provinciano no Brasil”, vale dizer, a ideia de “cooperação interregional” (ou reajustamento/contemporização), fez sentido para o contexto de 1942 e foi introduzida pela classe dirigente na diretriz do Governo Federal sob a direção varguista, porque finalmente a semântica do conceito de região havia deixado de significar, nesse tempo, federalismo oligárquico, para significar construção e desenvolvimento nacional controlado pelo Estado em compasso com os dados da realidade social do país.²⁸²

Em 1942, a ideia que ligava unificação a cooperação, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista cultural, teve impacto favorável no plano do governo Vargas de criar empresas públicas dedicadas ao mercado de siderurgia e ao mercado de exploração mineral, notadamente com a criação e consolidação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma conquista resultante de decisões políticas fortemente apoiadas pelo nacionalismo. O impacto gerado pela ideia de cooperação no processo de criação dessas empresas públicas refere-se à orientação do regime no sentido de se manter forte a postura nacionalista para que o controle majoritário das empresas recém-criadas fosse exercido pelo Governo Federal. Vale destacar também que, juntamente com essas duas empresas, a estatização do controle de jazidas petrolíferas da Bahia pelo recém-criado Conselho Nacional do Petróleo (CNP) é indício da convergência entre a ideia de cooperação e a ideologia nacionalista de governo, posto que a criação das empresas públicas por Vargas atendia ao interesse do desenvolvimento econômico em nível interregional. Por isso pode-se identificar acordos entre o projeto regionalista de G. Freyre e o projeto centralista de Vargas na área econômica, referentes apenas à orientação do método de ação do Estado na área: o controle exercido pelo Governo Federal sobre a economia do setor público e a economia do setor privado.

Todos os acordos eram dependentes, portanto, da estabilidade e da institucionalidade do Estado Novo. Mas, o que permanece pertinente ao contexto atual, independente da validade histórica para o período do regime, é, a meu ver, a característica essencialmente objetiva dessas ideias, com a possibilidade de adaptação de seu conteúdo crítico e científico aos desafios do mundo contemporâneo e inclusive ao Brasil (o seu contexto de criação). Todavia o que se estuda é a rede de sociabilidade de G. Freyre nos anos 40.

²⁸² Cumpre notar que anteriormente a 1942 G. Freyre já havia sido reconhecido por A. de Andrade e por outros dirigentes e burocratas estadonovistas como pensador social de grande importância e influência na política brasileira e que sua carreira profissional foi alçada ao ápice do *status* estabelecido para os intelectuais, principalmente quando foi reconhecido como “grande intelectual” e não como “intelectual médio” ou “iniciante” – reconhecimento oficialmente feito em *Aspectos da cultura brasileira*. Essa observação é válida para se identificar a credibilidade conquistada por G. Freyre para o projeto regionalista nos anos 30 em meio aos círculos do poder. Se havia críticas e discordâncias tanto contra a posição privilegiada de G. Freyre quanto à credibilidade de seu pensamento durante o período em questão, isso de nenhuma forma invalida a tese da pactuação com o Estado Novo mediante a rede de sociabilidade estabelecida com a elite dirigente do poder central, ou do Governo Federal, no curso do regime autoritário.

3.3.4. Gustavo Capanema, o Ministério da Educação e Saúde Pública e as missões diplomáticas no exterior

Por fim, um contingente apreciável de intelectuais e artistas prestavam diversos tipos de colaboração à política cultural do regime de Vargas, aceitando encomendas oficiais de prédios, livros, concertos, manuais escolares, guias turísticos e obras de arte, participando em comissões, assumindo o papel de representantes do governo em conferências, congressos e reuniões internacionais, em suma, prestando múltiplas formas de assessoria em assuntos de sua competência e interesse. Vários deles não chegaram a estabilizar sua posição funcional nos quadros permanentes de carreira, embora desfrutassem de posições que pareciam indiferentes às exigências do mercado ou, então, impermeáveis às servidões impostas pelo mecenato oficial.²⁸³

G. Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1934 e dirigiu a pasta até 1945, quando o regime autoritário tornou-se insustentável. O Ministério foi encarregado pelo ministro da missão de desenvolver as bases da “cultura nacional” a partir da realização do programa de políticas educacionais, culturais e sociais sob o comando geral do MES, instituição política criada em 1934 para “educar e curar o Brasil”, buscando livrá-lo de seus grandes males, proporcioná-lo o futuro promissor e moderno e inverter a posição histórica de dependência cultural em relação às outras nações do globo. A rigor, Capanema logrou prestígio e força política para seu Ministério junto a Vargas e aos outros dirigentes centrais do Governo Federal durante o curso de sua gestão, e para isso contribuía favoravelmente o aguçado senso de oportunidade política usado em momentos da atuação no comando do programa político do MES entre 1934 e 1945.²⁸⁴

O programa político consistia, basicamente, no empreendimento de ações interessadas em desenvolver um corpo de instituições federais destinadas a implementar as políticas culturais do regime nos estados da federação (âmbito nacional). Esse é um aspecto intrínseco do MES que, segundo a literatura especializada, mostra a figura de Capanema como ideólogo e ao mesmo tempo gestor/administrador da “cultura brasileira”. O que não significa que a longa tradição do Brasil em conceber o desenvolvimento cultural de forma dependente da criação de instituições estatais para administrar os bens da cultura material (academias artísticas, academias literárias, institutos científicos etc.) tenha sido abandonada pelo ministro, mas, ao contrário, o governo Vargas, principalmente após 1937, permitiu o aparelhamento substantivo do MES para fortalecer seu programa político, inclusive contando com a participação dos correligionários mineiros de Ca-

²⁸³ MICELI, Sergio. *Op. cit.*, p. 215.

²⁸⁴ GOMES, Angela de Castro. Apresentação. In: _____ (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista: Ed. USF, 2000.

panema na ação estatal relativa ao campo da cultura, como, por exemplo, Afonso Arinos de Melo Franco estando no comando dos trabalhos do SPHAN em Minas Gerais. Tratava-se, no entendimento do ministro, de consolidar essa tradição política para resultar no aperfeiçoamento dos meios práticos e modernos de administração cultural no Brasil.²⁸⁵

As instituições culturais criadas pelo MES produziram o espaço hegemônico de cooptação da elite intelectual interessada em participar da construção do regime político pelos representantes ordinários do poder, onde cooptação tinha o sentido de negociação de interesses político-culturais que tendia a implicar o reconhecimento das virtudes e de poderes daqueles com quem se estava em negociação, ainda que em posição de inferioridade.²⁸⁶ Ocorre que, ao mesmo tempo em que havia a necessidade de diálogo constante da parte correspondente do Ministério com intelectuais de diferentes correntes, tendo em vista o planejamento e execução de ações de largo alcance social, a oposição aberta e radical contra Vargas não era possível em se tratando de grupos que estavam negociando com o Ministério. Efetivamente, essa regra se aplica ao caso de G. Freyre, pois era um dos sete correspondentes missivistas mais assíduos do ministro no período compreendido entre 1934 e 1945, segundo o estudo classificatório desenvolvido por Gomes.²⁸⁷

A negociação com Capanema indica, por um lado, a figura de um ministro impositivo e centralizador com visão de “unitarismo”, e, por outro lado, indica a expressão da característica geral do Estado Novo: a ambiguidade da administração de Capanema a frente do MES, porque o ministro abrigou uma real heterogeneidade de ideias, correntes de pensamento e projetos considerados inovadores para sua época, e que, frequentemente, eram até mesmo antagônicas em relação à orientação política dominante nas instituições do regime. O certo é que Capanema imprimiu uma lógica bem particular à dinâmica do campo intelectual durante o curso de sua gestão: manteve aberto o espaço de negociações com o grupo estratégico para os objetivos de sua pasta, os intelectuais – aliás,

²⁸⁵ WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da cultura. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Op. cit.*, 2000. Segue a descrição simplificada do programa político do MES resultante da visão de mundo do ministro: “Capanema quis tratar ‘cultura’ como formação total (holística) do corpo, do espírito e da alma dos brasileiros. A referência maior desse projeto seria a identidade entre o Estado forte, moralizador e ativo e a nação também forte e moralizada. Ao mesmo tempo, vemos surgir uma orientação mais pragmática em suas opções, segundo a qual a cultura é resultante de intervenções diversas do poder público. Por isso tornou-se administrador e ideólogo da cultura [...] Podemos assim entender que Capanema quis dedicar tanta atenção à educação cívica, à nacionalização de colônias estrangeiras e ao incentivo dos cultos patrióticos. Com esse tipo de proposta, que aliava o sistema escolar à transformação moral e cultural, Capanema podia atuar sobre a cultura brasileira no sentido amplo e, especialmente, sobre a juventude e a infância. Nas praças públicas do Rio de Janeiro, cheias de estudantes da rede pública e da rede particular, Capanema se extasiava ao ver os jovens uniformizados e unidos sob a direção dos professores, autênticos companheiros dos pais e dos padres na formação dos jovens cidadãos. Desejava assim transformar as ideias nacionalistas, propostas por revistas como *Cultura Política*, em realidade vivida pela população”. *Idem*, p. 262-263.

²⁸⁶ GOMES, Angela de Castro. Apresentação. In: _____. (Org.). *Op. cit.*

²⁸⁷ Cf. “Tabelas 1, 2 e 3”. In: GOMES, Angela de Castro. *Op. cit.*, p. 24-27.

decisão fundamental para o desempenho de funções do Ministério –, na medida em que isso também era interessante para a construção de sua imagem pública, ou seja, que era ao mesmo tempo burocrata e intelectual que estaria à altura de seus pares comunicantes.

Agente central para a compreensão do mundo intelectual brasileiro dos anos 30 e 40, G. Capanema buscou estreitar a relação/pacto entre os intelectuais e o aparelho estatal durante sua atuação como ministro da Educação. E deve-se salientar que a dimensão de troca estava presente no mecanismo de cooptação da elite intelectual sua correligionária, tanto a troca de favores quanto a troca afetiva. No caso específico de G. Freyre é possível observar que os principais momentos de aproximação, quando a comunicação com Capanema e Carlos Drummond de Andrade – o chefe de gabinete do ministro durante toda a gestão da pasta – tendeu a ser cada vez mais frequente e potencialmente relativa a assuntos de demandas culturais e troca de favores, aconteceram em 1937 e entre 1941 e 1942. Com efeito, foi a partir de 1937 que G. Freyre tornou-se membro da organização burocrática do Estado Novo, não somente com o trabalho nas instituições técnicas, mas com o recebimento, propenso a regularidade, de subvenções periódicas concedidas pelo MES para viabilizar o trabalho de G. Freyre na representação diplomática do Brasil em países latino-americanos e europeus acerca do tema da “moderna cultura brasileira”, resultando no crescimento da influência freyriana sobre a política varguista. Ou seja, a subvenção do MES serviu oportunamente e de forma recíproca às duas partes do negócio: à política cultural e externa do projeto centralista e à valorização e implementação do projeto regionalista. Esse parece ser o conteúdo da “cultura nacional” conveniada entre as partes em negócio: a tradição histórica do patriarcalismo valorizada nos municípios (a célula da educação cívica e moral) e divulgada para diversos outros países como o produto do invento da identidade nacional. Eis, portanto, um aspecto importante da atuação da Capanema a frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, vale dizer, o incentivo pecuniário da participação de G. Freyre no programa político do MES.

O que importa é investigar o sentido das oportunidades que o MES, representado pela figura de Capanema, ofereceu a G. Freyre na tentativa de acomodar o projeto regionalista no programa político da instituição do Estado Novo, considerando o sociólogo pouco na dimensão individual, essencialmente subjetiva, mas sobretudo na dimensão coletiva referente ao movimento em torno do ideário do projeto regionalista, e, na parte correspondente ao ministro e ao Ministério, considerando-os apenas pela ocupação funcional de ministro da instituição política, excluindo a possível dimensão como “pessoa”, que, na verdade, não consta da documentação pesquisada, enfim, efetuando a discussão sobre assuntos pertinentes ao trabalho ministerial como objeto privilegiado de estudo.

Para tanto, recorre-se a determinadas fontes de pesquisa: a correspondência entre o ministro e G. Freyre e alguns artigos da imprensa. Nessas fontes é incomum a discussão sobre assuntos propriamente políticos do governo, como o processo de condução do regime autoritário, em que Capanema e G. Freyre discutissem questões relativas à ditadura, à ideologia autoritária, ao programa das instituições políticas, à posição assumida pelo Brasil na Segunda Guerra Mundial etc. Estes temas raramente figuraram na correspondência trocada entre o ministro e o sociólogo, o que indica que não era do interesse de ambos discutir privadamente, para apoiar ou se opor, o regime do Estado Novo.

O conteúdo geral das correspondências referia-se à negociação em torno do trabalho de G. Freyre como representante do Brasil no plano internacional da cultura. Não há, nesse sentido, evidências de funções prebendeiras confiadas por Capanema a Freyre para serem ocupadas indistintamente no serviço público. A análise documental revela as duas atividades negociadas e confiadas a Freyre entre 1937 e 1945, quais sejam, a representação brasileira em eventos científicos do exterior e a missão política de “observador cultural” nos países latino-americanos. Ambas as funções foram tratadas conjuntamente com Vargas e por ele autorizadas. Não havia, portanto, vínculo formal ou trabalhista entre G. Freyre e o MES, apenas a autorização do ministro da Educação e do presidente da República de funções temporárias desempenhadas por G. Freyre de comum acordo com o interesse do Estado-nação na divulgação da “cultura brasileira” para o exterior, de modo que todos concordaram com a posição assumida pelo sociólogo na instituição política: um intelectual missivista e subvencionado que defendia o interesse nacional nos países vizinhos da América Latina e em outras regiões do globo.

Em 1937, o MES providenciou o envio de subvenções divididas em parcela como meio de incentivar a participação de G. Freyre nos eventos promovidos pelo governo de Portugal sobre matéria de história, além do financiamento da viagem do sociólogo à Inglaterra para proferir conferências universitárias sobre matéria científica. Foi pensado um programa de atividades em acréscimo à participação de G. Freyre no evento português, entre a apresentação de *papers*, conferências e o exame e seleção de documentos históricos considerados relevantes para o estudo do Brasil colonial existentes no Arquivo do Ultramar em Lisboa. Havia cinco pessoas envolvidas na negociação dessa atividade: Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Raúl Leitão da Cunha (reitor da Universidade do Brasil), Nobre de Mello (embaixador de Portugal no Brasil), da parte demandante do serviço prestado por G. Freyre, e Alfredo Freyre, participando como administrador contábil de seu filho e de sua família, responsável por gerir a movimentação financeira do grupo familiar, da parte demandada, com os valores tendo sido retira-

dos pelo MES do Banco Mercantil do Rio de Janeiro e do Banco do Brasil e pagos a G. Freyre através da remessa do valor à repartição da Justiça Federal em Pernambuco.

Logo após a despesa pública ter sido aprovada pelo Tesouro Nacional, Capanema e Raúl Leitão se encarregaram de remeter o valor que ficou combinado com G. Freyre para seu contador através da Justiça Federal, no total de 30:000\$000, como forma de auxílio cedido pela Universidade do Brasil à participação de G. Freyre no Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo, ocorrido em Lisboa a 26 de julho de 1937 e promovido pelo Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, uma organização recém-fundada pelo embaixador de Portugal no Brasil, Nobre de Mello. A ação do MES foi convidar o sociólogo para representar o Brasil no evento e disponibilizar o auxílio financeiro como “ajuda de custo”, extensivo à sua viagem acadêmica à Inglaterra, contando com adicional pecuniário em libra esterlina. Nessas condições, G. Freyre aceitou o convite do Ministério e se dispôs a desempenhar a missão, de caráter diplomático, de representação nacional nos eventos sucedidos na Europa em 1937, recebido como uma “incumbência”.

Ocorre que na remessa da ajuda de custo o reitor da UB não remeteu a Alfredo Freyre todo o valor combinado, apenas um cheque do Banco Mercantil contendo o valor de 20:000\$000, remetido da UB para a Diretoria de Contabilidade do MES, para a autorização de Capanema, “com o qual o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura facilita ao Dr. Gilberto Freyre estudar os documentos históricos referentes ao Brasil colonial, existentes no Arquivo de Ultramar (Lisboa), verificando e relacionando os que mais interessarem a nossa história pátria”.²⁸⁸ O cheque foi recebido em 30 de junho e no mesmo dia foi devolvido pelo contador juntamente com G. Freyre para o MES, alegando: “Devolvo o cheque pois quantia combinada fora outra e ao mesmo tempo renuncio a incumbência. Não solicitei mas fui solicitado [pelo] embaixador [Nobre de Mello] e [pelo] reitor [Raúl Leitão da Cunha]. [É] possível [que eu] aceite ainda [a] representação [no] Congresso, devendo neste caso [o cheque] seguir até o dia 12 [de julho de 1937]”.²⁸⁹

A informação sobre a renúncia da “incumbência” é importante para se perceber o grande interesse de Capanema em estimular a participação de G. Freyre no evento em Portugal, pois o interesse revela parte do programa político do Ministério comprometido com a realização da política externa do governo Vargas e com o estreitamento das relações diplomáticas com Portugal através da interface “história e cultura”. Com efeito, ao receber os telegramas de devolução do pagamento de Alfredo e Gilberto Freyre, inclusi-

²⁸⁸ CUNHA, Raúl Leitão [Telegrama] 2 jun. 1937, Rio de Janeiro [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 1f. Telegrama da UB remetendo o valor de 20:000\$000 para o MES. CPDOC/FGV.

²⁸⁹ FREYRE, Gilberto. [Telegrama] 30 jun. 1937, Recife [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 1f. Telegrama em que recusa a quantia em cheque enviada pelo ministro da Educação para representação do Brasil no Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo sediado em Lisboa. CPDOC/FGV.

ve manifestando a decisão de renunciar a incumbência, Capanema rapidamente investigou o ocorrido com a remessa do valor e logo no dia seguinte entrou em contato com G. Freyre para explicar-lhe a situação do pagamento do valor combinado, explicando que o valor efetivamente remetido era apenas a parte disponível no orçamento ministerial daquele momento e que o reitor estava providenciando a remessa da segunda parte do valor e, “esclarecido assim o assunto, conto com sua representação. Capanema”.²⁹⁰

Após receber a remessa da parcela restante do valor, 10:000\$000 remetidos diretamente da Universidade do Brasil através do Banco Mercantil, que, somado à primeira remessa, totalizava o valor de 30:000\$000 como auxílio à primeira parte da missão na Europa, G. Freyre seguiu para Portugal em julho de 1937 para cumprir as tarefas combinadas com o ministro, o reitor e o embaixador português, participando como o representante ou delegado do Brasil no Congresso de Expansão Portuguesa no Mundo, ocorrido em Lisboa, e proferiu conferências na Universidade de Lisboa, na Universidade de Coimbra e na Universidade do Porto. Essa foi apenas a primeira parte da missão de G. Freyre na Europa. Com o término dos trabalhos em Portugal o sociólogo seguiu diretamente para a Inglaterra com o objetivo de concluir o ciclo de conferências na Europa, e desta vez proferindo uma conferência na Universidade de Londres, no King’s College, cujo tema foi, naturalmente, os aspectos históricos da “moderna cultura brasileira”.

Para a parte da missão de conferencista na Inglaterra, o sociólogo contou com a concessão de 400 libras esterlinas pelo Banco do Brasil, valor liberado a partir da solicitação de Raúl Leitão da Cunha dirigida em telegrama ao diretor de Carteira Cambial do Banco do Brasil, após o acerto do valor necessário à missão com o embaixador brasileiro em Londres efetuado diretamente com G. Freyre, e sob a autorização de Capanema e de Vargas, como forma de auxílio financeiro para a missão de fins acadêmicos e diplomáticos com a Inglaterra. Em 1938, as quatro conferências proferidas nas universidades europeias foram convertidas e publicadas em livro pela editora do MES, com o título de *Conferências na Europa*, em cujo prefácio G. Freyre reconheceu que a missão fazia parte do programa político do Ministério em concordância com o presidente da República e que parte dessas atividades intelectuais foram subvencionadas com dinheiro público.²⁹¹

Há um vazio de três anos na documentação pesquisada, em que não há registro de comunicação entre Capanema e Freyre. De acordo com a cronologia disponível pelas

²⁹⁰ CAPANEMA, Gustavo [*Telegrama*] 1º jul. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Telegrama esclarecendo a situação da remessa do valor total para Gilberto Freyre. CPDOC/FGV.

²⁹¹ Cf. FREYRE, Gilberto. *Conferências na Europa*. Rio de Janeiro: Seção Gráfica do Ministério da Educação e Saúde Pública, 1938. Esse livro foi publicado em 2ª edição pela José Olympio em 1940, com alteração completa do título e com acréscimos substantivos no texto, ficando um livro mais importante para o projeto regionalista, também mais conhecido do público leitor, sendo ele *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, título que se tornou o número 28 da Coleção Documentos Brasileiros da Editora José Olympio ao ser publicado.

fontes, o diálogo entre ambos foi retomado em 1940, quando o ministro recebeu do sociólogo um exemplar de sua conferência proferida no Gabinete Português de Leitura no Recife em 2 de junho de 1940, intitulada *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Sobre a discussão do tema em questão na conferência – a ameaça dos imperialismos nazista e capitalista contra o tradicionalismo da matriz cultural luso-brasileira – o ministro da Educação e Saúde comentou com ele o seguinte na carta de resposta ao envio do texto:

Você tratou admiravelmente da difícil matéria. Não só colocou o problema nos seus termos precisos, mas ainda disse com segurança e coragem (digo coragem porque você falou justamente num momento em que a gente não está sabendo bem a dimensão e a força do perigo que nos ameaça) aquilo que é preciso fazer. O governo, como você sabe, está empenhado ativamente na penosa campanha, que está a exigir compreensão, devotamento, energia, tato.²⁹²

A “penosa campanha”, segundo o teor da carta de Capanema, referia-se à oposição do governo brasileiro contra o avanço das forças nazistas na Europa, e principalmente, para o tema estratégico das relações diplomáticas, da possibilidade de avanço em Portugal via salazarismo. Por isso a conferência de G. Freyre foi considerada pertinente e fecunda pelo ministro da Educação e Saúde, quero dizer, ao tratar de aspectos da “matriz cultural luso-brasileira” pela perspectiva da política internacional, da possível ameaça que os imperialismos e o conflito bélico representavam de contraproducente para a continuidade do projeto de modernidade das elites dirigentes portuguesas e brasileiras – que devia ser capaz, segundo o sociólogo, de reconstruir o vínculo entre as duas nações mediante o reconhecimento de valores culturais análogos –, G. Freyre contribuiu para o posicionamento político do governo brasileiro em meio à correlação de forças na guerra

²⁹² CAPANEMA, Gustavo [Carta] 12 set. 1940, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Carta agradecendo o envio do opúsculo e comentando elogiosamente a discussão da questão. CPDOC/FGV. No mesmo ano tem-se o registro do diálogo com Carlos Drummond de Andrade para tratar de uma variedade de assuntos de seu interesse e que não foram resolvidos diretamente com o ministro, por exemplo: o pedido de divulgação de seus livros no exterior, sobretudo em Portugal, Estados Unidos e nos países da América Latina, mediante o envio de exemplares de livros e opúsculos para as universidades desses países, inclusive a atualização de informações sobre o estágio da edição/impressão de vários de seus textos pela editora do Ministério, também a resposta à solicitação de G. Freyre de o MES providenciar o envio de subvenções anuais da fonte federal para o desenvolvimento infraestrutural e técnico da Escola de Belas Artes de Pernambuco, dizendo o chefe de gabinete que havia grande interesse da instituição em amparar o estabelecimento de ensino, mas que a hipótese de uma grande subvenção anual, no alto valor solicitado, afigurava-se inviável no momento, e aconselhando o sociólogo e a Escola a buscarem outras fontes de recursos públicos, habilitando o estabelecimento ao reconhecimento federal. E, por último, houve a intermediação de Drummond no caso da aposentadoria de Alfredo Freyre, que foi reivindicada pelo sociólogo em 1941 diretamente a Capanema e indiretamente a Vargas, e sobre o qual Drummond pôde dizer o seguinte: “Estou certo de que o ministro Capanema, quando regressar de Minas Gerais, tratará do caso com o maior interesse, e é de crer que tudo será bem resolvido. Faço votos para que seu pai se restabeleça depressa das penosas consequências do acidente”. ANDRADE, Carlos Drummond. [Carta] 28 jun. 1941 [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 2f. Carta respondendo as solicitações de G. Freyre ao MES. CEDOC/FGF. O caso da aposentadoria de Alfredo Freyre será examinado depois, seguindo a ordem cronológica dos eventos.

mundial, quando o país declarou oposição ao avanço do nazismo e do racismo antisemita na Europa, indicando às elites dirigentes que este era um interesse político fundamental para a continuidade e estabilidade do processo de construção nacional que estava em curso, sem causar danos ao discurso da tolerância racial da sociedade e da mestiçagem.

Eram temas considerados estratégicos para as relações internacionais do Brasil nessa conjuntura, inclusive o apoio de Capanema à resolução freyriana do problema das ameaças do racismo contra a matriz de cultura luso-brasileira é uma evidência da importância político-social que o tema da miscigenação adquiriu para a continuidade do projeto das elites dirigentes durante o regime do Estado Novo. Nesse sentido, a escolha de G. Freyre em trocar o convite de Capanema de trabalhar como professor catedrático de Sociologia na Universidade do Brasil, feito em 1939 com a mediação de Heloísa Torres diretamente com o ministro,²⁹³ para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro, e que foi recusado pelo sociólogo sem mais hesitação, mas que, na verdade, foi repensado e retomado de outra forma com o ministro, desta vez sem a necessidade de intermediadores de interesses negociados com o poder central. Com efeito, G. Freyre fez uma escolha dentro de sua relação com o ministro: ele trocou o convite ministerial de docência na UB pelo plano de observador cultural nos países da América Latina, servindo tanto ao interesse governamental das relações multilaterais com a região quanto ao interesse particular e pessoal de “viagem de núpcias” no ano de seu casamento com Maria Magdalena. A rigor, a proposição desse projeto de investigação social diretamente a Capanema tornou-se possível porque era do interesse de G. Freyre aproximar-se do MES para buscar mais oportunidades oferecidas pelo poder central, e não ficar restrito ao cargo de diretor dentro do SPHAN. A proposição do projeto diretamente ao ministro tornava-se possível em 1941, quando o sociólogo decidiu aproximar-se mais dele e do Ministério, chegando ao ponto em que a negociação de interesses políticos passou a dispensar intermediadores e sendo possível a G. Freyre apresentar o plano científico e diplomático para ser apreciado, primeiramente, pelo ministro, e depois, como decisão final, pelo presidente da República.

Tem-se o registro da iniciativa do primeiro contato feito por G. Freyre com Capanema para apresentar-lhe o projeto da missão de observador cultural nos países latino-

²⁹³ MEUCCI, Simone. *Op. cit.* É interessante destacar a pesquisa da autora sobre o período anterior ao Estado Novo, entre 1935 e 1937, quando a relação política entre Freyre e o governo constitucional marcava-se por desajustes, atritos e instabilidade, sendo a experiência de docência na UDF o caso mais revelador do problema do sociólogo com a condução do regime pelo grupo ligado a Vargas, posto que a universidade – um projeto democrático e independente da estrutura do Governo Federal – sofreu diversas intervenções de Capanema no sentido de buscar o disciplinamento de toda a estrutura da vida universitária, entre professores, alunos, departamentos e laboratórios de pesquisa, chegando ao ponto de, em 1939, o ministro ter encampado toda a UDF, fechando a universidade, para inaugurar um novo modelo de ensino superior orientado pelas normas do regime de centralização, a Universidade do Brasil, concebida de acordo com o modelo de universidades federais sob o controle administrativo e disciplinar da União. Cf. Cap. 3 da tese.

americanos, ou, mais precisamente, em determinados países da América do Sul (a América hispânica). A carta, remetida em agosto de 1941 em caráter confidencial, traz o tom direto e não ambíguo do objetivo de G. Freyre: convencer Capanema e Vargas da pertinência de sua ideia ou projeto para o Estado brasileiro, com base no argumento de que o estudo das condições intelectuais nos países americanos contribuiria com a melhor integração da cultura brasileira com as outras culturas da região e, mais ainda, que a missão contribuiria para fortalecer o pensamento do interamericanismo cultural da região, “num momento em que o assunto se torna de grande importância”,²⁹⁴ segundo sua avaliação.

O plano ou missão de observador cultural consistia no seguinte: uma viagem de seis meses pelo trajeto sul-americano, Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia, terminando com a passagem pelos Estados Unidos (trecho da missão que não foi realizado). Como produto resultante da investigação, G. Freyre propôs a Capanema a redação de relatórios específicos de cada país mais um relatório geral da investigação latino-americana, que segundo sua avaliação por si só valeria todo o investimento público na missão. A ideia original era viajar pelo trajeto citado observando e anotando aspectos da vida social e econômica dos países visitados e, igualmente, estabelecer novos contatos com pessoas e grupos ligados à diplomacia, à política externa, à religião, à agricultura, à pecuária e à vida universitária, com o objetivo de facilitar a abertura de novos contatos e acordos laterais em proveito da política externa do Brasil. Ademais, a missão também guardou duplo interesse particularmente a G. Freyre: 1) aproveitar a circunstância da viagem para a realização das núpcias com a esposa – “daí a urgência, a grande urgência. Daí também a necessidade de ser uma viagem que terá de ser realizada em condições de máximo conforto”²⁹⁵; 2) aproveitar a viagem para comparar os aspectos da formação patriarcal e rural dos países da região com a realidade brasileira. Pensando em todas as oportunidades que a missão lhe oferecia, G. Freyre se empenhou na proposição do projeto ao ministro: “É que estou disposto, no final deste ano, na verdade o mais breve possível, a desempenhar a missão, tão necessária para seus planos, de “observador cultural”, nos países americanos observador das condições atuais e do que é necessário fazer para a aproximação intelectual do Brasil com os mesmos países no sentido do intercâmbio universitário, em particular, e científico, literário e artístico, em geral”.²⁹⁶ E, desse modo, “você não poderia resolver diretamente o assunto com o presidente Vargas no primeiro despacho?”²⁹⁷

²⁹⁴ FREYRE, Gilberto. [Carta] 21 ago. 1941, Recife [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 4f. Carta de proposta da missão de observador cultural nos países da América Latina. CPDOC/FGV.

²⁹⁵ *Idem.*

²⁹⁶ *Ibidem.*

²⁹⁷ *Ibid.* (Grifo do autor).

A resposta do ministro não tardou a chegar. Em 29 de agosto de 1941, Capanema enviou o telegrama ao sociólogo em que dizia: “URGENTE: Acabo [de] receber sua carta que li com [a] maior satisfação e interesse. De pleno acordo. Falarei sobre o assunto ao presidente no meu primeiro despacho. Depois lhe escreverei. Capanema”.²⁹⁸

O projeto de G. Freyre foi apresentado a Vargas por Capanema na forma de um processo administrativo, contendo descrições detalhadas da missão diplomática proposta pelo sociólogo, como o roteiro da viagem e o cálculo das despesas, para a ponderação de Vargas e a possível autorização presidencial da missão. O ministro agiu como intermediador no caso e, após dois meses do último contato feito com G. Freyre, ele remeteu uma carta ao presidente da República justificando a necessidade de uma missão do tipo proposto pelo sociólogo, com a busca em torno da crescente aproximação entre o Brasil e os países da América do Sul através do intercâmbio cultural denominado de “interamericanismo”. Na correspondência, é interessante observar a associação que Capanema fez entre a missão de observador cultural de Freyre e a característica do Estado Novo, com a invenção ou a organização da “cultura brasileira” estando no centro da associação:

Sr. Presidente, apresento a V. Excia. o plano de início de um cuidadoso trabalho de sondagem do ambiente cultural das nações hispano-americanas, para verificação do que é possível fazer no sentido de uma maior, mais segura e mais continuada penetração da cultura brasileira. A cultura brasileira é quase inteiramente desconhecida dessas nações. Vencer essa distância, não só em proveito de um maior entrelaçamento espiritual na América, senão também para que se alargue o prestígio do esforço intelectual de nosso país, é tarefa que se impõe aos homens de governo brasileiros, que se impõe especialmente ao regime atual, ao preclaro e dinâmico governo de V. Excia., continuamente disposto e consagrado aos grandes e difíceis empreendimentos. O trabalho, a ser realizado pelo escritor Gilberto Freyre, deverá iniciar-se pelos países em que a tarefa parece ser mais fácil: Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. A viagem de estudos deverá ser de três meses e ter início em dezembro próximo. Consta do processo o roteiro traçado e o cálculo das despesas dado pelo próprio sr. Gilberto Freyre. Estando V. Excia. de acordo com a realização do programa traçado, peço-lhe que se digne de autorizar, no corrente ano, a concessão da importância de 40:000\$000, ficando o restante para ser concedido por conta de recursos orçamentários do próximo ano.²⁹⁹

O plano de G. Freyre, submetido à apreciação de Vargas por seu intermediador político, foi, com efeito, aprovado pelo presidente. O processo nº 2.065/42, composto de roteiro do traçado da viagem e de cálculo das despesas, foi autorizado integralmente. O

²⁹⁸ CAPANEMA, Gustavo. [Telegrama] 29 ago. 1941, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Telegrama de resposta à proposição do projeto de observador cultural por G. Freyre. CPDOC/FGV.

²⁹⁹ CAPANEMA, Gustavo. [Carta] 28 out. 1941, Rio de Janeiro [para] VARGAS, Getúlio. Rio de Janeiro. 1f. Carta de apresentação da missão de observador cultural ao presidente da República. CPDOC/FGV.

processo administrativo aprovado por Vargas concedeu os seguintes subsídios a G. Freyre: Cr\$ 70.000,00 divididos em duas parcelas de igual valor, a primeira com pagamento para dezembro de 1941 e a segunda com pagamento para fevereiro de 1942. O Banco do Brasil foi a instituição financeira responsável por liberar a entrega do valor, que seria remetido aos países estrangeiros integrantes da missão por meio do Itamaraty. Mais ainda, o representante do país teve direito a transporte, acomodação e alimentação nos países visitados, coextensivo a sua acompanhante, e mais a facilitação de contatos políticos nos países da missão por seu grupo de amigos que foi acionado por Capanema para esse fim. E note-se que o ministro reduziu a duração da missão de seis para três meses.³⁰⁰

G. Freyre e Maria Magdalena viajaram direto para o Uruguai no fim de dezembro de 1941, permanecendo oito dias em Montevideú. Ao longo de toda a missão, o trajeto efetivamente percorrido pelo casal foi Uruguai, Argentina e Paraguai, pois Bolívia e Estados Unidos não puderam ser contemplados por uma série de razões que serão discutidas adiante. Tem-se o registro do primeiro contato feito com Capanema do exterior, na verdade uma carta remetida ao ministro diretamente de Buenos Aires, ou seja, logo após a passagem do casal pelo Uruguai. Na correspondência G. Freyre costumava atualizar as informações da missão diplomática para seu correspondente, e é com base nesses relatos que se procura reconstruir a experiência interamericana de G. Freyre no início de 1942.

No Uruguai, após ter recebido a primeira parcela da subvenção (Cr\$ 35.000,00) pelo Itamaraty, G. Freyre partiu para a busca de contatos acadêmicos e políticos no país, e relatou que o curto tempo que permaneceu ali serviu oportunamente para atingir o objetivo da missão: estabelecer novos contatos, para estreitar a relação desses países com a “cultura brasileira”, com lideranças políticas de esquerda e de direita, lideranças religiosas, candidatos à Presidência da República etc. O plano da missão ainda previa a visita a determinadas organizações econômicas da região para o estudo de aspectos da formação socioeconômica comparáveis ao patriarcalismo do Brasil. Ao deixar o Uruguai, G. Freyre relatou a Capanema que conseguiu “novos” e “interessantes” contatos políticos para sua missão: conversou com o líder católico da Câmara dos Deputados, com esquerdistas “mais avançados” e com dois candidatos à Presidência da República, além de ter visitado as maiores organizações de leite do país e conversado com um grande conhecedor do

³⁰⁰ Houve muitos apoios recebidos pelos dirigentes de instituições políticas nacionais a favor da missão de G. Freyre na América do Sul, entendida como espécie de investimento público na política externa do país. Consta das fontes o apoio de Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, dirigido a Capanema pressionando-o no sentido de que o plano fosse apresentado a Vargas; consta, também, a nota da Embaixada do Brasil em Washington solicitando a presença de G. Freyre nos Estados Unidos como parte da missão diplomática. Essa nota foi incluída na correspondência com Capanema, certamente com o intuito de fortalecer o pedido de subvenção discutido com Vargas por meio do ministro da Educação e Saúde.

problema da carne uruguaia, quem também era diretor do censo nacional e que, por isso, poderia fornecer dados estatísticos “interessantes” para o governo brasileiro sobre a economia de diferentes zonas do país. O observador brasileiro relatou a Capanema que havia proferido uma conferência no Instituto de Cultura Uruguaia-Brasil, sediado em Montevideu, que abordou a questão do “moderno humanismo científico” introduzida no Brasil, segundo seu ponto de vista, por Gonçalves Dias e Euclides da Cunha; que percebera que no Uruguaia e na Argentina havia grande curiosidade dos meios intelectuais pela cultura brasileira moderna; que, surpreendentemente, seus livros eram mais conhecidos nos países sul-americanos do que poderia supor. E, finalmente, fez a primeira reclamação do orçamento calculado pelo Banco do Brasil para a missão: “O orçamento está quase ridículo. Aliás, começou a sê-lo com a passagem do valor [despesas] – duas vezes mais”.³⁰¹

Capanema estava ligado no processo da missão diplomática de G. Freyre com a experiência interamericana. Na medida em que recebia a correspondência do sociólogo, em que havia relatos da experiência nos países integrantes da missão, lhe respondia com a intenção de orientar os passos e procedimentos que G. Freyre deveria adotar na operação, negociação ou diálogo com os grupos de contatos específicos de cada país integrante da missão diplomática, e tudo indica que a orientação de Capanema deveria ser entendida como ordem a ser cumprida pelo sociólogo. Sobre a operação no Uruguaia, o ministro lhe disse ter concordado com a condução do processo de estreitamento dos vínculos entre as duas nações: “Meu caro Gilberto Freyre, acompanho com o coração e o pensamento sua viagem. Do que você fez no Uruguaia me deu notícia a sua carta. Tudo me pareceu bem conduzido. Em Buenos Aires, a sua ação há de ser sem dúvida profícua e é aí que você deverá atuar com mais tato e vigor”.³⁰² Como é de supor, o ministro, que ficou responsável por negociar a duração e o valor da missão freyriana com Vargas, de imediato não comentou o problema de insuficiência apontado no orçamento liberado pelo BB.

O importante desse documento é a definição atribuída por Capanema ao pensamento do “interamericanismo”, pois é com essa definição que a atuação de G. Freyre na missão diplomática convergia. Esta definição é parte de uma construção maior que revela o ministro como intelectual ou analista, e não apenas como administrador, que buscava igualar-se aos demais intelectuais como quem dialogava/negociava, pondo-se a altura dos seus pares a partir de uma reflexão sobre a “cultura brasileira” e, a partir dessa reflexão, procurava outros intelectuais com reflexão convergente para atribuir-lhes funções e

³⁰¹ FREYRE, Gilberto. [Carta] 1º jan. 1942, Buenos Aires [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 3f. Carta relatando as experiências da missão de observador cultural no Uruguaia. CPDOC/FGV.

³⁰² CAPANEMA, Gustavo. [Carta] 22 jan. 1942, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Buenos Aires. 1f. Carta comentando o relato sobre a missão de observador cultural no Uruguaia. CPDOC/FGV.

missões dentro da burocracia federal, quer dizer, o MES. Rigorosamente, esse foi o caso de G. Freyre: o sociólogo procurou o ministro com o objetivo certo de propor uma missão a quem tinha poder dentro do regime político e, da mesma forma, com quem a reflexão sobre cultura era convergente. Mais ainda, observa-se que a reflexão de Capanema, introduzida no programa político do MES, foi impactada ou influenciada pela leitura de *Casa-grande & senzala* e dos textos sobre a matriz de cultura luso-brasileira de G. Freyre – os quais, aliás, como já se percebeu, foram possíveis por decorrência do incentivo pecuniário do programa político do MES –, com que Capanema encontrou subsídio teórico para produzir a definição do interamericanismo tornada diretriz de sua atuação como ministro da Educação. Que se observe a definição: “Mas a verdade é que precisamos encontrar, para as Américas, o caminho seguro, o caminho de paz, de justiça, de liberdade, de criação. E para isto é força que unamos as Américas em espírito, isto é, na concepção e no trabalho de sua cultura intelectual. A sua viagem representa um esforço sincero que empreendemos para contribuir para esta obra de unidade espiritual”.³⁰³

A definição do interamericanismo como a “unidade espiritual” da região foi dirigida em uma carta de resposta aos relatos de G. Freyre, quando este chegou à Argentina. Com a missão tendo sido autorizada por Vargas, o regime não apenas concedia outra subvenção a seu intelectual dileto, mas lhe reconhecia a função de sociólogo ou analista da realidade brasileira e de articulador de contatos internacionais em proveito da cultura latino-americana. Nesse sentido, a correspondência trocada entre o sociólogo e o ministro, por ser o principal lugar de sociabilidade intelectual, foi um meio de reconhecer sua função como sociólogo cujo pensamento conquistou o *status* de consagração na circunstância mesma do pacto político com o Estado Novo.³⁰⁴ E dessa circunstância resulta que G. Freyre conseguiu se inserir no espaço de poder construído em torno do MES.

Na Argentina, no final de janeiro de 1942, G. Freyre deu início ao intenso plano de trabalho com a busca de contatos em Buenos Aires. A primeira ação do sociólogo foi aceitar o convite para proferir conferências sobre o tema preferido de sua rotina, outra vez, aspectos da cultura luso-brasileira, que foram publicadas em livro por um editor argentino. Ele confessou a Capanema que encontrou inesperada receptividade na Argentina e que o prestígio ou a recepção rápida e positiva de seus livros facultou-lhe o convite para colaborar regularmente com o jornal argentino *La Nación* e o jornal uruguaio *La Prensa*, percebendo e compartilhando a informação com o correspondente que seus livros eram mais conhecidos nos países da América do Sul do que na Espanha. Dessa co-

³⁰³ *Idem.*

³⁰⁴ GOMES, Angela de Castro. *Op. cit.*; WILLIAMS, Daryle. *Op. cit.*, 2000.

laboração resultou um artigo publicado primeiramente na imprensa argentina e, posteriormente, traduzido e publicado no *Diário de Pernambuco*. O artigo, intitulado *Americanismo e hispanismo*, abordou o problema que envolve questão nacional e modernização na América segundo os princípios da filosofia social do interamericanismo.³⁰⁵

Na correspondência, G. Freyre afirmou que a primeira representação em Portugal, em 1937, foi importante para o estreitamento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, como nova e moderna fase de integração entre a cultura dos dois povos, vale

³⁰⁵ Acredito que é importante transcrever o excerto do longo artigo que constitui a síntese das ideias de G. Freyre acerca dessa corrente de pensamento: “[...] O americanismo que fosse como um plano urbanístico em ponto grande ou em escala continental. Que conciliasse, como os planos urbanísticos – e as grandes civilizações não tendem a ser principalmente cidades? – os arcaísmos com os modernismos, as igrejas velhas com as novas avenidas, a estética e até a ética das tradições monárquicas, como a brasileira, com a necessidade de avançada experimentação e de inovação sociológica como a dos mexicanos e a dos próprios brasileiros de hoje [...] Escrevendo recentemente sobre a articulação da cultura nas Américas, esbocei a possibilidade de um desenvolvimento cultural, nesta parte do mundo, sob a forma de um arquipélago enorme. Forma sociológica e, até certo ponto, forma política. Em tal configuração se conciliaria o sentido de extensão continental da mesma cultura com o de densidade e indivisibilidade das “ilhas” que a constituem. Um continentalismo ou americanismo pluralista que é de modo nenhum uniformista. Mas americanismo. O destino americano do Brasil, assim como o da Argentina, do México, o dos Estados Unidos – da sua cultura – está claramente antecipado nas suas tendências comuns. Apenas não será um americanismo, no qual a individualidade de “ilha” do Brasil, por exemplo, um povo americano de formação sociológica singular – com a preponderância do português e a larga participação do negro e a rápida valorização do mestiço – e de formação política igualmente singular – considerado o longo período monárquico que nos marcou o caráter, talvez para sempre – se dissolva em dois tempos, se por acaso se desenvolver no continente um imperialismo ansioso de uniformização social e política. Este é um ponto a salientar. Mas há outro. E é que a condição sociológica de “ilha” de cada grade povo americano não pode significar dependência de qualquer dos blocos de onde nos vieram os elementos principais de formação de cultura. Tal dependência seria outro colonialismo, e um colonialismo de sabor político. Por conseguinte, contrário não simplesmente às fórmulas, mas às tendências mais íntimas do americanismo como expressão de cultura nova e mais livre do que a europeia. Por outro lado estamos, os povos americanos de formação hispânica – portuguesa ou espanhola –, numa fase do desenvolvimento cultural que nos convém que seja ainda uma fase da colonização cultural europeia. Da pós-colonização cultural europeia, pode-se dizer. Mas pós-colonização cultural na qual os elementos portugueses e espanhóis, isto é, os verdadeiramente das elites e os folclóricos, os populares, entrem no desenvolvimento da cultura dos povos novos da América para avigorar-lhes a individualidade e a tradição hispânica. Para avigorar-lhes essa individualidade e tradição, note-se bem; e não para orientá-la nem dirigi-la com intuítos ou vagos desejos de racionalização política. Tal sentido seria tão contrário ao desenvolvimento de cultura um tanto desordenada e de modo nenhum precocemente rígida, que convém aos povos da América, quanto o daquele pan-americanismo simplista para o qual a gente e a cultura das Américas já se bastam, podendo assim dispensar não só a orientação como a participação europeia no seu desenvolvimento. Engano, a meu ver. Essa participação só não nos convém como nos é essencial. Para o Brasil, ela significa uma larga participação europeia, em geral, e portuguesa em particular – de elite e de elementos populares – no desenvolvimento de uma cultura que, sendo americana no seu ritmo e nas suas formas mais livres de expressão, de criação e ampliação de valores, seja ao mesmo tempo hispânica – particularmente portuguesa – nos seus motivos mais profundos de vida e nas suas maneiras mais características de ser. Ligando-se à América, tais elementos e elites não se perdem nem suas energias morrem, pois aqui se ampliam suas possibilidades de expressão, junto com a de cada povo em particular e a dos americanos, em geral. A dualidade de “ilhéus” e “continentais” do brasileiro como do mexicano, do argentino como do paraguaio, para só falar em quatro povos característicos, como expressão de uma cultura nova na América, me parece um aspecto importante nas relações de cada povo americano com os povos vizinhos, por um lado, e com os maternos, por outro. E não se trata de um antagonismo impossível de ser vencido pela conciliação, mas, ao contrário, de uma dualidade fecunda a se aproveitar. Sobre ela é que terá provavelmente de fundar-se a verdadeira articulação de uma cultura americana que não seja um puro americanismo horizontal ou de superfície, voltado só para o progresso em extensão dos povos do continente. Que seja, principalmente, ampliação de valores herdados da Europa, da África e da Ásia. Ampliação sem sacrifício de profundidade”. FREYRE, Gilberto. Americanismo e hispanismo. *Diário de Pernambuco*, Recife. 29 abr. 1942, p. 4-9. SR/FBN (grifo meu) (aspas do autor).

dizer, “fase nova de articulação política, tal a importância que adquiriu a unidade essencial entre culturas, por mim sugerida e defendida. Desculpe a falta de modéstia, mas é a verdade. E sou obrigado a salientar a verdade quando vejo o Itamaraty todo açúcar para gente sem importância, que ganha um dinheirão em missões ou representações decorativas e quase inúteis, e todo cheio de cautelas, ou pelo menos de indiferença, com relação a quem pode de fato fazer alguma coisa pela cultura brasileira”.³⁰⁶ É interessante destacar as insatisfações de G. Freyre com os problemas enfrentados no curso da missão com ingerência política, posto que, simultaneamente à busca dos objetivos da missão, principalmente na Argentina, onde G. Freyre proferiu conferências, publicou artigos de jornal, conseguiu lançar as bases para publicação do Boletim Bibliográfico Brasileiro, ao passo que o MES foi instado a organizar o trabalho de seleção bibliográfica e distribuição dos livros de autores brasileiros aos críticos especializados da Argentina e dos outros países integrantes da missão, tudo como forma de intercâmbio cultural pensado para o estreitamento das relações diplomáticas com base na “unidade espiritual” entre os países da região, enfim, enquanto os objetivos da missão eram atingidos, e “tudo isso destaco a dizer-lhe [Capanema] que esse inesperado prestígio pessoal me permite fazer mais do que supunha pelas melhores relações de cultura entre os dois povos: o argentino e o brasileiro”,³⁰⁷ ocorre que “nem aqui nem no Uruguai, as embaixadas tinham qualquer informação a meu respeito. Decididamente o Itamaraty não morre de amores por mim”.³⁰⁸

A despeito dos problemas de ordem gerencial, especialmente com a irregularidade no pagamento das parcelas – G. Freyre reclamou duas vezes ou mais sobre o atraso constante no pagamento –, ele continuou a missão na Argentina e, logo depois, no Paraguai. De acordo com a correspondência, a maior parte da realização do plano de trabalho ocorreu mesmo em Buenos Aires, onde o observador pôde de fato atuar no estabelecimento de contatos acadêmicos no sentido do intercâmbio universitário com o Brasil e, inclusive, conseguiu fechar um importante contrato de publicação dos livros de sua primeira lavra em língua castelhana da Argentina. Por conseguinte, estando inspirado pelas experiências de trabalho anteriores com o SPHAN e o CNG, em que pôde conhecer melhor os meios de organização institucional de acordo com o método de centralização administrativa, o sociólogo sugeriu ao ministro outro plano de criação institucional específico do campo da cultura, sob a forma departamental com sede administrativa no Distrito Federal, que seria a sede central das repartições regionais, do Departamento Nacional

³⁰⁶ FREYRE, Gilberto. [Carta] (?) jan. 1942, Buenos Aires [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 3f. Carta relatando as experiências da missão de observador cultural na Argentina. CPDOC/FGV.

³⁰⁷ *Idem.*

³⁰⁸ *Ibidem.*

de Antropologia ou Departamento Nacional de Cultura, que, segundo o plano ou idealização do sociólogo proposto ao ministro, seria...

um centro para estudo e para interpretação do homem e da cultura brasileira; de suas origens hispânicas (Portugal e Espanha); de outras de suas origens europeias (flamenga, italiana, alemã etc.); de suas origens africanas; de suas relações interamericanas; de sua ecologia; do seu desenvolvimento histórico; de seus característicos já definidos e de suas ordenações atuais. E haveria cadernos em que se publicaria, sob o título geral “Cultura” ou “Antropologia”, conforme o nome que fosse dado ao departamento, ao qual ficaria incorporado o Museu Nacional, o Museu Goeldi [Pará], o Museu Paulista, o de Garanhuns [Pernambuco], o do Rio Grande do Sul, o do Paraná e o Museu Nina Rodrigues da Bahia. Que diz você? Converse sobre o assunto com o nosso presidente. Estou certo que ele se interessará pelo plano. A seção de “relações interamericanas de cultura” comporta desenvolvimento que talvez possa tornar o Rio de Janeiro um centro de importância continental em assuntos de cultura.³⁰⁹

Não se tem registro sobre a resposta nem de Capanema nem de Vargas, mas sabe-se – ou melhor, pode-se intuir – que esse novo plano de G. Freyre não foi implementado na conjuntura do Estado Novo, de modo que o DNC ou DNA não foi institucionalizado ou incorporado na burocracia estatal nesse período. O interessante do documento, entretanto, é a característica do modo de pensar de G. Freyre quando propôs outro plano de criação do Departamento: uma estrutura institucional que seria organizada de acordo com o método da centralização administrativa, comportando “desenvolvimento que talvez possa tornar o Rio de Janeiro um centro de importância continental em assuntos culturais”, segundo suas próprias palavras. Trata-se inequivocamente de um modo de pensar o novo acordo entre o Estado e a sociedade a partir do antiliberalismo e que era convergente com a prática centralizadora e modernizadora comandada pelo Estado Novo.³¹⁰

G. Freyre permaneceu no Paraguai até fevereiro de 1942 após deixar a Argentina no final de janeiro, retornando novamente ao país em fevereiro antes de encerrar sua missão. A correspondência com Capanema relatando as experiências no Paraguai é realmente escassa. Não consta, da única carta encontrada que se referia ao país, qualquer relato de celebração de acordos com intelectuais ou dirigentes de instituições acadêmicas de interesse da missão, constando apenas outra reclamação contra o atraso no pagamento da segunda parcela da subvenção aprovada por Vargas. Aliás, percebe-se que esse foi um grande problema enfrentado pelo sociólogo durante todo o trajeto da missão. Ele insistia na reclamação dos atrasos, procurando deixar claro ao correspondente os sinais de

³⁰⁹ *Ibid.* (Grifo meu) (Aspas do autor).

³¹⁰ Para conhecer com mais profundidade a categoria de “modo de pensar”, cf. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, especialmente o cap. 4, “A mentalidade utópica”.

sua decepção com o problema. E antes de deixar a Argentina em direção ao Paraguai, G. Freyre havia afirmado para Capanema que, dado o primeiro problema de desinformação na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, quando chegasse a Assunção desejava não se deparar com problemas ao receber a segunda parcela da subvenção. O que não ocorreu da forma como desejou. Em fevereiro o Itamaraty não remeteu o valor devido ao Paraguai e o representante nacional não pôde contar com o auxílio financeiro enquanto esteve em missão. Assim, foi exatamente por isso que disse a Capanema: “É mais uma decepção que tenho. Decididamente é isso o que acompanha no Brasil os homens de valor, de muito ou de algum: a mesquinharia e até o descaso. Enquanto a gente fofa mas covardona vive no Brasil e no estrangeiro regaladamente, ganhando o que quer. Eu sei que pouco é sua responsabilidade em tudo isso. Que por você tudo teria corrido bem e que esse é, também, o espírito do presidente Vargas. Não obstante, eis o que se passou!”³¹¹

Enfim, não se tem mais fontes fecundas para a reconstrução da experiência interamericana de G. Freyre em 1942. Sabe-se apenas que ele e sua esposa retornaram ao Brasil em fevereiro desse ano e que o representante nacional recebeu a segunda parcela do valor devido no dia 03 de março, depois de ter encerrado a missão e ter retornado ao Recife. O trajeto não pôde ser estendido à Bolívia e aos Estados Unidos, como o último destino, devido a real circunstância em que a missão foi conduzida, sendo relatada pelo representante como “viagem marcada pelo tempo de guerra”. Ao que tudo indica, a circunstância da guerra em 1942 também foi outra grande dificuldade encontrada para dar continuidade às atividades previstas no plano de trabalho da missão. A correspondência, desde a estadia no primeiro destino, traz relatos do perigo representado pela circunstância do conflito mundial à permanência do representante brasileiro e de sua acompanhante na capital dos países da América do Sul, como Montevideu e Buenos Aires. Há relato de que G. Freyre contou com a colaboração de membros das Forças Armadas dos países em que esteve, atendendo às recomendações de não adentrar em lugares perigosos.

Quando, em fevereiro de 1942, a missão estava encerrada e G. Freyre havia retornado ao Recife, três meses depois houve o acontecimento do conflito com o interventor pernambucano e seu subsequente encarceramento na DOPS do estado, em que a atuação de Capanema no sentido de conseguir a libertação do detento dentro de pouco tempo foi decisiva. E pouco tempo depois da libertação o sociólogo comentou com o ministro que a polícia estadual continuava com a perseguição de modo autoritário e constrangedor e que a perseguição do interventor estendia-se à violação da correspondência privada e à censura da imprensa visando banir toda a discussão jornalística em torno de sua

³¹¹ FREYRE, Gilberto. [Carta] 11 fev. 1942, Buenos Aires [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 1f. Carta relatando as experiências da missão de observador cultural no Paraguai. CPDOC/FGV.

imagem pública e inclusive de sua obra. “A nota ridícula de tudo isto por aqui: a polícia proíbe os jornais, cujos direitos se acham em estado de pânico, de me elogiarem, publicarem elogios de jornais do Rio de Janeiro ou do estrangeiro a meu respeito ou de darem em relevo qualquer notícia sobre minha pessoa ou meus livros”.³¹² Ocorre que, no que se refere ao problema das perseguições e censura em Pernambuco denunciado pela correspondência, Capanema pouco pôde fazer no sentido de tentar proteger G. Freyre.

Em agosto de 1942, depois de a missão ter sido completada e depois do evento da prisão em que a proteção do ministro foi de fato importante, o sociólogo publicou um artigo no *Diário de Pernambuco*, intitulado *A propósito da unificação da ortografia*, em que apoiou o novo projeto do MES de reformar a gramática da língua portuguesa com o intuito de unificar a ortografia do idioma entre todos os países lusófonos. O teor do artigo, não obstante, ultrapassa o debate em torno da reforma da língua e contém outra evidência da negociação política resultante no pacto de poder com o Estado Novo. O autor defendeu a reforma ortográfica planejada pelo MES e, mais particularmente, defendeu a gestão de Capanema no comando do Ministério, integrando-a na suposta “nova” e “moderna” fase da política brasileira em que os governantes do poder público interpretam, e não simplesmente administram, os problemas diagnosticados pelos cientistas sociais.³¹³ Ora, esse artigo, que foi publicado exatamente no momento em que o sociólogo havia se aproximado com mais interesse do ministro e contado com as intervenções dele junto de Vargas para proporcionar-lhe funções importantes dentro da estrutura de poder constituída para o programa político do Ministério, foi a forma encontrada pelo autor para retribuir os benefícios resultantes da boa relação estabelecida ao longo do tempo com o ministro e a instituição política. E não foi por acaso que Capanema agradeceu o apoio/gen-

³¹² FREYRE, Gilberto. [Carta] 23 jul. 1942, Recife [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 2f. Carta comentando a situação de insegurança em Pernambuco depois de seu encarceramento. CPDOC/FGV.

³¹³ “O ministro Gustavo Capanema acaba de por em foco um assunto interessantíssimo: o problema da unificação ortográfica. Há no sr. Capanema um espírito público e um ânimo político – político no melhor sentido da expressão – que dá a sua atividade de ministro e de colaborador do presidente Getúlio Vargas uma inquietação simpática: a de um homem preocupado com o lado intelectual e, como diria o professor Roquette-Pinto, “poético” dos negócios de seu Ministério, e não apenas com o burocrático e terra-a-terra e estreitamente prático. Ele é um dos mineiros que vem enriquecendo o Brasil com espírito político compreendido não como simples gosto de mando mas com um constante esforço de compreensão e de interpretação de problemas que muitas vezes escapam aos simples burocratas e mesmo aos administradores rigorosamente em dia com as coisas práticas e imediatas do governo. Interessando-se pelo problema da unificação ortográfica – de tão grande importância para nossas relações com Portugal e as áreas africanas, asiáticas e atlânticas de cultura e de formação principalmente portuguesa – o sr. Capanema mostra mais uma vez que o Ministério da Educação é para ele, como para o presidente Vargas, um órgão de política cultural e não apenas de rotina burocrática e de orientação pedagógica. Quanto a esta, sou dos que pensam que mais uma vez o sr. Capanema tem errado, e errado profundamente, embora de boa fé. Nada, porém, de confundirmos esse seu plano de atividade com o de política cultural, em que se tem revelado homem de visão larga e até poética e com a coragem de iniciativas que só mais tarde darão na vista do público. Na do público como na dos próprios intelectuais menos atentos aos grandes problemas de cultura e ao mesmo tempo de política que o Brasil mais cedo ou mais tarde terá de enfrentar”. FREYRE, Gilberto. A propósito da unificação da ortografia. *Diário de Pernambuco*, Recife. 11 ago. 1942, p. 4. SR/FBN.

tileza na correspondência: “[...] Devo-lhe ainda uma palavra de agradecimento pelo que você disse de mim no seu esplêndido artigo sobre a questão ortográfica. Esta questão está entregue à Associação Brasileira de Letras, que realiza não sei quais misteriosos estudos que vão tornando a coisa cada vez mais difícil”.³¹⁴ O artigo em questão é outra evidência do ponto de contato havido entre os interesses de G. Freyre e o programa político do MES, fundamentalmente em relação à política cultural estabelecida pelo órgão interno, o Conselho Nacional de Cultura (CNC), e especialmente entre 1941 e 1943, quando houve de fato crescimento na aproximação e negociação de interesses entre as duas partes da relação política. Nesse sentido, o artigo da imprensa *A propósito da unificação da ortografia*, de agosto de 1942, indica a retribuição dos acordos celebrados com Capanema pela via da argumentação favorável, partindo de uma figura que conquistara proeminência no iniciante campo das ciências sociais, a seu programa educacional dos anos 40.

Do final de 1942 à metade de 1943 a correspondência entre ambos limitou-se a uma prática tradicional da política brasileira: o pedido de favores a terceiros. Em setembro de 1942 G. Freyre iniciou a colaboração com o processo de aposentadoria de Alfredo Freyre, seu pai, ao entrar em contato com o ministro para solicitar sua ajuda, quer dizer, sua intervenção no caso. Consta das fontes o relato de que o caso de Alfredo Freyre estava mais complicado do que o normal, pois a outorga da aposentadoria havia sido negada em primeira instância. Diante disso, a família decidiu remeter uma carta a Getúlio Vargas e ao ministro Capanema, certamente aproveitando-se da boa relação preestabelecida com o sociólogo, numa atitude política de usar a rede de contatos do filho na tentativa de mudar a decisão negativa no caso. A carta foi remetida aos dois destinatários por Alfredo Freyre, entregue por Ulysses Freyre e comunicada sobre o envio por G. Freyre. “Daí a resolução que tomou. Creio que não se confirmará a exceção contra ele [de negação do pedido de aposentadoria] e conto para o que for possível com sua boa vontade. É um homem cheio de serviços ao ensino e à magistratura, um lutador a vida inteira”.³¹⁵

Esse foi outro assunto financeiro da família Freyre tratado diretamente pelo ministro e pela estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública nos anos 40. É possível discutir o pedido de G. Freyre dirigido a Capanema para intervir no caso da aposentadoria de seu pai como parte da rede clientelística de favores entre “cúmplices” em que houve favorecimento político da parte do ministro ao atender o pedido de favor do sociólogo, ou pela abordagem subjetiva que entenderia esse caso como troca de favores entre dois “amigos”/“parceiros”, primeiramente o sociólogo participando das ações do Mi-

³¹⁴ CAPANEMA, Gustavo. [Carta] 28 nov. 1942, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Carta respondendo a solicitação de Gilberto Freyre de intervenção na aposentadoria do pai. CPDOC/FGV.

³¹⁵ FREYRE, Gilberto. [Carta] 28 set. 1942, Recife [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 2f. Carta solicitando a intervenção de Gustavo Capanema na aposentadoria de Alfredo Freyre. CPDOC/FGV.

nistério; posteriormente, o ministro retribuindo a colaboração com sua contribuição pessoal no caso relatado, buscando a efetividade do direito do pai de seu “amigo”. De qualquer modo, as fontes são suficientes para se constatar que, ao menos nesse momento, G. Freyre comportou-se, em sua relação com o poder central, como demandante e não como prebendeiro, o que lhe garantiria mais privilégios dentro do serviço público federal. Ele se comportou como demandante de favores e cargos públicos em nome de terceiros, que geralmente eram pessoas ligadas a sua família em Pernambuco, para o ministro da Educação e Saúde, isto é, para este avaliar e, se fosse o caso interessante, aprovar os pedidos de favor e nomeação de pessoal técnico, sem a atuação de outros intermediadores.

Com efeito, Alfredo Freyre conseguiu ser aposentado em 1943. Em novembro de 1942 Capanema estava esperando o encaminhamento dos documentos para pleitear a aposentadoria com rendimento integral, ou seja, sem a diminuição do valor do salário de professor universitário e de juiz federal. O processo ou pleito de aposentadoria tramitou internamente no MES, através do Departamento de Administração, porque a função progressiva desempenhada por Alfredo Freyre permitia o tratamento do caso pelo MES. Contudo, o professor não teve direito a aposentadoria com valor integral, mas apenas parcial, com seus proventos tendo sido calculados pelo tempo de serviço federal mais um terço do tempo de serviço estadual. A aposentadoria foi fixada com base na lei do Estatuto dos Funcionários Públicos, decretada pelo DASP, em 1939, em revogação do artigo 156 da Constituição de 1934. Essa informação foi passada pelo diretor do Departamento de Administração a Capanema em dezembro de 1942. Quem se encarregou de comunicá-la a família Freyre no Recife foi o próprio ministro do MES, o que foi feito em breve.³¹⁶

Em 1943, além do pedido de intervenção do ministro no caso da aposentadoria de seu pai, G. Freyre intercedeu a favor da nomeação do filho de seu primo, Jarbas Pernambucano de Mello, para a única vaga de psiquiatria disponível na 5ª Região de Saúde do MES, o Nordeste, com sede no Recife. Em 17 de janeiro de 1943 o sociólogo entrou em contato com Capanema para pedir a nomeação do profissional indicado em sua carta e, com a intermediação de Barros Barreto (outro profissional da saúde), para conduzi-lo ao cargo de chefe de psiquiatria da divisão do Ministério no Nordeste. Assim, G. Freyre esperava contar com a atuação de Capanema como dirigente da instituição e como mediador dos contatos entre os profissionais da educação e saúde – as duas áreas que estavam em franco crescimento no país, exigindo o recrutamento de profissionais para ocuparem os novos cargos – na medida em que indicava para nomeação no serviço público.

³¹⁶ SOUSA, Bernardino. [Carta] 30 dez. 1942, Rio de Janeiro [para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 2f. Carta informando o resultado do processo de aposentadoria de Alfredo Freyre. CEDOC/FGF.

Em março desse ano Jarbas Pernambucano foi recomendado por Capanema para ocupar o cargo solicitado por G. Freyre. Sua intercessão funcionou e o psiquiatra passou a ocupar o cargo de chefia na 5ª Região de Saúde do MES. Logo depois de saber do fato, o correspondente reforçou a defesa do indicado: “Asseguro-lhe [ministro] que estou recomendando para o aludido cargo pessoa cuja competência está acima de qualquer dúvida e que é também moço de caráter e de excelente formação intelectual e moral”.³¹⁷

Última consideração sobre a negociação do campo da cultura entre o sociólogo e o ministro. Esta dimensão do negócio com o Estado Novo parece que foi, a rigor, o aspecto mais fecundo da relação política mantida por G. Freyre com Capanema. De um lado, tornou-se praxe do MES solicitar o sociólogo para participar como conferencista das reuniões organizadas pela instituição sobre vultos da elite intelectual e de pensadores do passado, inclusive convidando-o para participar como representante do Brasil em eventos internacionais na área geral de Ciências Humanas, garantindo-lhe o direito a todas as despesas de seu empenho pagas com recursos orçamentários da instituição estatal.³¹⁸ De outro lado, tem-se o sociólogo ora aceitando ora negando os convites e retribuindo intelectualmente os acordos celebrados com Capanema, ao apoiar a direção do governo.

O ministro era, pois, um “mecenas da cultura”. Ele costumava financiar obras e monumentos de arte durante a gestão do Ministério entre 1934 e 1945, principalmente, e não exclusivamente, a arte modernista de estilo figurativo capaz de capturar e expressar a visão da suposta “beleza nacional”, um padrão estético que estava comprometido com o nacionalismo dominante nesse contexto.³¹⁹ Nesse sentido, o caso da arte de Portinari é paradigmático, visto que envolveu o ideário do projeto regionalista-tradicionalista. O financiamento da obra de Portinari por Capanema – e a decoração do novo edifício ministerial no Rio de Janeiro com parte de sua obra é um resultado desse acordo – foi decisão política apoiada por G. Freyre em 1942. Aliás, o sociólogo apoiou todo o grupo de artistas que se aproximaram de Capanema durante o regime do Estado Novo, excetuando-se apenas o grupo modernista de São Paulo, com quem nunca se entusiasmou e com quem não discutia de forma direta e pessoal. Novamente, o meio do apoio político ao grupo ligado a Capanema e ao Ministério, sobretudo Portinari, foi sua produção jornalística. Fechando o ciclo da negociação com o MES em torno da matéria da “cultura brasileira”, o sociólogo publicou um artigo no *Diário de Pernambuco* em 1942, que abordava a ques-

³¹⁷ FREYRE, Gilberto. [Carta] 7 mar. 1943, Recife[para] CAPANEMA, Gustavo. Rio de Janeiro. 2f. Carta de agradecimento pela nomeação de Jarbas Pernambucano ao cargo de psiquiatra do MES. CPDOC/FGV.

³¹⁸ Cf., por exemplo, CAPANEMA, Gustavo. [Telegrama] 25 out. 1943, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Telegrama convidando Gilberto Freyre para participar como conferencista do evento organizado pelo MES para comemorar o centenário de morte de Diogo Antônio Feijó. DEDOC/FGF.

³¹⁹ WILLIAMS, Daryle. *Op. cit.*

tão do complexo de inferioridade da sociedade brasileira perante o mundo ocidental europeu e estadunidense, ou o problema da hierarquia existente entre a “cultura ocidental” e a “falta de cultura dos brasileiros”, considerado anteriormente a 1930 como o problema de uma nação com “subcultura” e, posteriormente a 1930, como problema discutido e equacionado cientificamente pelo pacto entre os intelectuais e o aparelho de Estado. O que não foi explicitado por G. Freyre, contudo, residiu no assentimento inteiramente ve-lado dos intelectuais e dos artistas em relação a cooptação, mediante a subvenção, pelas instituições do Estado Novo, no caso o MES que definia as diretrizes da produção artística em bases nacionalistas dos intelectuais e artistas cooptados e subvencionados.³²⁰

O artigo de G. Freyre sobre a arte de Portinari resume a tese de *Casa-grande & senzala* referente à tolerância ou democracia racial. Com isso, pode-se afirmar que o sociólogo pretendeu, na realidade, construir ponto de vista dominante sobre o problema do complexo de inferioridade coletiva decorrente da miscigenação: a expressão artística de Portinari seria expressão da “cultura popular brasileira”, vale dizer, exprimiria símbolos de brasilidade fundados sobre os valores de cultura defendidos pelo projeto regionalista e negociados e acordados com o MES (tradições híbridas como democracia social).

³²⁰ “Dos nomes que o norte-americano associa agora ao Brasil nenhum é maior do que o de Portinari. O que ele exprime do Brasil dá para nos garantir uma boa mancha de cor no mapa das culturas regionais de hoje. E quando um povo pode apresentar como seu, teluricamente seu, um Portinari, um Villa-Lobos, um Luis Jardim, um Cícero Dias, um Camargo Guarnieri ou um Celso Antônio – algum artista de extraordinário poder criador cuja música, pintura ou escultura entre pelos olhos ou pelos ouvidos do estrangeiro ignorante das línguas ou das literaturas exóticas com o viço, o gosto e a cor das terras de onde saíram – esse povo já deixou de ser “simples expressão geográfica” para tornar-se um começo, pelo menos, de afirmação de cultura original e definida nas suas novas combinações de valores. O brasileiro de hoje não se sente mais, em Nova York ou na Europa, o indivíduo da nação clandestina ou vaga que se sentia no fim do século passado e no começo do atual, quando nossas celebridades do dia – Carlos Gomez (com z), Santos Dummont, Antônio Conselheiro, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Vital Brasil – eram indistintamente classificados de “sul-americanas”. Agora se faz a distinção. Sabe-se – é claro por hora só nos meios cultos – que há um Brasil de Portinari e de Villa-Lobos; um Brasil diferente do resto da América chamada Latina; um Brasil com seu conjunto de valores humanos e de cultura capazes de se desentranharem em compositores e artistas originais e fortes e não passivamente coloniais, corretamente subeuropeus [...] Portinari nos dá direito ao orgulho de que falava Bourne. Para os que sofrem, entre nós, do complexo de humildade colonial diante da Europa. Portinari é mesmo uma espécie de valor terapêutico, semelhante ao de certas vitaminas que corrigem deficiências patológicas. Pois o fato de ter o Brasil produzido um pintor da força de Portinari, ilustradores da marca de Luis Jardim, Santa Rosa, Manuel Bandeira, compositores da riqueza de imaginação de Villa-Lobos, um escultor do poder de interpretação de Celso Antônio, nos autoriza a acreditar no que já chamei de vigor híbrido sociológico no campo das afirmações concretamente artísticas de cultura, para não falarmos das abstratas e intelectuais. São vários os exemplos desse vigor híbrido que nos permite ver na floração artística do Brasil de hoje não a negação mas a afirmação de vantagens culturais da mestiçagem, miscigenação, interpenetração de culturas [...] Daí ser Portinari tão teluricamente do Brasil como Cícero Dias, quanto Villa-Lobos, quanto Luis Jardim ou Santa Rosa. Daí um observador arguto, como o poeta Vinícius de Moraes, ter surpreendido há pouco na Bahia imagens e trechos de paisagem que o fizeram exclamar: “isso é Portinari!”. E na Bahia não há imagens nem trecho de paisagem que não venham das entranhas do Brasil; que não resulte de longos processos de interpenetração de sangue e de culturas por um lado; e de excessos mórbidos de endogamia, por outro. Com esses longos processos de abasileiramento se identificou de tal modo Portinari que sua melhor pintura tem gosto baiano: o gosto mais íntimo e concentradamente brasileiro que pode ter uma Iaiá fina, uma mulher do povo, uma paisagem, uma igreja – e não apenas um vatapá e um caruru”. FREYRE, Gilberto. Portinari. *Diário de Pernambuco*, Recife. 20 dez. 1942, p. 4. SR/FBN (grifos meus) (aspas do autor).

3.3.5. Diogo de Melo Meneses, Monteiro Lobato e a biografia consagradora

A primeira biografia publicada acerca da vida e da obra de G. Freyre foi escrita por um ente da família, seu primo paraibano Diogo de Melo Meneses, em 1944. O momento para lançar um livro dessa natureza não poderia ser mais oportuno: o sucesso de crítica e de público conquistado pelo conjunto da obra freyriana só aumentava, no Brasil e nos países estrangeiros onde alguns dos livros já haviam sido traduzidos e publicados – fundamentalmente, *Casa-grande & senzala* publicado na Argentina e no Uruguai em 1942 –, e, no plano da política interna, a repressão e o cerceamento da liberdade de expressão e pensamento viabilizada pela ditadura mostrava os primeiros sinais de desgaste com o “Manifesto dos Mineiros” de 1943 e, no plano da política internacional, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) demonstrava com clareza a posição do país na luta contra o nazi-facismo beligerante.

Trata-se de uma biografia de cunho pessoal, surgida do círculo de amigos realmente íntimos da pessoa biografada (no caso em questão, o autor era seu próprio primo) em que pode se perceber a presença ou intervenção direta de G. Freyre no relato sobre a história de sua vida. De fato, o intimismo da biografia define o valor documental do relato que contém, bem como seus limites como documento ou atestado da realidade de uma vida, segundo afirmaram Larreta e Giucci.³²¹ É uma biografia pioneira que pode ser considerada *precoce*, posto que Diogo de Melo Meneses, ao ceder à pressão pela publicação rápida da biografia, não aguardou a completude da trajetória intelectual, ou do envelhecimento *social* – que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento *biológico* –, de G. Freyre juntamente com as representações criadas em torno de sua imagem pública de cientista social ou sociólogo. E, por fim, além de ser *intimista* e *precoce*, a biografia ainda encerra outra característica: foi consagradora do ideário do projeto regionalista nos anos 40. O texto não contém apenas o relato escrito pelo biógrafo-familiar, contém também um prefácio escrito por Monteiro Lobato, que assentiu com a missão dessa biografia e buscou imortalizar G. Freyre no panteão da literatura canônica da história do Brasil. Com efeito, Lobato e Diogo Meneses tinham por objetivo completar o envelhecimento social dos textos/ensaios constitutivos do projeto regionalista mediante a descrição de aspectos decisivos da trajetória intelectual de seu autor.

O intimismo da biografia foi importante para informar detalhes da vida do biografado, destacando, sobretudo, determinados eventos de sua intensa vida política sucedidos entre 1930 e 1944, entre acordos e conflitos com a classe dirigente do poder cen-

³²¹ Cf. LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Op. cit.*, p. 10.

tral. Ocorre que essa característica do relato de Diogo Meneses esbarra-se nos limites da fatalidade da *ilusão biográfica* e, por isso mesmo, o relato construiu discurso tendencioso no sentido de defender moralmente a pessoa biografada em sua vida ou luta política, ora tornando G. Freyre a vítima dos conflitos ocorridos contra a ditadura, ora absolvendo-o como pessoa “afastada” e “neutra” de qualquer envolvimento na luta política geral.

Segundo Bourdieu,³²² o fato de que a vida constitui um todo linear, ou seja, um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como a expressão de intenções objetivas e/ou subjetivas perante a história pessoal, com seus desígnios, eventualidades e necessidades, é uma construção discursiva que permitiu a crença do senso comum em torno de certa modalidade narrativa denominada de “história de vida” ou “história do projeto de vida”, de que essa narrativa seria factual ou verdadeira. A história de vida, segundo seu entendimento, consiste numa narrativa linear e unidirecional, com começo, meio e fim, sobre a sucessão de acontecimentos considerados históricos ou de relevância no curso da vida de determinada pessoa; é uma modalidade narrativa que conta uma história coerente e totalizante, como relato do pretense “projeto de vida” da pessoa, e que visa a construir uma representação dessa pessoa no mundo social pelo mecanismo da nomeação, quer dizer, o designador rígido que cria identidades transitórias do indivíduo no exercício da vida social. A biografia – que é o mesmo que “história de vida” –, baseada na preocupação de atribuir sentido lógico e coerente e com cortes cronológicos, relata acontecimentos da vida da pessoa biografada a que, sem terem se desenrolado estrita e objetivamente de acordo com a sucessão cronológica relatada, o biógrafo sempre pretende organizar em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. E “essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função da intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles as conexões para lhes dar coerência, como as conexões que implicam a sua instituição como causas ou, o que é mais frequente, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, começando pelas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido”.³²³ Ou seja, o gênero biográfico resulta de acordos entre as partes interessadas. Esses acordos o transformam em relato ilusório porque implicam a atitude de não construí-lo no sentido de narrar “toda” a história de vida da pessoa objeto do relato, apenas a seleção de acontecimentos que interessam à ilusão biográfica, ou melhor, interessam à representação criadora de identidades no mundo social.

³²² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

³²³ *Idem*, p. 184-185.

De fato, pode-se perceber, com clareza, pela leitura da correspondência trocada entre Diogo Meneses e G. Freyre sobre o processo de construção do primeiro relato biográfico acerca de sua vida e sua obra, a interferência direta do biografado na construção do artefato textual, como que pretendendo controlar os sentidos e até mesmo os detalhes da descrição da história de sua vida. A biografia, afinal, representou a vida de G. Freyre como uma “história possível”, com informações e detalhes selecionadas entre o conjunto mais amplo de acontecimentos no curso da história pessoal. Isso se tornou real mediante a celebração de acordos com o biógrafo-familiar entre 1943 e 1944, quando finalmente o texto foi publicado com o acréscimo do prefácio escrito por Monteiro Lobato.

Sabe-se que Monteiro Lobato foi um dos opositoristas mais radicais e intransigentes contra o governo de Vargas e que ele integrava a luta contra o Estado Novo. No entanto, sabe-se também que ele era uma das autoridades mais respeitadas do mundo da literatura nacional de seu tempo, ou seja, durante os anos 20, 30 e 40, de onde um prefácio escrito pelo intelectual paulista como abertura da primeira biografia sobre um sociólogo – cuja obra estava em fase de amplo reconhecimento nacional e internacional – ser muito importante para a consagração do projeto regionalista nos anos 40 e, dessa forma, ter poder simbólico no sentido de realizar o objetivo de construir a identidade de cientista ou pensador social do intelectual pernambucano. Por isso, o prefácio de Lobato era de fato importante tanto para Diogo Meneses (o autor da biografia) quanto para G. Freyre, considerando que o escrito procurou confirmar a tendência geral de defender o sociólogo como o “novo” e “único” líder do estágio moderno do pensamento social brasileiro.

O relato biográfico juntamente com o prefácio permite vislumbrar a magnitude ou a intensidade do impacto causado por *Casa-grande & senzala* na sociedade brasileira dos anos 30 e 40, especialmente entre o grupo de leitores diletos dos livros de G. Freyre, ou seja, o grupo formado por escritores, artistas, empresários e políticos. É Lobato quem permitiu o entendimento desse impacto, usando naturalmente, por ser um literato, o poder da metáfora, ao dizer no prefácio que “[...] quando, [em 1933,] igual a um cometa de Halley, irrompeu nos céus da nossa literatura o *Casa-grande & senzala*, literalmente devorei esse primeiro livro de Gilberto, que veio em absoluto confirmar meus quatro pontos de admiração”.³²⁴ Os quatro pontos de admiração a que se referiu o literato no prefácio da biografia consistem em que, segundo ele, *Casa-grande & senzala* teria: a) libertado a sociedade das teorias racistas mediante a interpretação etnográfica dos antagonismos de cultura; b) produzido conhecimento científico e moderno; c) imposto a verdade

³²⁴ LOBATO, Monteiro. Prefácio. In: MENESES, Diogo de Melo. *Gilberto Freyre: notas biográficas com ilustrações, inclusive desenhos e caricaturas*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944, p. 8.

social contra o modernismo (as culturas regionais do Brasil); d) se distanciado do situacionismo varguista dominante no sistema político da nação durante os anos 30 e 40.

O interessante do prefácio é mesmo a forma com que os textos do projeto regionalista foram lidos ou interpretados por Lobato, que não se limitou a apresentar sua posição de defesa no debate sobre literatura e sociedade, mas expressou o reconhecimento dos efeitos provocados pelo pensamento de G. Freyre sobre o novo acordo entre o Estado e a sociedade nos anos 30 e 40. No prefácio Lobato operou a consagração do conjunto da obra do sociólogo e reservou um espaço privilegiado para *Casa-grande & senzala* na sacralização do estágio moderno do pensamento social brasileiro liderado por G. Freyre. A sua posição de defesa no prefácio está bem de acordo com a explicação desenvolvida por Bourdieu sobre a ilusão biográfica: Lobato elevou G. Freyre à posição de líder absoluto do pensamento social brasileiro para construir sua representação como cientista social moderno cujo pensamento, consubstanciado por *Casa-grande & senzala*, teria constituído as bases do intenso desenvolvimento social e cultural gerido pelas novas instituições públicas. Isto significa, a rigor, que a forma que Lobato “leu” o projeto regionalista permitiu representar G. Freyre por seu suposto destino de “grande esclarecedor”, ou melhor, que a sua missão, a de inventor da identidade nacional moderna construída sobre o conceito freyriano de cultura regional, estava completa ou consolidada nos anos 40.

Gilberto Freyre tem o destino dos Grandes Esclarecedores. Antes de sua amável e pitoresca lição vivíamos num caos impressionista, atrapalhadíssimos com os nossos ingredientes raciais, uns a negá-los, como os que têm como “patriótico” esconder o negro, clarear o mulato e atribuir virtudes romanas aos índios; outros a condenar isto em nome daquilo – tudo impressionismo de uma ingenuidade absoluta e muito reveladora da mais completa ausência de cultura científica na nossa gente culta e até em nossos sábios.³²⁵

Lobato estava interessado em contribuir com o objetivo da biografia, a de construir a identidade e a representação de G. Freyre como grande pensador social nacional, daí o prefácio estar todo voltado para o apoio intelectual dessa forma de imagem pública como pensador moral e politicamente comprometido com o desenvolvimento da cultura e da sociedade do Brasil. O prefácio, nesse sentido, serviu como o espaço da construção intelectual da representação identitária de G. Freyre no mundo social e científico a partir de 1944 em diante, sendo que essa elaboração já estava sendo feita antes mesmo da biografia ter sido publicada juntamente com o prefácio consagrador. A função do escrito de Lobato foi, portanto, consagrar determinada leitura do projeto regionalista para a comu-

³²⁵ *Idem*, p. 9.

nidade de leitores dos livros do sociólogo pernambucano no presente e no futuro. A leitura lobatiana era composta pela ideia de missão pública (ou destino, dever moral) realizada pelo sociólogo a partir da publicação, em 1933, de *Casa-grande & senzala*. Segundo essa leitura, que apresentou, no prefácio, os significados sociais e científicos do projeto regionalista, a missão freyriana estava completa nos anos 40 devido à continuidade do empreendimento sociológico pelo pensador/cientista social em questão. Note-se que a leitura lobatiana salientou um conjunto de qualidades “vivas”, quer dizer, de qualificações técnico-objetivas que esse empreendimento comportava, tais como o título acadêmico de Mestre em Ciências Sociais obtido em 1922 na Universidade de Colúmbia, em Nova York, o que indica que a característica científica do projeto regionalista certamente pesou no reconhecimento oficial prestado por Lobato na biografia. Sendo assim, pode-se afirmar que o interesse do intelectual paulista com esta série de reconhecimentos e identificações do intelectual pernambucano era atribuir força ao poder simbólico do projeto regionalista no sentido de consolidar a organização de símbolos, valores e identidades no Brasil contemporâneo. Considere-se o seguinte aspecto da leitura lobatiana:

Felizmente o Brasil futuro não vai ser o que os velhos historiadores disseram e os de hoje ainda repetem. Vai ser o que Gilberto Freyre disser. A grande vingança dos gênios é essa. Por mais que os percevejos e morcegos, e a fauna inteira da mediocridade se agite, o que fica, o de que o futuro toma conhecimento, é o que os gênios querem. Tudo mais desanda para as latas do lixo do Tempo, com boas tampas em cima. O futuro vai conhecer o Brasil através da obra de Machado de Assis, para a parte psicológica; através da obra de Euclides da Cunha para a parte “lineamentos gerais e grandes contrastes”; e sobretudo através da obra de Gilberto Freyre, para a parte “vida como a vida foi e gentes como as gentes eram”. E esse Gilberto hoje mordido por toda a miuçalha [...] será no futuro cada vez maior. Porque o grande panorama da humanidade, em eterna elaboração, não sai da palheta dos percevejos nem dos morcegos, sim da palheta dos gênios – e Gilberto Freyre é um dos gênios de palheta mais rica e iluminante que estas terras antárticas ainda produziram.³²⁶

A leitura de Lobato, associada ao relato biográfico escrito por Diogo Meneses, foi consagradora do ideário do projeto regionalista nos anos 40. Em 1944, com a biografia publicada acerca da história de sua vida e sua obra, G. Freyre passava pela crise política causada pela instabilidade do regime autoritário de Vargas com a segurança de poder contar com a cumplicidade oriunda de seu grupo de apoiadores, entre os intelectuais pernambucanos, baianos, paraibanos e sergipanos e, do mesmo modo, ele contou com a defesa empolgada e empolgante, para os contemporâneos, oriunda de Monteiro Lobato,

³²⁶ *Ibidem*, p. 16-17.

ao publicar o prefácio em que a identidade legítima de pensador social tornava-se objeto de defesa contundente da parte do intelectual paulista e difundida dentre o público leitor da biografia com o mesmo teor edificante da representação construída mediante os acordos celebrados entre o biógrafo, o biografado e o prefaciador da publicação, pretendendo consagrar e rotinizar o ideário do projeto regionalista em proveito da contemporaneidade do país. Não foi por acaso que Monteiro Lobato fechou o escrito com significativa louvação: “Abençoado, pois, seja o [James] Boswell que escreveu esta sua biografia”.³²⁷

Porque ou para quê louvar, isto é, abençoar dessa forma Diogo Meneses? O interesse de Lobato parece ser mesmo valorizar a iniciativa do biógrafo, em acordo com o biografado, de lançar o relato dessa natureza, ainda que fosse precocemente, em homenagem à iniciativa a partir da concessão do prefácio ambicioso que, dentro do seu interdito, conforme postulou Certeau,³²⁸ percebe-se as evidências do interesse de conduzir a consagração do projeto político de G. Freyre como pensamento válido para toda a sociedade brasileira no presente dos anos 40 e no futuro pós-ditadura estadonovista. O certo é que o sociólogo contou com o benefício desse outro acordo no sentido de valorizar seu projeto exatamente no momento em que o sistema político enfrentava crise significativa na parte correspondente à instabilidade do presidente da República no comando do poder. Na circunstância de 1944 e 1945 G. Freyre saía ileso da crise do regime autoritário, contando com a leitura consagradora de Monteiro Lobato para o círculo restrito da intelectualidade brasileira como pensador social portador de um patrimônio intelectual.³²⁹

³²⁷ *Ibid.*, p. 17.

³²⁸ CERTEAU, Michel de. As produções do lugar. In: _____. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

³²⁹ Antes disso, em 1943, quando sua biografia ainda estava sendo escrita mas já contava com a prontidão do ato de Monteiro Lobato, ao preparar o prefácio nesse ano para a futura publicação, G. Freyre manteve a postura de retribuir intelectualmente os acordos com quem celebrava de forma direta. O caso de Lobato não foi diferente da postura e em 1943 o sociólogo valeu-se de sua coluna no *Diário de Pernambuco* para publicar um artigo em que congratulava o intelectual paulista pela passagem dos vinte e cinco anos da publicação de *Urupês*. O teor do artigo sugere algo mais que a simples congratulação, construindo um debate sobre modernidade que expunha o elo entre o estilo moderno de *Urupês* e o ideário do projeto regionalista como o marco de uma revolução. “O nome de Monteiro Lobato está este ano em foco. É que faz um quarto de século que o grande paulista publicou *Urupês*. E quem diz *Urupês* diz uma revolução nas letras brasileiras. Para a vitória do livro concorreu poderosamente Rui Barbosa, quando, em discurso célebre, destacou a significação social do Jeca Tatu. Mas não esqueçamos de que, a essa altura, Lobato conseguira o milagre de despertar o velho Rui da indiferença, tão dos nossos doutores e bacharéis de quase todos os tempos, pelos problemas brasileiros de solução mais difícil que a jurídica ou política. Indiferença em que se extremou uma geração inteira de intelectuais brasileiros: a dos primeiros decênios da República [...] A figura de Lobato há de guardá-la não apenas a história literária do Brasil, mas a própria história do povo e da nacionalidade brasileira: aquela história que às vezes é escrita com sangue. Ele foi um dos iniciadores mais vigorosos da fase atual da literatura em nosso país. Mário e Oswald de Andrade, J. Américo, Amando Fontes, Lúcio Cardoso, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Luís Jardim e vários outros, ao aparecerem, encontraram o sulco de Lobato. E a preocupação atual de voltarmos para nossos problemas mais com os olhos de estudantes da natureza humana e da condição brasileira do que com o *pinenez* de juristas, de gramáticos, de políticos, é preocupação que animou as melhores páginas do Lobato de 1918. Do Lobato que apareceu há 25 anos com *Urupês* revolucionário, escandalizando patriotas, gramáticos e acadêmicos”. FREYRE, Gilberto. 25 anos depois. *Diário de Pernambuco*, Recife. 29 set. 1943, p. 4.

3.4. O sentido da ambiguidade: oposição e adesão à centralização política na Era Vargas

Na conjuntura anterior ao golpe de Estado de 1937, durante o período compreendido entre outubro de 1930 e novembro de 1937, a construção da relação de G. Freyre com o grupo dissidente e revolucionário que buscava se confirmar na direção do sistema político marcou-se por conflitos latentes decorrentes do uso sistemático da força autoritária que implicou, nesse momento, cerceamentos significativos para a primeira parte da relação política. No período considerado G. Freyre estava impedido de pensar e agir livremente de acordo com a ideologia que considerasse adequada para o desenvolvimento nacional. Os casos reveladores dessa característica são: a prisão em 1935 pelo dispositivo da Lei de Segurança Nacional e a experiência docente na UDF entre 1935 e 1937, interrompida com o banimento do *Club* (ou Laboratório) de Sociologia que era por ele dirigido e pelo respectivo fechamento da universidade pelo ministro da Educação e Saúde, com quem celebraria, pouco tempo mais tarde, uma série de acordos suprapartidários.

A oscilação que se identificou no desenvolvimento da pesquisa, relativa às mudanças de posição política e troca de favores entre ambas as partes da relação, configura uma ambiguidade no pensamento e ação de G. Freyre perante o processo de centralização político-administrativa viabilizadora da modernização da estrutura institucional da qual o projeto do sociólogo era tributário. Essa ambiguidade poderia ser facilmente confundida como “contradição” ou “incoerência” da parte de G. Freyre perante a orientação autoritária da ideologia e até mesmo do regime político dirigido por Vargas e os correligionários estadonovistas, ora criticando ou ora se beneficiando da modernização. Ocorre que não é esse o sentido que se pôde constatar pelo estudo histórico da negociação entre os projetos políticos, quer dizer, acredita-se que é insustentável pensar a participação do sociólogo no regime do Estado Novo em termos de “incoerência”. A ambiguidade assinalada como característica desse processo pode ser mais bem compreendida mediante as perguntas acerca do que motivava a oscilação da posição de G. Freyre perante o processo de modernização autoritária. Qual era o interesse em se manter ambíguo perante Vargas? O projeto regionalista era compatível com os fundamentos do Estado Novo? Rigorosamente, G. Freyre ora se opunha ora apoiava a intervenção federal no curso da revolução brasileira. Essa ambiguidade configurou a tensão dinâmica no processo da relação política, que pode ser dividida em duas conjunturas para análise: 1937 e 1945. Nas conjunturas a nota dominante é a luta pela democracia política; pela restauração dos direitos políticos e dos direitos civis, enquanto sucedia, mediante o pacto celebrado entre G. Freyre e as instituições federais, a realização dos acordos de ordem cultural e econômica.

Entretanto, 1937 e 1945 foram dois momentos marcados pela crítica e oposição sobretudo da parte do líder do projeto regionalista. O primeiro tempo demarca a conjuntura da campanha sucessória para presidente da República – uma garantia constitucional prevista desde 1934 para a eleição presidencial acontecer em 1938 –, que se desenrolou de forma bastante agitada entre 1936 e 1937. O segundo tempo demarca a conjuntura de crise do regime autoritário, com a conseqüente deposição de Vargas pela articulação de forças oriundas da cúpula militar, golpe preparado entre 1944 e 1945. E, por fim, verifica-se que o ínterim desse processo foi o momento em que houve aproximação entre ambas as partes da relação política, quando conseguiram a pactuação entre 1938 e 1944 em meio à estabilidade do regime autoritário de onde se tornou possível negociar interesses aberta e diretamente com as instituições do Governo Federal, com atos de G. Freyre que demonstravam dependência e lealdade apenas em relação ao poder central da União.

No contexto da disputa política de 1936 e 1937, visando à sucessão presidencial em 1938, G. Freyre aderiu à agremiação nascente que fez oposição ao governo discricionário anterior e ao golpe militar deflagrado por Vargas em 10 de novembro de 1937. Sua adesão resultou da forte ligação estabelecida com Antiógenes Chaves e Estácio Coimbra durante todo o curso do processo revolucionário que culminou com a deflagração do golpe em 1937. Na disputa política para presidente da República, composta pela candidatura de Armando de Salles Oliveira pela oposição, de José Américo de Almeida pela situação e de Plínio Salgado pelo interesse do integralismo, Antiógenes Chaves estava imerso na atividade de articular forças para a campanha política em apoio à candidatura de José Américo de Almeida, que contou inicialmente com o apoio de Vargas e dos membros integrantes do Executivo para a ocupação do cargo conforme previa a Constituição, mas que depois lhe foi negado com o interesse na preparação do projeto golpista.

A candidatura de José Américo, um prócere político oriundo do Poder Judiciário da Paraíba, agrupava diferentes interesses em torno da sucessão presidencial, como o situacionismo e o regionalismo (exceto o continuísmo). A função de Antiógenes Chaves na campanha sucessória era grassar o poder da candidatura paraibana mediante a articulação de forças políticas de diferentes regiões do país. Nesse contexto, uma das lideranças, como líder do campo intelectual no sentido científico, que Antiógenes Chaves conseguiu impelir a aderir e participar da candidatura do prócere paraibano foi G. Freyre. O sociólogo estava inserido no grupo de amizades formadas desde os anos 20 no Nordeste e percebeu na candidatura de José Américo uma oportunidade concreta de lutar contra o continuísmo de Vargas no comando do poder, bem como de negociar de forma mais direta os interesses do projeto regionalista caso o candidato paraibano fosse eleito.

Em maio de 1937, A. Chaves procurou o sociólogo para questionar-lhe se aceitaria participar da campanha política em apoio ao candidato José Américo. A campanha, desde então, contou com a contribuição dele no sentido de se posicionar a favor do candidato paraibano juntamente com todo o grupo nacional de forças pró-José Américo. Na realidade, a adesão de G. Freyre à campanha contra o continuísmo não surpreendeu uma vez que era resultado da associação dos líderes da elite nordestina tradicional da qual ele fazia parte como autêntico representante. O desafio para a candidatura de José Américo residia, pois, na busca por articulação do apoio dessa elite política com o apoio das elites dos estados do Sul do país, fundamentalmente do Rio de Janeiro onde havia a possibilidade maior de adesão de membros integrantes da estrutura do Governo Federal.

G. Freyre aderiu à campanha política porque era do seu interesse grassar o poder da candidatura de José Américo, que estava de acordo com as orientações estratégicas da elite nordestina tradicional e, no plano de governo construído para sua campanha, passou a defender com obstinação as medidas de equacionamento do problema das disparidades entre o Norte e o Sul. Embora o debate sobre a sucessão presidencial tenha sido esvaziado por Vargas e seus agentes, interessados na ideia de continuidade no poder, nesse momento a campanha de José Américo estava fundada sobre o debate ostensivo acerca dos problemas do Nordeste. Essa era uma orientação estratégica em comum entre a elite política tradicional que apoiava sua candidatura, entre Estácio Coimbra, Antiógenes Chaves e outros. E foi nesse sentido que G. Freyre construiu seu apoio dentro do debate acerca da sucessão presidencial, ao apoiar José Américo como a melhor opção para as necessidades gerais do Brasil à época, entendidas como a programação do equacionamento das disparidades entre o Norte e o Sul do país. Sendo assim, a disputa política de 1937 incorporou, no debate político, a questão regional, que foi discutida pelos candidatos à presidente da República, pelos intelectuais seus apoiadores e pelos cabos eleitorais. O debate político também serviu para a discussão sobre os significados da democracia e autoritarismo. No caso específico de G. Freyre, o apoio a José Américo implicava a luta contra a continuidade de Vargas no poder. O primeiro representaria a democracia política e o segundo o autoritarismo do Estado nacional, conforme demonstrava a experiência política entre 1930 e 1936. A oposição, nesse contexto, era contra o projeto do autoritarismo golpista defendido pelo grupo continuísta vinculado à cúpula militar do Exército.

Um documento é revelador do debate: as cartas em que Antiógenes Chaves instou G. Freyre a participar da campanha de José Américo. As cartas indicam que Chaves, na interpretação da questão regional, concordava com a tese agronômica de *Casa-grande & senzala* sobre o problema da produção de açúcar no Nordeste. Essa leitura do livro

foi, a rigor, usada como ideologia política introduzida nos planos de governo da campanha presidencial de José Américo, que passou a defender a solução do problema específico da classe agroexportadora da região. O desafio para sucesso desse projeto, contudo, consistia em articulá-lo ou combiná-lo aos outros interesses defendidos pelas elites suelistas que apoiavam o candidato paraibano durante o debate sobre a disputa pela sucessão presidencial. O desafio, além do esvaziamento do debate político pelo grupo de Vargas, era manter as articulações da campanha entre os estados do Sul, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, contra a campanha paulista em articulação com o governo gaúcho. O interessante das cartas reside na interpretação do problema da agricultura no Nordeste e como a tese freyriana foi usada por Antiógenes Chaves na campanha de José Américo.

Não tenho dúvida de que o nosso candidato está à altura de seu grande antagonista [Armando de Salles Oliveira]. Mas este conta com uma colaboração, com um ambiente que, talvez, falte àquele. Um ponto que ele deveria fixar atentamente é o da indústria açucareira do Nordeste, do complexo de interesses econômicos e sociais que ela envolve. A propósito mando-lhe umas notas, escritas às carreiras e em torno de sugestões apresentadas por um interessado no projeto do deputado Leôncio Araújo, em andamento na Câmara dos Deputados e com parecer favorável do Levi Carneiro. É um problema importante e um tema muito sugestivo para a campanha presidencial, pelo que vale a pena advertir o nosso candidato que precisa, o quanto antes, empolgar a opinião pública por meio de uma campanha persuasiva, convincente. Lembre-se que esse problema da racionalização da cultura canavieira, importando na solução preliminar da irrigação, representa uma questão de vida e de morte para a indústria agrícola da cana-de-açúcar no Nordeste. E tem, ao lado de sua importância econômica, um largo alcance social para as populações nordestinas. A cultura extensiva, como uma contingência da falta de assistência técnica dos poderes públicos, da falta de crédito agrícola e da ausência de espírito associativo entre os nossos agricultores, tem sido o principal fator da monocultura entre nós. A cultura extensiva exige, a cada dia, com o natural esgotamento das terras, maiores extensões territoriais, importando no elevado custo da nossa produção e na necessidade de pessoal numeroso. É ínfimo, em Pernambuco, o rendimento de produção por hectare. Ora, poderemos ter uma produção muitas vezes maior e certa, numa área consideravelmente menor. Mas para isso o primeiro passo é o da irrigação que virá dirimir a escassez e, sobretudo, a incerteza das chuvas, acarretando consideráveis reduções e, às vezes, a dizimação das plantações. Diminuída a área plantada, assegurada a continuidade das safras independentemente da precipitação aquosa nas épocas oportunas, veremos que a racionalização converterá a cultura canavieira num fator de policultura e de valorização do trabalhador rural. Enfim, seu Gilberto, esse é um problema capital para o Nordeste e que você conhece melhor do que eu, antevendo as perspectivas que o problema sugere. A campanha [presidencial] aqui precisará ser bem orientada e acredito que vocês quebrarão lanças para não perder o *Diário de Pernambuco*. Tenho como certo que o *Jornal do Comércio*, aproveitando a oportunidade, ficará do outro lado [...] Você precisa, sem demora, articular-se com nosso Beto(?), que pode prestar, pessoalmente e com

sua influência, grandes serviços à campanha em prol do nosso candidato. Mais uma vez, pude verificar o quanto é valioso o concurso daquele nosso amigo que pode entrar logo em entendimento com vários próceres, que atualmente estão aí. Aliás, não sei quais sejam a esta hora os compromissos dele com o candidato paulista, com quem tanto simpatizo. Mas compreendo que o outro é, igualmente, um candidato à altura do momento e sem as incompatibilidades que a candidatura paulista pode precipitar em graves acontecimentos.³³⁰

Caro Gilberto: Depois de ter escrito a carta que esta acompanha fui solicitado a consultar se você aceita participar de uma grande comissão de vários elementos das diferentes classes, sem caráter partidário, que será incumbida e tomará a frente da campanha a favor da candidatura de José Américo de Almeida. Essa comissão será composta, além daqueles elementos, dos representantes dos partidos ou agremiações políticas que apoiam a candidatura José Américo. Não só você poderia dar a sua adesão, caso concorde com a ideia, como buscar a adesão de outras figuras prestigiosas. Ocorrem-me os nomes de Bezerra Filho, Alde Sampaio, Repento(?) e outros que você poderia sugerir, sondando-os a respeito. Responda, pois, com urgência e mande sugestões. Bartolomeu seria um ótimo elemento para fazer as articulações nesse sentido. O governador [Carlos Lima Cavalcanti] está empenhado em dar à campanha a favor de José Américo um caráter impessoal, acima mesmo das competições exclusivamente partidárias. Enfim, aguardo suas providências e notícias.³³¹

G. Freyre aceitou prontamente o convite do cabo eleitoral e aderiu à campanha política em apoio a José Américo para presidente da República. Em maio de 1937 teve a iniciativa de acender o debate da disputa política através da difusão de ideias sociológicas acerca da sucessão presidencial prevista para 1938. A providência que ele tomou, do modo como esperava Antiógenes Chaves para sua participação, foi estratégica e interessante para a campanha de José Américo: buscou combater o esvaziamento do debate político conduzido pelo grupo de Vargas mediante a difusão das novas ideias regionalistas, que serviram, afinal, para embasar os programas de governo do candidato paraibano defendido no debate estabelecido pelo sociólogo, e centrado nos interesses político-econômicos do projeto regionalista relativos à elite nordestina tradicional. Assim, ele tomou a providência esperada de dar coesão e consistência à campanha política de José Américo em 1937, quando novamente valeu-se de sua coluna dedicada ao jornal mais lido da imprensa pernambucana para difundir as ideias do projeto regionalista sobre a disputa em torno da sucessão presidencial. O artigo, intitulado *Um clima caluniado*, afirmava que...

³³⁰ CHAVES, Antiógenes.[Carta] 24 mai. 1937, Rio de Janeiro[para]FREYRE, Gilberto. Recife. 3f. Carta passando as principais diretrizes da campanha política em apoio à candidatura de José Américo de Almeida na eleição para presidente da República. CEDOC/FGF (grifo do autor).

³³¹ CHAVES, Antiógenes.[Carta] 29 mai. 1937, Rio de Janeiro[para]FREYRE, Gilberto. Recife. 1f. Carta manifestando interesse na adesão de Gilberto Freyre à comissão dirigente da campanha política em apoio à candidatura de José Américo de Almeida na eleição para presidente da República. CEDOC/FGF.

... O regionalismo é como aquele clima do Amazonas, de que Euclides da Cunha corajosamente fez a defesa: um clima caluniado. Clima no sentido de ambiente moral ou intelectual em que a palavra é empregada frequentemente. O sr. Armando de Salles Oliveira versou o assunto num discurso desassombrado e inteligente: os sentimentos regionais não constituem rivalidades que enfraqueçam, mas saudáveis emulações que robustecem a nação. Poderia ter dito, em palavras um tanto diferentes, que o tão caluniado clima regional não deprime mas só faz avigorar o brasileiro. Dentro de climas regionais ou sob seu estímulo é que desabrochou a formidável energia bandeirante a que o Brasil deve as suas fronteiras atuais; é que floresceram a Escola Baiana, a Escola Mineira, a Escola do Recife; é que se desenvolveu a cozinha baiana. O que enfraquece a população de certas regiões brasileiras são as doenças sociais a que a têm abandonado os governos e os poderosos [...] Não há motivo para se procurar turvar o problema da sucessão presidencial que agora apaixona o sentimento brasileiro, fazendo-se do regionalismo um espantinho e da candidatura que vai se impondo como a mais brasileira o reflexo de recalques de uma região pobre contra as regiões ricas. Um candidato pode ser o que corresponde melhor às necessidades gerais – que me parece ser o caso do sr. José Américo de Almeida – sem deixar se ser uma expressão de aspirações regionais, não de hegemonia, mas de simples reajustamento.³³²

A defesa da candidatura de José Américo para o novo presidente da República, que estaria na condição de representar melhor as necessidades gerais do Brasil – ou seja, de equacionar o problema das disparidades entre o desenvolvimento nordestino comparativamente ao do Sul do país – implicava, ao mesmo tempo, a oposição, nesse debate, à ideia de continuidade de Vargas no cargo eletivo e, da mesma forma, implicava a oposição expressa aos mecanismos de centralização política que viabilizariam o fortalecimento do autoritarismo do Estado-nação na conjuntura tensa de 1937. Nessa conjuntura estava expressa, com *Um clima caluniado*, a posição freyriana de apoio à candidatura paraibana e, por conseguinte, de dupla oposição ao projeto golpista de Vargas, contra tanto o continuísmo quanto o centralismo.

O processo eleitoral, na medida em que se aproximava da eleição e as campanhas sucessórias chegavam ao fim, sofreu um progressivo esvaziamento conduzido pelas forças continuístas agrupadas em torno de Vargas, todas interessadas na preparação do projeto golpista visando à colocação do ditador no comando do poder central. O golpe militar foi deflagrado em novembro de 1937 e as candidaturas ao cargo eletivo tornaram-se inválidas. Ocorre que ainda nesse ano já é possível perceber, como *start*, indícios da grande mudança de orientação na posição política de G. Freyre assumida em relação ao continuísmo e centralismo de Vargas após o golpe que originou o Estado Novo. Com a continuidade de Vargas no poder e com a implantação do regime autoritário, houve to-

³³² FREYRE, Gilberto. Um clima caluniado. *Diário de Pernambuco*, Recife. 26 mai. 1937, p. 4. SR/FBN.

da uma reorientação da posição política assumida pela elite nordestina tradicional no atinente ao governo varguista, ainda que sob o alicerce da ditadura, sobretudo em relação à modernização da estrutura institucional resultante do processo de centralização político-administrativa. O principal articulador da mudança de orientação, circunscrita aos interesses do grupo nordestino representado pelo projeto regionalista, foi Antiógenes Chaves, que esteve atento às mudanças causadas pelo golpe de 1937, de natureza ideológica referente ao Estado, à economia e ao trabalho. Ainda nesse ano Antiógenes Chaves comunicou-se com o líder do projeto regionalista para discutir o significado das mudanças para os interesses do grupo representado. Na discussão entre o sociólogo, líder do projeto político, e o advogado, apoiador flexivo do projeto político, ficou evidente a necessidade de adaptação da tese agronômica de *Casa-grande & senzala* para efeito de seu uso de acordo com o novo contexto jurídico-político emergente no pós-golpe de 1937.³³³

A discussão entre o sociólogo e o advogado correu no sentido da adaptação dos interesses da classe agroexportadora nordestina à ideologia dominante no contexto varguista do pós-golpe de 37, com o predomínio do corporativismo trabalhista constituído, no curso do regime autoritário, de acordo com o ideário positivista da elite gaúcha castilista que conseguiu se manter no comando do poder mediante o golpe militar. O resultado da discussão foi fecundo e serviu para tornar a tese ou ideia sociológica de G. Freyre, relativa aos problemas da produção açucareira nordestina, e defendida por Antiógenes Chaves durante o Estado Novo, apta para ser usada como instrumento de concentração de poder viabilizadora da regulação do problema entre classes sociais pelo IAA. E a intervenção do órgão administrativo central resultou na promulgação do ELC em 1941, demonstrando o atendimento, por uso político, do projeto regionalista, agora vitorioso.

Da oposição ao centralismo partiu-se para a adesão ao centralismo. Entre 1938 e 1944 G. Freyre participou do processo de centralização política porque entendeu que o método de governo devesse buscar o sentido nacionalizante, identificado na dupla orientação do projeto autoritário dominante: modernização da estrutura institucional e modernização da estrutura produtiva (embora com essa parte do projeto o sociólogo discordas-

³³³ “Eu tenho sugestões muito boas sobre a nova organização que devesse ser dada à defesa do açúcar em Pernambuco, dentro dos princípios corporativos e da economia organizada. Uma organização vertical na qual se representariam e se conjugariam os vários interesses: do agricultor, do industrial, do comerciante. Pela intervenção do Estado seriam regulados os interesses dos trabalhadores rurais. As finalidades dessa organização podiam compreender aquela sua ideia de pesquisas sociais. Não há momento melhor para uma organização do gênero, de caráter verdadeiramente econômico e social. E é um erro que pode acarretar as piores consequências, já preconizadas na Europa, o da organização de umas classes fechadas dentro de si mesmas, para oferecer resistência às outras classes ou absorvê-las. Você, se estivesse aqui [Brasil], poderia ter agora a atuação da maior eficiência e relevância. Mas é possível que ainda chegue a tempo”. CHAVES, Antiógenes. [Carta] 6 dez. 1937, Rio de Janeiro [para] FREYRE, Gilberto. Recife. 4f. Carta expondo os princípios do modelo corporativo de cidadania e trabalho para Gilberto Freyre. CEDOC/FGF.

se e, mais ainda, a criticasse constantemente mediante o ideário constitutivo do regionalismo). A participação freyriana significa que a celebração do pacto político entre regionalismo e centralismo tornou-se possível somente no contexto de estabilidade do regime autoritário, principalmente quando o centralismo atingiu o poder de intervenção no conflito de classes produtoras, formado desde 1930 nos estados hegemônicos do Nordeste.

No entanto, houve vários pontos de atrito durante a construção da relação política entre as partes celebrantes do pacto, como os dois casos de encarceramento do sociólogo, um em 1935 e outro em 1942, pela Interventoria Federal de Pernambuco. Os atritos ocorridos no curso da Era Vargas entre 1930 e 1945 indicam que o autoritarismo – e, posteriormente a 1937, a ditadura –, da mesma forma que o processo de industrialização da dinâmica produtiva no país, eram os dois principais obstáculos cerceadores do pacto político no sentido de impor entraves que limitavam a celebração de acordos dele resultantes. Os acordos foram efetivamente cumpridos sob a circunstância da série de constrangimentos gerados pelos atritos da ditadura, o que limitava a celebração de mais outros acordos de ordem cultural ou econômica e em proveito do desenvolvimento da sociedade, entretanto não restringiam o alcance social das políticas implementadas.

Entre 1938 e 1944 identifica-se determinados momentos particulares da relação política em que G. Freyre teve de ceder e abandonar a postura crítica direcionada contra o Estado Novo, como foi o caso das colaborações para a revista *Cultura Política*, e determinados momentos em que ele efetivamente estava em condições de exigir do governo, como foi o caso da missão de observador cultural em 1941, quando impôs ao ministro da Educação as condições dentro das quais o trajeto da missão deveria ser planejado, e o planejamento contemplado pelo MES após a autorização de Vargas, para que a missão fosse por ele realizada. Essas experiências são evidência da negociação de interesses entre as partes da relação política, sucedida ao longo do regime autoritário, entre a figura do sociólogo portador do projeto político e a elite dirigente das instituições federais – leitora interessada em parte do ideário científico do projeto regionalista, mas preocupada, igualmente, em continuar atendendo aos fundamentos autoritários do varguismo.

Assim, dentro das circunstâncias assinaladas de tensão constante com o regime, configuradora da ambiguidade da relação política, pode-se encontrar a avaliação freyriana sobre o autoritarismo varguista, disponível em outro documento produzido em 1940 nos Estados Unidos, e que guarda relação com a posição freyriana sobre o Estado Novo. Em *Social and political democracy in America* [*Democracia social e política na América*], o sociólogo se opôs ao que designou de “formas políticas ortodoxas”, surpreendentemente não referentes à ditadura no Brasil, mas referentes ao pensamento ortodoxo dos

Estados Unidos na matéria do americanismo que, segundo sua avaliação, era pensada de forma absoluta pela nação imperialista como o fim último do “pan-americanismo”. Inicialmente a crítica se dirige contra a postura dos Estados Unidos na questão das relações continentais interamericanas, culturais e econômicas, definindo-as na forma ortodoxa de pan-americanismo. Segundo a crítica, essa postura era o meio imperialista de os Estados Unidos operarem a padronização da economia e da cultura das regiões americanas, contra a qual o sociólogo se posicionou durante toda sua vida intelectual. Ao invés da ortodoxia identificada criticamente, ele buscou relativizar o sentido do americanismo e a sua pertinência para o contexto brasileiro, tanto do ponto de vista da política interna quanto do ponto de vista da política externa do Estado brasileiro. Sua relativização para no momento em que ele se posiciona a favor das relações *inter* (e não *pan*) americanas e a favor da valorização da herança ibérica pelos Estados nacionais. Esse era, pois, o meio de se efetuar a crítica contra o pensamento industrialista e imperialista dos Estados Unidos que orientava a aceleração da industrialização da economia brasileira nos anos 40.³³⁴

³³⁴ “Eu sou daqueles que consideram as relações interamericanas mais estreitas o desenvolvimento natural da vida do continente e um grande benefício para a saúde econômica e cultural dos grupos nacionais estabelecidos como repúblicas neste continente, mas não porque tais repúblicas nacionais ou porque as democracias políticas depois do modelo dos Estados Unidos tornaram-se o tipo ortodoxo de democracia. Penso que, como brasileiro, eu jamais assinaria a declaração pan-americana na qual uma identidade do tipo político de governo é considerada como fundamental ao pan-americanismo. Penso que o pan-americanismo não deveria depender da uniformidade da forma política ou de governo das várias nações americanas, e que a intimação de tal dependência implica a restrição séria da autonomia nacional no sentido do sacrifício da individualidade saudável de cada nação em proveito da padronização convencional e danosa das formas políticas ocidentais. Agora, as formas políticas devem variar de acordo com as diferenças de condições sociais – que são amplamente causadas, como se sabe, por diferenças de desenvolvimento histórico e de composição social e étnica de cada grupo nacional. E pôr uma única forma continental de governo como algo essencial para a solidariedade continental em questões fundamentais me parece ser tão irracional quanto prescrever a mesma forma de vestir ou a mesma dieta alimentar para grupos que vivem em climas diferentes. A história, bem como a geografia, tem seus climas [...] O fato de que o Brasil desenvolveu a democracia social em que praticamente não há restrição imposta a homens por causa de nascimento ou de sangue, e que tal desenvolvimento ocorreu sob a forma de governo monárquica cuja tradição não perdeu o valor de homens inteligentes e sensíveis, não significa que haja monarquistas ainda hoje e que haja o desejo de ter seu trono restabelecido no Rio de Janeiro, com um descendente de D. Pedro II como rei ou imperador, mas significa que há ceticismo sobre a mera forma de governo como algo vital para o bem-estar social como garantia da liberdade individual no país. O fato de que o Brasil, depois da chamada Revolução de 1930, mudou a Constituição Federal, que era à época uma cópia liberal da Constituição dos Estados Unidos, tem pouca significância para a posição que o Brasil tem ocupado no continente americano como nação devota, como nenhuma outra de suas vizinhas com problemas semelhantes, dos princípios da igualação das oportunidades para todos os cidadãos (brancos, morenos ou negros, ricos ou pobres, descendentes de famílias antigas ou filhos de imigrantes recentes da Europa). Foi perfeitamente natural para os brasileiros verem, há poucos anos atrás, Nilo Peçanha, um mulato de origem muito degradante, suceder Mauro Muller, filho ariano puro e de olhos azuis de um colono alemão pobre de Santa Catarina, como secretário de Estado. Tal expressão de democracia genuína seria ainda mais natural no presente – depois da chamada Revolução de 1930 – quando um grupo atual de idealistas políticos, visando à ainda mais larga democratização da vida brasileira, ascendeu ao poder político. O que eu disse acerca da primeira mudança na Constituição brasileira depois de 30 (isto é, a da Constituição de 1934) deve ser dito sobre a mais nova Constituição, a de 37, que é uma cópia das Constituições polonesa e portuguesa. Embora a Constituição do Brasil não seja mais cópia do modelo dos Estados Unidos, esse fato tem pouca importância para a posição do Brasil no continente americano, porque a nova Constituição foi inspirada na da Polônia e Portugal e os crentes fanáticos no completo americanismo [pan-americanismo] podem considerá-la maliciosamente afetada pelo totalitarismo europeu. E afetada pelo totalitarismo, ela é, mas não de tal modo a ferir, profundamente ou permanentemente, a essência da democracia social que é hoje uma tradição nacional

A avaliação freyriana do Estado Novo reside, em *Democracia social e política na América*, no apoio conferido à dinâmica da interação entre a “boa forma política” (ou seja, a Constituição de 1937, lei máxima do regime) e a forma social identificada nas especificidades culturais do Brasil, dinâmica que, segundo essa avaliação, o regime do Estado Novo foi capaz de promover ao articular a forma política à realidade das condições sociais dentro das quais a modernização deveria ser conduzida, obedecendo ao tipo novo de “jurisprudência sociológica” conhecido por Vargas. O autoritarismo varguista não foi, portanto, objeto de crítica contundente da parte de G. Freyre entre 1938 e 1944, mas de defesa no atinente aos valores selecionados pela elite varguista para serem integrados ao processo de modernização autoritária, sobretudo institucionalmente, como reconhecimento e recriação de valores culturais pelo Estado. O desafio para Vargas, segundo essa avaliação, era equilibrar os valores tradicionalmente populares/híbridos com as pressões externas industrialistas ou industrializantes, de modo que o governo não consentisse que o primeiro processo, ao buscar mudar e padronizar a sociedade, destruísse o primeiro.³³⁵

bem assentada. A Constituição atual é flexível o bastante para se ajustar às condições sociais da nação, especialmente no momento em que o país tem como presidente um dos mais sagazes realistas políticos que já viveram – Getúlio Dornelles Vargas – cuja introspecção e conhecimento das condições brasileiras e do caráter, virtudes e fraquezas de seu povo são genuinamente brasileiras; é um esforço para harmonizar o governo central forte com o mecanismo de atender às necessidades locais e regionais, tão diversas em um país tão vasto como o Brasil; um esforço, também, de harmonizar autoridade com liberdade. Mas uma vez que ela foi escrita em poucos dias, e dentro de uma atmosfera de pressão política em que as condições sociais foram apenas remotamente consideradas, suas deficiências são muitas e da mais séria natureza. Ela deve ser cuidadosamente revista, criticada e reescrita, não por um único acadêmico sob a influência de interesses pessoais ou políticos mas por um grupo de autoridades brasileiras bem versadas em problemas políticos, jurídicos, econômicos e sociais; não por juristas algo livrescos embora inteligentes, mas por uma comissão de economistas, antropólogos, sociólogos e geógrafos que conheçam o Brasil bem e que tenham feito pesquisas de campo científicas em diferentes regiões. Assim a Constituição poderá se tornar genuína como deve ser. O atual regime político pode ser criticado de diferentes pontos de vista. Eu mesmo tenho sérias objeções a seu caráter ético para serem apontadas contra o modo com que foi constituído, aos teóricos que o deram uma expressão ideológica e a alguns dos políticos que estão praticando-o de acordo com seus interesses estritos. Eu sei que as mudanças políticas devem ser consideradas, quando triunfantes, como processos naturais ao invés de eventos éticos. Reconheço também que as mudanças políticas que aconteceram no Brasil muitos anos atrás foram, em muito aspectos, naturais na medida em que a Constituição foi considerada, e que o novo regime político é um passo em direção à adaptação da forma política às peculiaridades nacionais. No entanto insisto em fazer objeções do caráter ético contra um regime que eticamente não parece ser perfeitamente legítimo. Mas eticamente, digo; sociologicamente ele é provavelmente o mais legítimo desde 1930. Seria inadequado descrever a nova forma política do Brasil como antidemocrática, no sentido de estereotipá-la como particularmente favorável à prática dos pecados mortais do desprezo pela personalidade humana e pelas oportunidades iguais para todos os cidadãos, que nós associamos aos regimes totalitários. O fato de que o Congresso tenha sido abolido no Brasil não deve ser considerado como violação séria das tradições democráticas do país; a mera representação política vagamente baseada na geografia política perdeu sua significância para os brasileiros inteligentes. O que o Brasil precisa é de um novo tipo de representação, regional bem como baseada na atividade econômica. O novo tipo de representação pode ser constituído sob a forma política do presente regime. Regressar à primeira Constituição republicana seria um erro para o Brasil. Aqueles que pedem tal regresso ao chão que poderia levar o Brasil à harmonia com formas políticas democráticas das Américas, especialmente aquela dos Estados Unidos, são ideólogos do tipo mais perigoso. Eles colocariam um ideal, universal ou continental, de uniformidade política sobre as peculiaridades locais, regionais e nacionais que estão realmente adaptadas às condições sociais e às formas políticas”. FREYRE, Gilberto. Social and political democracy in America. *The American Scholar*, New York: v. 9, nº 2, 1940, p. 228-229. Disponível em: <<http://www.bvgf.fgf.org.br>>. Acesso em: 29 ago. 2010 (tradução livre) (grifo meu).

³³⁵ Há outros artigos em que ele discutiu a industrialização e a cultura brasileira. Cf. FREYRE, Gilberto. A consideration of the problem of Brazilian culture. *Philosophy and Phenomenological Research*, Washington: Vol. 4, nº 2, 1943, p. 171-175. Disponível em: <<http://www.jstor.com>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

O conceito freyriano de cultura tornou-se uma dimensão importante da construção do regime autoritário. No momento de estabilidade governamental não houve, como se pôde constatar, grandes atritos entre G. Freyre e o Estado Novo, da mesma forma que o sociólogo optou por não efetuar críticas contundentes contra o regime político no qual seu pensamento tornou-se progressivamente influente. Entretanto, a conjuntura de 1945 alterou essa situação de modo radical, causando uma série inédita de desacordos entre o sociólogo e o ditador, que era pressionado pela cúpula militar do Exército para renunciar ao poder. Assim, percebe-se que os atos da ditadura, quando eram cometidos exacerbadamente, constituíram os verdadeiros pontos de atrito ou de tensão entre as duas partes da relação política, sendo que tais atos aconteceram, sobretudo, em 1937 e em 1945.

Essa regra vale para a conjuntura de 1945, quando o pacto político sofreu o impacto da nova mudança radical na orientação freyriana perante a crise do regime do Estado Novo, novamente constringendo/limitando a expansão de seus efeitos práticos. Os discursos de G. Freyre em 1943 e 1944, em Salvador e Fortaleza respectivamente – proferidos após o convite feito pelas entidades representativas do movimento estudantil dos centros acadêmicos –, são sintomáticos da reorientação diante dos primeiros sinais críticos que prefiguravam a queda do regime. Os discursos, via de regra, contêm a marca inconfundível da ambiguidade ou imprecisão de sua avaliação do autoritarismo varguista, mas também revelam sua adesão às novas agremiações estaduais cuja posição no debate político era contrária à ditadura do Estado Novo. Os discursos trazem pistas sobre a reorientação da posição política de G. Freyre no contexto de crise assinalado e expressam, ambigualmente, a transição rumo à oposição contra Vargas radicalizada apenas em 1945.

As pistas trazidas pelo discurso em Salvador são significativas. Em 1943, o sociólogo recebeu vários convites do movimento estudantil baiano para proferir conferências e dar cursos acerca de teoria sociológica e seu nexos com a realidade brasileira atual. O registro dessa experiência, o livro *Na Bahia em 1943*, traz pistas sobre a forte ligação de G. Freyre com o movimento estudantil dos estados hegemônicos nordestinos, notadamente, Bahia e Pernambuco, e sua ligação igualmente forte com as autoridades públicas baianas, fundamentalmente com o interventor do estado, Juraci Magalhães, a elite burocrática do governo estadual e com a força militar constituída por Nelson Werneck Sodré e Góes Monteiro, que não eram baianos de origem mas que estavam presentes na sessão de conferências proferidas em Salvador em novembro de 1943. O conjunto de pistas sinalizam que, a partir desse momento, formou-se principalmente na Bahia outro grupo de interesses convergente com o projeto regionalista e que esse grupo, posteriormente, vale dizer, no contexto pleno da crise desestabilizadora do regime autoritário, iria se mobili-

zar no sentido de fazer oposição contra a ditadura, logo articulando-se aos outros grupos civis de oposição para pressionar Vargas para a renúncia incondicional ao poder.

O sociólogo contou com o grande apoio do movimento estudantil baiano agrupado em torno da divisão da União Nacional dos Estudantes (UNE) no combate contra a ideia difundida no meio intelectual nacional de que seria “comunista”. Nesse sentido, os convites para se unir ao movimento estudantil faziam todo o sentido e G. Freyre os aceitou, viajando para Salvador em novembro de 1943 para cumprir o programa de atividades destinadas ao grupo baiano de agentes antinazistas e, rigorosamente, durante 1945, antivarguistas, no interior da Faculdade de Medicina de Salvador. O evento teve grande repercussão na imprensa estadual no instante em que aconteceu e contou com a presença maciça de figuras proeminentes de importantes meios sociais (estudantes, professores acadêmicos, líderes políticos, militares etc.). O grupo organizou o encontro para discutir teoria social assim como a posição do Brasil frente ao nazismo e ao comunismo, ao passo que G. Freyre aproveitou a circunstância para desfazer seu estereótipo de comunista.

O encontro foi tratado como solenidade pública pelas autoridades presentes e o teor politizado constante do discurso ou da conferência central sobre a história da Bahia revela a associação entre grupos de interesse definidos: entre a elite representada por G. Freyre e a elite estadual comandada pelo interventor Juraci Magalhães. O encontro, tornado solenidade oficial para receber o “eminente sociólogo” – conforme revela a correspondência –, além de contar com a presença marcante de secretários estaduais e de militares, serviu para agregar novas forças político-sociais aos interesses do projeto regionalista. Observe-se o seguinte excerto do discurso freyriano perante tal grupo poderoso:

O exemplo da Bahia ao Brasil e à América é o exemplo de equilíbrio, de harmonia, de conciliação entre extremos ou antagonismos que aqui parece não se alterar profundamente nunca. Pois quando começa a se generalizar a ideia de que a Bahia é no Brasil a tradição e somente a tradição, somente o arcaísmo pitoresco, a imundice colonial, ela nos surpreende com seu progresso, sem sacrifício de sua tradição, de seus pitorescos, de suas boas sobrevivências coloniais, como no governo desse esplendido renovador dos serviços públicos em nosso país, para quem tantas esperanças brasileiras de hoje se voltam: Juraci Magalhães. Ou como na administração ativa, empreendedora mas amiga das boas tradições regionais, de Góis Calmon [...] Daí não surpreender a nenhum de nós, baianos em segundo grau, o fato de a Bahia estar hoje à frente da resistência contra qualquer manobra antidemocrática e antibrasileira, franca ou disfarçada, com que se pretenda desvirtuar o sentido profundamente democrático do desenvolvimento brasileiro. Não só à frente da resistência: à frente da luta [contra o nazismo].³³⁶

³³⁶ FREYRE, Gilberto. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944, p. 28-35. Nelson Werneck Sodré foi um militar presente na sessão do dia 27 de novembro de 1943. Ele de fato contribuiu com a publicação de três artigos na imprensa baiana sobre os discursos proferidos por G. Freyre naquela ocasião. Da leitura dos documentos depreende-se que as ideias ali difundidas aguçaram o senso crítico do militar, debatendo-

O movimento estudantil da UNE, tanto da Faculdade de Medicina de Salvador quanto da Faculdade de Direito do Recife, tornaram-se, a partir desse encontro específico em diante, o reduto especialmente defensor da personalidade pública do sociólogo na condição de intelectual que, para o grupo em questão, não era comunista a favor do operariado fabril, mas liderança da luta coletiva contra os fundamentos autoritários do varguismo. A base do movimento estudantil, mobilizada, na Bahia, e durante 1945 em Pernambuco, em defesa da personalidade do sociólogo, se associou à força militar presente no encontro acadêmico em Salvador, principalmente durante a luta contra o autoritarismo, para unir forças à luta e fazer pressão para a renúncia do ditador ao poder. Os eventos do conflito se desenrolaram entre 1944 e 1945 nas principais cidades do país. Ocorre que o encontro de 1943 serviu como meio de se organizar a comunidade política em torno da figura de G. Freyre e de Juraci Magalhães, que mais tarde iriam liderar a luta estudantil contra a ditadura, radicalizando-a mediante o uso da imprensa e de protestos civis populares. A base do movimento estudantil de Pernambuco, arregimentada na Faculdade de Direito do Recife, aderiu à luta coletiva contra a ditadura apenas em 1945, quando houve ampla conscientização acerca da real possibilidade de deposição do ditador.³³⁷

as via imprensa, na verdade, para fazer a defesa da personalidade do sociólogo assim como de suas ideias, contribuindo para a desconstrução da imagem de comunista. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. “Casa-grande & senzala”. In: FREYRE, Gilberto. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944, p. 181.

³³⁷ A passagem de G. Freyre por Salvador da Bahia em 1943 sugere algo mais do que o simples encontro organizado pelo centro acadêmico da Faculdade de Medicina daquele estado. Pode-se pensar apropriadamente a passagem como a busca por negociação dos interesses amplos do projeto regionalista com o setor liberal-conservador dominante no estado. A visita do sociólogo, além de servir para a organização do movimento estudantil baiano, serviu para a discussão, no centro irradiador da elite liberal-conservadora baiana (Salvador), dos interesses do projeto regionalista manifestos, sobretudo, em *Casa-grande & senzala*. O evento oficial na cidade durou apenas dois dias, 27 e 28 de novembro de 1943, quando G. Freyre proferiu dois discursos em cada sessão solene. Não se tem registros de outras atividades que foram por ele realizadas durante a passagem, como, por exemplo, a visita em algum órgão da administração pública executiva para essa discussão de forma direta, embora em seu pronunciamento no evento já tivesse contida a discussão das ideias do projeto político postas em relação à realidade brasileira daquela época, daí de fato não se ter fontes mais fecundas para a reconstrução da negociação com a classe dirigente da Bahia nos anos 40, composta por Rui Barbosa como o precursor, Otávio Mangabeira como seguidor, João Mangabeira como seguidor, Juraci Magalhães como interventor, no entanto em 1945 rompeu definitivamente com Vargas, e etc. Contudo, há um documento que corrobora a interpretação: o artigo *Rui* publicado no *Diário de Pernambuco* no mesmo momento e como desdobramento do conjunto de suas ações em Salvador. “Rui, creio que como ‘profeta’ teve suas grandes deficiências, seus erros enormes, seus recuos lamentáveis, um senador igual aos outros na votação de ‘estados de sítio’, para evitar uma revolução que, antes de 1930, talvez tivesse vindo mais oportuna e criadoramente para o Brasil do que em 1930. Mas não é preciso cair o brasileiro de hoje em transe apologetico para admirar no grande baiano qualidades assombrosas de lutador. Isto ele foi magnificamente a vida inteira: um homem de luta como nunca o Brasil viu maior; o centro, também, de uma verdadeira escola de homens de luta nos quais se prolonga hoje sua atividade, sua influência, sua bravura de ação, seu poder de resistência aos abusos dos poderosos. Nessa escola se fez o sr. João Mangabeira. Seu livro sobre o mestre admirável, em vez de simples demonstração de talento e de saber, é do princípio ao fim um livro de luta. Nessa escola se fez, também, o sr. José Eduardo Macedo Soares, de quem todos temos o direito de esperar um livro acerca de Rui que seja igualmente um livro de luta. De interpretação e de luta”. FREYRE, Gilberto. Rui. *Diário de Pernambuco*, Recife. 31 dez. 1943, p. 4. SR/FBN (grifo meu). A escola defendida no artigo tornara-se o grupo oposto ao varguismo e que foi exilado pelo regime autoritário, principalmente Otávio Mangabeira, exilado em 1938, e com o qual Freyre teve contato durante a passagem por Salvador, ao discutir o tema do regionalismo com Juraci Magalhães.

A visita para discursar, feita por iniciativa do movimento estudantil das Faculdades de Direito, tornou-se rotina de compromissos no ano seguinte. Em 1944 G. Freyre seguiu o itinerário Alagoas-Paraíba-Pernambuco-Ceará para proferir conferências sobre os temas de sua predileção à época, correlacionados aos temas que eram do interesse do movimento estudantil seu apoiador, vale dizer, as ideias constitutivas do projeto político postas em relação à conjuntura nacional (o regime do Estado Novo em crise) e à conjuntura internacional (a Segunda Guerra Mundial em movimento). Sendo assim, os discursos proferidos nesses lugares continham o teor de crítica social contra os atos do nazismo ao mesmo tempo em que desenvolviam melhor, voltando-se para a comunidade estudantil em questão, o ideário acerca do movimento regionalista do Nordeste. O discurso proferido em Fortaleza foi publicado, logo após o cumprimento de todos os compromissos, por Assis Chateaubriand em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em regime de direitos autorais integralmente pagos ao autor, o que denuncia o interesse da imprensa e especialmente de Chateaubriand no teor desse discurso.³³⁸ Considerando a conjuntura política em que foi publicado – o início da crise desestabilizadora da ditadura varguista em 1944 –, o discurso, tornado texto, trazia a dimensão de ação política direcionada à valorização da luta coletiva contra os fundamentos autoritários do Estado Novo. Ademais, do ponto de vista dos compromissos acadêmicos, 1944 foi um momento áureo na vida intelectual de G. Freyre no que se refere aos convites recebidos e aceitos para proferir conferências acerca de temas da sua predileção, sempre relacionados ao mundo contemporâneo, realizadas no Brasil e nos Estados Unidos. Nesse último país ele proferiu seis conferências acadêmicas que, logo no ano seguinte, foram compiladas e publicadas em livro realmente polêmico que afirmava haver democracia social e étnica no Brasil contemporâneo.³³⁹

Em 1945, o processo de redemocratização mobilizou toda a sociedade brasileira. Tratava-se da última fase de transformação do Estado Novo, o regime autoritário que já durava oito anos desde sua implantação em 1937. O Código Eleitoral sancionado por Vargas determinou a criação de partidos políticos obrigatoriamente em âmbito nacional, rompendo, desse modo, com o modelo estadualista da política partidária e representativa da República Velha. Foram criados três partidos políticos: o Partido Social Democrático (PSD), herdeiro da máquina política do Estado Novo, a União Democrática Nacional (UDN), o grupo de oposição radical contra a esquerda, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituído pela base sindical que era controlada por Vargas. Tendo os três partidos políticos legalmente constituídos é que o regime passou a enfrentar diretamente

³³⁸ Cf. FREYRE, Gilberto. Precisa-se do Ceará. *O Jornal*, Rio de Janeiro. 9 set. 1944, p. 4. SR/FBN.

³³⁹ Cf. FREYRE, Gilberto. *Brazil: an interpretation*. New York: Alfred Knopf, 1945.

a questão político-eleitoral, com a eleição para presidente da República e para preenchimento do Parlamento Nacional prevista pela lei eleitoral para acontecer em 2 de dezembro do ano corrente, dando início efetivo à normalização da vida política do país rumo à restauração democrática, que começava naturalmente pela campanha sucessória aos cargos eletivos, sobretudo para presidente da República, em que cada partido pôde apresentar os candidatos de sua legenda, exceto o PTB que inicialmente manteve-se distante das candidaturas apresentadas e depois se aproximou da comunidade esquerdista do PCB.

A UDN apresentou a candidatura de Eduardo Gomes, tenente do Exército e vitorioso da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, ao passo que o PSD apresentou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra do governo Vargas, tendo renunciado ao cargo de ministro para atender à exigência de desincompatibilização do cargo pela lei eleitoral, para concorrer ao pleito de dezembro de 1945.

O contexto geral do momento era de redemocratização. Isso permitia a radicalização da luta coletiva contra a ditadura varguista, manifesta em atos oriundos das várias oposições, reunidas, desde então, em torno da UDN. No contexto das campanhas sucessórias para presidente da República G. Freyre manifestou abertamente e em diferentes oportunidades a sua opção política: o candidato da UDN. A preferência do sociólogo estava inserida no quadro das oposições contra a ditadura, mas não se limitava a adesão às pressões civil-populares pela renúncia do ditador: era parte fundamental do conflito com Agamenon Magalhães. Na verdade, percebe-se que nesse momento sua ação política de oposição não era direcionada contra a figura histórica do ditador, como líder em crise do poder central, mas direcionava-se, sobretudo, contra os atos de autoritarismo cometidos pela Interventoria de Pernambuco durante a vigência do regime estadonovista no âmbito do poder local. A ação oposicionista de G. Freyre não mirava a estrutura do centralismo de Vargas mas era contra o autoritarismo do interventor que, desde março de 1945, havia deixado a Interventoria do estado para ocupar novamente a pasta da Justiça.

A radicalização logo se tornou a nota dominante da luta política, especialmente em Pernambuco, onde houve conflitos radicais entre oposição e situação e para onde essa narrativa se concentrará a partir de aqui. A defesa da candidatura de Eduardo Gomes para presidente da República ensejou a união dos setores liberal-conservadores dos estados hegemônicos do Nordeste cujos líderes haviam sido desalojados do poder por efeito do processo revolucionário iniciado desde outubro de 1930, como, por exemplo, Otávio Mangabeira, que vivenciava o exílio do país desde 1938. A elite liberal-conservadora da região uniu-se em torno da UDN, aderiu à campanha política de Eduardo Gomes e iniciou a frente coesa de oposição contra o ditador em regime de crescente radicalização.

A decisão de G. Freyre pela adesão à candidatura udenista era congruente com esse processo de organização política. Sua ação oposicionista serviu de instrumento ideológico para a união entre o poderio da elite derrotada em 1930, agora opositora do varguismo, e o movimento estudantil organizado em torno das Faculdades de Direito e Medicina dos estados da região, sendo que o movimento passou a desempenhar a função de base de caráter estudantil de apoio ao candidato udenista e de oposição contra a ditadura varguista e, no caso específico de Pernambuco, organizava-se e grassava-se a luta contra a permanência do interventor no poder sob a forma de protestos nos espaços públicos do Recife. Do mesmo modo, G. Freyre tomou parte ativa na defesa da candidatura de Eduardo Gomes para novo presidente da República. Ele passou, a partir de março de 1945, a radicalizar sua ação, discursando em comícios, escrevendo artigos para a imprensa, animando o movimento estudantil organizado para participar da luta civil. A história de seu engajamento político no contexto da queda do Estado Novo é realmente impressionante, considerando a intensidade com que participou do processo de redemocratização.

Em 3 de março de 1945 houve um importante comício da campanha política de Eduardo Gomes no Recife, que foi acrescido de protestos do movimento estudantil pernambucano ao realizar passeata conjuntamente com o comício. A realização da passeata coincidiu com a transferência, definida por Vargas, de A. Magalhães do cargo de interventor para o cargo de ministro, o que contribuiu para a rápida formação do ambiente de animosidade da parte das autoridades constituídas como força pró-Magalhães para repelir qualquer ato de protesto/resistência civil contra o autoritarismo do interventor. O fato é que, diante da oportunidade vislumbrada no comício do candidato udenista, G. Freyre tomou parte ativa no curso do protesto do movimento estudantil como o líder intelectual e, nessa condição, logo passou à frente do comício do dia 3. Quando começou a discursar do alto do edifício do *Diário de Pernambuco*, acompanhado por grupo de estudantes que havia deixado a passeata pública, que estava ocorrendo simultaneamente e no mesmo lugar do comício, a Praça da Liberdade no antigo centro do Recife, para acompanhar a fala de protesto do sociólogo contra o Estado Novo, agentes da polícia civil do estado chegaram ao local do movimento e começaram a dissolver a passeata com uso de armas de fogo, disparando tiros aleatórios na direção em que havia maior concentração de pessoas. Da violência e truculência policial resultou o assassinato de, no mínimo, conforme é possível inferir pelas fontes, duas pessoas, quais sejam, o estudante de Direito, Demócrito de Sousa Filho, que estava na sacada da redação do *Diário de Pernambuco* juntamente com G. Freyre durante seu discurso no comício, e de Manuel Elias, um trabalhador carvoeiro que participava da passeata em plena praça pública, a Praça da Liberdade.

Após a morte dos dois civis a polícia continuou a repressão contra o movimento. O redator-chefe do *Diário de Pernambuco*, Aníbal Fernandes, foi levado detido juntamente com outros jornalistas presentes no ato para as celas da DOPS do estado. Logo em seguida o edifício do *Diário de Pernambuco* foi empastelado e ocupado militarmente, sendo obrigado a manter-se sob rígida censura imposta pela polícia do interventor. O jornal foi pressionado pelo governo, com uso da força, a interromper a circulação durante alguns dias depois dos acontecimentos, estando diante de censura oficial e do empastelamento do dia anterior. Quando, dois dias depois, o jornal foi desocupado pela polícia e recebeu autorização do secretário de Segurança Pública, coronel Viriato de Medeiros, para circular ainda que sob restrições impostas pelo governo, ficando impedido de noticiar ou de comentar os acontecimentos do dia 3, os seus diretores decidiram interromper temporariamente toda a circulação do jornal, tanto diária quanto dominical, como ato de protesto contra a atitude do governo de censurar a reportagem de acontecimentos que eram tão decisivos para a sociedade pernambucana quanto os do “sábado sangrento” (dia 3). “E o *Diário* interrompeu sua circulação. Era a única maneira que tínhamos de protestar contra o capricho de um governo que se colocava tão ostensivamente fora da lei”.³⁴⁰

A decisão dos diretores de se interromper toda a circulação do jornal, que, embora o secretário tivesse anulado parte da censura, ainda continuava proibido de noticiar os acontecimentos passados, a decisão funcionou de fato, posto que toda a dinâmica da violência policial enfrentada no dia 3 repercutiu enormemente pelo país afora, não apenas em Pernambuco, o que causou profundo desgaste do governo do estado em relação à opinião pública nacional. No Rio de Janeiro foi realizado nesse momento, pela oposição, um ato público ou comício em solidariedade ao estudante morto durante o confronto com a polícia e em apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Essa posição clara diante dos fatos ocorridos, de se realizar atos públicos em solidariedade ao povo pernambucano, principalmente ao estudante assassinado pela polícia civil, tornou-se o estandarte em proveito das oposições nacionais contra a ditadura de Vargas e grande bandeira adicional para o avanço da campanha política da UDN usada pelo país afora.

No Recife, a definitiva reinauguração do *Diário de Pernambuco* aconteceu depois de mais de trinta dias do empastelamento, desta vez totalmente livre do controle ou censura pelo governo. A redação do jornal foi reinaugurada com o retrato de Demócrito fixado na parede, *in memoriam*, e G. Freyre iniciou uma homenagem como parte da reinauguração, proferindo discurso em que rememorou e discutiu os acontecimentos passa-

³⁴⁰ Cf. “Continuaremos a denunciar os criminosos da nação até que a Justiça os arraste para o banco dos réus” [Editorial]. *Diário de Pernambuco*, Recife. 10 abr. 1945, p. 2. SR/FBN.

dos em tom altivo que pretendia animar as pessoas presentes no novo ato para participarem da luta civil contra a ditadura e aderirem à campanha do candidato udenista na eleição de dezembro próximo. O sociólogo, afinal, proferiu palavras de reabertura do jornal que eram também incentivadoras de sua empreitada política rumo à luta contra a ditadura e ao apoio a UDN, quando disse: “O grande, o luminoso, o esperado dia seguinte. Só falta o *Diário*. Camaradas de Demócrito: as máquinas do *Diário* não tardam a rodar”.³⁴¹

O discurso, que desta vez não foi interrompido, foi construído com palavras inflamadas que deram início, no estado, à longa batalha jornalístico-partidária, estando livre da censura oficial, que foi travada no contexto das disputas entre situação e oposição e visando claramente ao fortalecimento das pressões feitas no sentido da queda do Estado Novo, bem como ao apoio diretamente, certo que da parte do grupo reunido em torno do *Diário de Pernambuco*, a Eduardo Gomes para novo presidente da República.

A longa batalha começou imediatamente no dia seguinte, quando o salão nobre da Faculdade de Direito do estado recebeu G. Freyre para proferir outro discurso político, que foi publicado ainda no mesmo dia no jornal tipicamente direcionado à oposição da UDN contra Vargas. *Saiam, caudilhos* é o título desse outro discurso político tornado artigo de manchete da primeira página do *Diário de Pernambuco*. Com esse documento pode-se perceber, com clareza, que os acontecimentos resultantes da ação policial do dia 3 de março no Recife foram o verdadeiro estopim para a reação do sociólogo, manifesta, primeiramente, na sua decisão de aderir à campanha política do candidato udenista e, logo em seguida, sua reação foi continuamente construída a partir de várias frentes ao longo de 1945, sobretudo pela liderança intelectual da luta partidária (udenista) e civil (estudantil) contra os atos da ditadura. Sua liderança, como reação, dirigiu-se fundamentalmente contra seu principal inimigo político: o interventor do estado, nesse momento novo ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, que foi acusado pelo discurso de G. Freyre de ser o mandante dos assassinatos cometidos pela polícia civil no dia 3 de março.

Saiam, caudilhos não apenas condenou os atos de violência cometidos pela polícia civil de Pernambuco, culpando A. Magalhães pela morte dos dois civis no mês anterior – pelo que G. Freyre terminou por radicalizar o tom do discurso e o desqualificou ao chamá-lo publicamente de “politiqueiro”, “caudilho”, “desesperado” e “assassino” –, mas colocava em questão para a comunidade udenista ali presente (entre outros, Valdemar Ferreira e Carlos Lacerda) a importante função que determinados segmentos sociais poderiam desempenhar no interior da luta pela definitiva queda do Estado Novo. O foco do debate era, assim, a organização dos segmentos da sociedade civil em torno dessa lu-

³⁴¹ FREYRE, Gilberto. Quiseram matar o dia seguinte. *Diário de Pernambuco*, Recife. 10 abr. 1945, p.1.

ta, como espécie de conclave feito pelo discurso do sociólogo para se efetivar a deslegitimação da ditadura, principalmente em Pernambuco, local dos assassinatos, mediante a ação organizada da *gente do povo*, do *movimento estudantil* e da *comunidade de cientistas, intelectuais e artistas*, ou seja, os três elementos da luta civil enfatizados por G. Freyre, que deveriam se unir em torno do ideal de liberdade de pensamento e expressão como princípios deslegitimadores da continuação dos ditadores central e local no comando do poder. O discurso proferido na Faculdade de Direito em 11 de abril, em que algumas lideranças políticas estavam presentes, desencadeou, portanto, o ponto de partida para o “basta” dirigido contra a ditadura, ao passo que o produto deste discurso, o artigo de primeira página do *Diário de Pernambuco*, *Saiam, caudilhos*, deu início, no estado, à batalha jornalístico-partidária da UDN rumo à deslegitimação e queda do ditador central.

Os policiais do Estado Novo capricharam em humilhar negros velhos honrados. Em prender estudantes, professores e jornalistas incorruptíveis. Em amordaçar jornais ilustres. Em conservar acuados os verdadeiros operários. Em proibir a venda de livros até de ciência. E afastados homens do valor de Ulisses Pernambucano, de Álvaro Lins, de Joaquim Cardoso, os orientadores da mocidade em Pernambuco passaram a ser, por designação do Interventor que veio a executar aqui o Estado Novo, racistas como o alemão Padre Conrado, entusiasta da “juventude brasileira” e que eu próprio ouvi uma vez dizer: “o caboclo brasileiro só sabe furtar”. [...] Os politiquinhos, porém, não se iludam: no Brasil não há mais lugar para suas violências, para suas manobras, para seus embustes, para seus esforços de separar ou distanciar socialmente o branco do negro, o europeu do caboclo, o civil do soldado e do marinheiro, o homem da mulher, o sulista do nortista, o cristão novo do cristão velho, a gente de trabalho da gente de estudo, para que com essas divisões e com ameaças de guerra civil se prolonguem ditaduras já não estéreis, mas assassinas. O verdadeiro estudo, a verdadeira ciência, a verdadeira arte sabemos que, no Brasil como em toda parte, não é senão trabalho. Trabalho e estudo são expressões da mesma força de construção ou de reconstrução social [...] Os politiquinhos do Brasil não se iludam: no mundo não há mais lugar para suas mistificações estéreis enquanto as necessidades brasileiras aumentam e aumentam as dores e os sofrimentos da gente do povo e as inquietações dos estudantes, dos intelectuais e dos artistas oprimidos e perseguidos [...] Outra não pode ser nossa atitude neste momento diante dos caudilhos que persistem em querer explorar e oprimir caudilhescamente o Brasil com mistificações e embutes, com agrados interesseiros aos operários e aos intelectuais e com assassinato de estudantes e homens do povo quando os subornos e agrados não atingem seus fins [...] Saiam, caudilhos, que não há mais no Brasil estudante nem operário autêntico, professor nem trabalhador honesto, cientista nem intelectual verdadeiro que deseje, que queira, que admita a continuação de uma ditadura não apenas policial mas assassina. Ditadura inimiga do que a cultura brasileira tem de melhor. Inimiga das mais puras tradições e das melhores esperanças do Brasil.³⁴²

³⁴² FREYRE, Gilberto. Saiam, caudilhos. *Diário de Pernambuco*, Recife. 11 abr. 1945, p. 1-2. SR/FBN.

A batalha jornalístico-partidária travada pelo *Diário de Pernambuco* estava enquadrada na coalizão política conduzida pelas oligarquias tradicionais do Nordeste, baianas e pernambucanas, em torno dos interesses da UDN, com a atuação de G. Freyre no centro das novas articulações do ponto de vista ideológico, que tinham como o objetivo de curto prazo pressionar os governantes ditatoriais a renunciarem ao poder. Essa batalha, travada dia após dia não apenas na grande imprensa do Nordeste mas de todo o país, destacando-se os órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, situava-se no contexto da luta pela redemocratização em 1945. Ocorre que, além da luta por democracia, esse debate acalorado, decorrente da conjuntura política, serviu como estímulo para os grandes mandatários das oligarquias tradicionais se reorganizarem em torno do partido nascente de oposição aos interesses do PTB e, nesse sentido, quanto à matéria da sucessão presidencial que se aproximava, o debate foi outro estímulo para fazer a oposição ao candidato do PSD da mesma forma que aos interventores da base situacionista ou governista que compunha toda a estrutura de sustentação desse partido político. Os debates na imprensa pernambucana foram, portanto, fomentados pelo grupo de oposição ao qual G. Freyre passou a se relacionar politicamente, entre Carlos Lacerda e Valdemar Ferreira nas sedes carioca e paulista e Otávio Mangabeira e João Mangabeira na sede baiana.

Nesse contexto, G. Freyre definiu rapidamente a ideologia política que passaria a defender com atitudes de agente da campanha política da UDN e participante ativo do processo de redemocratização, o que se pode perceber pelo acompanhamento de seu desempenho na batalha jornalístico-partidária, que aponta para a sua estreita ligação com a elite udenista engajada na luta anti-Vargas.³⁴³ Sua contribuição na imprensa foi copiosa e se destacou tanto pelo teor radicalmente antigovernista, vale dizer, mirando os atos de autoritarismo cometidos pelo interventor pernambucano, quanto pelo nível intelectual apurado das matérias discutidas nos diversos escritos políticos de jornais, os quais permitem afirmar que, nesse momento conturbado da história política do país, em 1945 o processo de negociação de interesses que ele mantinha com o governo Vargas foi suspenso.

É extenso o *corpus* de escritos políticos publicados pelo conglomerado dos *Diários Associados*,³⁴⁴ e que puderam, então, circular livremente por toda a rede jornalística controlada por Assis Chateaubriand, proprietário de vários órgãos da imprensa nacional e o empresário mais poderoso no segmento de comunicação social no país à épo-

³⁴³ FREYRE, Gilberto. Definição de atitude. *Diário de Pernambuco*, Recife. 29 jul. 1945, p.1. SR/FBN.

³⁴⁴ Evidência da intensidade ou magnitude do debate político posterior aos eventos de 3 de março é o dado quantitativo sobre os artigos ou escritos políticos que foram publicados no *Diário de Pernambuco* considerando-se apenas a produção de G. Freyre no jornal. Ao todo, foram 16 artigos publicados entre março, quando houve a repressão policial no Recife, e outubro, quando Vargas foi deposto pelo golpe militar, acrescentando-se mais dois outros artigos nos meses de novembro e dezembro, período corrente da eleição presidencial e da subsequente eleição para compor a Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

ca. Determinados artigos puderam inclusive ser republicados no calor dos acontecimentos pelo *O Jornal*, do Rio de Janeiro. A colaboração assídua para os *Diários Associados* em regime de direitos autorais indica o elo estreito de G. Freyre com Assis Chateaubriand, posto que o empresário concedeu-lhe o espaço amplo e aberto como articulista político do jornal pernambucano. Isso indica certa triangulação entre Assis Chateaubriand, G. Freyre e a cúpula regional (nordestina) e nacional (da Capital Federal) da UDN, formada como mais uma força para a articulação antigovernista influente em 1945 e 1946.

Entretanto, seguramente o veículo que mais lhe interessava nesse momento era o *Diário de Pernambuco* e não outro jornal carioca ou paulista. O espaço amplo de articulista político no veículo pernambucano implicava a oportunidade concreta que G. Freyre soube aproveitar ao reafirmar constantemente sua oposição radical contra o ministro da Justiça em uma série de escritos que, situando-se na conjuntura da redemocratização, radicalizavam o teor das denúncias contra suas manobras e violências do presente e atacavam diretamente sua figura política ao mesmo tempo que pública incluindo os atos de seu passado recente como interventor pernambucano.³⁴⁵ Nessa direção, o espaço do jornal era a oportunidade também de explicitar suas posições políticas de forma clara acerca da experiência do Estado Novo: defendeu o pluripartidarismo como exigência política da redemocratização,³⁴⁶ procurou desfazer seu estereótipo de que seria intelectual comunista,³⁴⁷ aproveitou a circunstância para fazer o acerto de contas com a ditadura Vargas, pensando na iminência da eleição presidencial e da eleição para a ANC de 1946.³⁴⁸

³⁴⁵ “Em 1945, a polícia ‘civil’ do estado do intitulado ‘ministro da Justiça’, da ditadura Vargas, assassinou covardemente dois brasileiros desarmados, um estudante e um carvoeiro, sem que o ditador do país se julgue no dever imediato de afastar de tais funções indivíduo tão impróprio para chefiar Ministério tão ligado à segurança da vida dos brasileiros, nem no dever de substituir o interventor federal num estado a mercê de polícia civil tão cinicamente criminosa – a única, aliás, da confiança absoluta dos dois caciques que, valendo-se da algidez do ditador – a quem alguns amigos já chamam o ‘velho’ – fazem de Pernambuco o que entendem. O continuísmo é absoluto. Completo. Ditador, sub ou supraditadores e ‘eminências pardas’, todos se confundem no mesmo desprezo pela dignidade dos brasileiros desarmados; na mesma covardia; na mesma incapacidade de se arrependem dos próprios erros. E ainda há quem ingenuamente admita a possibilidade do ‘governo de coalizão’ de que participasse uma ditadura como a que vem arruinando não só o corpo como a alma do Brasil: ditadura ostensivamente amiga de assassinos da mocidade, quando não assassina a ela própria mediante a perseguição e o exílio de brasileiros dignos do maior respeito como Armando de Salles Oliveira e Ulisses Pernambucano”. FREYRE, Gilberto. 1909 e 1945. *Diário de Pernambuco*, Recife. 24 jul. 1945, p.1-2. SR/FBN (aspas do autor).

³⁴⁶ FREYRE, Gilberto. Católicos, Esquerdas e Socialismos. *Diário de Pernambuco*, Recife. 03 ago. 1945, p. 1-2. SR/FBN.

³⁴⁷ “Explica-se assim porque intelectualmente não posso ser comunista. O comunismo, leninista ou trotskista, simplifica problemas e uniformiza situações que só acho jeito de considerar complexas e desiguais: proustianamente complexas. Moralmente, não me sinto mal no comunismo. Mas naquele comunismo que não desprezasse valores éticos para ser tão maquiavélico quanto o fascismo ou tão sem escrúpulos quanto o jesuitismo político em sua técnica de combate aos regimes dominantes e em sua técnica de domínio sobre homens domésticos para Jesus ou para Marx: sobre os grupos vencidos mais do que convencidos pelos donos exclusivos da verdade”. FREYRE, Gilberto. Meu rótulo de comunista. *Diário de Pernambuco*, Recife. 19 ago. 1945, p. 1-2. SR/FBN.

³⁴⁸ “Outra informação oportuna embora indiscreta. Em 1941 avistei-me pela última vez com o sr. Getúlio Vargas, com quem por alguns anos mantive relações pessoais e cuja inteligência, cuja agudeza política,

Entre agosto e outubro de 1945 G. Freyre continuou com a mesma intensidade as ações oposicionistas que pretendiam deslegitimar a ditadura chamada frequentemente por ele de “Vargas-Agamenon-Müller”, pelo fato desses três atores políticos serem considerados os principais continuadores dos resíduos do governo ditatorial, e que segundo sua crítica mantinham-se ilegitimamente no poder mediante o abuso da autoridade. Com a continuidade das ações pró-democracia ele esperava contribuir para a queda do regime que a essa altura já sofria de profundo desgaste – o interesse de G. Freyre era assim causar-lhe mais desgaste. As ações não diferiram das primeiras ações anteriormente praticadas: participou de comícios realizados pela campanha política de Eduardo Gomes em 25 de agosto em Salvador, 5 de setembro no Recife e 21 de outubro em um circuito de cidades do interior de Pernambuco; publicou artigos na coluna política do *Diário de Pernambuco* em que criticava o movimento insurgente do queremismo nas grandes cidades, fortalecendo com sua colaboração a batalha jornalístico-udenista que pressionava para a queda do regime autoritário e a conseqüente restauração da democracia; aceitou, enfim, a delegação estudantil para representar o grupo na ANC de 1946 pela legenda da UDN.

A característica comum que todas essas ações indicam é o claro interesse partidário e antigovernista que orientou as reflexões e críticas de caráter estritamente político produzidas por G. Freyre durante o processo de redemocratização. Quando denunciou abusos de autoridade cometidos pela polícia, que por sua vez era orientada pelos ditatoriais a agirem com violência/truculência – como foi o caso do comício udenista realizado em Salvador em que a ação da “polícia ditatorial” reprimiu o ato estudantil –³⁴⁹, quando previu que o regime estava fadado à queda porque carecia de base ou apoio popular e civil que lhe sustentasse, sugerindo que a “gente do povo” estava marchando rumo à preferência por Eduardo Gomes na eleição que se aproximava para presidente da República

cujos poucos porém inegáveis serviços ao Brasil, continuo a reconhecer e a proclamar. Sabem o que nessa ocasião disse o sr. Vargas ao escritor que já havia sido acusado pela gestapozinha do sr. Agamenon Magalhães de ser ‘comunista’, de ‘inimigo da Pátria, de Deus e da família’? O sr. Vargas – que desde 1937 já convidara o escritor para alto posto na administração nacional (posto que segundo seu secretário de então, sr. Mauro de Freitas, era o Ministério da Educação) – tornou a dizer-lhe que estimaria vê-lo entrar sem demora na vida pública, que contava com ele (escritor) para o próximo movimento de renovação do Brasil; que a ele (escritor) é que desejava ver como o ‘estandarte do mesmo movimento’. Será que em 1941 o sr. Vargas pensava em animar no Brasil um movimento de renovação com dois estandartes, um vermelho (que seria o escritor acusado desde então como agora de comunista), outro azul claro, que seria o seráfico sr. Apolônio Salles ou o angélico sr. Agamenon Magalhães ou mesmo o inocente sr. Felinto Müller? Sem nos prolongarmos sobre assunto tão pessoal, sabemos todos é que invenção policial nenhuma, por mais cuidadosamente anunciada, e rótulo nenhum, por mais espalhafatosos que sejam seus dizeres, resistiria ao sol que se aproxima rapidamente de nós. Não me refiro ao famoso Sol da Verdade da frase dos retóricos. Simplesmente ao sol de dezembro que este ano será para o Brasil o mês por excelência das Boas Festas e do feliz Ano Novo. Porque será o mês das eleições. O fim do mais que apodrecido ‘Estado Forte’”. *Idem*, p. 2. SR/FBN (aspas do autor).

³⁴⁹ Cf., por exemplo, o seguinte artigo: FREYRE, Gilberto. A propósito de um comício de pré-universitários. *Diário de Pernambuco*, Recife. 29 de ago. 1945, p. 1. SR/FBN.

e não por Gaspar Dutra do PSD ou por Iedo Fiúza do PCB,³⁵⁰ quando comentou que as mulheres pernambucanas agiram corretamente ao se organizarem em torno da liga feminina na sede estadual da UDN para participar, ao seu modo, da vida pública, no caso da eleição presidencial chamada de “nova campanha abolicionista”,³⁵¹ quando, enfim, afirmou que Vargas estava sendo manipulado por Agamenon Magalhães e Felinto Müller e que ambos lhe traíram ao pressionarem pela manobra para a permanência no poder, articulada mediante um decreto-lei que antecipava as eleições estaduais e estabelecia candidato único, preferencialmente da base governista do trabalhismo, para assumir a restauração democrática como presidente da República, e que, por esses fatos, a figura política de Vargas estava desgastada e desmoralizada e não poderia continuar a governar a sociedade, sendo chamado publicamente e com escárnio de “velho” ou “velhaco”,³⁵² G. Freyre estava agindo intelectual, política e ideologicamente de acordo com os interesses estratégicos da UDN no interior da longa batalha jornalística travada exaustivamente durante o ano de 1945 em Pernambuco, tendo sido ele o executor das estratégias político-partidárias no estado, posto que os interesses defendidos e representados eram pertinentes no contexto da redemocratização e também eram coincidentes com os dele próprio e com os do grupo que ele passou a representar no contexto da transformação e queda do Estado Novo em 45: a elite liberal-conservadora dos estados hegemônicos do Nordeste.

³⁵⁰ “O povo brasileiro, considerado em conjunto, todos sabemos que não quer a eternização do sr. Vargas no poder: um Vargas avelhantado e cada vez mais sob o domínio dos Agamenons e dos Müllers – daqueles que mais o tem degradado e manchado das piores manchas sua ditadura. Nem se interessa o povo brasileiro da maneira mais vaga pelo general Gaspar Dutra, que muito lamentam ver traído e levado ao ridículo de moto tão brutal. O povo, isto é, o que a comunidade brasileira tem de substancial, de sólido, de autêntico, de capaz de interessar-se pela causa pública e de resistir, com toda sua pobreza honesta, às seduções do quererismo; o povo composto de sapateiros e funcionários públicos, de pequenos comerciantes e lavradores, de donas de casa e artesãos, de trabalhadores do campo e das cidades, de advogados, médicos, dentistas, estudantes, comerciários, professores, industriais, ferroviários; toda essa multidão de gente honesta que luta altivamente para viver, que educa os filhos com sacrifício, que com dificuldades se alimenta, se veste e se calça nesses dias terríveis de inflação trazida pelo ‘Estado Novo’ – esse povo, essa gente, essa multidão marcha para Eduardo Gomes, confiante e decidida, sem espalhafato, mas também sem temor. Só os cegos não veem isto”. FREYRE, Gilberto. Para quem o povo marcha. *Diário de Pernambuco*, Recife. 7 out. 1945, p. 1-3. SR/FBN (aspas do autor).

³⁵¹ FREYRE, Gilberto. As mulheres pernambucanas e a nova campanha abolicionista. *Diário de Pernambuco*, Recife. 12 set. 1945, p. 1-3. SR/FBN.

³⁵² “O recente decreto é uma dessas traições. Visa já quase no mês da eleição para a Presidência da República e para o Congresso Federal criar confusão e acanalhar com essa confusão o ato eleitoral, para que se justifique aquela frase com que os ditatoriais mais verbosos vêm exprimindo seu desdém pela capacidade política dos brasileiros: ‘não sendo os brasileiros capazes de luta eleitoral, temos que encontrar um candidato único’. Porque não somos capazes de luta eleitoral? Quem está perturbando a luta senão a polícia ou o chamado ‘trabalhismo’ a serviço da Ditadura? Fracassado o ‘quererismo’, falhada a ideia de perturbar-se o pleito anunciado com o ‘candidato único’, garantida, pela palavra honrada dos chefes do Exército, a eleição do dia 2 de dezembro para a Presidência e para o Congresso, desmoralizadas as violências policiais que já não atemorizam a gente do povo, os jornalistas e os estudantes mais cheios de ânimo político, surge agora essa nova tentativa de acafajestamento do processo de democratização do Brasil. Mas será um fracasso. A mocidade, o povo, os intelectuais, os brasileiros desejosos de participar do governo e da administração do seu país, não se deixarão perturbar por manobra tão rasteira”. FREYRE, Gilberto. Ditatoriais desesperados. *Diário de Pernambuco*, Recife. 23 out. 1945, p. 1-9. SR/FBN (aspas do autor).

Evidência dessa defesa ideológica é a crítica contra o movimento do queremismo a favor da continuidade de Vargas no comando do poder, efetuada insistentemente e usando o repertório crítico da Sociologia, referente à interpretação da vontade geral e/ou popular de que seria a de deposição do ditador pela instância militar do Estado, ao longo de toda a batalha jornalístico-partidária de 1945, fundamentalmente na coluna do *Diário de Pernambuco* em que G. Freyre criticou, com obstinação, a legitimidade das manifestações queremistas que se expandiam pelos espaços públicos das grandes cidades do país. A crítica contra os queremistas estava presente em quase toda sua produção jornalística e atendia às prerrogativas do acordo celebrado com a cúpula dirigente da UDN, por isso a manifestação clara, escrito depois de escrito, de seu pensamento crítico acerca das reivindicações do movimento queremista, sobretudo acerca do interesse na continuidade do “Estado Forte”. Essa crítica insistente contra o “Estado Forte” decorre de atitudes de um sociólogo que estava inteiramente envolvido na política partidária, ou seja, de agente intelectual da oposição antivarguista que passou a ser dominada na arena política pós-1945 pela UDN, embora ele procurasse ocultar esse aspecto de suas ações políticas sempre que tinha a oportunidade de fazê-lo. G. Freyre, no entanto, passou da construção do Estado nacional em bases fortes e intervencionistas para a celebração de um novo acordo com a elite liberal-conservadora reunida em torno da oposição udenista. E isso ocorreu entre 1943, quando visitou Salvador, e 1945, quando o Estado Novo foi derrotado.

Em novembro de 1945 a UDN cedeu uma vaga para a representação do movimento estudantil na futura ANC de 1946. Os dirigentes do movimento delegaram a vaga de representação parlamentar a quem consideraram seu “autêntico representante”, ou seja, G. Freyre, que aceitou o convite da delegação estudantil e foi eleito a deputado federal constituinte pela UDN de Pernambuco, passando a trabalhar no processo constituinte da Câmara Federal no ano seguinte e com mandato de quatro anos, que durou de 1946 a 1950. Esse fato emerge como evidência empírica de sua transição político-ideológica do antiliberalismo para o liberalismo, que, vista em retrospecto, parece ter sido cuidadosamente administrada no curso das circunstâncias temporais ao estabelecer relações políticas amistosas com diferentes grupos de interesse, todos poderosos política ou economicamente. Em 1945, houve a formalização do novo pacto político com a elite liberal-conservadora da região que sempre defendeu e interviu mediante o projeto regionalista.

Trata-se, portanto, do processo relativamente rápido de transição ou conversão, no campo político, para o bloco de poder composto pela direita tradicionalmente conservadora do país. A mudança no comportamento político de G. Freyre também se percebe por sua defesa contundente do ideário liberal posto pela UDN em outro comício realiza-

do pela campanha política de Eduardo Gomes, cuja candidatura fracassou porque Eurico Dutra (PSD) foi eleito como o novo presidente da República.³⁵³ Entender as causas dessa mudança tão radical no campo político, da celebração anterior do pacto com o Estado Novo para a construção, pela via da modernização, das instituições interventoras no problema das disparidades regionais, para o pacto liberal-conservador formalizado em 1945 com a UDN, é um desafio ou objetivo para outra pesquisa mais embasada em fontes documentais e em análise interdisciplinar dessas fontes. Não se tem certeza sobre o porquê da mudança, mas pode-se sugerir – e essa é minha impressão – que G. Freyre decidiu levar a doutrina política do pacto interregional para a coalizão de forças políticas que passou a dominar o poder depois da queda do Estado Novo. A renúncia de Vargas implicou a montagem de um quadro, vale dizer, de um regime político que se apresentava de modo diferente. Era outro tempo que se aproximava em 1945 e 1946, distinto, em parte, do tempo do Estado Forte, marcado em sua vida pela contenda com Agamenon Magalhães.

O que se pode afirmar é que desde a Revolução de 1930 e sobretudo entre 1937 e 1945 G. Freyre estava interessado em *jogar* com o Estado Novo. Nesse jogo político identifica-se a característica patente da ambiguidade que marcou a relação política, entre pontos de contato, maiores e mais profundos, e pontos de atrito com determinadas instituições do Estado Novo, cujo controle foi montado pela estrutura da centralização. O jogo político assim constituído atribui sentido à ambiguidade em questão: era, com efeito, o jogo da negociação de interesses entre as duas partes celebrantes do pacto político que foi implementado por Vargas na sociedade brasileira, entre o líder do projeto regionalista, com seu potencial científico e equacionador de problemas sociais, e o líder do projeto centralista que, por ser o projeto dominante, permitia a realização de parte considerável do ideário regionalista mediante a construção das instituições controladas pelo poder da União. Assim, no jogo político com o Estado Novo G. Freyre ora estava em condição de exigir do governo ora estava em condição apenas de obedecê-lo e ceder a pressões, e esse fato restabelece a discussão sobre as características da negociação marcada por tensões estruturais, como foi o caso do conflito de classes conciliado pelo IAA. Contudo, o mais importante da experiência histórica da negociação é notar que o pacto político com a elite dirigente do poder central, de que resulta a participação de G. Freyre na iniciativa pública, implementado através das reformas destinadas ao desenvolvimento cultural, informacional e educacional, como no caso do SPHAN, IBGE e MES, produziu estruturas internas e constituiu as bases para a realização de políticas externas que duram até hoje.

³⁵³ Cf. “Gilberto Freyre no grande comício do Parque 13 de Maio: ‘Que Pernambuco, que o Nordeste, que o Brasil, nunca mais se deixem atraído por devastadores de sua infância, de sua mocidade, de sua saúde, e não apenas de sua liberdade’”. *Diário de Pernambuco*, Recife. 13 nov. 1945, p. 1-2. SR/FBN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não nos esqueçamos das antecipações de caráter sociológico, econômico e político que dão à obra, ao pensamento, à atividade intelectual de Gilberto Freyre uma repercussão que poucas criações sociológicas terão tido tão extensa, profunda e imediata em qualquer país. Seus estudos sobre as consequências da monocultura latifundiária e escravocrata no Brasil, as revelações que fez sobre o assunto, refletem-se hoje em leis como o *Estatuto da Lavoura de Cana* e na lei do *Salário Mínimo* [...] Quanto à contribuição das ideias e revelações de Gilberto para a solução, no Brasil, do problema que aludi acima, do salário mínimo, que fale por mim o redator do *Correio da Manhã* a quem o Sr. Costa Miranda, presidente da primeira comissão nomeada pelo então ministro Agamenon Magalhães para regulamentar o assunto, confessou-se devedor de *Casa-grande & senzala* por sugestões decisivas. Disse ao jornalista o Sr. Costa Miranda: “Como acertar numa fórmula capaz de fazer vigorar o salário mínimo? Minha ideias agiram e reagiram sob o mais espesso dos confucionismos. Foi então que comecei a ler, por ter aparecido nessa época, o livro *Casa-grande & senzala*. Foi o que me deu a solução. Nessa obra de literatura e sociologia, achei que a ideia da alimentação era a única a proporcionar base segura para os meus cálculos do salário mínimo. Tendo os regimes dietéticos de cada região, eu teria a composição qualitativa. E, com esta, o volume quantitativo em função do preço e varejo no local”. É oportuno transcrever aqui o comentário à honesta declaração de um homem da influência que tem hoje no Brasil o Sr. Costa Miranda na solução de alguns dos mais importantes problemas de assistência ao trabalhador, feito pelo jornalista que recolheu suas palavras: “Gilberto Freyre não alcançaria maior satisfação do que verificar que sua obra teve tão grande utilidade. É um dos serviços que o operário brasileiro, que o brasileiro pobre, que o brasileiro por tanto tempo desprotegido deve ao cientista social que até hoje a maior influência exerceu em sua geração como inspirador ou orientador de governantes, legisladores, higienistas, educadores, aos quais revelou o que havia de mais escondido na realidade brasileira”. Declaração semelhante à do Sr. Costa Miranda poderia ser feita pelos responsáveis técnicos pelo *Estatuto da Lavoura de Cana* e pelos organizadores de inquéritos sobre a alimentação, habitação e condições de vida que o governo empreende hoje. De modo que nesse setor, como em vários outros, a revolução operada pelos livros de Gilberto Freyre não tem sido apenas a rigorosamente intelectual, nem a sua influência apenas sobre romances, poesia, biografia etc.; ela vem se estendendo a aspectos práticos, inclusive econômicos e políticos da vida do brasileiro. Vem se refletindo também em livros para crianças e livros escolares impregnados de brasileirismo; na pintura, na escultura, na música, na arquitetura, no teatro, onde os assuntos centrais de *Casa-grande & senzala*, alguns deles outrora tabus, vem sendo aproveitados. Vem se fazendo sentir nas próprias preocupações e nos métodos de estudo, na extensão de bibliografia etc., de nossos higienistas, médicos, psiquiatras, psicólogos – preocupações, métodos e bibliografias mais ligados hoje, por influência, em grande parte, de Gilberto, ao lado histórico e ecológico dos nossos problemas médicos, patológicos, psicológicos, psiquiátricos e de higiene, aos aspectos sociais de meio, de ambiente e de antecedentes da história.³⁵⁴

³⁵⁴ MENESES, Diogo de Melo. *Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: CEB, 1944, p. 155-158 (grifo meu).

Esse longo testemunho foi produzido pelo primeiro biógrafo da vida de G. Freyre, não por acaso seu primo paraibano, Diogo Meneses, que, para construir a biografia, recolheu o depoimento dos outros indivíduos a partir da imprensa de sua época. O testemunho está marcado em sua lógica interna pela intenção de consagrar a obra e o pensamento do sociólogo definitivamente, podendo ser qualificado, portanto, como um testemunho ufanista. Contudo, independentemente da lógica ufanista que lhe é intrínseca, ele ainda pode ser operado como instrumento de corroboração da hipótese levantada por essa pesquisa, bastando para isso desconsiderar sua dimensão subjetiva que tende a superestimar a experiência que relata, passando, então, a considerá-lo como o testemunho dos aspectos sociais da época histórica, notadamente, os anos 40 marcados na vida da sociedade brasileira pela presença ambígua do Estado Novo, entre continuidades e rupturas.

No decorrer da pesquisa trabalhou-se o objeto com as percepções ligadas a uma única hipótese, resultantes da problematização crítica das fontes: o impacto, considerado imediato, amplo e efetivo, do projeto regionalista no regime do Estado Novo, como espécie de ideário ou pensamento que, naquela época, despontou como revolucionário. Ou seja, afirmou-se que G. Freyre conseguiu penetrar seu projeto em certas instâncias, âmbitos ou estruturas de governo recém-criadas pelas lideranças do regime político através da negociação de interesses que se relacionavam, em muito, à nova modalidade de contrato social empregada por Vargas principalmente depois de 1937. A negociação por essa via derivou da confluência ocorrida entre o ideário regionalista e o ideário positivista e antiliberal dominante na conjuntura, construtor da cidadania regulada que apareceu no mundo urbano mais como mudança social e no mundo rural mais como continuidade.

A fonte desse impacto é a circularidade do diagnóstico sociológico contido nos textos fundamentais do projeto regionalista, lidos amplamente pela classe dirigente, sendo que o diagnóstico embasava-se na escrita da história da sociedade patriarcal pelo método interdisciplinar que revelava ao grupo leitor o sentido do conceito de cultura regional, cujo fundamento pressupunha a vitalidade do “povo brasileiro”. Em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos* o diagnóstico freyriano enfatizou a interpretação do fenômeno do sadismo e do masoquismo na vida pública do Brasil atual. Com isso, ele queria afirmar que no século 20 o patriarcalismo ainda tinha força no interior da relação entre as multidões “masoquistas” e os líderes “carismáticos” ou “sádicos”. No contexto de crescimento da sociedade de massas o diagnóstico sociológico adquiriu sentido na leitura do varguismo (sabe-se com evidência que o próprio Vargas era leitor dileto dos textos freyrianos) e prescrevia a atualização adaptativa da forma tutelar e paternal da experiência colonial na construção da modalidade moderna de contrato social: o trabalhismo.

Rigorosamente, o conjunto do pensamento freyriano dirige-se para demonstrar que, se a instituição do patriarcado conservou a virtude de conseguir controlar os conflitos sociais de todas as durações, na contemporaneidade cumpriria ao Estado e seus aparelhos e agências, fundados a partir de 1930, a retomada das lições da experiência histórica para que se consiga construir o presente e o futuro da sociedade, incluindo a política de restauração da margem de lucro e mando da classe agroexportadora nordestina.³⁵⁵

Essa leitura já era percepção corrente no meio da classe dirigente e dos intelectuais seus contemporâneos. Até mesmo o impacto social do projeto regionalista foi sentido logo depois de 1933 e registrado como debate pelos contemporâneos pertencentes a diferentes correntes de pensamento, o que garantiu a G. Freyre apoios contundentes dos intelectuais da envergadura de um Afonso Arinos de Melo Franco, de um lado, e de Almir de Andrade do outro, claro que também provocou inimizades profundas, como a de Agamenon Magalhães. Ao que tudo indica, a ampla adesão era possível porque o sociólogo tinha habilidade em dialogar e se unir com diferentes setores da política e essa característica pessoal também se manifestava em seus escritos. O depoimento colhido pela biografia é rico e revelador na questão da amplitude ideológica do projeto regionalista.

Quem prestou o depoimento foram as autoridades constituídas daquele contexto e que participavam diretamente da construção e direção do Estado varguista. O depoimento de Costa Miranda, que nos anos 40 era membro da comissão permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, diz que a história da sociedade patriarcal foi usada como referência para o cálculo do valor absoluto do salário mínimo, regulamentado pelo decreto-lei nº 2162, de 1º de maio de 1940, estabelecendo salário mínimo mensal para a classe trabalhadora de 240 mil réis. Essa revelação trazida pelo testemunho de Diogo Meneses, a despeito do objetivo de valorizar o biografado, sugere a ocorrência de *uma* implicação política no momento em que o projeto regionalista foi concebido, nesse caso, a *orientação* do cálculo do salário mínimo. Ocorre que o exemplo do salário mínimo vale para todos os outros efeitos político-institucionais resultantes dos acordos celebrados entre o regionalismo e o centralismo entre 1937 e 1945. O caso do salário mínimo é uma evidência da influência do diagnóstico freyriano na legislação social do Estado Novo. Desse modo, encontrando evidências, pode-se acessar a dimensão histórica do pacto estabelecido com o regime: a percepção dos contemporâneos de que o pensamento freyriano era revolucionário porque, sendo sociológico, vale dizer, científico, guarda-

³⁵⁵ Conclusão que considero muito útil e importante de BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006; VILLAS-BÓAS, Gláucia. *Casa-grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens*. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

va relação com a vida prática e sobretudo com a vida pública, algo muito de acordo com o contexto daquela época marcado pela valorização dos quadros burocráticos do Estado.

O projeto regionalista guardava relação com a vida pública porque ensejava, na prática, o uso da ideia de tecido vinculante: a realidade brasileira revela muitos problemas que tendem a ser na maioria de causas sociais e para cujo equacionamento a análise sociológica pode e deve contribuir. Desse princípio básico do projeto regionalista deriva seu outro importante componente: a doutrina política do pacto interregional como a meta para a superação das disparidades identificadas na realidade nacional e que causavam distúrbios nos nexos entre região e nação. Mais ainda, a concreção da nacionalidade exigia a superação das disparidades, algo que não foi totalmente realizado nesse tempo e apenas, no que interessava ao regionalismo, a parte correspondente ao conflito de classes produtoras no Nordeste, para cuja solução promulgou-se o ELC em 1941, atendendo os interesses da classe representada por G. Freyre. Assim, o governo seguiu essa outra orientação do diagnóstico sociológico, atendendo o padrão lento de modernização da agricultura canavieira e sem alterar o padrão arcaico de sociabilidade e de dominação.

A ideia de tecido vinculante é fundamental no projeto regionalista, podendo ser comparada com o conceito de tecido social. Nos anos 40 G. Freyre posicionou-se como pensador adepto ao desenvolvimento da “jurisprudência sociológica”, uma área do saber que parte do princípio secularizado de que há a totalidade interna e coesa chamada “social” e que no caso brasileiro revela muitos problemas. É possível atribuir a essa posição reformista a sua posição como sociólogo consagrada nos anos 40, cujos escritos sociológicos, tanto os ensaios de interpretação da formação nacional quanto os artigos jornalísticos, fundamentavam os estudos preparatórios para atribuição dos direitos sociais ainda que restritos apenas ao mundo do trabalho, principalmente a previdência social. Há analogias que ainda não foram sistematizadas entre a ideia de tecido vinculante e a ideia de previdência, e talvez fosse o caso de aproximar ambas as ideias e aferir os limites e possibilidades resultantes de sua combinação no curso da história. O certo, contudo, é que o negócio com Vargas concentrou-se nos anos 40 sobre os nexos entre região e nação.

A centralização política estabeleceu novas circunstâncias que exigiam do ideal do projeto regionalista o afastamento de qualquer referência ao tempo, logo considerado como “velho” e uma “ruína”, da Primeira República, em que o modelo político era centrífugo e permitia a continuidade do estadualismo oligárquico. Essa exigência foi logo atendida por G. Freyre, que, muito ao contrário de lembrá-lo, nas suas formulações também passou a condená-lo e a defender a implantação do corporativismo como sistema mais adequado para representação de interesses organizados. Em contrapartida, Var-

gas declarava publicamente que no Brasil havia unidade social, porque todos falavam a mesma língua e tinham a mesma tradição histórica: o patriarcalismo católico. Com o negócio estável as forças políticas combinaram a tradição patriarcal definida por G. Freyre com os ideais de modernidade político-institucional defendidos pela elite dirigente. Essa combinação passou a se manifestar na invenção da identidade nacional pensada para ser moderna, cívica e inclusiva, sobretudo, da população mestiça (a base social do regime).

O negócio com Vargas seguiu estável na discussão da questão racial entre 1937 e 1945. A partir desse tempo a questão passou a ser tratada pelas manifestações simbólicas do Estado Novo com base nas prescrições constantes dos textos do projeto regionalista, com políticas que se tornaram possíveis por decorrência do interesse mais amplo e em comum acordo de invenção da identidade nacional ligada à suposta uniformidade da “raça brasileira”, ou seja, a população mestiça de todas as regiões do país. As manifestações e pronunciamentos de rotina afirmavam haver tolerância racial ao invés de preconceito e discriminação na sociedade brasileira. Nada mais de acordo com as formulações freyrianas em artigos que eram escritos para orientar o modo de pensar a questão racial. Sendo assim, a ampla circulação das novas ideias e a aproximação, em 1941, de G. Freyre com o ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, culminou com a aceitação ou concordância estatal com a ideia de “democracia social e étnica”, e nessa conjuntura principalmente o MES, que em suas políticas públicas não distinguia as diferentes situações sociais entre brancos e negros pelo uso do conceito de raça atrelado ao conceito de classe. A concordância com a uniformidade da raça e a com a tolerância tornou-se razão de Estado e permitiu a valorização da mestiçagem étnica pelo discurso político do Estado Novo, o que aponta o aspecto da mudança operada de acordo com o contexto reformista da política brasileira: a promessa de proteção legal à classe trabalhadora, majoritariamente negra, pelos dispositivos da CLT. Ainda assim é válido questionar se, em meio ao processo de implantação do capitalismo pelo reformismo, a legislação social destinada a proteger a classe não se conservou ambígua por embasar-se no discurso da uniformidade e tolerância racial – aferível pela convivência pacífica entre culturas –, permanecendo na fronteira porosa entre a garantia de direitos fundamentais na cidadania regulada e a atualização das velhas hierarquias simbólicas e materiais que conservam a classe na condição subalterna de força de trabalho ou proletariado, cuja cultura foi reconhecida como a base do conceito moderno de “povo brasileiro”. Ou seja, se a política social do Estado, cujos dirigentes reafirmam o mito racial, no pós-1937 continuou a ser ambígua e não garantiu condições reais de mobilidade social dentro da estrutura da cidadania regulada, de modo que não teria por objetivo diminuir a desigualdade racial em latência.

Trata-se de uma ordem institucional opressora para a coletividade negra excluída dos direitos da cidadania ainda que estejam limitados ao mundo do trabalho e ao sistema de estratificação ocupacional. No Estado Novo a ambiguidade da legislação resultou da dualidade ensejada pelo desenvolvimento social e cultural que o ideário do projeto regionalista proporcionou ao desconstruir as teorias racistas dominantes no século 19 e no início do século 20, de um lado, e a conservação do padrão de dominação de acordo com interesses políticos que estavam em negociação entre grupos dominantes no âmbito estatal, do outro lado. No processo de negociação entre G. Freyre e a elite varguista a ação política do sociólogo, que dentre outras frentes ocorria mediante a publicação dos artigos na imprensa, e que reafirmavam os valores defendidos nos ensaios de interpretação da formação nacional, caracterizou-se pela conciliação, no Nordeste, dos interesses antagônicos relacionados à classe agroexportadora tradicional e a classe sulcoalcooleira moderna e entre essa e a classe trabalhadora rural das usinas. Diz-se conciliação porque depois de passado do certo tempo, depois de 1937, ele abandonou a postura unicamente crítica perante a ascensão econômica do empresariado industrial e a decadência da economia canavieira tradicional para buscar os novos canais de negociação criados no contexto anterior da Constituinte, notadamente, o IAA. A partir de 1937 ele agiu no sentido de conciliar o interesse da classe que representava com o interesse da classe sulcoalcooleira dentro daquele âmbito estatal ou institucional. Da conciliação resultou a promulgação do ELC em 1941, que garantiu a extensão de alguns direitos sociais aos trabalhadores das usinas e excluiu a classe trabalhadora dos engenhos do usufruto desse benefício. E principalmente: a lei agrária garantiu o direito de propriedade da terra conforme fixado pela tradição, em latifúndios, e em prevalência ao direito de produção livre da classe sulcoalcooleira, que então passou ser controlada pelas normas institucionais. Foi *um* outro efeito decorrente do uso político do pensamento freyriano: a valorização da tradição.

Do ponto de vista político-ideológico, pode-se afirmar que G. Freyre atuou como agente dos interesses da aristocracia rural do Nordeste. Essa atuação foi possível por haver desde a publicação de *Casa-grande & senzala* em 1933 sua condição de legitimidade na função de sociólogo. Sua atuação foi tão efetiva assim, gerando pressões e efeitos, porque ele foi reconhecido como sociólogo cujo projeto seria adequado para a interpretação dos valores da tradição nacional, então percebidos por consenso como profundamente ligados às raízes agrárias da sociedade brasileira, vale dizer, um padrão de cultura agrária e híbrida a que o Estado deveria se adaptar no projeto antiliberal de modernização. O projeto regionalista reconstruiu intelectualmente (sociologicamente) os sentidos da tradição. Essa reconstrução foi legitimada e instrumentalizada pelas agências go-

vernamentais, por exemplo o SPHAN, que no estudo e preservação do patrimônio artístico privilegiou a cultura material relativa ao universo da casa-grande. Esse processo de pactuação poderia ser estendido às outras instituições do Estado Novo. Entretanto, importa mais considerar que na análise acerca do ideário político interligado entre o regionalismo e o centralismo não se identificou o horizonte progressista nem o horizonte reacionário e nem o horizonte estacionário calcado no mero passadismo, mas o ideário que estava de acordo com o contexto daquele processo histórico-social marcado pela aceleração do desenvolvimento no sentido estatal ou da estrutura institucional e burocrática.

A confluência entre os ideários decorreu desde 1933 do interesse de se modernizar a forma política da República de acordo com a composição social e étnica da nação. A constituição da ordem institucional, com o conjunto de práticas e instituições, resultou da contribuição de diversos projetos políticos que confluíram, sobretudo, na prescrição do centralismo como sistema de administração das agências governamentais, como forma de se consolidar o poder central. No entanto, G. Freyre, ao qualificar sociologicamente a sociedade brasileira como conjunto de corpos ou espaços étnico-sociais que constituem ou fundamentam a nação, ou seja, as regiões, defendeu tese nova que contribuiu para a modernização da forma de governo republicana: o Estado, ao fundamentar-se no poder da União, também deveria se estruturar de acordo com a *regionalização* da administração pública federal pela divisão do território em regiões administrativas. Essa orientação parece estar muito de acordo com a criação do IBGE, que desde 1938 operou com base num colegiado compartilhado por regiões federais e que, em 1941, dividiu todo o território brasileiro em cinco grandes regiões agrupadas em torno dos estados.

Considera-se que falta a aferição ainda mais precisa do potencial científico do conceito sociológico de região, analisando não apenas a mudança semântica como também os efeitos pragmáticos no contexto brasileiro. Aqui, pode-se sugerir que o conceito de G. Freyre guarda ligação estreita com a vida pública ou política no aspecto das carências do processo de *State-building*, nacional assim como regional, e conduzido com privilégios institucionais pela doutrina do pacto interregional no caso do Nordeste. E, nesse passo, pode-se sugerir que G. Freyre, no processo de elaboração das ideias constitutivas do projeto regionalista, não se interessou por pensar as possibilidades de contravenção, corrupção, desvio ou desvirtuamento das instituições estatais que o seu projeto contribuiu para criar durante e após o Estado Novo, como cultura que enseja vícios como as relações de compadrio ou favorecimento de familiares. Essa percepção aponta uma característica do projeto regionalista na busca pela modernidade da política: o desinteresse por pensar e sistematizar o patrimonialismo como problema nacional complexo.

No ciclo do Estado Novo o sentido da mudança operada nos nexos entre região e nação foi a integração como medida de solução para a desintegração. A partir desse ciclo a instituição que passou a gerir a integração foi a União, mas em sistema de redistribuição pelo “alto” para todas as outras regiões do país. O processo de negociação de interesses entre os dois projetos políticos foi conduzido dentro da mudança histórica operada nos nexos: do antigo pacto oligárquico, vigente no tempo em que região significava autogoverno, ao novo pacto trabalhista em que região passou a significar diversidade dentro da unidade, ou melhor, interdependência entre as identidades regionais, resultado da combinação de aspectos da tradição e da modernidade pelo poderio do Estado Novo.

No contexto de crise do regime autoritário houve a mudança radical da posição política de G. Freyre em relação às bases do governo: passou-se da participação ativa na construção das instituições do regime político à oposição contra os fundamentos autoritários do varguismo, os mesmos que permitiram a construção daquelas instituições estatais em cujas diretrizes de ação o ideário do projeto regionalista foi, no curso do regime, bastante influente. Com a transição político-ideológica o sociólogo não passou a se opor diretamente contra Vargas. Sua oposição política dirigiu-se diretamente contra Agamenon Magalhães. Em 1945, com o colapso da ditadura e o fim da censura, ele vislumbrou a oportunidade concreta de expressar o seu pensamento de oposição radical contra o governo do interventor e contra a experiência autoritária sucedida em Pernambuco. Sua luta política, claramente partidária porque integrada aos interesses da cúpula nordestina da UDN, era contra o resíduo da ditadura pernambucana. Ocorre que, nesse passo, ele aproveitou a circunstância de democracia emergente no horizonte político do pós-Estado Novo para se afastar de Vargas, figura derrotada com novo golpe político, e para apagar as marcas de sua intensa participação no processo de modernização institucional.

Ainda do ponto de vista da construção da modernidade política e institucional, um ponto de atrito existente entre o projeto regionalista e o projeto centralista, e que ultrapassa o limite desse tempo e dura até hoje, reside na degradação da natureza causada pela poluição decorrente do modo de vida industrial da sociedade moderna. Se o Estado não admite a relação simplesmente telúrica dos cidadãos com a vida nas cidades modernas e legítima a degradação do meio ambiente em proveito da modernização capitalista, então pode-se afirmar que o negócio com Vargas marcou-se de fato pela incompletude e que esse aspecto do processo dura até hoje – porque senão nós viveríamos a identidade coletiva predominantemente telúrica e tropicalista, valorizadora da harmonia com a natureza –, posto que o projeto regionalista não operou com o conceito de progresso material, não o legitimou, sequer o reconheceu como valor positivo para a sociedade, senão o

afastou do complexo de valores regionais da sociedade patriarcal. A busca freyriana pela modernidade alternativa, endógena e não-mimética (a idiosincrasia de seu projeto) se realiza, pois, pela atualização adaptativa dos valores culturais das tradições, engendrados no curso do processo genético em que a sociedade permaneceu, até o século 18, na situação de relativo isolamento em relação às influências externas ao modo português de estar no mundo: com patriarcalismo, simplicidade (ou humildade rústica) e ecologismo.

Agora retomando o documento que traz o depoimento de Costa Miranda, o decreto-lei do salário mínimo foi *uma* implicação política do conceito de região, uma dentre várias que passaram pela negociação com a elite varguista. O regime instituído desde 1937 buscou o sentido da revolução na nacionalização do povo, do território e do poder. Desde então, era esse o contexto dominante/demandante da produção de novas interpretações sobre o sentido da formação nacional. Os operadores da nacionalização no século 20, ao se depararem com a interpretação da formação nacional, descobriram no conceito de região o fundamento para o processo, a interdependência nos nexos entre as regiões e a nação, e trataram de negociar os seus usos políticos com seu principal construtor. Com isto, quer-se assinalar que, embora o diagnóstico freyriano tenha se conservado ambíguo na relação política com o Estado Novo, celebrando acordos mas provocando atritos com a classe dirigente do regime político, os acordos constitutivos do pacto político de 1937 foram maiores e mais fecundos ou profundos que os atritos e foram capazes de provocar várias implicações políticas na organização do varguismo desse momento, a saber, com o IAA em 1934, com o SPHAN em 1938, com o IBGE em 1938, com o MES em 1941, com o ELC em 1941, entre outros decretos integrantes da legislação social.

Com a leitura trazida pelo depoimento pode-se perceber que nos anos 40, aproximadamente entre 1941 e 1945, a figura de G. Freyre como cientista social foi reconhecida e consagrada publicamente pela classe dirigente na condição de “instituição nacional”. A condição de legitimidade na função de sociólogo parece ser garantida pelos usos de que a classe dirigente se vale para aumentar seu desempenho político na direção estatal, federal, estadual e/ou municipal. Sendo assim, o conjunto do pensamento freyriano, visto a partir de então, 1933, pelos contemporâneos como patrimônio público, saiu ileso do contexto de crise que abalou e pôs fim à ditadura varguista.

REFERÊNCIAS

1) Correspondência de arquivos privados

Arquivo Agamenon Magalhães, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV

Arquivo Etelvino Lins, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV

Arquivo Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV

Arquivo Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV

Fundo Antiógenes Chaves, Recife, CEDOC/FGF

Fundo Carlos Drummond de Andrade, CEDOC/FGF

Fundo Estácio Coimbra, Recife, CEDOC/FGF

Fundo Gustavo Capanema, Recife, CEDOC/FGF

Fundo Getúlio Vargas, Recife, CEDOC/FGF

Fundo Lourival Fontes, Recife, DECOC/FGF

Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, Recife, CEDOC/FGF

2) Jornais

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1937-1941 (30 ns.)

Diário de Pernambuco, Recife, 1937-1945 (43 ns.)

Folha da Manhã, Recife, 1942 (junho)

O Jornal, Rio de Janeiro, 1941 (julho); 1942 (junho); 1944 (janeiro-setembro)

3) Livros e artigos de periódico científico

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Almir de. *Aspectos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Editora, 1939 (Pensadores Brasileiros; v. 3).

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: “Casa-grande & senzala” e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

- BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.
- BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: _____. *Dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 10).
- CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação: um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006 [1933].
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- CASTRO, Hebe de. História Social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. As produções do lugar. In: _____. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CODATO, Adriano; GUANDALINI, Walter. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 2, nº 32, 2003, p. 145-164.
- D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

DEZEMONE, Marcus. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 21, nº 42, 2008, p. 220-240.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 10).

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FLEMING, Thiers. *Pelo Brasil Unido e Forte: nova divisão territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1939.

_____. Limites interestaduais e o Estado Novo. In: [s. a.]. *Os grandes problemas nacionais*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.

FONSECA, Edson Nery. Recepção de *Casa-grande & senzala* no Recife dos anos 30 e 40. In: KOMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Apologia pro generatione sua*. Paraíba: Imprensa Oficial, 1924.

_____. Do bom e do mau regionalismo. *Revista do Norte*, Recife: nº 2, p. 5, 1924.

_____. O outro Brasil que vem aí. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006 [1925].

_____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

_____. *Sobrados e mucambos: decadencia do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1936 (Brasiliana; v. 64).

_____. *Nordeste: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937 (Documentos Brasileiros; v. 4).

_____. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o typo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

_____. *Conferências na Europa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

_____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941 (Documentos Brasileiros; v. 29).

_____. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: CEB Casa do Estudante do Brasil, 1943 (Estudos Brasileiros; v. 1).

_____. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944.

_____. *Brazil: an interpretation*. New York: Alfred Knopf, 1945.

GOMES, Angela de Castro. O redescobrimto do Brasil. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro (Orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro (Orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 1996.

_____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Coordenação geral da coleção por Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (v. 4).

_____. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista: Ed. USF, 2000.

GUSMÃO, Luís de. A concepção de causa na filosofia das ciências sociais de Max Weber. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 5, nº 10, 1992, p. 134-146.

_____. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC – Rio; Contraponto, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 9).

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

MAGALHÃES, Agamenon. *O Nordeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1936.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTIN, André Roberto. Dilemas do federalismo: entre o “estadualismo oligárquico” e o “regionalismo burocrático”. *Perspectivas*, Araraquara: Vol. 27, 2005, p. 55-68.

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In: _____ (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978.

MENESES, Diogo de Melo. *Gilberto Freyre*. Notas biográficas com ilustrações, inclusive desenhos e caricaturas. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944.

MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. 2006. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NISBET, Robert. As ideias-unidade da sociologia. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: Vol. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria>>. Acesso em: 25 de agosto de 2010.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações/IBGE, 1993 (Documentos para Disseminação; Memória Institucional, v. 4).

POLETTI, Ronaldo. A Constituição de 1934. In: BALEEIRO, Aliomar (Org.). *Constituições Brasileiras*. 2ª ed. Brasília: Ed. do Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/bdsf>>. Acesso em: 12/08/11.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain Fañçois [et al.]. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. *Censo demográfico: população e habitação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

RUBINO, Silvana. Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: Edusc; São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2007 (Teoria da História; v. 2).

SANDES, Noé Freire. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 23, nº. 43, janeiro-julho, 2009, p. 125-140.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da. História e ciências sociais: zonas de fronteira. *Revista de História*, São Paulo: Vol. 24, nº 1, p. 127-166, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SORÁ, Gustavo. Coleções e consagração de autores: um editor imigrante em uma época de revoluções. In: _____. *Brasilianas: A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. 1998. 367f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1933 [1914] (Brasiliana; v. 27).

VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938. In: _____. *A nova política do Brasil: o Estado Novo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 (v. 5).

_____. Proclamação ao povo brasileiro. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil: o Estado Novo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 (v. 5).

_____. O sentimento de brasilidade em Blumenau. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil: no limiar de uma nova era*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940 (v. 7).

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938 [1923] (Brasiliana; v. 10).

_____. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939 [1927] (Brasiliana; v. 141).

VILLAS-BÔAS, Gláucia. Casa-grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens. In: KOMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda A. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco, 2000.

WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da cultura. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista: Ed. USF, 2000.

Z Aidan, Michel. Tradição oligárquica e mudança. *Tempo histórico*, Recife: Vol. 1, nº 1, 2005, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistatempohistorico>>. Acesso: 11 de abril de 2009.

4) Portais da internet

Biblioteca Digital do Senado Federal: <<http://www.senado.gov.br/bdsf>>

Biblioteca Virtual Gilberto Freyre: <<http://www.bvgf.fgf.org.br/portugues>>

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: <<http://www.cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>

IBGE: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>

IPHAN: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>

JStor: <<http://www.jstor.com>>

Padrões Monetários do Banco Central do Brasil: <<http://www.bcb.gov.br>>

Projeto Arquitetura e Urbanismo: <<http://www.urbanismobr.org/bd/documentos>>

Projeto SciELO: <<http://www.scielo.com.br>>

5) Revistas

Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros, Rio de Janeiro, 1941-1943

Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 1940

Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 1939-1942

Revista do Norte, Recife, 1924

Revista do SPHAN, Rio de Janeiro, 1937-1943

ACERVOS PESQUISADOS

Biblioteca do Museu Antropológico (MA/UFG) – Goiânia/GO

Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) – Brasília/DF

Biblioteca “Francisca Keller” do PPGAS (Museu Nacional/UFRJ) – Rio de Janeiro/RJ

Centro de Documentação e Disseminação de Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CDDI/IBGE) – Rio de Janeiro/RJ

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) – Rio de Janeiro/RJ

Setor de Referência da Fundação Biblioteca Nacional (SR/FBN) – Rio de Janeiro/RJ

Centro de Documentação da Fundação Gilberto Freyre (DEDOC/FGF) – Recife/PE

Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco (CDEHB/FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira) – Recife/PE

Biblioteca “Blanche Knopf” (FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira) – Recife/PE